



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Wei qi Mei

**1999: O ANO DA TRANSIÇÃO NA IMPRENSA
DIÁRIA PORTUGUESA E CHINESA EM
MACAU**

**Tese no âmbito do doutoramento em Ciências da Comunicação,
orientada pela Professora Isabel Nobre Vargues e pelo Professor
João Figueira e apresentada à Faculdade de Letras da
Universidade de Coimbra.**

Setembro de 2021

Faculdade de Letras
da Universidade de Coimbra

1999: o ano da Transição na imprensa diária portuguesa e chinesa em Macau

Mei Weiqi

Tese no âmbito do doutoramento em Ciências da Comunicação, orientada pela Professora Isabel Nobre Vargues e pelo Professor João Figueira e apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Setembro de 2021

Agradecimento

Antes de mais, agradeço à professora Isabel Vargues e ao professor João Figueira, por aceitarem orientar este trabalho. Obrigada pelos ensinamentos e pelas várias conversas que tivemos ao longo da realização deste trabalho. Obrigada pela vossa paciência e tolerância. Obrigada pelas vossas orientações, bastantes úteis, que me inspiraram no decorrer do processo de investigação e me permitiram encontrar um rumo face a um projeto de tal modo grande e complexo como é o estudo da imprensa de Macau.

Aos pilares da Universidade de Coimbra.

Uma palavra de agradecimento à Fundação de Macau, pelo financiamento deste trabalho através da Bolsa de Investigação do projeto “Estudos de Macau”.

Ao apoio do Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Coimbra, e às professoras Helena Rodrigues e Cris Yin pela ajuda nos contactos com a Fundação de Macau.

Aos professores Choi Wai Hao e Wu Xin Juan do Instituto Politécnico de Macau, pelo encorajamento ao longo de todo o processo de criação, e pela ajuda na recolha de documentos e literatura em Macau.

À Biblioteca de Senado de Macau e à Biblioteca Central de Macau, por me permitirem tirar fotografias aos jornais analisados e me proporcionarem condições para a obtenção dos materiais originais de pesquisa.

À minha Família, em particular aos meus pais, pelo seu acompanhamento e encorajamento quando me deparava com dificuldades na realização do trabalho.

Agradeço também a todos os que, de forma directa ou indirecta, contribuíram para a realização deste trabalho.

Este trabalho foi realizado com o apoio de uma Bolsa de Investigação financiada pela
Fundação de Macau. (Projeto “Estudos de Macau”).



Resumo:

Neste trabalho pretende-se estudar como os jornais de línguas portuguesa e chinesa de Macau trataram a transferência de poderes de Macau no ano de 1999. Com base na teoria de *Frames* e na teoria do Estudo Comparativo do Jornalismo, iremos explorar o processo de construção dos enquadramentos jornalísticos e os factores que o influenciaram.

O presente trabalho pretende, através da análise de conteúdos, da análise do discurso e da análise de *Frames*, responder às seguintes questões: quais foram os enquadramentos construídos na cobertura da transição de Macau para a China no ano de 1999?; quais foram as diferenças entre os jornais de línguas portuguesa e chinesa de Macau na produção de notícias?; e quais foram os factores que influenciaram essas diferenças?

Os objetos analisados foram os jornais *Jornal Tribuna de Macau*, *Macau Hoje*, *OU MUN* e *Va Kio*, que, em 1999, eram os jornais mais representativos das comunidades portuguesa e chinesa de Macau. No estudo empírico, a análise quantitativa permitiu obter os valores estatísticos das variáveis de Forma, Conteúdo e Discurso, que possibilitaram identificar as características e a evolução dos padrões da cobertura da transição de Macau para a China no ano de 1999. Com a análise qualitativa iremos explorar as perspetivas e os enquadramentos jornalísticos construídos em volta dos eventos da transferência de poderes de Macau.

Através da análise de *Frames* concluímos que a cobertura dos jornais locais da transição de Macau no ano de 1999 foi influenciada pelas ideologias e culturas mediáticas de Portugal e da China. Além disso, os factores estruturais de Macau, como o modelo da administração separada e a estrutura binária da sociedade levaram a que os discursos jornalísticos locais sobre a Questão de Macau fossem construídos pelos discursos políticos de Portugal e da China. Os interesses nacionais e as estratégias diplomáticas destes países determinaram as posições políticas e os enquadramentos construídos pelos jornais de línguas portuguesa e chinesa de Macau.

Palavras-Chave: Transferência de Poderes de Macau; Imprensa de Macau; Análise de *Frames*; Macau em 1999; Relações luso-chinesas; Estudos de Jornalismo.

Abstract:

The current project seeks to look into how Portuguese and Chinese-language newspapers in Macao addressed the handover of Macao in 1999. Based on the *Frames* theories and the theory of Comparative Journalism Study, we will explore the process of development of the journalistic frameworks and their influencing factors.

Through content, discourse and *Frame* analysis, this research endeavours to answer the following questions: Which frameworks developed from the coverage of the handover of Macao in 1999? What are the differences in the news produced by Portuguese-language and Chinese-language newspapers in Macao, and what are the factors influencing these differences?

The objects of analysis are *Jornal Tribuna de Macau*, *Macau Hoje*, *OU MUN* and *Va Kio*, which constitute the most representative newspapers of the Portuguese and Chinese community in Macao. On the one hand, the empirical studies use quantitative analyses to address the statistics of the variables Form, Content and Discourse in view of understanding how the trends in the coverage of the Macao handover in 1999 are characterised and evolve. The qualitative analysis method, on the other hand, will enable us to look into the viewpoints and frameworks of journalism that developed around the events relating to the handover of Macao.

Analysing the *Frames* we conclude that the coverage of the handover of Macao in 1999 by newspapers in Macao was influenced by the ideologies and cultures of the Portuguese and Chinese media. Furthermore, the structural factors, such as the separate administrative system and the binary structure of the society, meant that local journalistic discourses on the issue of Macao developed from the political discourse of the two countries. The interests and diplomatic strategies of Portugal and

China influenced the political stance and frameworks of Portuguese- and Chinese-language newspapers in Macao.

Keywords: The handover of Macao; Macao Press; *Frame* analysis; Macao in 1999; Portuguese-Chinese relations; The Study of Journalism.

Índice

Introdução	1
1. A relevância da investigação.....	1
2. As opções metodológicas.....	3
3. Estudos de Obras.....	5
4. Os objetivos e a estrutura do trabalho.....	10
Parte I Enquadramentos Teóricos	12
Cap.1 As bases teóricas do Estudo Comparativo do Jornalismo.....	12
1. Das “Quatro Teorias” ao De-modelling – A evolução do Estudo Comparativo do jornalismo	14
2. O sistema mediático de Portugal e seu desenvolvimento.....	23
3. O sistema mediático da China e seu desenvolvimento.....	28
Cap.2 Base teóricas para a análise de <i>frames</i>	34
1. A construção da realidade social pelos media.....	35
2. O Estudo do <i>framing</i>	41
Parte II Fatores Contextuais.....	48
Cap.1 Fator histórico – uma narrativa histórica construída por dois países.....	48
1. Uma história apresenta em visão diferente	48
2. Os discursos históricos no contexto pós-colonial	50
Cap.2 Fator político – uma administração separada	55
1. A origem do modelo da “administração separada”	56
2. A governação incompleta das autoridades de Macau.....	60
3. A influência do modelo da “administração separada”	62
Cap.3 Fator Social – A estrutura social binária	71
1. As associações tradicionais e sociedade chinesa de Macau	72
2. A função das associações e a estrutura social binária de Macau	74

Cap.4 Fator Cultural – Coexistência da Culturas diversa e o dilema da identidade cultural	80
---	----

1. A diversidade cultural em Macau.....	80
2. O dilema da identidade cultural em Macau antes de 1999	86

Cap.5 O ambiente mediático em Macau	93
---	----

1. A imprensa de língua portuguesa de Macau	93
2. A imprensa de língua chinesa de Macau	100

Parte III Análise quantitativa da cobertura da Transição de Macau para a China105

Cap.1 Objetivo e <i>corpus</i>	105
--------------------------------------	-----

1. Objetivo e <i>corpus</i>	105
2. Definição das categorias de análise.....	107
2.1 Variáveis de <i>Forma</i>	107
2.2 Variáveis de <i>Conteúdo</i>	110
2.3 Variáveis de <i>Discurso</i>	117

Cap.2 Apresentação dos Resultados.....	121
--	-----

1. Discussão dos dados.....	121
2. Relevância das peças.....	123
2.1 Localização das peças no jornal.....	123
2.2 Extensão.....	126
2.3 Valorização gráfica.....	129
2.4 Assinatura.....	132
3. Géneros.....	136
4. Tema.....	143
5. Actor.....	151
6. Tom	160
7. Fontes.....	171

Parte IV – Análise qualitativa da Imprensa portuguesa.....181

Cap.1 Assuntos da Transição.....	181
----------------------------------	-----

1. A visita de Jorge Sampaio.....	181
-----------------------------------	-----

2. A construção da identidade comunitária portuguesa.....187
3. As negociações bilaterais no GLC no último ano da transição.....195

Cap.2 Justiça e Direito - Direitos, liberdades e garantias são o maior legado português209

1. O sistema judicial é condição para a autonomia da RAEM.....209
2. A Assembleia Legislativa é peça indispensável e fundamental216

Cap.3 A Eleição do chefe do executivo de Macau – Promessas e Consensos.....220

1. Promessas para a comunidade portuguesa.....220
2. O consenso para o cargo do Chefe do Executivo da RAEM.....226
3. “Mais vale pouco democracia do que nenhuma democracia”232
4. Edmund Ho – O maior denominador comum.....234

Cap.4 A preparação da RAEM - Mudança e continuidade.....237

1. A nomeação dos funcionários governamentais da futura RAEM.....237
2. Por uma administração moderna.....245
3. Reforçar as relações com a Europa.....247

Cap.5 A cerimónia de *handover*.....251

1. Nas vésperas da cerimónia.....251
2. A cerimónia da transferência encerra soberania portuguesa.....254

Parte V – Análise qualitativa da Imprensa Chinesa.....259

Cap.1 Assuntos de transição - Para uma transição suave de Macau.....259

1. O último período da transição259
2. A visita do presidente Jorge Sampaio a Macau.....263
3. A disputa sobre a estrutura provisória da cerimónia de despedida.....265
4. O futuro dos macaenses na RAEM.....267
5. A construção da identidade nacional – Manifestação em Macau contra mísseis da NATO.....270

Cap.2 A Justiça e Direito.....275

1. Lei básica - a Garantia Fundamental da Duradoura Estabilidade e Desenvolvimento.....275
2. Autonomia no quadro do interesse nacional da China.....276

3. O Adeus à Assembleia Legislativa de Macau - complete missões históricas e espere um novo começo	281
--	-----

Cap.3 A eleição do Primeiro Chefe do Executivo da RAEM - A nova cultura eleitoral	284
---	-----

1. A criação da Comissão de Seleção - participação vasta e ativa	285
2. A campanha eleitoral – uma nova cultura eleitoral.....	289

Cap.4 A Preparação da RAEM – Responsabilidade pesada ao ombro.....	293
--	-----

1. “Pequeno, mas Bonito; Pequena, mas Maravilhosa”	293
2. As relações entre Macau e Taiwan após a transição de 1999.....	296

Cap.5 A Cerimónia da Transferência de poderes de Macau na imprensa chinesa.....	302
---	-----

1. Nas vésperas da cerimónia.....	302
2. A Cerimónia da Transferência de Poderes.....	307

Parte VI - Os enquadramentos da cobertura da Transição de Macau e considerações finais318

Cap.1 Os enquadramentos construídos na cobertura da Transição de Macau no ano de 1999.....	318
--	-----

1. Enquadramentos da Imprensa Portuguesa.....	318
2. Enquadramentos da Imprensa Chinesa.....	328

Cap.2 Fatores que influenciaram a formação dos enquadramentos.....	335
--	-----

1. Fatores internos: diferenças na cultura dos media da China e de Portugal.....	335
2. Fatores estruturais que afetaram os quadros noticiosos da imprensa portuguesa e chinesa de Macau.....	341

Cap.3 As características comuns de <i>Framing</i> na cobertura jornalística em línguas portuguesa e chinesa.....	347
--	-----

1. As <i>frames</i> da cobertura da transição de Macau refletiam as vontades políticas de Portugal e da China.....	347
2. As <i>frames</i> da cobertura da transição de Macau para a China serviram para estabelecer e fortalecer as identidades culturais portuguesa e chinesa	350

Conclusão.....	353
Bibliografia	359
Anexo I.....	365
Anexo II.....	369

SIGLAS

ANP – Assembleia Nacional Popular da China

APIM – Associação Promotora da Instituição dos Macaenses

ATFPM – A Direção da Associação dos Trabalhadores da Função Pública

CCTAC – Comissão para a Celebração da Transferência da Administração para a China

CPRAEM – Comissão Preparatória da Região Administrativa Especial de Macau

CPTTM – Centro de Produtividade e Transferência de Tecnologia de Macau

CSJM – Conselho Superior de Justiça de Macau

GCCT – Gabinete de Coordenação da Cerimónia da Transferência

GLC – Grupo de Ligação Conjunto

JTM – Jornal Tribuna de Macau

MH – Macau Hoje

RAEM – Região Administrativa Especial de Macau

STDM - Sociedade de Turismo e Diversões de Macau, S.A

TUI - Tribunal da Última Instância

INTRODUÇÃO

1. A relevância da investigação.

Macau é uma cidade onde a coexistência de culturas diversificadas é uma característica de longo prazo. Da primeira chegada dos portugueses em 1557 à transferência de poderes para a China em 1999, Macau sempre teve uma posição especial na história da China e de Portugal. As intensas mudanças políticas e sociais na China e em Portugal provocaram, especialmente ao longo do século XX, um grande impacto nos media locais de Macau: por um lado, as mudanças políticas internacionais e domésticas da China e de Portugal levaram ao aumento da busca de informações relativas a pessoas de Macau, o que promoveu a criação e o desenvolvimento dos jornais modernos em Macau; por outro lado, essas alterações nos ambientes mediáticos moldaram as características especiais dos jornais locais portugueses e chineses de Macau.

A coexistência da imprensa local nas línguas portuguesa e chinesa é um dos reflexos da diversidade cultural em Macau. Macau é única, no sentido em que é o território do mundo com o maior rácio entre o número de jornais e o número de leitores. Se já antes da transferência administrativa de 1999 existiam sete jornais diários e nove semanários em língua chinesa para os chineses locais, uma população de menos de 500 mil de pessoas, essa proporção era ainda mais exagerada no que respeita à imprensa portuguesa, uma vez que existiam três diários e quatro semanários em língua portuguesa dirigidos a uma comunidade portuguesa que não tinha mais de dez mil pessoas. Esta situação é o resultado do modelo administrativo especial de Macau e das suas mudanças sociais ao longo de 400 anos. Assim, além das áreas da comunicação e do jornalismo, o estudo da imprensa de Macau também é relevante para os campos das ciências políticas e da sociologia. Sob o modelo da administração separada e da estrutura binária da sociedade, “como a imprensa de Macau constrói a narrativa histórica de Macau” já se tornou um tópico muito valioso

para a investigação no âmbito da imprensa de Macau. No entanto, devido aos obstáculos da cultura e do idioma, é difícil para os académicos chineses e portugueses realizarem pesquisas aprofundadas sobre os jornais da outra língua. Desta forma, a maior parte da investigação sobre a imprensa de Macau concentra-se no estudo da evolução da imprensa de Macau, existindo uma falta de estudos monográficos nesta área. Esperamos que este trabalho, com base em estudos empíricos da cobertura da transição de Macau em 1999, possa contribuir para o estudo monográfico da imprensa de Macau e para o estudo comparativo dos jornais de línguas portuguesa e chinesa de Macau.

Para os media, a "Transferência de Poderes de Macau de 1999" já não é apenas considerada como uma transferência de poder administrativo, mas é tratada como um evento noticioso complexo, ligado aos vários aspetos políticos e sociais, tais como as relações diplomáticas, emoções nacionais e imagens nacionais, etc., tendo-se tornado um evento noticioso com significados abundantes.

Embora geograficamente Macau seja um local pequeno, a importância e a influência da "Transferência de poderes de Macau" são inversamente proporcionais à sua superfície. Por um lado, a história especial de Macau fez com que este evento se tornasse um elemento importante para a construção e o reforço da identidade nacional chinesa. Por outro lado, devido às contínuas disputas territoriais internacionais, o regresso de Macau e a viabilidade da fórmula "Um país, dois sistemas", que foi a política escolhida para resolver as questões de Hong Kong e Macau, atraiu também muitas atenções do mundo. Especialmente nos últimos anos, a instabilidade da situação política de Hong Kong fez com que o "regresso de Macau" fosse visto como objeto de comparação na exploração das causas dos diferentes resultados da implementação de "um país, dois sistemas" em Hong Kong e Macau. Por isso, o tópico "Transferência de poderes de Macau" foi um foco central para os estudos de ciências da comunicação, de política e de sociologia, e, em termos de investigação, tem um valor significativo.

Diferentes contextos culturais e orientações de valores-notícia conduziram a diferentes enquadramentos nas coberturas jornalísticas. O presente trabalho

pretende observar as coberturas jornalísticas da transferência de soberania de Macau na perspectiva da análise das *frames*, a fim de analisar os enquadramentos construídos nos jornais de línguas portuguesa e chinesa de Macau e explorar as diferenças entre eles, bem como tentar explicar as razões dessas diferenças.

As teorias de *frames* são amplamente aplicadas em estudos na área do jornalismo para investigar a construção das realidades sociais das notícias. Goffman (1974) considera que a *frame* funciona como uma estrutura cognitiva que pode ajudar as pessoas a definir e compreender os acontecimentos. O objetivo da análise de *frames* é compreender como os media apresentam e constroem as realidades sociais, ou seja, um processo de *framing*. Desta forma, na investigação em jornalismo, a análise de *frames* pode ajudar a aprofundar a compreensão sobre o processo de construção social, ou seja, compreender como os media interpretam os significados e constroem as realidades mediáticas.

Devido à diferença na cultura jornalística entre a China e o ocidente e ao impacto dos contextos históricos, políticos e sociais de Macau, os jornais de línguas portuguesa e chinesa de Macau, embora media de âmbito local, criaram um campo de competição mediática através das diferentes ideologias políticas e conceitos jornalísticos. Além do mais, devido à especificidade da “Questão de Macau”, a transferência de poderes de Macau torna-se, naturalmente, um evento noticioso internacional. Assim, a análise dos relatos deste evento publicados nos jornais de línguas portuguesa e chinesa de Macau assemelha-se mais a uma investigação no campo da comunicação internacional, exigindo portanto a aplicação das teorias do estudo comparativo e as teorias de *frames*, em combinação com estudos empíricos, com o objectivo de permitir a compreensão das diferentes ideologias ocultas nos textos noticiosos e as intenções dos enquadramentos construídos.

2. As opções metodológicas

Com este trabalho pretende-se adaptar os métodos quantitativo e qualitativo para estudar as coberturas mediáticas da transferência de poderes de Macau de 1999.

Assim, iremos realizar uma estatística quantitativa das peças jornalísticas analisadas para compreender como se caracterizam e evoluem os padrões da cobertura deste evento. Por outro lado, iremos realizar um estudo empírico dos discursos nas coberturas jornalísticas para analisar os enquadramentos construídos e explorar os fatores que influenciaram a sua construção. As opções metodológicas são a Análise de Conteúdos, a Análise do Discurso e a Análise de *Frames*.

Com a Análise de *Frames* pretende-se analisar como as pessoas constroem os significados na vida pública, ou seja, mostrar como os media fazem a construção social e a reprodução da realidade. O estudo de *Frames* centra-se em três aspectos principais: Quais são os enquadramentos? Como foram construídos os enquadramentos?. O nosso trabalho concentra-se nos dois primeiros aspectos, pretendendo discutir quais os enquadramentos construídos na cobertura da transferência de poderes de Macau e explorar os factores que afetaram o processo de *faming*.

A Análise de Conteúdos é um método de investigação que permite descrever os conteúdos da comunicação de forma objetiva, sistemática e quantitativa. A análise de conteúdos apresenta as seguintes características: os objetos de pesquisa não sofrem alterações e o processo de pesquisa pode ser repetido; aplica-se o método quantitativo; é uma descrição dos conteúdos dos media. O presente trabalho usará o método da Análise de Conteúdos para explorar as características e a evolução dos padrões jornalísticos nas coberturas da transição de Macau em 1999. Para comparar e estudar de forma mais abrangente os jornais de línguas portuguesa e chinesa em Macau seleccionámos como objeto de estudo os quatro jornais mais importantes de Macau (dois em língua portuguesa e dois em língua chinesa), dos quais foram extraídas as 2531 peças jornalísticas sobre a transferência de poderes de Macau no ano de 1999 que constituem o *Corpus* da nossa análise estatística.

A Análise do Discurso é um método de análise textual frequentemente utilizado em combinação com a Análise de *Frames*. A Análise do Discurso é a base que nos permite explorar os quadros construídos nos textos noticiosos. A Análise do Discurso é também um método de investigação importante para identificar ideologias

e posições por detrás dos textos, sendo um método efetivo para explorar as conotações dos enquadramentos e o seu processo de construção.

3. Estudos de Obras

3.1 Estudos sobre Macau

“Os Estudos sobre Macau” são os estudos interdisciplinares que envolvem os âmbitos económico, político, jurídico, social e cultural, assim como as histórias, as religiões e as relações sino-estrangeiras. Os estudos sobre Macau englobam a história antiga e moderna de Macau, refletindo não só as regras gerais da investigação académica, mas também as específicas do "modelo de Macau". O estatuto especial da história de Macau despertou amplamente as atenções de investigadores chineses e portugueses e os resultados desses estudos envolvem praticamente todas as disciplinas das ciências sociais e humanas.

O desenvolvimento dos “Estudos sobre Macau” teve início em meados da década de 1980. À medida que o futuro do estatuto político de Macau se foi tornando mais claro, os chineses de Macau começaram a organizar e desenvolver estes estudos de forma sistemática. Em setembro de 1985, a Associação de Ciências Sociais de Macau foi criada, tendo como objetivo “Estudar Macau e servir a sociedade”, e a revista desta associação, “Hao Jing”, tornou-se o primeiro periódico académico publicado em chinês em Macau (Wu, 2008: 1039). Em junho de 1987, A Universidade de Macau criou o Centro de Estudos sobre Macau e, em 1988, iniciou a publicação da revista “Estudos de Macau”, que, hoje em dia, se tornou um periódico importante que publica as realizações académicas sobre este tema. A Fundação de Macau também desempenhou um papel importante na promoção dos estudos sobre Macau. A partir de 1992, o trabalho desta Fundação passou a concentrar-se na promoção dos estudos sobre Macau nos âmbitos político, jurídico, económico, social, histórico, literário e artístico, publicando vários trabalhos académicos que se tornaram materiais de estudo indispensáveis.

Na área académica, “Estudos sobre Macau” não é um campo novo. Na dinastia Qing (1636-1912) já existiam alguns estudos sobre a história de Macau. “*Macau Chronicle*” é um livro de crónicas local publicando-se em 1751, que foi o primeiro livro chinês com referências sistemáticas à história deste território. Hoje em dia, com o regresso de Macau à China, os “Estudos sobre Macau” foram adquirindo novas conotações. A investigação neste campo não se limita a explorar as regras operacionais do sistema político e da estrutura social de Macau sob a administração portuguesa, mas também a explorar a evolução do “Modelo de Macau” sob a fórmula “Um país, dois sistemas” após o regresso de Macau em 1999. Os tópicos dos “Estudos sobre Macau” centram-se nas questões relacionadas com a transferência de poderes de Macau, tais como a viabilidade da política “Um país, dois sistemas” e da Lei Básica, as relações sino-portuguesas, e os estudos dedicados a questões económicas, sociais, culturais e históricas.

Em anos recentes, Macau é a segunda região administrativa especial a implementar a fórmula “um país, dois sistemas”, depois de Hong Kong. Com a instabilidade da situação política em Hong Kong, os investigadores que se dedicam aos estudos sobre Macau passaram a prestar mais atenção ao desenvolvimento político de Macau após o seu regresso à China, e à demonstração na prática da fórmula “um país, dois sistemas”. Portanto, os “Estudos sobre Macau” não possuem apenas um valor académico, mas também têm um significado prático.

3.2 Os estudos relativos à “Transferência de Poderes de Macau”.

A investigação sobre a Transferência de Poderes de Macau tem-se revelado o tipo de estudo monográfico mais importante no âmbito dos “Estudos sobre Macau”. Desde o final dos anos 80 e até aos dias de hoje, os círculos político, histórico e jurídico na China e no estrangeiro têm dedicado grande atenção ao estudo da “Questão de Macau”.

No campo da ciência política, a investigação evidencia as diferenças óbvias entre a China e o Ocidente. Na China, os estudos sobre a Questão de Macau tendem

a focar-se nas políticas para Macau implementadas pelo governo central da China, tal como a política “Um país, dois sistemas”, enquanto nos círculos académicos ocidentais, o estudo da “Questão de Macau” revela maior interesse em temas como a “legitimidade” da transferência de poderes de Macau na lógica das relações internacionais e dos direitos internacionais, ou seja, as questões da “compatibilidade” do segundo sistema em Macau e da consciência nacionalista da China por detrás da Questão de Macau. Em resumo, o círculo académico chinês estuda principalmente a prática da fórmula “um país, dois sistemas”, enquanto o círculo académico ocidental presta mais atenção à “legalidade” da transferência de poderes de Macau.

No campo da ciência económica, o foco da investigação é mais diversificado, tratando temas como, por exemplo, a transformação e a atualização dos investimentos de Macau e da região do Delta do Rio das Pérolas, ou a indústria do jogo, as finanças regionais e o sector imobiliário.

Adicionalmente, e sendo Macau rica em recursos históricos e culturais, a singularidade cultural de Macau é também um tópico quente de investigação, especialmente no que respeita ao Centro Histórico.

Porem, a investigação na área do jornalismo apresenta, em comparação com os três campos acima referidos, poucos estudos sobre a transferência de poderes de Macau, uma vez que tem havido mais interesse no estudo da evolução histórica da imprensa e da origem dos jornais em línguas portuguesa e chinesa em Macau. Existem poucos estudos monográficos sobre os media de Macau, especialmente no que respeita aos relatos do regresso de Macau em 1999, assim como estudos comparativos dos jornais portugueses e chineses em Macau. Neste caso, pode dizer-se que o nosso trabalho, a cobertura da Transferência de Poderes de Macau nas imprensas de expressão portuguesa e chinesa em Macau, preenche uma lacuna nos “Estudos sobre Macau” e no jornalismo de Macau.

3.3 Estudo Comparativo do Jornalismo

O Estudo Comparativo do Jornalismo é uma disciplina emergente com origem no Ocidente no início do século XX. É um estudo do jornalismo que pretende ser intercultural e interdisciplinar. A condição prévia de um estudo comparativo é que os dois objetos comparados possuam culturas heterogêneas. Aqui, a cultura heterogênea encontra-se nas diferentes qualidades culturais, nas ideologias e nas cosmovisões, oriundas de países com diferentes crenças e valores. O objetivo principal de um estudo comparativo do jornalismo é explicar como os fatores contextuais, incluindo os sistemas políticos e os ambientes culturais, afetam as práticas do jornalismo, bem como entender as características da diversidade e as contradições apresentadas nas atividades da comunicação humana. Nestes contextos, é da complementaridade entre as diferentes culturas nacionais que surge a força motriz do desenvolvimento dos jornais representativos das várias comunidades.

A origem dos Estudos Comparativos do Jornalismo remonta à obra *“Four Theories of the Press”*, publicada por três investigadores americanos da comunicação, Sibert, Schramm e Peterson, em 1956. Com a observação das relações entre o Estado e os *media*, o livro sistematizou as teorias da imprensa em quatro tipos: Teoria Autoritária, Teoria da Liberdade de Imprensa, Teoria do Comunismo Soviético e Teoria da Responsabilidade Social. Este livro faz, pela primeira vez, uma classificação sistemática e um balanço das formas das imprensas de países com diferentes ideologias, tornando-se a pedra angular dos estudos comparativos do jornalismo ocidental.

Em 1983 foi publicado o livro *“Comparing Media Systems”*, escrito por Daniel Hallin e Paolo Mancini, que representou um enorme salto qualitativo nos Estudos Comparativos do Jornalismo. Os autores dividiram os meios de comunicação em três modelos: o modelo Liberal, o modelo Democrático Corporativo e o modelo Pluralista Polarizado. O livro identifica também alguns dos principais conceitos do jornalismo, tais como a liberdade de imprensa, os valores noticiosos e as funções das notícias, etc. Este foi o primeiro livro a apresentar uma comparação sistemática dos conceitos orientais e ocidentais de jornalismo.

À medida que as teorias e métodos dos estudos comparativos do jornalismo amadureceram, o seu escopo de pesquisa foi-se gradualmente expandido. Hoje em dia, ao nível macro, os estudos comparativos dos media incluem comparações dos sistemas políticos, dos mercados e da supervisão dos media, etc. Para além disso, ao nível micro, estes estudos abrangem ainda comparações nas áreas da comunicação política, da comunicação organizacional e comercial, e da comunicação na área de saúde, etc. (Esser F & Hanitzsch T, 2012:3-22).

Embora os Estudos Comparativos do Jornalismo tenham uma histórica de décadas no Ocidente, só foram introduzidos na China na década de 90 do Sec. XX. Em 1994, Tao Han publica o livro *“Comparative Journalism”* (1994), a primeira monografia do investigador chinês nesta área, onde apresenta uma interpretação sistemática das teorias do jornalismo ocidental e do jornalismo marxista, e faz comparações horizontais de questões da área jornalística entre países diferentes, nas quais se incluem a propriedade dos media, a história do jornalismo, a lei da imprensa e a liberdade de imprensa. O livro *“Comparison of Chinese and Western News”* (Fan, 1994) é também um estudo comparativo em forma de monografia, muito conhecido na década de 90, em que o autor explora os fenómenos noticiosos na China e no Ocidente de uma perspetiva cultural e filosófica.

Existem vários métodos para realizar um estudo comparativo sobre os media chineses e ocidentais. Os mais comuns são o estudo paralelo, a investigação interdisciplinar e os métodos de pesquisa sincrónica e diacrónica. O conteúdo da comparação envolve muitos aspetos, incluindo teorias básicas na área do jornalismo, políticas e sistemas da imprensa, liberdade de imprensa e controle do Estado, moralidade e sistema legal, consumo de notícias, estéticas, etc.

O presente trabalho terá como base a perspetiva teórica do estudo comparativo do jornalismo para analisar e comparar os enquadramentos jornalísticos das imprensas portuguesa e chinesa de Macau a partir da cobertura noticiosa da transferência de poderes de Macau de 1999. Serão também explorados os fatores influenciadores do processo de construção desses mesmos enquadramentos.

4. Os objetivos e a estrutura do trabalho

Com o presente trabalho pretende-se explorar como as imprensas portuguesa e chinesa trataram a transferência de poderes de Macau no ano de 1999. O trabalho desenvolve-se com base nas teorias do estudo comparativo do jornalismo e nas teorias de *Frames* e *Framing*, e irá realizar-se em dois níveis: teórico e substantivo. Relativamente ao nível substantivo, iremos realizar um estudo quantitativo e outro qualitativo da cobertura da transferência de poderes de Macau para podermos compreender as características e a evolução dos seus padrões jornalísticos, bem como resumir os enquadramentos das peças jornalísticas analisadas e explorar os fatores influentes nesse processo de construção. E, no plano teórico, pretendemos realizar uma análise das culturas jornalísticas da China e de Portugal e dos seus contextos históricos, políticos, sociais e culturais, assim como dos ambientes mediáticos de Macau, de forma a identificar os elementos explicativos dos padrões e dos enquadramentos encontrados.

O trabalho organiza-se em três partes:

A primeira parte, o enquadramento teórico, que inclui os dois primeiros capítulos, apresentará as bases teóricas para o nosso trabalho. No primeiro capítulo, serão introduzidas as bases teóricas para o estudo comparativo do jornalismo, incluindo as teorias dos sistemas mediáticos da China e de Portugal. O segundo capítulo abrangerá as teorias da construção social dos media e as teorias de *frames* e de *framing*, que fornecerão as bases teóricas para a Análise de *Frames*.

A segunda parte será composta por cinco capítulos, onde serão apresentados os fatores contextuais para a análise de *Framing*, incluindo os fatores históricos, políticos, sociais, culturais e profissionais. Estes fatores tiveram grande impacto aquando da construção dos quadros jornalísticos das coberturas da Transferências de Poderes de Macau e, por isso, a discussão dos factores contextuais poderá fornecer elementos explicativos para a Análise de Conteúdos e a Análise do Discurso.

A terceira parte detém-se na análise qualitativa das coberturas, permitindo mostrar como se caracterizaram e evoluíram os padrões da cobertura da transferência de poderes de Macau em 1999, e encontra-se dividida em dois capítulos. O primeiro capítulo apresenta as categorias e definições das variáveis analisadas, e no segundo capítulo procede-se à apresentação e à discussão dos resultados obtidos. As variáveis *Forma*, *Conteúdo* e *Discurso* permitir-nos-ão identificar os padrões jornalísticos da cobertura do regresso de Macau e analisar a sua evolução ao longo de 1999.

As partes IV e V serão dedicadas à análise qualitativa das coberturas da transferência de poderes de Macau na imprensa portuguesa (parte IV) e chinesa (parte V). O estudo dos jornais de cada uma das línguas permitirá realizar a análise do discurso dos cinco temas mais importantes das coberturas da transferência de poderes de Macau: *Os Assuntos da Transição*, *O Direito e a Justiça*, *A Eleição do Chefe do Executivo da RAEM*, *A Preparação da Região da Administração Especial de Macau (RAEM)* e *a Cerimónia da Transferência de poderes de Macau*. Pretendemos investigar como os jornais portugueses e chineses trataram estes temas, ou seja, quais foram as linhas gerais construídas pelos jornais das diferentes comunidades de Macau quando confrontados com os mesmos temas.

As considerações finais sobre a Análise de *Frames* são apresentadas na parte VI, que inclui três capítulos. No primeiro capítulo encontra-se o resumo dos enquadramentos construídos pelos jornais de línguas portuguesa e chinesa analisados. Com base na análise do discurso das partes IV e V, neste capítulo serão revelados os enquadramentos jornalísticos construídos nas coberturas jornalísticas da transferência de poderes de Macau em 1999. O segundo capítulo é a exploração dos fatores influentes no processo de *framing*, que correspondem às razões das diferenças nos enquadramentos dos jornais de línguas portuguesa e chinesa. Por fim, o terceiro capítulo dedica-se à discussão das características comuns do processo de *framing* dos jornais de línguas portuguesa e chinesa de Macau.

Parte I. Enquadramento Teórico

Cap.1 As bases teóricas do Estudo Comparativo do Jornalismo

No campo dos estudos comparativos, o Estudo Comparativo do Jornalismo é uma área relativamente recente, que surgiu na década de 1920. Em geral, a comparação jornalística pretende estudar as semelhanças e diferenças da imprensa entre vários países, regiões, comunidades e instituições, com o objetivo de explorar as contradições internas e as relações competitivas da imprensa a nível global, e procurar a norma da divulgação da notícia. Aqui, o termo “Jornalismo” é aplicado no seu sentido de nível macro, isto é, “a indústria jornalística”. O jornalismo, não importa de onde seja, procura sempre uma forma de se harmonizar com os seus próprios contextos políticos, sociais e culturais, com o intuito de prestar um serviço ao público. Assim, o jornalismo não tem apenas a característica da modernidade, mas também a da diversidade, sendo esta a base para o seu estudo comparativo. Podemos, assim, enfatizar dois aspetos do Estudo Comparativo do Jornalismo: “Transnacionalidade” e “Interculturalidade”.

O facto de o Estudo Comparativo do Jornalismo ser “Transnacional” parte de uma observação sintética dos media globais. A razão de a transnacionalidade ser uma característica do Estudo Comparativo do Jornalismo deve-se ao facto de, no mundo o jornalismo se encontrar no contexto social de “Estado-nação” desde o seu nascimento. A realidade da sobrevivência e a evolução do jornalismo num determinado país constituem a base do quadro disciplinar do Estudo do Jornalismo, que tem na atividade jornalística o seu objeto de pesquisa. Diferentes países possuem diferentes quadros disciplinares de jornalismo, com as suas próprias características ao nível da história e da realidade, e, naturalmente, o Estudo Comparativo do Jornalismo não deve ignorar essas semelhanças e diferenças. Desta forma, a perspetiva da investigação do Estudo Comparativo do Jornalismo deve tratar o “país” como a unidade básica.

Por outro lado, o Jornalismo Comparativo é um jornalismo “Transcultural”. Como a Literatura comparativa transcultural, o jornalismo transcultural também atribui importância ao contexto cultural em que vive. A cultura de um país fornece um contexto geral à literatura e ao jornalismo desse mesmo país e, portanto, pode dizer-se que a literatura e o jornalismo são subsistemas da cultura de um determinado país, ou seja, são eles próprios um tipo de subcultura. Uma outra razão para colocarmos o estudo comparativo do jornalismo num determinado contexto cultural é o papel dos media na continuação cultural e no desenvolvimento social, que se tem tornado cada vez mais significativo desde o nascimento dos jornais modernos. No estudo do jornalismo, as críticas sobre a comunicação de massas surgem precisamente da perspectiva da cultura, em que acusar “a cultura de massas” de ser construída pelos media prejudica a cultura de elite. Assim podemos ver que, no que diz respeito ao Estudo Comparativo do Jornalismo, este terá necessariamente de ter em conta uma perspectiva intercultural.

Em suma, o Estudo Comparativo do Jornalismo deve ser “transnacional” e “intercultural”, e a investigação comparativa sobre as imprensas chinesa e ocidental deve assentar precisamente no contexto em que estas se encontram. A perspectiva intercultural tornou-se uma área especial no campo do estudo comparativo do jornalismo devido à complexidade da comparação cultural entre a china e o ocidente.

O nosso objeto de estudo, os jornais de línguas portuguesa e chinesa de Macau, também possui as características acima referidas. Embora estes jornais coexistam na mesma cidade, pertencem a diferentes sistemas de media, com características culturais distintas, tornando este estudo “intercultural”. E devido à tradição de uma administração separada, o contexto dos discursos político e social das comunidades portuguesa e chinesa de Macau encontra-se sempre estreitamente ligado a Portugal e à China, ou seja, os média das duas comunidades enquadram-se em contextos políticos e sociais de diferentes nacionalidades. Assim, o nosso estudo pode ser considerado “transnacional”. Neste caso, pode dizer-se que a comparação das imprensas portuguesa e chinesa em Macau cabe, de facto, na categoria do Estudo Comparativo do Jornalismo.

Antes de iniciarmos o nosso estudo de comparação será necessário explorar as questões teóricas ligadas ao Estudo Comparativo do Jornalismo. Esta questão será analisada tendo em conta dois aspetos: primeiro faremos uma revisão e uma reflexão sobre a evolução do estudo comparativo do jornalismo e, posteriormente, uma breve apresentação dos modelos teóricos dos jornalisismos da China e de Portugal, com o intuito de criar uma base teórica para o estudo comparativo das coberturas jornalísticas nas imprensas de expressão portuguesa e chinesa em Macau.

1. Das “Quatro Teorias” ao *De-modelling* – A evolução do Estudo Comparativo do Jornalismo

1.1 A perspetiva ocidental da comparação dos sistemas mediáticos.

O livro pioneiro do Estudo Comparativo do Jornalismo é “*Four Theories of The Press*”, publicado pela primeira vez em 1956. Os autores deste livro, Siebert, Schramm e Peterson (1956), classificam as relações entre o Estado e os media em quatro grandes teorias: a Teoria Autoritária, a Teoria Libertária, a Teoria da Responsabilidade Social e a Teoria do Comunismo Soviético. Este livro relaciona as imprensas dos diferentes países às estruturas sociais e políticas em que funcionavam, revelando o papel dos media e do jornalismo nas sociedades ocidentais. Estas quatro teorias tornaram-se as teorias base do estudo da imprensa.

A Teoria autoritária surgiu no final do Renascimento, tendo origem no autoritarismo, a forma de pensamento político que refletia o clima político daquela época. Na Inglaterra dos séculos XVI e XVII, um indivíduo só podia ser dono de um meio de comunicação ou participar nos seus órgãos de gestão após obter os direitos de patente ou uma licença real. Os media eram usados como ferramenta para implementar as políticas dos governantes no poder e para servir o Estado, e as autoridades usufruíam do privilégio de formular as políticas, emitir as licenças e implementar a censura da imprensa. A Teoria Liberal surgiu no século XVIII e amadureceu no século XIX, tendo como base os pensamentos de John Millton e John

Locke e o pensamento filosófico do direito natural. A teoria liberal defende que os media não são uma ferramenta do governo, e que, pelo contrário, devem ser independentes da sua intervenção, ser geridos por indivíduos independentes e desempenhar um papel de supervisão do próprio governo.

A Teoria da Responsabilidade Social foi desenvolvida principalmente nos Estados Unidos no século XX, e refere que os media devem assumir responsabilidades sociais para evitar que “o mercado de opiniões” seja controlado por algumas elites ou monopolizado pelo poder. Estas responsabilidades sociais incluem equilibrar as posições de todas as partes nas coberturas (por exemplo, dando aos candidatos espaço equivalente), fornecer informações suficientes para que o público faça julgamentos racionais, etc. A teoria da responsabilidade social sustenta que, se os media não fizerem bem o seu trabalho, o Estado ou o governo precisam de adotar medidas específicas para os monitorizar ou incentivar a servir os interesses da sociedade. Esta é a maior diferença entre a teoria da responsabilidade social e a teoria liberal, que enfatiza a não intervenção do governo.

A Teoria do Comunismo Soviético é decorrente das ideias de Marx, Lenine e Estaline e foi desenvolvida principalmente na União Soviética, tendo por objetivo principal contribuir para a continuação do sistema socialista. Uma vez que são subsidiados pelo Estado, os media soviéticos não procuram financiamento na iniciativa privada. Os media atendem aos interesses do Estado ou do governo e são usados como ferramenta na defesa das políticas e da propaganda ideológica. O Estado controla rigorosamente a operação e conteúdo dos media por meio da pré-censura e ordens de proibição, impede a livre concorrência de informações e inculca pensamentos e ideologias unificadores.

De facto, estas quatro tendências teóricas podem ser resumidas em dois tipos básicos: o Autoritarismo e o Liberalismo. A teoria do comunismo soviético é uma variante do autoritarismo no sentido moderno, enquanto a teoria da responsabilidade social é o resultado do desenvolvimento do liberalismo no tempo contemporâneo, uma vez que não nega o conceito fundamental de liberalismo e ainda aumenta a responsabilidade dos media. Desta forma, o livro "*Four Theories of The Press*" (1956)

confunde as dimensões diacrónicas (teorias de autoritarismo e liberalismo) e sincrónicas (teorias de liberalismo, de responsabilidade social e de comunismo soviético) na discussão das teorias dos media, o que causou algumas contradições na lógica da argumentação.

Além disso, as críticas a este livro também devem considerar o contexto da época em que foi publicado – o período da Guerra Fria. A oposição entre o liberalismo e o comunismo soviético que é apresentada no livro reflete a divisão ideológica entre o Oriente e o Ocidente e também entre os Estados Unidos e a União Soviética da época em que foi publicado. Como refere McQuail, as “As Quatro Teorias da Imprensa” não são apenas um resumo da evolução do jornalismo (de “autoritário” a “liberal”), mas um sinal de confronto entre o modelo liberal e o modelo comunista soviético (McQuail 1992: 65). Neste caso, no contexto da Guerra Fria, e influenciados fortemente por esta conceção geopolítica, os autores de *“Four Theories of The Press”* enfatizaram demasiado as diferenças entre os campos ocidental e oriental, e ignoraram diferenças notáveis no próprio Ocidente. Embora estes autores afirmem que estas quatro teorias da imprensa identificam praticamente todos os tipos de media do mundo ocidental, o facto é que os países a que podemos ligar essas quatro teorias são em número bastante limitado. O livro concentra-se principalmente no Reino Unido, nos Estados Unidos e na União Soviética, bem como em países da Europa Ocidental tais como França e Alemanha, não prestando atenção suficiente às diferenças internas dos países ocidentais. No caso dos sistemas mediáticos dos países europeus, que permitiam a coabitação de media privados com o sistema de radiodifusão pública, estes eram particularmente difíceis de identificar com a Teoria do Liberalismo (McQuail 2010: 176).

Em 2004, os investigadores Daniel C. Hallin e Paolo Mancini publicaram o livro *“Comparing media systems: Three models of media and politics”* (2004), que pretendia desafiar “As quatro teorias da imprensa”. Na opinião de Hallin e Mancini, “As Quatro Teorias da Imprensa” são essencialmente produtos do período da Guerra Fria e não podem ser adaptadas à diversidade de sistemas mediáticos de outros países europeus após a Guerra Fria. Além disso, referem ainda que “As Quatro Teorias da Imprensa”

falham na ligação profunda entre o sistema mediático e o sistema social, e não se podem adaptar aos ambientes económicos e políticos atuais.

Para analisar a relação entre os meios de comunicação e as formas de organização política nos países analisados, Hallin e Mancini compararam os sistemas mediáticos de 18 países da Europa Ocidental e da América do Norte e analisaram os dados destes países com base em quatro conjuntos de variáveis: o nível de desenvolvimento dos mercados dos media; o grau de paralelismo entre os sistemas mediáticos e políticos; o nível de profissionalismo do jornalismo; e o nível e a natureza da intervenção do Estado nos meios de comunicação (Hallin e Mancini, 2004). Através da análise destas variáveis, os diferentes sistemas mediáticos foram divididos em três grandes modelos: o modelo Liberal, o modelo Democrático Corporativo e o modelo Pluralista Polarizado. Assim que estes três modelos de sistemas político-mediáticos foram propostos, surgiram discussões acaloradas nos círculos académicos, tendo esta obra sido o outro grande sucesso da análise intercultural em Comunicação, após “As Quatro Teorias da Imprensa”.

O modelo Liberal é também conhecido como “modelo anglo-americano”, e os países representativos incluem os Estados Unidos, o Reino Unido, o Canadá e a Irlanda. As principais características deste modelo são: uma elevada circulação de jornais, o desenvolvimento dos jornais populares dá-se relativamente cedo; os jornais comerciais assumem uma orientação neutra e as coberturas são dominadas pelas informações; baixo grau de Paralelismo Político, com pluralismo interno; a independência é relativamente elevada e sofre poucas intervenções do Estado; alto índice de profissionalização; e os sistemas dos media são dominados pelos mercados.

O modelo Democrático Corporativo concentra-se principalmente nos países da Europa Central e do Norte, incluindo Áustria, Bélgica, Dinamarca, Finlândia, Alemanha, Holanda, Noruega, Suécia, Suíça, etc. O modelo caracteriza-se por uma elevada circulação de jornais; os jornais populares estão relativamente amadurecidos e forma-se um mercado multinível para os media; a orientação política dos media apresenta um pluralismo externo; os media comerciais coexistem com os media partidários, com uma presença histórica forte de jornais de partidos políticos que se

foram tornando gradualmente jornais comerciais neutros; um elevado índice de profissionalização; sob a premissa de proteger a liberdade de imprensa, o Estado intervém fortemente no sistema mediático, sendo os subsídios à imprensa e à radiodifusão pública dois dos meios principais da sua intervenção.

O modelo Pluralista Polarizado abrange os países mediterrânicos, tais como França, Grécia, Itália, Portugal e Espanha. Este modelo caracteriza-se por uma baixa taxa de circulação de jornais, pois o desenvolvimento da imprensa foi tardio, que são predominantemente dirigidos a um público de elite; um elevado grau de paralelismo entre o sistema dos media e o sistema político, com pluralismo externo; um baixo nível de profissionalização; e uma forte intervenção do Estado.

Estes três modelos propostos por Hallin e Mancini (2004) baseiam-se no contexto dos “países democráticos ocidentais”, cujo padrão de classificação é definido de acordo com os indicadores sociais dos principais países desenvolvidos do ocidente. Assim, em termos académicos, para estes modelos terem valor de referência e haver possibilidade de extrapolação para outros países levantam-se várias questões.

Para responder a estas questões e expandir as esferas de comparação, os dois autores publicaram um novo livro em 2012, intitulado "*Comparing Media Systems: Beyond the Western World*" (Hallin e Mancini, 2012). Para esta compilação de ensaios foram convidados 11 autores da Europa Oriental, da Ásia, da América Latina e de outros países do mundo, com o intuito de discutir os sistemas mediáticos das suas respectivas regiões, esperando que assim fosse possível construir uma ponte entre os quadros teóricos de "*Comparing Media Systems*" e a sua investigação subsequente.

No novo volume de 2012, Hallin e Mancini concluíram que a maioria dos países e regiões do mundo, especialmente os países em desenvolvimento e não democráticos, se encontram mais próximos do modelo Pluralista Polarizado, isto é, o baixo nível de desenvolvimento do mercado dos media apresenta uma correspondência externa óbvia entre os media e o sistema político. O nível de instrumentalização da imprensa é profundo e existe um elevado grau de intervenção do governo nos media. Porém, ao mesmo tempo, os autores também verificaram que

alguns países e regiões asiáticas se situam longe do modelo Pluralista Polarizado, estando mais próximos de algumas características dos outros dois modelos.

1.2 *De-modelling*: o estudo comparativo dos sistemas dos media globais

Como já foi referido, os objetos de estudo do livro *“Comparing Media Systems”* (Hallin e Mancini, 2004) não vão para além das democracias capitalistas da América do Norte e da Europa Ocidental, o que levanta a questão de os três modelos propostos por Hallin e Mancini poderem ser usados em países e regiões fora do mundo ocidental, descrevendo e interpretando os sistemas dos media que se situam em diferentes contextos culturais, políticos e sociais. Assim, partindo deste livro, os dois autores publicaram um novo volume em 2012, *“Comparing Media Systems: Beyond the Western World”*, para o qual convidaram 11 autores de países não ocidentais para discutir os seus sistemas mediáticos. No entanto, e embora os dois editores esperassem que as análises desses autores pudessem “desencantar” os sistemas mediáticos ocidentais (Hallin e Mancini, 2012: 1), a maioria dos autores que participaram neste livro aplicaram as quatro variáveis propostas no livro *Comparing Media Systems* (2004) para analisar os respetivos sistemas mediáticos. As quatro variáveis usadas foram a mercantilização dos media, o paralelismo político, o profissionalismo e a intervenção do Estado.

Na verdade, estas quatro variáveis não são suficientes para resumir os sistemas dos media de países que não os países ocidentais, porque os contextos históricos de cada região são diferentes. Por exemplo, em Israel, “a Cultura da Segurança Nacional” tem uma influência importante na formação do sistema mediático local (Hallin e Mancini, 2012: 12). Nos países dos Balcãs, a identidade das culturas e línguas nacionais e a sua proteção desempenham um papel fundamental no despertar nacional, o que também afecta os seus sistemas mediáticos (Hallin e Mancini, 2012: 53). Na China, o sistema dos media apresenta características como “comercialização não independente” (Chan, 1993) e “profissionalização não garantida” (Yu, 1994), sendo muito diferente de outros países. É, por isso, inviável aplicar

mecanicamente os três modelos do mundo ocidental ao sistema dos media chineses, como apontou o autor Yuezhi Zhao neste livro:

“In China, although the party media model remains “structured in dominance,” it is perhaps useful to move beyond a single model to understand Chinese media institutions and practices in the dynamic and creative tensions among political instrumentalization, commercial instrumentalization, professionalization, and pressures for popular participation in the era of digitalized and socialized communication” (Hallin e Mancini, 2012: 172)

Desta forma, para além de aplicarem as quatro variáveis propostas por Hallin e Mancini (2004), cada autor acrescentou as suas variáveis, definidas de acordo com as características próprias do seu país. Em termos gerais, as comparações são muito complicadas e a criação de teorias e modelos globais torna-se muito difícil.

Aplicar os modelos ocidentais às outras regiões do mundo pode analisar algumas partes dos sistemas mediáticos, mas deixa também outras partes de fora. Apesar de os três modelos (Liberal, Democrático Corporativo e Pluralista Polarizado) propostos por Hallin e Mancini (2004) serem de tipo analítico e não de tipo normativo, ao serem aplicados a outras regiões, tornam-se modelos de tipo normativo. Portanto, quando estes modelos são estendidos a todo o mundo e se tornam normativos, os seus significados serão postos em causa. Um outro autor, Voltmer, apresenta um conceito de "anti-models" para se referir a um sistema que está no processo de fragmentação e de subdivisão, e a que falta capacidade de categorização num âmbito mais global, e questiona-se sobre a viabilidade das ferramentas de análise, ou seja, as quatro variáveis (Hallin e Mancini, 2012: 222).

Até ao momento não existe nenhum modelo que possa ser aplicado de forma generalizada a todos os sistemas de media. Uma vez que os media se desenvolvem sob diferentes e complicadas condições históricas, um estudo comparativo de âmbito global constituiria, na realidade, um processo de *de-modelling*. Por outras palavras, quantos mais sistemas mediáticos estiverem envolvidos numa comparação à escala global, mais difícil será generalizar o *status quo* em um ou vários modelos, assim como se tornará mais difícil apresentar teorias standardizadas.

Na verdade, muitos investigadores têm tentado procurar modelos alternativos para compreender os sistemas mediáticos dos países e regiões “não ocidentais”. Estas discussões exploram as relações entre os sistemas mediáticos e as reformas sociais por meio da comparação horizontal entre diferentes países, ou da comparação vertical entre as diferentes fases da transformação dos media, ecoando a ideia de “desocidentalização”.

O conceito de “desocidentalização”, que foi proposto por James Gurran e Myung-jun Park no livro *“De-Westernizing Media Studies”* (2000), pretende estabelecer uma visão teórica mais ampla para o estudo comparativo, corrigindo assim as tendências de “auto-absorção” e “paroquialismo” das teorias mediáticas ocidentais. Após o fim da Guerra Fria, a ascensão das economias asiáticas, o surgir de centros de produção mediática para além de Hollywood e o rápido crescimento da investigação sobre os media á escala global produziram as teorias “universais”, que por serem baseadas nas experiências de um pequeno número de países desenvolvidos ocidentais não são verdadeiramente aplicáveis a nível global. Para incorporar as experiências dos países não ocidentais no processo de teorização, James Gurran e Myung-jun Park fizeram uma observação abrangente sobre as relações entre os sistemas políticos, económicos e mediáticos dos principais países do mundo, classificando os sistemas políticos em cinco categorias: autoritários/reguladores, transformacionais e híbridos, democráticos, democráticos/neoliberais e democráticos/reguladores. A grande contribuição deste livro foi a quebra da dicotomia na classificação após a Guerra Fria, tendo a sua categorização em “países em transição ou países de tipo híbrido” revelado uma perspetiva sociológica dinâmica e estando mais de acordo com as situações actuais de mudanças rápidas nas várias sociedades do mundo.

Além disso, surgiu também um grande número de estudos de caso orientados para os sistemas de media de cada país específico, alargando assim a esfera de pesquisa. No entanto, o maior problema reside no facto de, com os modelos existentes, os investigadores não terem ainda desenvolvido as variáveis adequadas a aplicar em comparações empíricas em grande escala, ou produzido ou generalizado

um novo conjunto de teorias que possam ser comparáveis às propostas por Hallin e Mancini para estudar os media "não ocidentais".

No entanto, embora não exista um modelo normativo e universal, há valores normativos por detrás da análise comparativa, tais como os valores da abertura, responsabilidade, diversidade, independência, autonomia, precisão informativa e orientação do serviço público, etc. Ao identificarem os modelos dos objetos de estudo, Hallin e Mancini levantaram algumas questões: “o fator negócios apoia ou enfraquece a independência dos media?”; “A diversidade de vozes encontra-se bem presente nos sistemas de media?, ou seja, "os media refletem tendências políticas diferentes ou relatam as notícias de forma equilibrada?” (Hallin e Mancini, 2004: 14). Obviamente, todas estas perguntas evidenciam a busca e o reconhecimento da importância dos valores normativos.

Em resumo, a tendência para o “de-modelling” no estudo dos sistemas mediáticos mostra que é difícil formar modelos analíticos universais para os media dos diferentes contextos políticos, culturais e sociais. Embora a investigação de Hallin e Mancini prossiga no sentido da construção teórica, este esforço tem-se confrontado com muitas dificuldades e desafios, sendo difícil construir um quadro teórico sólido para o Estudo Comparativo dos Media. Naturalmente que é necessário admitir que, embora a obra (2012) não construa um quadro teórico sólido, vai, até certo ponto, desacreditar os modelos unitários dos media ocidentais e proporcionar aos leitores uma perspetiva global e um pensamento mais esclarecedor.

Há mais de 50 anos Siebert, Schramm e Peterson publicaram um livro influente na área do Estudo Comparativo dos Media – “*Four theories of the press*” (1956), no qual apresentaram as teorias Autoritária, Libertária, da Responsabilidade Social e do Comunismo Soviético para descrever os sistemas mediáticos ocidentais e até globais. Porém, não atenderam às diversidades dentro dos sistemas mediáticos ocidentais, ou às diversidades a nível global. O livro “*Comparing media systems beyond the western world*” (Hallin e Mancini, 2012) e a exploração do “de-modelling” e dos modelos alternativos dos sistemas mediáticos revelaram que as teorias de "nível médio" podem ser de grande valia para o futuro, ao invés das teorias "universais",

nomeadamente teorias que podem ser aplicadas a países que têm muitos elementos comuns (tais como África do Sul e América do Sul), ou países altamente correlacionadas em aspetos económicos, políticos e culturas (tais como os países das ex-repúblicas soviéticas).

2. O sistema mediático de Portugal e o seu desenvolvimento

A relação entre os meios de comunicação e os sistemas políticos é uma das questões mais preocupantes do Estudo Comparativo do Jornalismo. Os media, sendo uma parte importante da sociedade, são inevitavelmente moldados pela estrutura social e pelo sistema político em que se encontram integrados. Por outro lado, no processo de interação entre os media e os sistemas políticos, os media influenciam também, de certa forma, toda a sociedade. Hallin e Mancini (2004) classificaram as relações entre sistemas políticos e os media em três modelos: Liberal, Democrático Corporativo e Pluralista Polarizado. Ao analisarem os media portugueses, os autores consideraram que o modo como estes se inserem na vida política do país se integra no modelo Mediterrânico ou Pluralista Polarizado.

No mundo moderno, a terceira onda de democratização¹ teve início em Lisboa. No dia 25 de abril de 1974, a ditadura salazarista foi derrubada e Portugal entrou numa era de reformas democráticas. Nos quinze anos seguintes, os regimes democráticos substituíram os regimes autoritários em mais de trinta países da Europa, Ásia e América Latina, tornando-se uma tendência histórica imparável (S. Huntington, 1991).

Esta seção irá estudar o sistema mediático de Portugal e o seu processo de desenvolvimento neste contexto. Iremos, em primeiro lugar, interpretar as relações entre os media e o Estado com base na teoria do Modelo Pluralista Polarizado e, em seguida, discutir a transformação dos meios de comunicação de massa de Portugal no contexto da sua própria reforma democrática.

¹ Samuel Huntington, o famoso teórico político norte-americano, chamou à onda da democratização do final do século XX como a terceira onda de democratização, após a Revolução Americana e a Revolução Francesa.

2.1 O modelo Pluralista Polarizado

O Pluralismo é uma escola de pensamento político muito importante na Europa e na América, sendo também um resultado inevitável da lógica da democracia liberal. O cientista político italiano Giovanni Sartori enfatizou, no seu livro *Parties and Party Systems* (1976), a importância do número de partidos e da “distância ideológica” entre os partidos, classificando o Pluralismo em categorias de “Pluralismo Polarizado” e “Pluralismo Moderado”. Entre eles, segundo a teoria de Sartori, o Pluralismo Polarizado apresenta quatro características: 1) o número de partidos políticos relacionados é geralmente superior a cinco. Aqui, a relevância dos partidos não depende da sua força eleitoral, mas da importância do sistema político. Um partido político relevante deve ter não apenas o potencial de formar alianças com outros partidos, mas também de ser capaz de influenciar a estratégia e a orientação das eleições; 2) existem grandes diferenças ideológicas ou outras entre os partidos políticos periféricos, ou seja, o conteúdo de nível político é composto por várias e amplas opiniões, o grau de consenso é relativamente baixo, tanto dentro dos grupos de elite como entre as pessoas comuns; 3) este sistema apresenta um estado de multipolarização, frequentemente com mais de dois polos, incluindo um polo intermediário; 4) sob o sistema do Pluralismo Polarizado, os resultados das eleições tendem sempre para vários polos, gerando uma tendência de centrifugação. A competição de tendência centrífuga leva à formação de processos cada vez mais polarizados, tornando estes estados altamente polarizados, ou seja, estados de grande distância ideológica. (David Miller, 1992: 537).

No campo do Estudo Comparativo dos Media, com base na relação entre os meios de comunicação e a política dos países analisados, Hallin e Mancini classificaram os sistemas dos media em três modelos (Hallin e Mancini, 2004), e segundo esta teoria, os países do modelo Mediterrânico ou Pluralista Polarizado incluem Itália, Grécia, Portugal, Espanha e França. Muitos dos países mediterrânicos viveram longas lutas ao longo da sua história e só depois da década de 1970 se libertaram de sistemas

autoritários e alcançaram verdadeiramente uma transformação democrática. Nestes países, os mecanismos do Liberalismo, tais como as suas empresas capitalistas e os seus sistemas políticos democráticos, ficaram relativamente atrasados, enquanto o sistema aristocrático tradicional, o sistema autocrático e a Igreja Católica permaneceram relativamente poderosos. Aqui, os media são considerados como uma ferramenta de disseminação ideológica e de divulgação movimento político. Mesmo na idade contemporânea, quando o sistema democrático já se encontra estabelecido, a política ainda sofre forte influência dos media, e os media demonstram um elevado grau de paralelismo político, ou seja, existe grande proximidade entre os meios de comunicação e as forças políticas.

As coberturas jornalísticas são principalmente dominadas pelas opiniões, e não pelas informações. Os media não são apenas representantes de um amplo espectro político, mas lutam constantemente uns contra os outros, para poder dar voz às forças políticas que representam. Nos países mediterrânicos, a taxa de circulação dos jornais é geralmente baixa, e o poder dos media comerciais é relativamente fraco e tem uma inclinação política óbvia. Em comparação com os modelos Democrático Corporativo e Liberal, a organização da indústria da imprensa nos sistemas mediáticos dos países mediterrânicos é relativamente subdesenvolvida. As organizações profissionais da imprensa dos países mediterrânicos não são muito elaboradas, o que decorre da sua dependência política, faltando uma indicação geral para a imprensa ser tratada de forma independente. A instrumentalização dos media é também óbvia: ou são controlados por grandes forças políticas ou gigantes empresariais, ou sofrem uma intervenção profunda do Estado (Hallin e Mancini, 2004: 96-97).

Na década de 1970 e 1980, a maioria dos países mediterrânicos começou a transformar-se, seguindo uma orientação mais influenciada pelo marketing. Os media intercalaram gradualmente notícias de cariz mais humano nas suas tradicionais peças políticas, mas ainda se encontravam intimamente ligados a elites com identidades políticas ou culturais.

Ao discutir a avaliação dos três modelos, Hallin (Qin, 2016: 78-79) afirma que a maior vantagem do modelo Pluralista Polarizado reside no pluralismo. O autor refere que, nos países em que existem muitos partidos políticos, os media estão intimamente ligados à competição política, sendo por isso que, sob este sistema, as opiniões podem ser amplamente expressas. Hallin enfatiza também que, sob este sistema, alguns países que sempre enfrentaram muitos conflitos internos ao longo da sua história puderam resolver as suas questões internas pacificamente, avançar e, finalmente estabelecer um sistema democrático. Mas, se por um lado, Hallin acredita que, de muitas formas, o sistema Pluralista Polarizado é bem-sucedido, não deixa de apontar a maior deficiência deste modelo, ou seja, a intervenção política nos media: os impactos políticos podem distorcer as notícias, os jornalistas não são tão independentes como se espera, e alguns fatores especiais controlam, por vezes de forma irracional, o fluxo de informações por detrás dos bastidores. Em suma, este autor acredita que a interferência política no sistema mediático é o grande problema deste modelo.

2.2 A viragem para os mercados

Portugal pertenceu ao modelo Mediterrânico por um período de tempo muito longo. Esta época caracterizou-se pelo elevado grau de paralelismo político dos media, o baixo nível da circulação dos jornais, jornais que se dirigiam predominantemente aos leitores das elites, e, entre os vários media, a liderança da rádio e da televisão. A liberdade de imprensa e o desenvolvimento dos media comerciais chegaram relativamente tarde e, em geral, os jornais continuam a depender de subsídios governamentais. Algumas características, tais como o facto de o estatuto do governo ser superior ao dos media, a forte atenção prestada à vida política; o pluralismo externo e a tradição dos artigos de opinião, são mais fortes do que em outros países europeus. Os media são geralmente uma ferramenta do governo e dos partidos políticos, e a radiodifusão pública tende a seguir a orientação política do governo e do Parlamento.

Apesar disto, as lutas dos jornalistas pela liberdade são particularmente óbvias em Portugal - no modelo mediterrânico, as lutas pelo poder e pela autoridade dos órgãos informativos torna-se mais aberta. O Estado desempenha um papel importante como proprietário, administrador e financiador dos media, embora a sua capacidade de gestão efectiva seja muito limitada. Portugal passou por uma transformação muito rápida – do controlo estatal para a propriedade privada comercial.

Na revolução de 1974, os jornais e rádios foram assumidos por jornalistas politizados que defendiam que a imprensa devia ser uma ferramenta na luta antifascista, anticolonialista e anti-imperialista, e que a imprensa devia apoiar firmemente os interesses e lutas dos trabalhadores e oprimidos (Hallin e Mancini, 2004: 103). Finalmente, com o desenvolvimento dos partidos políticos, os jornais tornaram-se os seus aliados, aceitando frequentemente subsídios de partidos políticos ou do Estado. Antes da revolução, muitos jornais pertenciam aos bancos, mas após a sua nacionalização, tornaram-se bens estatais.

Após 1974, tanto o sistema político como as áreas económica, social e cultural foram profundamente afetadas pelo processo de democratização. No aspeto político, Portugal transformou-se numa verdadeira república democrática: a separação Igreja-Estado, a liberdade de voto e a liberdade de expressão são algumas das suas novas características. A sua estrutura social tornou-se mais diversificada e a sociedade tendeu para a estabilidade. A liberdade de imprensa é um indicador importante para medir a democraticidade de um país, sendo não apenas uma manifestação da democracia, mas a sua própria garantia. No seu trajeto para a democracia, um país precisa inevitavelmente de um jornalismo livre e aberto para se adaptar à nova realidade. Com a Revolução do 25 de Abril, o sistema de censura foi abolido e a liberdade de imprensa passou a ser garantida pela Constituição. Por sua vez, estas leis e políticas de proteção da liberdade de imprensa promoveram a transformação de Portugal numa democracia liberal.

As relações entre o Estado e os media também foram influenciadas por este processo de democratização. Sob pressão externa e interna, o governo percebeu que

a privatização era inevitável. Resiste ainda, no entanto, a crença entre os governantes de que se os media mais importantes estiverem nas mãos da “segurança”, os danos dos media relativamente à política serão minimizados e será mais fácil para o governo controlar a ideologia (Ding & Hu, 2006: 108). Assim, quando o governo pôs os diversos media no mercado e aboliu o sistema de censura, esperava ansiosamente que os grupos económicos mais próximos do regime comprassem os jornais. Antes da década de 1980, o pluralismo dos meios de comunicação era muito limitado em Portugal (Helena Sousa, 1994).

Na década de 80, quando os jornais estatais foram privatizados e as indústrias da publicação e da radiodifusão tenderam mais para o campo comercial, o seu partidarismo também se foi, obviamente, reduzindo. Os media de Portugal começaram a recuperar da repressão de um governo autoritário, passando gradualmente para a comercialização. No entanto, independentemente do período ser de ditadura ou de governo democrático, a orientação estratégica dos sucessivos governos visou sempre o domínio dos media para a manutenção da estabilidade do regime. A partir de 2000, quase todos os jornais nacionais foram integrados em grandes grupos de media, sendo que o principal objetivo destes grupos se foca cada vez mais nos seus próprios interesses económicos - embora também não se possa excluir a motivação política. Em suma, em Portugal, o Estado sempre desempenhou um papel importante na área dos media. Porém, à medida que o processo de democratização foi progredindo em Portugal, os media portugueses, inicialmente com as características do modelo pluralista polarizado, passaram gradualmente para a orientação de marketing, e daí para a grupalização.

3. O sistema mediático da China e seu desenvolvimento

3.1 Teoria da Imprensa Comunista

Como já foi referido anteriormente, Sieberte, Schramm e Peterson (1956) sistematizaram as relações entre o Estado, os media e os cidadãos em quatro

tendências teóricas: as teorias Autoritária, Libertaria, da Responsabilidade Social e Comunista Soviética. A “teoria da Comunicação Comunista”, seguida inicialmente pelo jornalismo chinês, deriva da “teoria Comunista Soviética”, que tendo as suas raízes ideológicas no Marxismo-leninismo, defende que todos os meios de comunicação são propriedade do Partido Comunista, devem legitimar as políticas e diretrizes do Partido e ser mobilizados para apoiar o progresso nacional. Partindo desta base, e em associação com os pensamentos dos líderes chineses Mao Zedong e Deng Xiaoping, foram elaboradas as teorias da comunicação “com características especiais da China” (Wang, 1998).

Na teoria da comunicação da China os media são definidos como a arma do discurso do Estado e o porta-voz do partido. Os media devem desempenhar um papel de promotor e educador do comunismo, possuindo uma natureza de ferramenta e sendo uma das instituições ideológicas pertencentes à “Superestrutura” (Wang, 1998). Antes da política de “Reforma e Abertura” de 1979, a gestão governamental dos órgãos informativos chineses era semelhante à de outras instituições governamentais: os órgãos informativos não se envolviam em quaisquer atividades comerciais, sendo totalmente financiados pelo estado (Ibidem).

No contexto de um sistema mediático dominado por fatores políticos, as características dos media chineses estão também muito ligadas às ideologias políticas: o jornalismo deve basear-se na teoria da imprensa comunista, e deve evidenciar o espírito do partido e uma inclinação política específica. Paralelamente acreditava-se que as massas eram simultaneamente os recetores e os criadores das notícias, sendo que, desta forma, os media deveriam servir as pessoas e atender às suas necessidades.

Os meios de comunicação da China, sob orientação de políticas mediáticas específicas, assumem funções diferentes das dos media ocidentais. Lasswell, um investigador ocidental, considera que, na China, o processo de comunicação tem três funções: vigilância do meio ambiente; correlação de forças entre as várias componentes da sociedade; e transmissão da herança social (Lasswell, 1978: 117). O foco dos media chineses reside na reprodução precisa e fiel das políticas estabelecidas pelo país. Esta e outras funções dos media serão alteradas à medida que surjam

alterações nas ideologias e políticas nacionais (Wang, 1998). Segundo estudos relevantes, as funções principais do jornalismo chinês são oito: 1) vigilância do meio ambiente; 2) propaganda do pensamento; 3) comunicação de situação; 4) disseminação de conhecimentos; 5) educação do público; 6) supervisão da opinião pública; 7) publicidade; e 8) entretenimento (Liu, 1996: 15-16).

3.2 Política de “Reforma e Abertura” e as reformas da imprensa da China

O ponto de viragem do desenvolvimento da imprensa chinesa ocorre em 1978,² quando o líder supremo da China e do Partido Comunista Chinês, Deng Xiaoping decide implementar uma política de “Reforma e Abertura”, transferindo o foco do desenvolvimento nacional para a construção económica, com o objetivo de estabelecer o sistema de economia de mercado socialista. Esta política promoveu uma reviravolta nas ideias jornalísticas, assim como nos conteúdos e alvos da comunicação (Wang, 1998). Esta reforma da imprensa é a mais longa e mais influente na China após a fundação da República Popular da China em 1949, tendo repercussões profundas em todos os níveis da indústria da imprensa chinesa, nomeadamente em aspetos como a gestão, a edição e o conceito de valores notícia, etc.

Com as várias de reformas de Deng Xiaoping, os meios de comunicação da China são integrados no “Sector terciário” e são tratados como parte integrante da reforma económica, passando assim a ter uma natureza industrial. No momento em que toda a sociedade chinesa se encontra envolvida na reforma e na abertura, as funções dos media transformam-se para promover a Economia de Mercado Socialista, para que todas as pessoas possam participar na construção económica e aumentar a produtividade (Wang, 1998). Por outro lado, os órgãos informativos começam a direcionar-se para um sistema de gestão empresarial: o departamento editorial ainda é orientado pelo governo, de forma a continuar a implementar atividades de

² A 3ª Sessão Plenária do 11º Comitê Central do Partido Comunista da China, realizada de 18 a 22 de dezembro de 1978, foi considerada a reunião mais importante do Partido Comunista da China após o fim da Revolução Cultural (1966-1976). A conferência identificou a política de “Reforma e Abertura” como a orientação central, marcando o início do caminho de reformas económicas da China.

propaganda, embora o departamento de negócios deva envolver-se, até um certo limite, em atividades comerciais, estimulando a passagem dos media chineses a tornarem-se gradualmente uma entidade económica.

A implementação da reforma da imprensa teve um grande impacto ao nível do funcionamento e da produção jornalística dos media chineses. Sob a influência desta nova orientação para o mercado, a indústria da imprensa começou, em termos de administração e funcionamento, a mover-se gradualmente em direção ao autofinanciamento. Em comparação com a anterior gestão, que dependia de financiamento governamental, os fundos destes novos media deixam de ser provenientes de subsídios estatais para passarem a depender das receitas da publicidade, da distribuição e de outras atividades comerciais (Lai, 2001: 70).

Relativamente aos conteúdos da imprensa, todos os assuntos, desde que não envolvam questões políticas sensíveis, podem ser publicados nos media, demonstrando que a independência da imprensa aumentou, em comparação com o passado. Uma vez envolvidos num processo de concorrência de mercado, embora ainda obrigados a assumir o papel de divulgadores da propaganda política, os jornais aumentaram o tamanho das páginas e passaram a publicar edições matutinas e vespertinas. Surgiram também jornais metropolitanos, etc. Através destas mudanças, os jornais chineses passaram a responder melhor às necessidades dos leitores e libertaram-se do monopólio dos jornais do Partido, caminhando, assim, gradualmente para uma economia de mercado (Zeng, 2001: 61-68).

Pode dizer-se que esta reforma da imprensa mudou completamente os valores noticiosos tradicionais da China, uma vez que os media reformados se afastaram das teorias tradicionais da imprensa comunista soviética. Embora ainda mantenham alguns traços essenciais da teoria da comunicação comunista, a imprensa chinesa reformada parece ter já adquirido algumas características da teoria do desenvolvimento dos media proposta por McQuail (Wang, 1999: 19-38). No entanto, neste contexto de forte procura do desenvolvimento económico, os media chineses também tiveram que enfrentar alguns contratemplos que emergiram com estas transformações, tais como questões relacionadas com a corrupção e a intervenção

das forças comerciais na produção jornalística. Mas, em geral, a reforma da imprensa influenciou fortemente a liberdade da imprensa chinesa e de outras políticas relacionadas com os media.

Com o desenvolvimento destas reformas profundas na economia e na política, os media atuais têm funções mais diversificadas, embora ainda desempenhem a função de “porta-voz do Partido”. Como em outros países em transição para uma economia de mercado, os cidadãos chineses têm muitas visões diferentes sobre o papel que os media devem desempenhar. No sistema mediático tradicional da China, o governo sempre esteve numa posição central e os media desempenharam a função de mobilizador do povo para impulsionar e completar a revolução. Hoje, no entanto, com a entrada dos media nos mercados, emerge um sistema lógico mais complicado, isto é, a lógica comercial e a política entrelaçam-se e coexistem nos media.

No ano de 2016, quase 40 anos após a implementação da política de “Reforma e Abertura”, Hallin, o fundador das teorias do Estudo Comparativo dos Media, expressou a sua opinião sobre o atual sistema dos media chineses (Qin, 2016: 80-81): embora a China não seja um sistema multipartidário, a sua política é pluralista, uma vez que coexistem várias facções políticas dentro do Partido Comunista Chinês, tendo cada uma os seus próprios interesses e ideologias, bem como visões diferentes sobre a direção da sociedade chinesa. Portanto, a existência de múltiplas facções e de relações complexas entre os diferentes media, causadas pelo processo de competição política entre as elites, levaram a que o sistema mediático da China também apresentasse um certo grau de pluralismo polarizado.

No que concerno ao nível de profissionalismo, Hallin considera que, de uma certa forma, a China já desenvolveu um espírito profissional, porque os media são muito importantes para a China e os jornalistas precisam de servir a sociedade, promover o desenvolvimento e manter a liderança do Partido. Assim, a contradição do sistema mediático chinês reside, de facto, na restrição da autonomia dos jornalistas e não na questão do profissionalismo.

A instrumentalização dos media permanece no sistema mediático da China. Com diferenças relativamente ao sistema ocidental, a instrumentalização dos media

é legal na China. Os chineses acreditam que os media devem ser liderados pelo Partido e ser uma das suas ferramentas. No entanto, com o desenvolvimento do processo de reforma, os diferentes grupos de interesses passam a competir por poder e influência na sociedade, afectando de forma gradativa a instrumentalização dos media, não permitindo que os media sirvam realmente o Partido e a sociedade. Assim, Hallin considera que, na China atual, o sistema dos media e o significado do espírito do jornalismo são mais complicados do que outros países (Qin, 2016: 80).

Em resumo, a teoria e o sistema da imprensa chinesa têm, na generalidade, origem nas teorias da imprensa comunista soviética, enfatizando o funcionamento dos media como ferramenta de propaganda do Partido. Com a implementação da política de “Reforma e Abertura” proposta por Deng Xiaoping em 1978, a atitude da China em relação ao jornalismo mudou gradualmente, passando a conciliar uma perspectiva partidária com uma perspectiva industrial. Sob o impacto de forças externas e inovações conceituais, os media moveram-se gradualmente em direção ao neutro e ao objetivo, focando-se em desempenhar novas funções. No entanto, salienta-se que, no processo de comercialização, o papel dos media como ferramenta de propaganda do Partido ainda é relevante, destacando-se que, na imprensa, a propaganda deve atender às necessidades políticas e enfatizar a propaganda positiva. Neste contexto, a Agência Noticiosa XinHua, sendo uma agência oficial do país, tem uma posição especial na China, sendo responsável por orientar as opiniões públicas e divulgar as políticas nacionais. A Agência Noticiosa XinHua é também uma das fontes importantes dos jornais de língua chinesa em Macau.

Cap.2 Bases teóricas para a análise de *frames*.

Para estudar os enquadramentos nas coberturas jornalísticas do processo Transferência de Poderes de Macau devem conhecer-se, em primeiro lugar, as teorias básicas para o Estudo das *frames*. A nossa discussão sobre as bases teóricas será dividida em duas partes, sendo que uma é a condição prévia para as teorias de *frames* - as teorias construcionistas sobre a notícia, e a outra são as teorias concretas para o estudo das *frames* mediáticas. Segundo as teorias de Pan & Kosicki (1993), as *frames* têm duas origens: a primeira é a psicologia cognitiva (Gerharelts & Rucht, 1992), que vê a *frame* simultaneamente como um esquema de interpretação e uma base para compreender, identificar e definir experiências; e a outra deriva da interpretação sociológica das realidades sociais. Como refere o sociólogo Erving Goffman no seu livro "*Frame analysis: an essay on the organization of experience*" (1974), é através da transformação simbólica que os eventos sociais se podem tornar uma cognição subjetiva relacionada com a psicologia individual, sendo este processo de transformação a base das *frames*. Ou seja, Goffman acredita que as *frames* são bases importantes para passar as realidades sociais a pensamentos subjetivos. É a partir daqui que o conceito de *frame* é aplicado à comunicação, permitindo que as estruturas interpretadas possibilitem construir os significados específicos dos objetos interpretados. Desta forma, o fundamento para as teorias das *frames* baseia-se principalmente nas teorias da construção social, ou seja, desenvolve-se a partir do segundo fator referido por Pan e Kosicki. Assim, o primeiro passo para investigar a teoria da análise das *frames* reside na compreensão das relações entre os media e as realidades sociais, bem como as relações entre a teoria da construção social e a teoria das *frames*.

1. A construção da realidade social pelos media.

1.1 As teorias construtivistas sobre a realidade social

Como não se podem experimentar pessoalmente todos os acontecimentos que ocorrem todos os dias na sociedade, as pessoas contam sempre com os vários relatos noticiosos para conhecer as verdades daqueles acontecimentos. No entanto, as audiências não podem identificar as diferenças entre as realidades jornalísticas e as realidades objectivas. Logo, os media desempenham uma função de “identificação” das realidades, ou seja, os media moldam as imagens que as pessoas percebem nas suas cabeças (Lippman, 1992).

Os acontecimentos já existem antes de os media identificarem os seus significados, embora os seus “coisa em si” não possam ser verificados. De facto, os sociólogos Schutz (1962, 1967) e Berger (1966) confirmam a existência de realidades sociais, mas afirmam que estas não podem ser verificadas antes de serem transformadas pelos sistemas simbólicos. Porém, após a sua construção social, estas realidades podem ser apresentadas a todas as pessoas na forma de um determinado sistema simbólico, ou seja, todos os acontecimentos precisam de passar por este processo de construção para poderem ser apresentados como realidades.

Peter Berger, que deu continuidade aos estudos do fenómeno social de Schutz, considera que, para as pessoas, a realidade da vida diária já está objectivada, e que esta realidade se vai impor nas consciências dos atores (Berger e Luckmann, 1966:22). Aqui, Berger revela duas possibilidades para a presença da realidade: as realidades objectiva e subjetiva. Para os atores, a sociedade parece existir independente e objetivamente, mas, de facto, a sociedade está presente na sua consciência subjetiva. Apenas quando as pessoas compreenderem completamente estas duas realidades, será possível compreender a sociedade.

Com base no estudo fenomenológico de Berger e Schutz, Hanna Adoni e Sherrill Mane (1984) propuseram um modelo triangular da construção social, ou seja, a existência de três formas para a “realidade”: realidade objetiva, realidade simbólica

e realidade subjectiva, tendo estas três formas relações interativas no processo de construção social. Estas duas investigadoras referem ainda que existe um mundo simbólico para além do mundo material, revelando este argumento que acreditam que a realidade de um acontecimento singular são, de facto, as realidades múltiplas.

Com base nestes argumentos, e até um passado recente, os círculos académicos na área dos estudos da produção jornalística dedicaram-se a explorar a relação entre a realidade simbólica e a realidade social. Estes investigadores criaram metáforas para os dois tipos de realidades com motores e espelhos, e procuraram perceber se o papel desempenhado pelos media é um motor ou um espelho. Ou seja, se os conteúdos dos media são as realidades objetivas ou as realidades simbólicas. De acordo com as teorias de Schutz e Berger, se todas as realidades sociais resultam de uma determinada construção, então não há equivalência entre a realidade simbólica e a realidade objectiva. Torna-se, então, necessário explorar como os media constroem as realidades sociais e quais são as regras de que os media dependem para concretizar esse processo de construção.

1.2 As relações entre as realidades mediáticas e as realidades sociais

Até ao momento, os investigadores da área da comunicação têm apresentado opiniões diferentes relativamente às relações entre realidade mediática (notícias) e realidade social (acontecimentos). Estas diferenças são mais marcantes entre os objectivistas e os construtivistas, que sustentam diferentes pontos de vista sobre a função dos media. Os objectivistas defendem que os media funcionam como um espelho que reflete a realidade objectiva, enquanto os construtivistas consideram os media como um motor que dirige e modela a realidade objectiva.

Embora os objectivistas enfatizem que a notícia deve estar em conformidade com os valores-notícia, como a proximidade, a clareza e a relevância, etc., consideram também que os valores-notícia são inerentes aos eventos noticiosos e que os jornalistas fazem as seleções noticiosas de acordo com estes valores-notícia, chamando a este modo de seleção “modo funcionalista”. Os elementos das notícias

são variáveis independentes e os relatos dos jornalistas são variáveis dependentes (Staab, 1990). Por outras palavras, o relato da notícia deve refletir tanto quanto possível as características do evento noticioso.

Apesar de os defensores do modo funcionalista não negarem que existem intenções subjetivas que podem influenciar as seleções noticiosas, acreditam que a seleção das notícias é fiel aos padrões objetivos e às normas profissionais, e que pode refletir as aparências reais. No entanto, muitos investigadores descobriram que, quanto os eventos noticiosos estão relacionados com questões políticas e sociais, ou com conflitos e crises, a seleção das notícias costuma ser distorcida (Weng, 1997: 5-6). Além disso, factores de organização mediática e de ideologia podem também afetar a apresentação dos eventos noticiosos. Edward Said (1997) refere que quando os Estados Unidos publicam notícias sobre o mundo islâmico, apresentam-no como plano e homogéneo, quando este é diverso, heterogéneo e complexo. Acrescenta ainda que, se por um longo período de tempo estas informações não forem questionadas, para os consumidores das notícias o Islão acabará por corresponder realmente às imagens que os media divulgam.

Nos últimos anos cada vez mais investigadores vêem as relações entre realidades mediáticas e realidades sociais do ponto da vista da sociologia interpretativa, afirmando que as notícias e os valores-notícia são construídas pelos jornalistas. Entre eles, Tuchman acredita que a notícia é uma realidade social produzida pela dialética entre as realidades subjetiva e objetiva, ou seja, a realidade mediática é um produto construído pelos jornalistas de acordo com certas regras (Tuchman, 1978). A ideia de que não existe necessariamente uma relação de correspondência entre notícia e realidade torna-se o foco da escola construtivista.

De modo geral, no mundo real os fenómenos objetivos são extremamente complexos, e se não forem analisados e codificados pelos media, não podem ser transformados em eventos significativos, ordenados e compreensíveis pelo público. No entanto, esta codificação realizada pelos media forma uma interpretação intencional, o que leva a que a representação da realidade seja limitada. Até aqui, muitos investigadores da área da comunicação criticavam o facto de as notícias serem

não-objetivas, injustas, e até tendenciosas e distorcidas. Por isso, Lippman (1922) vê a notícias não como um espelho da sociedade, mas como uma lanterna que permite ver parcialmente as cenas no escuro. Lippman acredita que os factos que vemos dependem dos locais onde estamos e dos hábitos que observamos, e que as nossas observações estão sujeitas aos nossos estereótipos, fazendo com que o relato objetivo dos factos não possa ser equiparado à realidade absoluta.

Shoemaker e Reese (1991) referem que a notícia é um produto da criação social, e não a reflexão da realidade objetiva. Embora uma notícia provenha de um certo acontecimento no mundo real e a sua fiabilidade possa ser medida pela sua fonte, há muitos fatores que determinam quais as partes a transformar e como as transformar.

Na opinião de Hall (Hall, 1997), as notícias não constroem a realidade mas fazem uma reprodução das ideologias sociais dominantes, ou transformam ou processam as matérias-primas sociais em materiais noticiosos. Assim, os jornalistas manipulam os símbolos para permitir que as audiências recebam e compreendam as informações. Assim, Fair (1996) e outros investigadores acreditam que as notícias são, de facto, os conteúdos simbólicos da construção ou da reprodução, e que não possuem necessariamente uma relação correspondente ao acontecimento real original.

Ao comparar as propostas dos investigadores acima mencionadas, Tuchman (1976: 97) enfatizou que, ao falar de construção social, não significa que os jornalistas tenham falsificado as notícias, mas que os jornalistas podem “produzir” as notícias. Refere ainda que o facto de haver produção da notícia não quer dizer que se possa acusar a notícia de ser fictícia, pois as notícias são as realidades que serão apresentadas após o processo da construção e, por isso, mantêm a credibilidade. Posteriormente, no livro “*Making News*” (1978), Tuchman refere que a notícia não é um produto da natureza, mas um produto da transigência entre as organizações mediáticas e as culturas sociais. A notícia é como uma janela para o mundo, na qual, através das *frames*, as pessoas podem ver e compreender os mundos ao seu redor. Assim, as *frames* das notícias são como a moldura de uma janela cujo tamanho pode

influenciar os eventos que as pessoas vêem, oferecendo à notícia a função da construção da realidade social.

Assim, precisamente devido às teorias construtivistas, descobrimos a existência das *frames* nas notícias, ou seja, as teorias da construção social constituem uma base teórica muito importante para a Análise das *frames*.

1.3 Como os media constroem as notícias

Uma vez que os construtivistas acreditam que as notícias integram o processo da construção social, veremos em seguida como as notícias são construídas pelos media.

Strentz (1989) considera que, no processo de comunicação, os jornalistas desempenham o papel de intermediário. Só através da interação entre as instituições sociais e os órgãos de informação, bem como de um conjunto de processos de seleção, um acontecimento pode ser transformado em evento noticioso e relatado com uma estrutura única para se transformar na chamada notícia. Ou seja, só quando os acontecimentos são processados pelos jornalistas podem ser considerados como notícias para o público.

É inegável que as realidades simbólicas que os media apresentam se baseiam no mundo real. Porém, devido às influências dos factores internos e externos a que os media estão sujeitos, as suas notícias são sempre tendenciosas (Tuchman, 1978). Estas tendências mediáticas, que incluem as intenções subjetivas e ideologias dos jornalistas e das organizações mediáticas, fazem com que as notícias tenham diferentes aparências. Por exemplo, quando os eventos noticiosos estão relacionados com questões políticas ou sociais, a seleção das notícias é geralmente distorcida. Fisk e Hartley (1978) consideram que os jornalistas não visam intencionalmente a alteração ou a manipulação dos factos, mas todos os processos de transformação irão inevitavelmente distorcer os factos originais, pois decorrem de processamentos simbólicos.

Além disso, na perspectiva da seleção da notícia, os media acentuam o facto de esta seleção depender das rotinas jornalísticas e dos valores-notícia. No entanto, a determinação dos valores-notícia advém, por um lado, das opiniões profissionais dos jornalistas e, por outro, das normas organizacionais da redação. Portanto, os media não refletem passivamente a realidade social, mas selecionam e reorganizam-na ativamente de forma a criar uma narração ordenada, significativa e compreensível.

Quando se fala de valores-notícia, muitos investigadores preferem tratá-los como uma ferramenta de racionalização utilizada pelos jornalistas na seleção das notícias. Esta ferramenta, a que Staab (1990) chama "*Instrumental Actualization Model*", é utilizada quando os jornalistas tratam questões políticas e sociais às quais geralmente se encontra subjacente um determinado objetivo político e cujos relatos noticiosos são utilizados para atingir esse objetivo. Portanto, os valores-notícia são apenas uma ferramenta que permite verificar a noticiabilidade dos relatos e racionalizar a seleção noticiosa dos jornalistas. Desta forma, os valores-notícia selecionados pelos jornalistas não podem ser equiparados aos relatos objetivos e não possuem uma correspondência imediata entre as realidade mediática e objetiva.

Assim, podemos ver que os media, através de palavras, imagens, sons e outros símbolos, podem apresentar de forma natural os eventos sociais ao público. Portanto, as notícias são os produtos da construção e não equivalem necessariamente à realidade social original.

No que respeita a este processo de transformação, Goffman (1974: 10-11) considera que os eventos sociais precisam de sofrer uma transformação simbólica para se transformarem numa consciência subjetiva que está relacionada com a psicologia interior do indivíduo, e esse processo de transformação corresponde ao enquadramento. Em outras palavras, os enquadramentos são a base da transformação da realidade social em realidade mediática. Os jornalistas organizam as informações por meio dos enquadramentos e as audiências fazem-no também através desses mesmos enquadramentos, de forma a integrar as informações e compreender os factos. Assim, a formação e a presença dos enquadramentos são inevitáveis.

Podemos, então, conhecer as relações entre as teorias da construção social e as teorias das *frames*: a construção da realidade social pelos media não pode ser separada das *frames* mediáticas. Nas coberturas jornalísticas, com base em enquadramentos diferentes, os media podem transformar o mesmo evento social em diferentes realidades simbólicas (realidades mediáticas). Os jornalistas organizam sempre a realidade social através dos enquadramentos jornalísticos, que são características importantes das notícias. Os processos de seleção e reorganização são o mecanismo principal da *frame*, pois a notícia não é mais do que um processo de “selecionar” os factos objetivos de forma parcial e “reorganizar” subjetivamente esses mesmos factos objetivos, ou seja, um processo para enquadrar a realidade objetiva.

As teorias das *frames* baseiam-se nas teorias construtivistas sociais da realidade, que destacam a plasticidade da realidade mediática. Os media organizam a realidade objetiva por meio da *frame* (experiências de seleção e reorganização), possibilitando que a realidade mediática mostre diversidade.

Na próxima secção iremos analisar as teorias construtivistas da notícia e discutir as questões das *frames* usadas pelos media na construção da notícia.

2. O Estudo do *Framing*.

2.1 Os conceitos de *frame* e *framing*

O conceito de “*frame*” foi proposto por Gregory Bateson (1956), e foi posteriormente introduzido na área da sociologia por Erving Goffman no seu livro “*Framing analysis: an essay on the organization of experience*” (1974). Mais tarde, este conceito foi adotado pelos estudos da comunicação de massas, tornando-se um ponto importante na pesquisa qualitativa.

Goffman considera que enquadramento se refere a um modelo psicológico das pessoas que permite interpretar o mundo objetivo e externo. Todas as induções, interpretações e desconstrução das experiências da vida real dependem de um determinado enquadramento, que permite identificar, compreender e resumir os

acontecimentos e as informações. Assim, a *frame* pode ser considerada como uma interpretação subjetiva da estrutura de pensamento dos indivíduos ou organizações em face dos acontecimentos sociais. Goffman considera que na origem de *frame* se encontram, por um lado, as experiências anteriores e, por outro, o resultado das influências das ideologias sociais e culturais, isto é, as pessoas observam inconscientemente o ambiente social e ajustam as suas expectativas de acordo com as mudanças do ambiente em seu redor (Goffman, 1974).

Gitlin desenvolve o conceito de *frame* de Goffman e propõe uma definição mais clara: “as *frames* são princípios de seleção, ênfase, e apresentação, compostas de pequenas teorias tácitas sobre o que existe, o que acontece, e o que tem importância” (Gitlin, 1980: 6-7). Por seu lado, Entman afirma que enquadrar (*framing*) é “selecionar alguns aspetos da realidade percebida, e torná-los mais salientes numa comunicação, de tal modo que se promova uma definição particular do problema, interpretação causal, avaliação moral, e recomendação de tratamento” (Entman, 1993: 51-58). Entman acredita que a *frame* engloba duas funções: seleção e destaque. Os media constroem as notícias através do destaque de um certo aspeto, ao mesmo tempo que enfraquecem outros, direcionando a atenção do leitor para a parte destacada (Entman, 1991: 3).

A partir dos conceitos de *frame* apresentados pelos investigadores acima referidos podemos concluir que o significado positivo de *frame* é ajudar as pessoas a pensar ou organizar as informações. Através da construção de significado feita pela *frame*, as pessoas podem compreender as causas e o contexto dos acontecimentos sociais e aprofundar a sua observação. Por outro lado, como o espaço de apresentação da *frame* é limitado, as pessoas não têm acesso ao que se encontra fora da *frame*. Assim, de forma impercetível, a *frame* cria uma limitação subjectiva.

O conceito de *framing* é definido como um processo de transformação (ou reprodução) para realidades diferentes, e a *frame* é um produto do processo de *framing*. Yows considera que o estudo de *framing* se preocupa principalmente com a forma como o significado é construído (Yows, 1992:7), enquanto Gitlin acredita que *framing* é um processo de seleção, ênfase e exclusão (Gitlin, 1980). Portanto,

podemos ver que *frame* se refere principalmente a um tipo de estrutura enquadrada da cognição, da comunicação e da interpretação, e que esta pode introduzir uma certa ideologia através da operação de determinados símbolos, enquanto *framing* é a disposição dos símbolos, com o foco voltado para o processo de construção dos discursos jornalísticos. As *frames* só podem apresentar os seus significados pelo processo de *framing*.

Em resumo, através da discussão dos conceitos de *frame* e *framing* podemos concluir que a *frame* é uma ideia central da organização textual, e que, através de crenças e valores diferentes, o processo de *framing* pode afetar a construção da realidade social. Por outras palavras, as teorias de *frame* e *framing* destacam a plasticidade dos valores sociais, o que implica que todos os atuais quadros sociais dominantes podem ser transformadas por meio da reprodução ou da rerepresentação. O presente trabalho pretende, através da análise de *framing*, encontrar as *frames* concretas nos textos e explorar os fatores influenciadores no processo de *framing*, a fim de responder às perguntas: nas coberturas da Transferência de Poderes de Macau de 1999, quais são os enquadramentos construídos pelos jornais de línguas portuguesa e chinesa em Macau; e quais são os fatores que afetam o seu processo de formação?

2.2 Os enquadramentos jornalísticos.

Desde que os sociólogos propuseram o conceito de *frame* e *framing*, muitos investigadores da área da comunicação foram-nos gradualmente aplicando ao estudo da comunicação e do jornalismo para analisar as representações das realidades simbólicas construídas, ou seja, dos enquadramentos jornalísticos.

O objetivo do estudo dos enquadramentos jornalísticos reside em explorar os quadros implícitos nas coberturas jornalísticas e, em seguida, explorar o processo de rerepresentação da realidade social, criados pelos jornalistas por meio da língua e de símbolos. De um modo geral, o quadro jornalístico vai ser afetado pela estrutura cognitiva pessoal dos jornalistas, bem como pelas rotinas jornalísticas, pelos

mecanismos de controlo dentro da organização e pelas várias fontes de informação, levando a que a mesma notícia seja escrita em diferentes quadros jornalísticos. Assim, as notícias, ao serem interpretadas pelos media, vão apresentar significados diferentes.

Tuchman utilizou frequentemente o conceito de enquadramento jornalístico no seu livro *“Making News”* (1978: 193). O autor refere que, se o conceito de *frame* for incluído no processo de construção da realidade social pelos meios de comunicação de massa, pode tornar-se uma *“news frame”* ou *“media frame”* (Gitlin, 1980; Gamson, 1989). Portanto, Tuchman define o enquadramento jornalístico como um conceito de construção do trabalho jornalístico. Segundo Gitlin, as *frames* mediáticas “são padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, de seleção, ênfase e exclusão, pelos quais os produtores de símbolos rotineiramente organizam o discurso, seja verbal ou visual” (Gitlin, 1980:7). Por outro lado, na opinião de Gamson, as *frames* mediática são um conjunto de ideias centrais que podem fazer com que eventos relevantes mostrem significados e nos conduzam ao conhecimento das temáticas. Desta forma, Gamson trata a notícia como um contar de uma história, e não como uma apresentação de eventos noticiosos. Assim, deve salientar-se que existem muitas *frames* a competir pela mesma história jornalística.

Podemos concluir que o enquadramento jornalístico visa enquadrar e limitar situações reais e que cada texto só pode “reproduzir” algumas partes das situações reais, ou seja, as realidades são apresentadas de várias formas, em que são destacadas algumas partes, mas também omitidas outras. Aquando da cobertura jornalística, as peças já passaram, obviamente, por um processo de peneiração, em que se determina quais são as matérias relevantes e quais são descartadas. Esta peneiração não é mais do que o processo de seleção e exclusão das *frames* mediáticas.

Existem quatro domínios principais na análise das *frames* mediáticas: as teorias das *frames*; as fontes de informação das *frames*; as *frames* dos conteúdos das coberturas jornalísticas; e o impacto das *frames* na perceção do público (Pan, 2006). O presente trabalho pertence ao terceiro domínio, uma vez que os conteúdos do texto jornalístico são o foco da investigação, através da exploração dos quadros construídos

nas coberturas jornalísticas da Transferência de Poderes de Macau em 1999 e da análise dos factores que influenciaram o seu processo de construção.

2.3 Abordagens para a análise de *frames*.

No passado, as abordagens da análise das *frames* podiam ser divididas nas seguintes categorias: Análise Crítica do Discurso, proposta por Teun Van Dijk (1988); “Pacotes mediáticos” (Gamson, 1989; Ryan, 1991); e “Lista de *Frames*” (Tankard, 1991). Deve notar-se que “não existe uma metodologia unificada para aplicar ao estudo das frames, quer nos media, quer na comunicação política, em parte devido à origem plural destes estudos” (Anabela Gradim, 2016: 74). Em seguida apresentaremos os métodos referidos.

1) A Análise Crítica do Discurso

Van Dijk realizou vários estudos no campo da análise do discurso jornalístico, em que se baseia na psicologia cognitiva como orientação principal e utiliza “os esquemas de notícias” para desmontar e interpretar os sentidos dos textos. Van Dijk (1988) usa a análise do discurso para interpretar o assassinato do presidente libanês Gemayel em setembro de 1982, uma vez que a construção das micro e macroestruturas dos discursos são muito completas. Este método permite precisamente interpretar os textos e apresentar os seus sentidos de nível profundo. Na opinião de alguns investigadores, este tipo de análise é adequado ao estudo do viés mediático. Por exemplo, pode-se, através do estudo da semântica e pragmática do discurso, em combinação com o contexto político, analisar o viés mediático e a razão da sua formação (Tang, 2008).

2) Os “Pacotes Mediáticos”

O método dos “Pacotes Mediáticos” (Gamson, 1989; Ryan, 1991) trata as *frames* como “um processo de valor acrescentado”, ou seja, um processo de construção. Gamson refere que as *frames* são organizadas por duas componentes:

interpretive package e *framing devices*. Dos dois, o *interpretive package* é a “*master frame*” da história (Manning & Hawkins, 1990), ou o chamado “*story line*” (Gitlin, 1980). Por outras palavras, no processo de *framing*, o “*interpretive package*” determina quais as temáticas mais importantes na cena da história. O “*framing devices*” tem a função de realçar e fortalecer o *interpretive package*, ou seja, utilizar símbolos, retóricas e a seleção do enredo para concretizar a função de enquadrar.

3) A “Lista de *Frames*”

A “Lista de *Frames*”, proposta por Tankard (1991), é um método empírico que permite identificar as *frames* dos conteúdos mediáticos, ou seja, definir as *frames* através da observação dos conteúdos, e depois construir os codificadores de cada *frame*, de forma a que estas sejam mensuráveis através de métodos quantitativos. Este método tem por objetivo descobrir todas as *frames* possíveis, correndo, porém, o risco de ser considerado arbitrário (Anabela Gradim, 2016: 74).

Quando se fala em análise de *frames*, os investigadores dividem-se em duas direções diferentes: indução e dedução. A análise indutiva provém de uma série de categorias de *frames* relativamente vagas, em que os investigadores tentam identificar gradualmente todos os tipos possíveis de *frames*. Para a análise dedutiva, o investigador dispõe, desde o início da análise, das diversas *frames* identificadas, com definições claras, e trata-as como um padrão para analisar todos os textos investigados. Torna-se, assim, possível classificar os textos nas várias categorias, previamente definidas, de *frames* e examinar as frequências de ocorrência.

Verificamos que, com o método da “Lista de frames” proposto por Tankard, percorre-se o caminho da direção dedutiva, isto é, estabelece-se previamente uma série de listas de *frames* ou categorias antes de se iniciar a análise, e os textos são classificados, um por um, nas respetivas categorias. Na “Análise Crítica do Discurso” de Van Dijk e nos “Pacotes Mediáticos” segue-se a direção indutiva.

Em resumo, no presente trabalho, combinando os métodos acima mencionados, segue-se principalmente o método indutivo para analisar os principais enquadramentos usados pelos jornais de línguas portuguesa e chinesa de Macau nos

textos das coberturas jornalísticas. Estabeleceremos, após o estudo empírico, uma “lista de enquadramentos” e interpretaremos as suas conotações. Uma vez que o objetivo principal do nosso trabalho é fazer o estudo comparativo dos enquadramentos dos jornais de línguas portuguesa e chinesa de Macau, o foco da nossa pesquisa reside em resumir os enquadramentos construídos pelos dois tipos de jornais e explorar os fatores que contribuem para as diferenças entre eles.

Parte II – Fatores Contextuais

Cap.1 Fator histórico – uma narrativa histórica construída por dois países

1. Uma história apresentada numa visão diferente.

Os historiadores chineses e portugueses apresentaram sempre duas versões diferentes da origem da presença portuguesa em Macau.

O discurso histórico tradicional da China descreve Macau como “a primeira parcela do território chinês ocupada por estrangeiros”. Os portugueses estabeleceram-se em Macau através do “suborno” de um funcionário local em 1553. Após a Guerra do Ópio (1840-1842), “os portugueses procuraram alterar o estatuto de Macau e transformar o território numa colónia” e, em 1849, os funcionários do Governo Qing foram expulsos de Macau, acabando por abdicar do exercício da soberania de Macau. Sob este discurso histórico, recorrendo ou não à força, a presença portuguesa em Macau é considerada como uma parte da história do colonialismo, ou seja, desde a sua origem, a narrativa histórica da “Questão de Macau” está ligado ao discurso colonial.

Por outro lado, o discurso histórico de Portugal apresenta uma visão diferente para a origem da presença portuguesa em Macau: “o português ajudou o governo chinês a expulsar os piratas entrincheirados no estuário do Rio das Pérolas (Macau) por volta de 1553, e por isso, o imperador chinês concedeu Macau aos portugueses. À medida que se foi ocupando o território a longo prazo, os portugueses obtiveram a soberania de Macau”. Esta frase defende que, no discurso histórico da presença portuguesa em Macau, “Macau nunca se inseriu numa lógica colonial”.³

Na opinião do historiador macaense Tam Chih-chiang (1993), quando se fala da origem da presença portuguesa em Macau, considera-se que ambas as versões acima apresentadas são imprecisas, porque essas versões ignoram que o estatuto

³ “Macau nunca se inseriu numa lógica colonial”, *Jornal Tribuna de Macau*, 16 de Fevereiro, 1999.

político especial de Macau se foi formando gradualmente no processo da evolução das relações luso-chinesas dos últimos quatro séculos. A história não é uma combinação simples de eventos, mas sim um resultado complexo de uma série de eventos consecutivos. Neste caso, tanto a expressão “a agressão imperialista”, como “a recompensa do Imperador Chinês” são incompletas. Estas expressões colocam os 400 anos de história e os seus desenvolvimentos em períodos diferentes num quadro de interpretação geral, dominado por ideologias políticas e sem uma análise profunda (Tam, 1993: 382).

O estabelecimento dos portugueses em Macau não foi uma história repentina, e as palavras “suborno” ou “recompensa” não podem interpretar esta história na totalidade. Quando observamos a história da presença portuguesa em Macau, devemos colocá-la num contexto histórico de longo prazo, para estar mais de acordo com a realidade histórica. Podemos tratar o estabelecimento dos portugueses em Macau no século XVI como o resultado de histórias constantemente entrelaçadas de comércio pacífico e conflitos armados.

De facto, embora a história de Macau possa ter perspectivas diferentes, encontramos sempre um eixo principal único na sua narrativa histórica, que é o facto de os portugueses terem exercido a longo prazo o poder administrativo no território. A sua governação foi uma espécie de co-administração a que se chamou “governacão dupla”. Por outras palavras, a autonomia portuguesa concretizou-se num contexto em que a China possuía a soberania de Macau.

Porém, após o ano de 1842, com a influência da Guerra do Ópio, a situação da co-administração teve uma viragem e Portugal passou a exercer uma gestão exclusiva em Macau. A situação manteve-se até em 1979, quando a China e Portugal estabeleceram relações diplomáticas e os dois lados chegaram a um acordo secreto: “Macau é um território chinês sob a administração portuguesa”. E por fim, segundo a “Declaração Conjunta Luso-chinesa” assinada em 1987, Portugal entregaria oficialmente Macau à China a 20 de dezembro de 1999, encerrando os 446 anos de história da administração portuguesa.

As razões que levam os historiadores chineses e portugueses a terem discursos históricos diferentes sobre a origem da presença portuguesa em Macau podem ser explicadas em dois níveis. Por um lado, a presença portuguesa em Macau há mais de 400 anos faz com que a narrativa histórica da Questão de Macau seja complexa. E, por outro lado, os discursos históricos de ambas as partes têm ideologias ou posições políticas pré-determinadas, ou seja, a expressão do discurso histórico de Macau é influenciada pelos diferentes discursos políticos da China e de Portugal.

Assim, através da análise do discurso histórico da origem da presença portuguesa em Macau podemos ver que as narrativas históricas da Questão de Macau foram sempre estabelecidas pelos dois países desde o início. A ideologia política e as relações estatais entre Portugal e a China determinaram as posições dos dois lados nas suas narrativas históricas sobre Macau.

2. Os discursos históricos no contexto pós-colonial.

Desde o início do século XX que as colónias asiáticas e africanas deram início a vários movimentos anticoloniais, fazendo com que o sistema colonial gradualmente se desintegrasse. Nas décadas de 60 e 70, devido à influência da “Revolução Cultural Chinesa”, os conflitos entre os chineses em Macau e a autoridade portuguesa de Macau tornaram-se constantes, tendo finalmente ocorrido o incidente “1-2-3”, no dia 3 de dezembro em 1966. Este incidente estava relacionado com disputas sobre os conceitos de “liberdade” e “colonial”, que ocorriam em Macau naquela época. Após o incidente, uma onda de resistência da comunidade chinesa conduziu a um ajuste das políticas coloniais do Governo de Macau para melhorar a imagem negativa que tinha na comunidade chinesa. Mais tarde, sob a influência da revolução de 25 de abril de 1974, o Governo de Macau começou a abandonar a sua política colonial desde meados dos anos 70. Em fevereiro de 1976, Macau promulgou o “Estatuto Orgânico de Macau”, um documento constitucional consistente com a Constituição da República Portuguesa que reconheceu que a soberania de Macau pertencia à China (Huang H, 1999: 331). Após o estabelecimento das relações diplomáticas entre

Portugal e a China em 1979, foi anunciado que Macau já não era uma colónia portuguesa, mas um “território chinês sob a governação portuguesa”.

Neste novo contexto, as autoridades portuguesas de Macau começaram a procurar estabelecer um novo discurso histórico e cultural para se adaptarem à nova conjuntura política e às novas relações luso-chinesas. As novas narrativas históricas preferem tratar a história de Portugal no Extremo Oriente numa perspetiva cultural, em vez de se concentrarem nas questões da guerra, poder e governação. Este novo discurso passou a enfatizar o valor histórico e cultural de Macau: Macau é um lugar onde se fundem culturas diversificadas, onde, ao longo de quatro séculos, as civilizações chinesas e ocidentais vivem em harmonia e se respeitam. Neste quadro discursivo, a imagem de Macau nas narrativas históricas é alterada de “uma cidade europeia no oriente” para “um local de confluência das culturas oriental e ocidental”. Adicionalmente, os novos discursos históricos também distinguiram de forma consciente as histórias coloniais de Macau e Hong Kong, especialmente as imagens de Portugal e do Reino Unido na era colonial, e destacaram as características de democratização e descolonização de Macau após a revolução de 1974. Em suma, desde o início da década de 80, com as mudanças nas relações luso-chinesas e no estatuto político de Macau, a parte portuguesa criou um novo conjunto de discursos históricos e culturais para a Questão de Macau.

O período pós-colonial, a imprensa de Macau tornou-se, naturalmente, um veículo importante para as autoridades portuguesas expressarem os seus novos discursos históricos. Por exemplo, numa investigação sobre a “Revista de Cultura” (Zeng, 2015), verificou-se que nos anos anteriores à transferência de poderes de Macau, a maioria dos articulistas portugueses desta revista preferia publicar artigos relacionados com a integração cultural de Macau, evitando tópicos relacionados com política ou a história colonial. Por outro lado, esses mesmos artigos sobre o intercâmbio cultural e a integração das culturas chinesa e ocidental acabaram por melhorar a imagem de Portugal em Macau.

Durante este período, o Padre Manuel Teixeira, historiador português e também cronista nos jornais de Macau, tornou-se um representante desta nova

narrativa histórica. Teixeira considerava que, na perspectiva da história mundial, Portugal desempenhava um papel importante na evolução da história europeia e no intercâmbio entre o Oriente e o Ocidente, e que a missão dos portugueses seria a de divulgar a herança da Grécia e de Roma pelo mundo (Ibidem).

As novas narrativas históricas também enfatizavam as origens históricas de Macau e Portugal e os seus estreitos laços. Alguns historiadores e colonistas portugueses fizeram frequentes referências a elementos culturais e históricos relacionados com Portugal nos seus textos, como a história da visita de Luís Camões a Macau em 1556, as Ruínas de São Paulo e a arquitetura de estilo português em Macau.

Essas narrativas mostravam a influência da cultura portuguesa no desenvolvimento de Macau e reforçavam a ligação cultural entre Macau e Portugal, o que contribuía para a continuidade da cultura portuguesa em Macau após a transferência administrativa e para o estabelecimento de uma identificação cultural na comunidade portuguesa de Macau. Em resumo, podemos dizer que, na era pós-colonial, fosse para melhorar a imagem do país ou para manter os laços culturais entre Portugal e Macau, nas narrativas da parte portuguesa, os discursos históricos de Macau estão sempre intimamente ligados aos interesses nacionais e às estratégias diplomáticas de Portugal.

No lado chinês, no contexto pós-colonial, os discursos históricos sobre Macau também sofreram transformações: o discurso nacional foi reforçado com o objectivo de reconstruir a ligação de sangue entre Macau e a nação chinesa e fortalecer a identidade nacional.

A transformação do discurso histórico manifestou-se antes de mais na narrativa da “Questão de Macau”. Com o desenvolvimento das relações sino-portuguesas e a aproximação da transferência administrativa, a parte chinesa redefiniu o seu discurso sobre a origem da Questão de Macau. Nos novos discursos históricos chineses, os 400 anos da presença portuguesa em Macau foram classificados em dois períodos: o período não colonial e o período colonial, sendo a segunda Guerra do Ópio (por volta de 1860) o ponto de partida da história colonial. Com esta classificação, a China reduziu a história colonial de 400 anos para 150 anos.

Esta mudança serviu, por um lado, para corroborar a nova linha da estratégia diplomática chinesa, que pretendia sublinhar que as relações dos dois países já se encontravam numa nova fase. Por outro lado, este novo discurso surgiu também da necessidade de reforçar a identidade nacional chinesa em Macau.

No período pós-colonial, a China considerou que o discurso histórico de Macau deveria pôr de parte o antigo quadro histórico, salientando que Macau pertencia à China desde os tempos antigos uma vez que já na Dinastia Ming (1368-1644) usufruía da civilização chinesa, em vez de tratar os 400 anos da evolução de Macau como parte da história da expansão de Portugal. Esta atitude revelou uma tendência de “des-portugalização” da narrativa histórica de Macau que procurava reduzir os laços históricos entre Macau e Portugal e reintegrar a narrativa histórica de Macau no quadro narrativo da civilização chinesa. Um colunista chinês de Macau, por exemplo, escreveu nas vésperas da transferência de poderes: “a sinicização do cristianismo em Macau e o estabelecimento do Templo de A-Má bastam para mostrar que, mesmo que a presença portuguesa nesta península tenha vários séculos, Macau nunca perdeu as características culturais tradicionais da nação chinesa” (Huang X, 1999).

Na narrativa histórica da era pós-colonial, o discurso nacionalista da China foi ainda mais fortalecido. Ao colocar a transferência de poderes de Macau no sistema do discurso nacionalista e ao tratar o regresso de Macau como o fim da história de humilhação do povo chinês, a China pretendia dar um grande passo para a completa reunificação da Pátria. Nas narrativas históricas de Macau surgiram também constantemente discursos nacionalistas sobre a grande civilização chinesa, cujo objetivo era integrar o desenvolvimento histórico de Macau no processo de desenvolvimento da civilização chinesa, procurando assim estabelecer e fortalecer a identidade nacional chinesa em Macau.

Em suma, no período pós-colonial, embora houvesse uma reviravolta nas narrativas históricas de Macau, o ponto de vista e a posição do discurso continuava a depender dos interesses nacionais dos dois países envolvidos. O discurso histórico na narrativa portuguesa esforçou-se por enfatizar a ligação cultural e histórica entre

Macau e Portugal, de forma a manter a presença da cultura portuguesa em Macau após a transferência administrativa. Por seu lado, no lado chinês, o discurso histórico de Macau caracterizou-se pelo nacionalismo, com o objetivo de reconstruir os laços de sangue entre Macau e a nação chinesa e estabelecer e fortalecer a identidade nacional dos chineses de Macau.

Através da análise do contexto dos discursos históricos de Macau podemos ver que a narrativa da Questão de Macau foi, desde o início, construída pelos discursos políticos e culturais dos dois países. A narrativa histórica de Macau foi sempre colocada nos discursos colonial e anticolonial da China e de Portugal, deixando que os habitantes de Macau carecessem de narrativas e expressões históricas próprias por muito tempo. Assim, ao enfrentarem as narrativas da história de Macau, os habitantes de Macau têm que escolher uma versão que consideram mais aceitável entre as narrativas de Portugal e da China.

O discurso histórico da Questão de Macau alterou-se com as mudanças nas relações estatais entre Portugal e da China. Além disso, tanto antes do estabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países, como na era pós-colonial, as posições narrativas foram sempre determinadas pelos interesses nacionais e as estratégias diplomáticas da China e de Portugal. Podemos, assim, supor que as narrativas da transferência de poderes de Macau, como um evento histórico importante, dos jornais portugueses e chineses de Macau também foram construídas pelos discursos políticos dos dois países, uma vez que as suas posições narrativas e os enquadramentos jornalísticos foram consistente com as estratégias diplomáticas de Portugal e da China.

Cap.2 Fator político – uma administração separada.

A soberania partilhada entre Portugal e pela China e a administração portuguesa separada constituíam um modelo especial de governação que se formou com a evolução da história de Macau ao longo de 400 anos. Sob a influência deste modelo, as comunidades chinesa e portuguesa de Macau puderam viver em coexistência harmoniosa durante esses quatro séculos. No entanto, este modelo também fez com que as duas comunidades de Macau criassem uma tradição de separação comunitária, que se traduz não apenas ao nível físico, mas também ao nível ideológico: a sociedade de Macau nunca formou uma consciência social unificada e dominante durante os 400 anos da sua evolução.

Esta característica teve um impacto profundo na produção jornalística dos meios de comunicação de Macau, nomeadamente na construção do discurso político. Sob o modelo da administração separada, os media das comunidades portuguesa e chinesa de Macau refletiram frequentemente diferentes seleções jornalísticas e diferentes posições ideológicas ao enfrentarem a mesma questão política. Deve notar-se que embora as duas comunidades de Macau tivessem diferentes consciências sociais e formassem diferentes discursos políticos, os seus “núcleos” não eram independentes, mas estavam intimamente ligados aos discursos políticos dos dois países. Isso porque com o modelo da administração separada, nem os chineses nem os portugueses de Macau tinham o poder de decisão necessário para um desenvolvimento independente, levando a que a construção dos seus discursos políticos fosse profundamente influenciada pelos desenvolvimentos políticos e reformas sociais da China e de Portugal, sendo respetivamente consistente com a vontade nacional e a estratégia diplomática desses dois países.

Assim, os contextos políticos baseados no modelo da administração separada foram as suas condições necessárias para o estudo da cobertura da transição de Macau em 1999. Este fator político foi também a base dos outros fatores contextuais, tendo todos estes fatores fornecido os elementos interpretativos para a construção

dos enquadramentos dos jornais portugueses e chineses de Macau, assim como para as diferenças.

1. A origem do modelo da “administração separada”.

Em meados do século XVI, os portugueses chegaram a Macau pela Rota Marítima da Seda e foram-se gradualmente estabelecendo. Nos primeiros duzentos anos, os portugueses não dispunham de instituições administrativas bem organizadas, tendo sido auto-governados por uma instituição autónoma que era constituída por soldados, comerciantes e missionários. A esse governo municipal, um modelo administrativo peculiar, chamaram Concelho do Senado, mais tarde denominado Leal Senado. A situação manteve-se até 1783, até serem promulgadas Providências Reais. Este documento concedeu ao governador de Macau a autoridade para administrar Macau, e tinha por objetivo reforçar a jurisdição portuguesa em Macau. Deste então, a autoridade do governador de Macau foi sendo fortalecida, enquanto a influência do Leal Senado se foi gradualmente declinando (Carmen, 2018).

Nos séculos posteriores à chegada dos portugueses a Macau o Leal Senado de Macau foi, para a comunidade portuguesa, o símbolo da autoridade política e do poder político local. No entanto, embora esta instituição administrativa local possuisse grande autoridade e autonomia do governo de Lisboa de Goa, havia uma diferença fundamental relativamente aos outros enclaves e cidades portuguesas: o Leal Senado de Macau não pagava o foro do chão (renda da terra) ao rei português, mas às autoridades chinesas locais (Ibidem).

Devido à longa distância entre Macau e Portugal, as respostas de Lisboa aos assuntos de Macau chegavam consideravelmente fora de tempo, não permitindo que o Governo português de Macau tratasse os assuntos locais em tempo útil. Nestas circunstâncias, os residentes portugueses de Macau perceberam que obter a proteção do governo chinês seria mais favorável do que usufruir da proteção de qualquer outro governo. Assim, para defender os seus interesses comerciais e direitos de residência, os portugueses de Macau precisavam de manter boas relações com o governo chinês

e pagar a renda da terra para “subornar” os funcionários chineses locais. Desta forma, os portugueses de Macau usufruíam da governação do Leal Senado e do governador e, ao mesmo tempo, pagavam a renda ao governo da Dinastia *Ming* em troca do direito de residência. Por outras palavras, os portugueses de Macau adotaram um tipo de “Dupla Fidelidade” que lhes permitia manter os seus interesses em Macau (Wu, 1998: 56).

Em comparação com a administração portuguesa, a administração do poder imperial feudal chinês em Macau era mais direta e mais substantiva. Segundo documentos históricos, desde que os portugueses se estabeleceram em Macau, os governos da Dinastia *Ming* (1368-1644) e *Qing* (1636-1912) ordenavam frequentemente aos funcionários de Cantão⁴ que visitassem Macau, para assim para enfatizarem a autoridade absoluta do governo chinês em Macau. Os assuntos da comunidade chinesa só podiam ser tratados pelos funcionários chineses locais enquanto as disputas entre os portugueses eram tratadas pelos funcionários portugueses e, ao mesmo tempo, enviadas para o governo local da China (LIU F, 1999).

Esta administração separada manteve-se até 1840, o início da Guerra do Ópio. Na sequência da assinatura do Tratado de Nanquim (1842) e da cessão de Hong Kong ao Reino Unido, o governador de Macau Ferreira do Amaral declarou em 1849 a soberania de facto de Portugal sobre Macau (Carmen, 2018: 12). Nos 100 anos seguintes, devido às frequentes guerras de agressão e guerras civis, as autoridades chinesas não tiveram oportunidade para se debruçarem sobre os assuntos de Macau. Foi também nestes 100 anos, através do “Tratado de Amizade e Comércio Sino-Português”, assinando em 1887, que as autoridades portuguesas tomaram completamente a jurisdição de Macau.

Este modelo persistiu em Macau durante um período tão longo de tempo, para além da necessidade de desenvolvimento político local, devido aos contextos históricos e culturais da China e de Portugal.

⁴ Uma província da China que adjacente a Macau.

A inércia do “Império Celestial” da China Antiga permitiu que os governos Ming e Qing tratassem o arrendamento de Macau pelos portugueses como um tipo de “Tributo” ao imperador chinês, fazendo com que as cortes feudais chinesas considerassem razoável que os portugueses arrendassem o território de Macau por muito tempo, desde que pagassem a renda. Assim, os governos das dinastias Ming e Qing consentiram que os portugueses de Macau pudessem administrar de forma autónoma o território de Macau.

O conceito de “Império Celestial” provinha da superioridade da China ao nível cultural e geográfico. Na China, considerava-se a cultura chinesa como uma cultura ortodoxa e superior desde a antiguidade, enquanto os lugares que não eram influenciados pela cultura chinesa eram tratados como “as terras não civilizadas”. O escritor chinês antigo, Han Yu (728 – 824), mencionou na sua obra que a cultura chinesa era uma cultura universal e considerava que os lugares bárbaros seriam eventualmente unificados e assimilados pela cultura chinesa (ZHANG, 2009). Sob a influência desta superioridade cultural, formaram-se gradualmente um sentimento de superioridade política e nasceram os conceitos “Grande Unificação” e “Sino-centrismo”. Nas dinastias antigas com regimes altamente unificados, incluindo as Dinastias Ming e Qing (exceto o período final da Dinastia Qing), os governos feudais da China consideravam-se o “centro” do “mundo”. Devido à prosperidade do estado, a mentalidade do “Império Celestial” atingiu o seu auge nestas épocas. As cortes das Dinastias Ming e Qing trataram o arrendamento de Macau pelos portugueses como um “Tributo” que garantia a “legalidade simbólica” que o governo chinês tinha sobre o território. Desta forma os governantes das Dinastias Ming e Qing racionalizaram a autonomia dos portugueses em Macau, o que permitiu que o modelo da “administração separada” funcionasse em Macau por muito tempo.

Devido ao seu vasto território, a influência da cultura "civilizada" não podia chegar a todas as áreas da China, e a assimilação cultural e política nem sempre ocorria em simultâneo. Em comparação com a civilização agrícola que dominou a China por milhares de anos, o papel periférico de Macau, "uma pequena vila de pesca", tornou-se inquestionável. Na perspectiva dos imperadores da China, um país com um

“Império Celestial” emprestar uma pequena “região raiana” aos estrangeiros como residência temporária e aceitar os seus “tributos” parecia ser muito razoável.

A segunda razão que permitiu a manutenção prolongada do modelo da administração separada em Macau foi a natureza comercial da civilização portuguesa daquele tempo. Embora Hong Kong se encontrasse adjacente a Macau, as políticas adotadas pelos britânicos em Hong Kong em meados do século XIX eram muito diferentes das adotadas pelos portugueses na Macau de três séculos atrás.

Como representante da civilização industrial, a força motriz que, naquela época, conduziu os britânicos à China foi a necessidade de "expansão da civilização industrial", incluindo a procura de mercados comerciais e de matérias-primas. Daí se depreende que o objetivo principal da sua política era saquear recursos e lutar por um espaço de sobrevivência mais amplo (Wu, 1998: 347). Em contraste, os portugueses, como representantes de uma civilização comercial, tinham por objetivo principal ir para a China apenas em busca de lucros comerciais, necessários para a “expansão comercial”. Não tendo necessidade de saquear recursos, os portugueses estavam dispostos a depender do comércio para viver em paz num canto da China. Assim, do ponto de vista do próprio contexto histórico de Portugal, a essência da civilização comercial representada pelos portugueses era uma razão fundamental para que Macau pudesse implementar o modelo da administração separada, uma vez que os portugueses que foram para a China não estavam muito interessados na soberania de Macau e estavam dispostos a gerir Macau com os governos Ming e Qing através da governação separada.

Em suma, pelas razões acima expostas, nos primeiros três séculos após a chegada dos portugueses a Macau, Macau manteve sempre um modelo de soberania partilhada e administração separada.

A situação durou até 1849, altura da Guerra de Ópio, quando o governador Ferreira do Amaral começou a impor a soberania portuguesa *de facto* sobre o território. Em 1976, como a promulgação do *Estatuto Orgânico de Macau*, que definiu o estatuto de Macau como um território chinês sob a administração portuguesa, a China recuperou alguns poderes soberanos sobre Macau. Posteriormente, com a

assinatura da *Declaração Conjunta Sino-Portuguesa*, em 1987, Portugal e a China partilharam novamente um certo grau de soberania de Macau, até o fim do período de transição (1988-1999) (Carmen, 2018: 12).

É, no entanto, preciso notar que embora a parte da “soberania partilhada” desse modelo terminasse em 1849, a sociedade de Macau continuou a manter um certo grau de “administração separada” durante os períodos colonial e pós-colonial. Por outras palavras, a comunidade chinesa não se submeteu verdadeiramente a uma administração completa das autoridades portuguesas de Macau. Este tipo de administração incompleta levou as comunidades portuguesa e chinesa de Macau a manterem, na prática, um estado de separação a longo prazo, o que conduziu a uma sociedade com falta de uma consciência social unitária e dominante.

2. A governação incompleta das autoridades portuguesas de Macau.

Mesmo tendo Portugal imposto a soberania portuguesa de facto em 1849 e estabelecido formalmente um sistema de administração em Macau, nunca conseguiu implementar uma governação completa e real na comunidade chinesa, cuja população correspondia a mais de 90% do total dos habitantes de Macau. A comunidade chinesa de Macau foi sempre autónoma e manteve uma relação estreita com as autoridades chinesas. As autoridades de Macau precisavam da assistência das elites chinesas locais para tratar dos assuntos da comunidade chinesa e no contato com as autoridades chinesas, o que fez com que, na era colonial, a governação das autoridades de Macau fosse incompleta (Li, 2005).

A razão principal para esta governação incompleta residia em duas vantagens absolutas da população chinesa, a estrutura étnica de Macau e a localização geográfica de Macau, adjacente à china continental por terra, o que tornou as autoridades de Macau não pode dependentes de meios mais agressivos para estabelecer um domínio colonial direto em Macau, só podendo governar de forma “indireta” a comunidade chinesa (LOU, 2004: 229). Após o ano de 1849, as autoridades portuguesas de Macau optaram por não adotar medidas violentas para governar

Macau, como eliminar a demarcação étnica ou realizar uma integração cultural rigorosa, aproveitando os elementos autónomos do modelo tradicional da “administração separada” para realizar uma administração indireta que permitia algumas liberdades à comunidade chinesa de Macau (Lou, 2004: 232).

Adicionalmente, a governação incompleta das autoridades portuguesas de Macau também se devia às mudanças frequentes de funcionários portugueses em Macau. De acordo com as estatísticas, entre os anos de 1900 e 1950 o mandato médio do governador de Macau foi de apenas um ano e dois meses (Lou, 2004: 305), e as substituições frequentes dos funcionários principais das autoridades de Macau faziam com que estes funcionários enviados de Portugal sentissem dificuldades em dominar bem as circunstâncias sociais e a opinião pública locais a curto prazo, tornando a governação efetiva da comunidade chinesa de Macau impossível. Uma vez que as políticas das autoridades portuguesas de Macau se basearam sempre nos interesses nacionais de Portugal, especialmente na salvaguarda dos interesses políticos e económicos de Portugal em Macau, manter um governo pequeno e com escopo limitado parecia ser o mais adequado para as necessidades coloniais das autoridades portuguesas em Macau. Portanto, por um longo período de tempo os serviços públicos prestados pelo governo de Macau à sociedade limitavam-se apenas a assuntos relacionados com a defesa nacional, ordens judiciais e direito de propriedade, etc., e basicamente não interferiam nos assuntos sociais ou na vida da população (Ibidem).

Em suma, a administração limitada das autoridades portuguesas de Macau da comunidade chinesa conduziu a uma governação incompleta na era colonial. Após a promulgação do estatuto Orgânico de Macau em 1976 e a assinatura da Declaração Conjunta Luso-chinesa em 1987, como já foi anteriormente referido, até certo ponto Macau recuperou o modelo de soberania partilhada e administração separada. Portanto, podemos ver que, ao longo dos 400 anos de desenvolvimento de Macau, independentemente do modelo de soberania de Macau e se a soberania era ou não partilhada, ao nível social e político as autoridades portuguesas sempre mostraram uma característica da governação incompleta da comunidade chinesa.

3. A influência do modelo da “administração separada”.

3.1 Macau carece de uma consciência social unitária e dominante.

A história da administração separada e a tradição da governação incompleta levaram a que, nos últimos quatro séculos, nenhum poder estatal pudesse dominar completamente Macau. A falta de subjetividade e independência colocou sempre o desenvolvimento de Macau no vórtice da competição de interesses políticos e económicos das grandes potências. No processo de desenvolvimento de Macau, nem os portugueses nem os chineses teria o direito de decidir sobre o seu desenvolvimento independente, e não houvesse uma consciência social dominante e unificada na sociedade de Macau. Na ausência desta consciência, a construção do discurso político nas comunidades portuguesa e chinesa de Macau foi influenciada continuamente pelos ambientes políticos e culturais dos dois países, criando assim uma grande diferença ideológica.

O conceito de consciência social refere-se ao aspeto espiritual da vida social e é um reflexo da presença social, na qual se incluem as ideologias das pessoas, os seus costumes e as psicologias sociais. O corpo principal da consciência social são os membros da sociedade, que podem ser um indivíduo ou um grupo, que são portadores da expressão da consciência social. A formação de uma consciência social unificada e dominante baseia-se na existência de uma “subjetividade” dominante entre os membros da sociedade. Esta subjetividade refere-se às capacidades, papéis, opiniões e estatutos que um indivíduo demonstra na prática, que são condição prévia para o estabelecimento de uma consciência dominante.

No entanto, sob a influência do modelo da administração separada, a “subjetividade” de Macau estava ausente. Pode mesmo dizer-se que antes da transferência de poderes quase não havia “subjetividade” na sociedade de Macau (Pang, 2013:4). Em primeiro lugar, devemos deixar claro que, como portador da consciência social dominante, o “sujeito” de Macau foi sempre a comunidade chinesa

e não a comunidade portuguesa. Como já foi referido, antes de 1849, Macau encontrava-se num modelo da "soberania partilhada e administração separada", e durante esse período os portugueses de Macau apenas exerceram a autonomia dentro da sua comunidade, uma vez que os governos locais das dinastias Ming e Qing controlavam o poder administrativo e judicial de Macau. Assim, na época não se podia considerar que os portugueses de Macau fossem realmente uma força política dominante no território. Após o ano de 1849, na era colonial de Macau, depois da expulsão das instituições e dos funcionários chineses de Macau, os portugueses passaram a controlar o poder de facto do território. No entanto, possuir o "poder colonial" não significava possuir as "forças sujeito da sociedade". Isso porque, nos 400 anos da história de Macau, o número total de chineses de Macau tinha sempre sido muito superior ao número de portugueses (Ibidem). Além disso, devido à governação incompleta da autoridade portuguesa, a sua influência política na comunidade chinesa foi sempre muito limitada. Desta forma, apenas a comunidade chinesa poderia desempenhar o papel de forças sujeito na sociedade de Macau.

No entanto, como sujeito da sociedade de Macau, a comunidade chinesa carecia da "subjetividade" que um sujeito deve ter:

Do ponto de vista político, embora Macau possuísse uma "governação incompleta", a sua natureza de governação colonial não se alternava, pois o governador continuava a ser o núcleo do poder político, e o poder de julgamento em última instância ainda pertencia aos tribunais judiciais de Portugal. Além disso, a participação política dos chineses de Macau foi sempre muito limitada. Embora Macau regressasse a uma fase de autonomia regional após a promulgação do "Estatuto Orgânico de Macau" em 1976, não foi dada aos chineses locais a oportunidade de participar na Assembleia Legislativa de Macau, que foi sempre controlada pelos macaenses e portugueses. A situação manteve-se até ao ano de 1984, na terceira Assembleia Legislativa, em que através de eleição indireta algumas elites da comunidade chinesa começaram a ingressar neste órgão legislativo (Wu, 1998: 316). Assim, o poder de influência da comunidade chinesa foi pequeno nas decisões políticas das autoridades portuguesas de Macau (Pang, 2013: 5). Sob o impacto destes

fatores políticos, embora a comunidade chinesa fosse o “sujeito” da sociedade de Macau, sempre dispôs de um espaço extremamente limitado para o desenvolvimento da sua “subjetividade”. Pode dizer-se que, quer sob o regime feudal dos governos Ming e Qing, quer sob o domínio colonial de Portugal, Macau esteve sempre sob um sistema de poder de tipo “dominante” e, por esse motivo, nunca usufruiu de condições para gerar uma “subjetividade local” com significado substancial.

Numa perspetiva económica e demográfica, a comunidade chinesa teve sempre falta das condições necessárias para formar a sua "subjetividade". Como região raiana, o desenvolvimento económico de Macau esteve sempre relativamente atrasado, tratando-se a pesca da sua principal fonte de receitas. A sociedade de Macau só se transformou numa sociedade comercial depois da conclusão da revolução burguesa em 1911 e da ascensão dos empresários chineses de Macau. Numa perspetiva demográfica, por razões históricas a população flutuante de Macau sempre foi extremamente grande. De meados do século XVI a meados do século XIX, a população chinesa em Macau flutuou frequentemente, o que significa que durante os primeiros 300 anos da presença portuguesa em Macau a comunidade chinesa de Macau não foi uma entidade estável. Embora a partir do século XIX a população da comunidade chinesa já atingisse um valor algo elevado, ocorreram ainda várias flutuações populacionais. Desta forma, podemos considerar que a comunidade chinesa de Macau não teve as condições necessárias para formar a sua "subjetividade".

Pelos motivos políticos, económicos e demográficos já referidos, ao longo dos 400 anos de ocupação portuguesa a sociedade de Macau nunca formou a sua "subjetividade", o que fez com que faltasse à sociedade de Macau uma consciência social unificada e dominante. Esta característica influenciou de várias formas o desenvolvimento político de Macau. Por exemplo, devido à falta desta consciência dominante e unificada, as duas comunidades de Macau permaneceram sempre num estado de “equilíbrio instável”, em que potenciais conflitos surgiam regularmente, tendo mesmo passado a ser uma fonte de incidentes, como o Motim 1-2-3 de 1966. Mas o mais importante é que esta característica permitiu que as consciências sociais e os discursos políticos das comunidades chinesa e portuguesa de Macau fossem

profundamente influenciados pelos desenvolvimentos políticos e económicos da China e de Portugal, criando assim grandes diferenças ideológicas.

Por um lado, o governo de Portugal teve sempre uma forte influência política sobre a comunidade portuguesa de Macau. Apesar de o órgão administrativo português se ter instalado no século XVI, Portugal nunca permitiu que Macau se governasse a si próprio. Para nenhum dos tratados ou projetos de lei assinados entre Macau e a China foram consultadas, durante o processo de redação, as opiniões dos portugueses residentes em Macau. Além disso estipulou-se também que Macau devia seguir todas as leis de Portugal e que a maioria das decisões tomadas por Macau tinha primeiro, antes da sua implementação, que ser aprovada por Portugal. Até a transferência de poderes de Macau em 1999, a arquitetura política da administração portuguesa em Macau, com o governador no núcleo, era ainda muito estável e fechada, e exercia uma influência política absoluta sobre a comunidade portuguesa em Macau. Desta forma, a comunidade portuguesa nunca formou um discurso político independente, tendo sido sempre profundamente influenciada pelo discurso político de Portugal.

Além disso, embora existissem frequentemente desacordos entre os funcionários portugueses da administração de Macau e os portugueses residentes em Macau, estas diferenças reflectiam-se principalmente no orgulho dos funcionários portugueses e na prossecução dos reais interesses dos portugueses com residência em Macau, mais do que na consciência política da comunidade portuguesa. Ou seja, as diferenças no discurso político das comunidades portuguesas advinham principalmente dos assuntos internos das próprias comunidades, mas o discurso político dos assuntos externos da comunidade portuguesa de Macau, como o contacto com o governo chinês, etc., era frequentemente consistente.

Para a comunidade chinesa, as influências políticas da corte chinesa e dos governos chineses em Macau foram mais diretas e substanciais. Já nas Dinastias Ming e Qing, os governos ordenavam aos oficiais de Cantão que visitassem Macau para enfatizar o seu poder absoluto. Os governos chineses exerceram sempre a sua influência política absoluta sobre a comunidade chinesa de Macau antes da era

colonial, pois tinham plenos poderes para lidar com todos os assuntos da comunidade chinesa e para controlar os funcionários de Macau através das autoridades de Cantão. Mesmo na era colonial, devido às limitações do poder político das autoridades portuguesas sobre os chineses de Macau, ou seja, à governação incompleta, as autoridades chinesas ainda mantinham uma certa influência política sobre a comunidade chinesa de Macau. Assim, à semelhança da comunidade portuguesa, os chineses de Macau também nunca formaram um discurso político próprio e independente, uma vez que o governo chinês teve sempre um poder dominante na construção do discurso político da comunidade chinesa.

Por fim, a história da administração separada e a estrutura da governação incompleta criada após 1849 provocaram a falta de subjetividade em Macau, não permitindo a formação de uma consciência social unificada e dominante. Independentemente de se tratar das Dinastias Ming e Qing, do período colonial ou do período pós-colonial, Macau permaneceu sempre sob um sistema de poder de tipo dominante, embora o poder sobre as comunidades chinesa e portuguesa fosse proveniente de diferentes sistemas. Nem os chineses, nem os portugueses obtiveram espaço de desenvolvimento independente. A forte influência política da China e de Portugal nas comunidades chinesa e portuguesa locais fez com que os discursos políticos das comunidades chinesa e portuguesa fossem profundamente influenciados pelos dois países, criando grandes diferenças ideológicas.

3.2 A indiferença política na comunidade chinesa.

O modelo da administração separada e a tradição da governação incompleta das autoridades portuguesas de Macau afetaram diretamente o comportamento da participação política da comunidade chinesa, manifestando-se de duas formas: o baixo nível de participação política dos chineses de Macau; e a indiferença à política. Como resultado, em termos de participação política local, em Macau criou-se um ambiente de opinião pública completamente diferente do de Hong Kong.

Sob o modelo da administração separada, nem os governos Ming e Qing, nem as autoridades portuguesas de Macau proporcionaram à comunidade chinesa condições objetivas suficientes para promover a participação política dos chineses locais, pelo que o seu comportamento político não afetou a tomada de decisões públicas. A situação manteve-se até à década de 1970 quando a comunidade chinesa, com o abrandamento das condições objetivas, passou a participar verdadeiramente nos assuntos políticos locais, embora ainda de forma limitada. Devido á falta de espaço de participação política, os chineses de Macau sempre tiveram falta de confiança para participar nas decisões políticas e no contato com os funcionários governamentais portugueses. Uma pesquisa mostra que, antes da transferência de poderes de 1999, mais de três quartos dos chineses locais sentiam que não possuíam qualquer capacidade para influenciar as decisões do governo (Yu & Liu & Wu, 1993:81). Este sentimento de impotência afectou profundamente o entusiasmo dos residentes de Macau em participar na política, que preferiam deixar o governo de Macau decidir todos os assuntos políticos e raramente se opunham às políticas adotadas, produzindo um ambiente de opinião pública indiferente às questões políticas.

Tais características também se refletiam nas discussões sobre assuntos relacionados com a Questão de Macau. Especialmente em assuntos relacionados com reformas institucionais e formulação de novas políticas, como a participação pública não era muito ativa, o campo da opinião pública da comunidade chinesa de Macau foi dominado pelas associações tradicionais locais e pelo discurso oficial da China. Deste modo, a orientação da opinião pública foi relativamente unificada, consistente com a decisão política do governo chinês, tendo as opiniões contrárias raramente sido ouvidas. Nesta secção discutiremos o impacto da administração separada no ambiente da opinião pública chinesa em Macau, que foi um fator importante que afetou a construção dos enquadramentos jornalísticos.

A discussão sobre a participação política da comunidade chinesa não é recente, vindo mesmo de antes de 1887. Durante as Dinastias Ming e Qing, a comunidade chinesa de Macau implementou um modelo de governação de “autonomia ao nível da aldeia”, sendo que obviamente este modelo não envolvia

participação política. A razão desta política de autonomia rural devia-se ao facto de o poder central da corte imperial feudal não alcançar as áreas rurais que ficavam localizadas na área marginal do domínio, tendo-se o governo central visto obrigado a consentir tacitamente este “método eclético”. Segundo este modelo, estipulava-se que as áreas rurais seriam geridas por uma gestão autónoma e que os assuntos locais seriam geridos pelos residentes locais. No entanto, na prática esta política nunca alcançou uma verdadeira autonomia.

Este tipo de “autonomia rural” não funcionou como uma verdadeira autonomia local. Primeiro, não provinha da reivindicação de autonomia das áreas rurais. Segundo, embora os líderes da autonomia rural representassem, em certa medida, os interesses da população local, eram na verdade uma extensão do poder central nas áreas rurais. Sob o poder imperial, a homogeneidade do Estado e da sociedade fez com que essa “autonomia rural” não fosse uma autonomia verdadeira, mas apenas uma autonomia baseada no duplo conceito de “Estado – Sociedade”.

Na era colonial o governo português de Macau começou a exercer uma governação indireta na comunidade chinesa, ou seja, utilizava agentes chineses locais para realizar uma governação efetiva. Esta forma de governação era, de facto, semelhante à das Dinastias Ming e Qing, e consistia em escolher um representante da comunidade chinesa nomeado pelo governo de Macau para gerir os chineses locais em nome do governo. Aquele representante não possuía poderes políticos e administrativos substantivos, servindo apenas para representar o governo de Macau na sociedade civil e para manter a ordem social. Por isso, antes da promulgação do Estatuto Orgânico de Macau em 1976, os chineses locais não tinham qualquer espaço para a participação política.

É de referir que, no século XIX, devido à ausência de gestão social do governo de Macau, um outro poder social – as associações tradicionais, começaram a surgir na comunidade chinesa de Macau. Alguns chefes destas associações tornaram-se intermediários entre o Governo de Macau e a comunidade chinesa. No entanto, embora estes chefes exercessem uma forte influência nas comunidades chinesa e portuguesa, os chineses ainda não conseguiam participar na política local. Por um lado,

estas associações chinesas eram maioritariamente compostas por comerciantes locais, que estavam mais interessados na integração dos seus interesses económicos na comunidade, e por outro, embora alguns chefes tivessem aderido às agências governamentais de Macau, eram principalmente instituições consultivas e não de tomada de decisão, pelo que a sua influência na tomada de decisão política era diminuta.

Após o ano de 1976, com a promulgação do “Estatuto Orgânico de Macau”, a participação política da comunidade chinesa sofreu algumas alterações. Logo em 1976 os chineses puderam entrar na Assembleia Legislativa por meio de eleição indireta, tendo depois tido formalmente acesso a cargos de eleição direta em 1984, embora o número de cargos fosse reduzido. Mas essa participação política não veio de ações pró-ativas da comunidade chinesa, mas de razões externas. Uma das razões foi a Revolução de 25 de abril de 1974, e outra as lutas de poder dentro da comunidade portuguesa (Wu, 1998: 324).

Durante a era colonial, o governador de Macau foi sempre o centro do poder político de Macau, possuindo todos os poderes excepto o poder legislativo. Apesar do incidente 1-2-3 em 1966, esta estrutura política permaneceu muito fechada ainda durante algum tempo. Foi só na década de 1970 que o governo de Macau começou a mudar o seu quadro político para uma política democrática moderna. Embora a Assembleia Legislativa se tenha tornado um órgão independente, o número de eleitores foi apenas um décimo da população de Macau (Wu, 1998: 318). E como raramente a comunidade chinesa teve oportunidade de participar na política, essa situação perdurou até à década de 1990, com a alteração do Estatuto Orgânico de Macau, quando a participação dos chineses de Macau na Assembleia Legislativa começou a aumentar gradativamente.

Com base na análise acima, podemos ver que mesmo após 1976 a participação política dos chineses de Macau ainda era muito limitada. Por sua vez, esta situação afetou o entusiasmo da comunidade chinesa pela participação política. Como o espaço da participação política era muito limitado, os chineses não se sentiam suficientemente confiantes para contactar o governo quando era necessário. Por este

motivo, a comunidade chinesa tornou-se indiferente e afastou-se das questões políticas durante muito tempo.

É ainda de referir que, além do espaço limitado para a participação política, o motivo da indiferença da comunidade chinesa relativamente a assuntos políticos estava também relacionado com a cultura tradicional chinesa, pois enfatiza o conceito de ética da família. “O líder supremo de um país é considerado o cabeça da família, e possui uma autoridade absoluta. As pessoas têm a obrigação de obedecer à liderança governativa, mas não têm a obrigação de participar na decisão política do governo” (Ibidem). Embora esta ideia seja subjetiva, pode também ser uma das razões pelas quais a comunidade chinesa não participou ativamente na tomada de decisões políticas durante a administração portuguesa de Macau.

Em suma, sob a influência do modelo da administração separada e da governação incompleta, a comunidade chinesa nunca conseguiu obter uma verdadeira autonomia, e nem os governos Ming e Qing, nem as autoridades portuguesas deram à comunidade chinesa espaço suficiente para a participação política. E isto, por sua vez, afetou também o entusiasmo dos cidadãos de Macau pela participação política, levando à indiferença em relação à política. O facto de os chineses serem indiferentes à política afectou, por sua vez, a atitude e a participação da comunidade chinesa na Questão de Macau e no seu processo de resolução. O Governo Central da China desempenhou um papel dominante e decisivo nas questões relativas à transição de Macau. Devido ao baixo nível da participação política dos chineses de Macau, o discurso político da comunidade chinesa relativamente à Questão de Macau foi substituído pelo discurso de algumas elites chinesas locais e pelo discurso político oficial da China, que correspondia à ideologia oficial, o que pode ser um fator explicativo para o estudo da ideologia e dos enquadramentos dos jornais chineses de Macau.

Cap. 3 Fator social – A estrutura social binária

O modelo da “Administração Separada” permitiu que na sociedade de Macau se formasse uma estrutura binária antes da transferência de poderes de Macau, isto é, a nível político e jurídico a comunidade chinesa foi governada pelo Governo português de Macau, mas a nível social a sua governação pertencia às associações chinesas locais. Nos períodos colonial e pós-colonial, a governação incompleta da administração portuguesa fez com que o Governo português de Macau não conseguisse gerir eficazmente a comunidade chinesa e implementar políticas adequadas. Nesta situação, as associações chinesas tradicionais de Macau, que funcionavam como organizações de cariz social, começaram a exceder as funções das associações de âmbito mais geral e a substituir algumas das funções governativas das autoridades portuguesas em termos de ação social, criando assim uma sociedade de estrutura binária em Macau.

Na realidade, o Governo português de Macau estava mais inclinado para delegar a resolução da maioria dos assuntos da comunidade chinesa nas mãos das elites chineses locais, embora possuísse formalmente o poder político e administrativo. Ou seja, o Governo português de Macau não aplicou métodos de governação normalmente utilizados nos países modernos, tendo adotado métodos conservadores de governação. Em termos sociais, o Governo de Macau não promoveu uma gestão efetiva sob uma estrutura administrativa formal, mas permitiu que a comunidade chinesa se separasse da comunidade portuguesa, e usufruísse de alguma autonomia.

Tais características da estrutura social afetaram também a produção jornalística das duas comunidades, bem como as suas atitudes relativamente aos assuntos da transição. Como é sabido, as informações dos media vêm da sociedade e a produção jornalística nunca pode existir independentemente do ambiente social. Assim, a análise do fator social de Macau pode ajudar-nos a identificar os elementos

explicativos para as características da produção jornalística das duas comunidades de Macau.

1. As associações tradicionais da sociedade chinesa de Macau

Por razões históricas, antes da transferência de poderes, a comunidade chinesa, que representava 90% da população de Macau, contava com um grande número de associações sociais que constituíram uma força política informal.

As primeiras associações civis de Macau foram criadas no final da Dinastia Ming (1368 – 1644) e no início da Dinastia Qing (1636 – 1912). Quando os governantes da dinastia Qing (etnia de Manchus) destruíram a cultura tradicional do povo da etnia Han, alguns opositores ao governo Qing criaram estas associações com o objectivo de se oporem ao controle do governo Qing e repor a dinastia Ming, que era governada pelos Han.

No final do século XIX e no início do século XX, com o desenvolvimento da revolução democrática chinesa de 1911, a Dinastia Qing foi destruída. Como o líder da revolução Sun Yat -sen residia em Macau, muitas associações relacionadas com a política começaram a surgir no território. Por outro lado, devido a uma longa ausência de gestão governamental, na segunda metade do século XIX a sobrevivência básica dos pobres na comunidade chinesa de Macau não estava garantida, levando ao surgimento de organizações de caridade não governamentais. Entre estas organizações, as mais representativas eram a Associação de Beneficência do Hospital Kiang Wu (fundada em 1871) e a Associação de Beneficência Tung Sin Tong (fundada em 1892). Estes grupos populares eram independentes do Governo e desempenhavam um papel de caridade através da prestação de serviços públicos à sociedade.

No mesmo período, devido a mudanças na estrutura económica, os comerciantes chineses tornaram-se o corpo principal da economia de Macau. Precisavam, porém, de encontrar uma maneira eficaz e coletiva para proteger e promover os seus interesses comuns, tendo começado assim a aparecer as várias

associações comerciais (Lou, 2004: 49). A associação mais influente, a Associação Comercial de Macau, criada em 1913, era uma organização comercial conjunta que abrangia sectores diferentes e que posteriormente se tornou na organização não governamental mais importante de Macau. Deve notar-se que estas associações empresariais estavam, em geral, intimamente relacionadas com as associações de caridade, sendo que o financiamento das associações comerciais era uma fonte importante de receitas das associações de caridade. Ao mesmo tempo, através do financiamento das associações de caridade, alguns empresários ricos obtiveram maior apoio social e prestígio em Macau. Desta forma, alguns líderes de associações comerciais foram-se gradualmente transformando nos representantes da comunidade chinesa, tornando-se posteriormente pontos de ligação entre o Governo de Macau e a comunidade chinesa local.

É de salientar que a maioria das associações tradicionais de Macau provinha de um contexto histórico patriótico. Como já foi referido, as associações de Macau surgiram no contexto da derrota da Guerra do Ópio e da Revolução Democrática da China de 1911, e tinham por objetivo derrubar a monarquia e “salvar a nação”, tendo, por isso, uma tradição patriótica. Durante a Guerra Sino-Japonesa (1937-1945) surgiram muitas associações patrióticas em Macau. As associações chinesas de Macau possuíam um sentido de responsabilidade nacional, que funcionou como base para o futuro discurso nacionalista da comunidade chinesa na Questão de Macau.

Em Macau existiam algumas associações tradicionais com uma longa história e com grande influência no território. As três grandes associações de Macau, a Associação de Beneficência do Hospital Kiang Wu, a Associação de Beneficência Tung Sin Tong e a Associação Comercial de Macau possuíam um grande prestígio na sociedade de Macau e desempenharam um papel importante durante todo o século XX.

Antes do regresso de Macau em 1999, havia mais de 2000 associações em Macau, a maioria das quais associações civis. Estas associações, que incluíam associações políticas, beneficentes, comerciais, culturais e educativas, possuíam alguma capacidade de intervenção social. Algumas destas associações eram muito

influentes, chegando a penetrar em quase todos os aspetos da vida social. Em Macau, tantos os funcionários governamentais, como os empresários e profissionais especializados, e até as pessoas comuns mantinham relações estreitas com as associações, alguns como membros das associações e outros como utentes. As associações uniam as pessoas de Macau, e eram uma parte indispensável ao funcionamento da sociedade.

Em contraste, a governação incompleta do Governo português de Macau conduziu a um baixo nível de intervenção social, o que criou condições para o crescimento da influência social das associações. Embora o governo de Macau tenha reforçado a sua capacidade da intervenção nos assuntos sociais após a promulgação do “Estatuto Orgânico de Macau” em 1976, não podia substituir o papel das associações na sociedade. Antes da transferência de Macau, as associações chinesas desempenhavam um papel importante na educação e na segurança social, uma vez que a maioria das instituições de assistência social de Macau era criada pelas associações tradicionais e funcionavam de forma semelhante às instituições educativas, especialmente escolas primárias e secundárias (Yu, 1999:33). Além disso, os chineses locais também dependiam das associações para a obtenção de diversos serviços públicos, como a resolução de conflitos e as disputas de arbitragem, a emissão de documentos de casamento e de identidade, etc. Em suma, pode dizer-se que as associações chinesas de Macau substituíram algumas funções de gestão do governo português de Macau, criando assim uma estrutura social binária. Na próxima seção, iremos apresentar o desenvolvimento histórico das associações de Macau descrever em detalhe as suas funções de gestão que desempenhavam na sociedade de Macau.

2. A função das associações e a estrutura social binária de Macau

O papel que as associações desempenhavam no ambiente social não dependia do tipo de associação, mas do sistema político e do modelo de governação das regiões em que as associações se encontravam. Antes da transferência de Macau,

o modelo da administração separada levou a que as associações, de certo modo, se substituíssem à administração portuguesa na área da governação social, formando a estrutura binária da sociedade de Macau.

No que concerne às questões sociais, como já foi referido, as associações tiveram grande influência na sociedade chinesa de Macau. Estas associações tradicionais prestavam vários serviços sociais aos cidadãos de Macau, incluindo assistência médica, ajuda financeira aos pobres, ajuda a órfãos e viúvas, prestação de auxílio a vítimas de calamidades naturais, etc. Além disso, devido ao seu elevado prestígio na sociedade de Macau, as associações desempenhavam também um papel importante na mediação de disputas sociais, especialmente, as associações de moradores de Macau que, como grupos que se encontravam muito próximos dos residentes, eram mais eficazes na mediação de conflitos.

Relativamente aos assuntos políticos, as associações chinesas de Macau também possuíam um poder que não podia ser ignorado. "Participar na política através de associações" sempre foi um fenómeno único da sociedade de Macau antes de 1999. Por um lado, após a promulgação do "Estatuto Orgânico de Macau" em 1976, as associações chinesas passaram a poder participar nos assuntos políticos por meio da eleição da Assembleia Legislativa de Macau, embora o seu espaço de participação política fosse muito limitado. Desta forma, já antes da transferência de poderes de Macau, as associações desempenhavam um papel de supervisão do Governo de Macau através de uma participação ativa na eleição da Assembleia Legislativa.

Por outro lado, as associações de Macau também desempenhavam o papel de porta-voz, representando a comunidade chinesa na comunicação com o Governo de Macau. Além de tratarem das questões políticas da comunidade chinesa com o Governo e as instituições consultivas, também exerciam pressão sobre o Governo por meio de negociações ou documentos escritos, com o intuito de defender os direitos e interesses legítimos da comunidade chinesa.

Desde o início do século XX que as associações tradicionais de Macau se espalharam por todas as esferas da sociedade de Macau. Devido à falta de comunicação efetiva entre o Governo de Macau e a comunidade chinesa, as

associações tradicionais tornaram-se uma ponte entre a própria comunidade e o Governo. Já durante o período colonial, o “contexto patriótico” e o sentido de responsabilidade nacional das associações tradicionais de Macau levaram a que estas se tivessem transformado em porta-vozes das autoridades chinesas. Com uma base sólida na comunidade chinesa, as associações tradicionais exerciam uma influência importante em todos os aspetos da sociedade de Macau, e esta influência tornou-se mais proeminente após o Motim 1-2-3 de 1966.

O Motim 1-2-3 de 1966 foi um movimento político de protesto contra o Governo de Macau que causou um conflito sério entre a classe política e a comunidade chinesa. Este movimento levou o Governo de Macau a pôr fim à governação colonial da comunidade chinesa e, ao mesmo tempo, dissolver as organizações ligadas ao Partido Nacionalista Chinês (autoridade de Taiwan) em Macau. A Associação Comercial de Macau desempenhou um papel importante na resolução do incidente, especialmente com o auxílio prestado às famílias das vítimas para a obtenção da compensação económica. O incidente teve um impacto importante na estrutura social e política de Macau ao eliminar as forças do Partido Nacionalista Chinês em Macau, o que fez com que as associações de Macau se tornassem em associações “pró-Pequim” (Partido Comunista da China). Este contexto pode ser uma explicação para a posterior posição “pró-Pequim” dos jornais chineses de Macau.

Por outro lado, com este incidente, o presidente da Associação Comercial de Macau e líder da comunidade chinesa, Ho Yin, adquiriu um grande prestígio na sociedade de Macau. O Governo de Macau entendeu que devia contar com os líderes chineses locais, tal como Ho Yin, para gerir a comunidade chinesa, que representava 96% da população de Macau. Com resultado, Ho Yin tornou-se gradualmente uma figura importante dos assuntos políticos de Macau, e as associações comerciais ganharam importância política (Tam, 1993: 380).

Após a Revolução de 25 de abril de 1974, Portugal começou a implementar a sua política de descolonização, reconhecendo a soberania da China sobre Macau. Em 1976, o Governo da República Portuguesa promulgou o *Estatuto Orgânico de Macau*, criando um novo modelo autónomico para Macau. Este documento constitucional

determinou o estatuto de Macau como “um território chinês sob administração portuguesa”. No mesmo ano, Macau realizou a primeira eleição legislativa com significado parlamentar moderno e, em 1984, a Assembleia Legislativa abriu-se à comunidade chinesa, atribuindo-lhe o direito de eleição. A partir deste momento, as associações tradicionais começaram a participar nos assuntos políticos de Macau por meio da eleição da Assembleia Legislativa. Como representantes da comunidade chinesa, estas elites políticas, que eram também os líderes das associações, expressavam as suas opiniões ao governo e desempenhavam um papel de supervisão. “Participar na política através de associações” era uma característica importante da ecologia política de Macau antes do seu regresso à China, sendo também um resultado inevitável do desenvolvimento da estrutura social binária de Macau.

Em 1987, a Declaração Conjunta Sino-portuguesa entrou em vigor e Macau entrou no período de transição (1987-1999). As associações tradicionais de Macau tornaram-se mais “politizada”, e as suas opiniões sobre as políticas administrativas do Governo português de Macau foram sendo unificadas e ajustadas de acordo com as mudanças nas relações sino-portuguesas (YU, 2000). Como já foi referido, após 1966 todas as forças do Partido Nacionalista Chines se retiraram de Macau e fugiram para Taiwan, fazendo com que as associações tradicionais de Macau tomassem uma posição pró-Pequim. Assim, durante o período da transição, essas associações mantiveram laços políticos muito próximos do Governo Central da China, e alguns líderes de associações tornaram-se porta-vozes de Pequim.

Essa relação próxima produziu um fenómeno político especial no período pré-transição, isto é, os líderes de algumas associações importantes passaram a desempenhar cargos nas instituições governativas de Macau e, ao mesmo tempo, a desempenhar também cargos nos organismos políticos da China, como a Conferência Consultiva Política do Povo Chinês, o Congresso Nacional do Povo e a Federação das Mulheres da China, etc. Esta tradição persistiu após a transferência de poderes de Macau. A política de Macau foi praticamente monopolizada pelas associações tradicionais chinesas, e muitos líderes das associações passaram a ser membros do Conselho Executivo de Macau e deputados da Assembleia Legislativa da RAEM.

Importa notar que, por motivos históricos e sociais, as associações tradicionais de Macau criaram as suas próprias "culturas das associações", o que por sua vez afetou a participação política das associações. O "estilo paternalista" e a "cultura de consenso" foram as características culturais mais representativas das "culturas das associações".

Macau era uma cidade pequena, e as suas população e escala económica limitadas conduziram a que a economia de Macau fosse controlada por determinadas famílias ricas. Uma vez que esses comerciantes eram geralmente os diretores das associações tradicionais, estas acabaram por ser dominadas por essas famílias e passaram a ser associações relativamente fechadas. Desta forma, as associações tradicionais construíram gradualmente uma cultura paternalista, com falta de transparência, em que todas as decisões acabavam por normalmente recair numa só pessoa.

Criou-se também em Macau uma "cultura de consenso" nas associações tradicionais de Macau. Embora Macau fosse uma cidade pequena, existiam centenas de associações diferentes, pelo que era fácil surgir uma situação em que as chefias das associações se justapunham, ou seja, uma pessoa assumia simultaneamente cargos em várias associações. Por vezes algumas pessoas de prestígio chegavam a ser convidadas para serem diretores ou consultores de mais de uma dúzia de associações ao mesmo tempo. E entre estes líderes existiam relações interpessoais que estavam indissociavelmente ligadas, formando-se uma cultura de consenso na sociedade de Macau.

Esta cultura de consenso refletia-se em todos os aspetos da sociedade de Macau, sobretudo nos assuntos políticos. A campanha para a eleição do primeiro chefe do executivo da Região Administrativa Especial de Macau foi um destes casos. Um dos consensos mais amplos da sociedade de Macau foi a candidatura de Edmund Ho, que devido ao seu prestígio na comunidade chinesa e ao bom relacionamento com a comunidade portuguesa, já antes da campanha eleitoral era considerado o melhor candidato ao cargo de chefe do executivo da RAEM. Esta cultura de consensos explica as diferentes atitudes dos media em relação aos dois candidatos.

Em suma, podemos constatar que, devido à influência do modelo da administração separada, as associações chinesas de Macau foram gradualmente substituindo algumas funções da governação social das autoridades portuguesas em Macau, criando assim uma estrutura binária da sociedade. Ao nível político e administrativo formal, a sociedade chinesa de Macau ainda se encontrava sob a gestão do governo português de Macau, mas ao nível da governação social, os chineses locais eram governados pelas associações tradicionais. Assim, as associações tradicionais tornaram-se uma ponte entre os habitantes de Macau e o Governo, e os chefes das associações tradicionais tornaram-se naturalmente líderes políticos e representantes da comunidade chinesa, desempenhando um papel importante durante o período da transição. Por outro lado, após o incidente 1-2-3 em 1966, as associações tradicionais chinesas de Macau passaram a ser mais politizadas e tornaram-se associações pró-Pequim. Desta forma, a opinião pública e as posições da sociedade de Macau sobre a Questão de Macau tornaram-se relativamente unificadas, formando um campo de opinião pública completamente diferente do de Hong Kong, em que as fações pró-democracia e pró-estabelecimento lutavam entre si.

Cap.4 Fator Cultural – Coexistência de Culturas diversas e o dilema da identidade cultural

1. A diversidade cultural em Macau

Macau foi sempre uma cidade com um ambiente multicultural, sendo conhecida como o cruzamento das civilizações oriental e ocidental. Embora a competição cultural fosse intensa, não existiam conflitos óbvios entre as diferentes culturas. As diversas culturas respeitavam-se mutuamente e coexistiam harmoniosamente, em consonância com os valores culturais fundamentais da sociedade de Macau. Wu Zhiliang, um historiador de Macau, referiu que os valores nucleares da sociedade de Macau eram a tolerância, o respeito, o reconhecimento, a cooperação, a assistência mútua e a responsabilidade social compartilhada (YANG, 1999: 7). Este autor considerou que a multiculturalidade de Macau era o resultado de um diálogo de longo prazo entre civilizações diferentes, e os valores sociais acima descritos eram uma premissa desse diálogo.

Sob uma atmosfera de "diversidade e harmonia", as diferentes comunidades sociais coexistiam a longo prazo, criando em Macau uma tradição política e um ambiente cultural únicos. Os valores culturais fundamentais da sociedade de Macau, tais como "procurar terreno comum reservando as diferenças" e "harmonia na diversidade", foram considerados como uma pedra angular importante para manter a harmonia e a estabilidade a longo prazo em Macau. Sob a influência destes valores culturais, os jornais portugueses e chineses locais também apresentavam a característica da "coexistência harmoniosa a longo prazo". Assim, a análise do contexto multicultural de Macau é um elemento essencial para o estudo da cobertura da transição de Macau para a China em 1999.

1.1 As origens da diversidade cultural em Macau

A cultura é o produto da acumulação da história, portanto, para compreender as características culturais de Macau é necessário traçar a origem da multiculturalidade de Macau. Macau é um centro de comércio entre o Oriente e o Ocidente. Após a chegada dos portugueses em meados do século XVI, Macau tornou-se rapidamente o maior porto de comércio exterior da China, em virtude da sua vantajosa localização geográfica. Como um ponto de trânsito do comércio internacional, Macau ligou os quatro continentes e construiu a maior rede mundial de comércio da época. Com cada vez mais trocas comerciais e atividades missionárias, Macau tornou-se também um meio importante de intercâmbio cultural, promovendo assim a convergência das culturas oriental e ocidental.

Na longa história da China, houve vários pontos altos em termos de intercâmbios culturais. O mais importante dos quais foi a introdução da cultura ocidental através de Macau no fim da Dinastia Ming. As atividades missionárias foram uma parte importante deste intercâmbio cultural, tendo-se Macau transformado num centro missionário do catolicismo no Extremo Oriente, o que por sua vez fomentou o desenvolvimento do intercâmbio cultural entre o Ocidente e o Oriente. O Colégio de São Paulo de Macau foi a primeira universidade de estilo ocidental na China e no Extremo Oriente, formando a primeira geração de especialistas chineses proficientes na civilização ocidental.

Além disso, a coabitação de chineses e estrangeiros e a sua sociedade migrante foram também estímulos para a diversidade cultural de Macau. Os imigrantes trouxeram diferentes costumes, crenças religiosas e tradições culturais para Macau, que lhe deram características culturais ricas e profundas.

1.2 A cultura chinesa

A história do modelo da administração separada conduziu ao ambiente multicultural de Macau. No entanto, como a comunidade chinesa foi sempre o principal grupo étnico de Macau, e embora a presença portuguesa no território tenha mais de 400 anos, a cultura chinesa esteve sempre na raiz de Macau, e a identidade

cultural chinesa ainda permanece a identidade dominante em Macau. O motivo que permitiu que os chineses de Macau pudessem sempre manter a identidade cultural chinesa foi determinado pelo seu ambiente político e social específico.

A nível político, a governação incompleta da administração portuguesa de Macau permitiu a formação de uma estrutura binária na sociedade de Macau que teve sempre um paralelismo no regime político e na sociedade civil, ou seja, o governo concentrou-se em controlar os seus poderes, sem interferir profundamente na ecologia cultural da sociedade chinesa de Macau. Portanto, em termos culturais, não existiam conflitos substanciais entre as duas partes da sociedade. Um exemplo foi o caso das línguas, pois embora naquela época a língua oficial fosse o português, o cantonês foi sempre a língua materna, falada no dia-a-dia da comunidade chinesa de Macau. E no que concerne às crenças religiosas e cultura alimentar, a comunidade chinesa também seguiu sempre as suas próprias tradições.

Além disso, em termos da composição populacional, durante os 400 anos da ocupação portuguesa, a população chinesa sempre teve mais de 90% do total dos habitantes de Macau, o que criou um ambiente social propício à consolidação da herança cultural chinesa. Sobretudo após a década de 1950, a chegada de um grande número de imigrantes chineses provenientes da China continental fez com que a cultura chinesa continuasse a ter uma grande influência em Macau.

A influência da cultura tradicional chinesa refletiu-se em todos os aspetos na sociedade de Macau, nomeadamente no nome chinês de Macau. Como Macau era uma pequena vila de pescadores famosa pela produção de ostras, Macau foi também chamada de *OU MUN* (que significa porto ancorado) ou *Hou Keng* (homofonia de ostra). A toponímia faz parte da cultura nacional e pode refletir a sua natureza e tradição cultural. Hoje em dia algumas instituições locais de Macau ainda usam esses nomes nascidos na cultura tradicional, como a Escola Secundária *Hou Keng*, o Diário *OU MUN*, etc.

Além disso, a influência da cultura chinesa ainda se reflete em aspetos da língua e da religião. Em Macau usam-se amplamente caracteres chineses e fala-se cantonês. O cantonês pode ser considerado um dialeto da região LINGNAN e é

geralmente falado em Macau, Hong Kong e Cantão. Em Macau, a maioria dos avisos e sinalética públicos estão escritos em chinês tradicional, e a maioria das escolas tem ensino da língua chinesa. O principal meio de comunicação cultural, ou seja, o idioma e caracteres utilizados em Macau vêm na linha da herança cultural chinesa. Uma vez que Macau era uma vila de pescadores, muitos chineses locais ainda acreditam em *Mazu* (que significa “mãe ancestral”), uma deusa do oceano da mitologia chinesa, o que corresponde a uma crença cultural das regiões costeiras de sudeste da China. Os crentes sacrificam uma estátua de *Mazu* antes de sair para o mar e oram pela sua segurança. Adicionalmente, os chineses de Macau também celebram os festivais tradicionais da China, como o Festival da Luna, o Festival do Nono Duplo, etc. Com estes exemplos podemos ver que a cultura chinesa tem um domínio absoluto na sociedade de Macau.

Em suma, estas identidades da cultura chinesa forneceram uma base cultural para a identidade nacional dos chineses de Macau, fazendo com que a identidade nacional fosse mais fácil de estabelecer no seio da comunidade chinesa após a transferência de poderes de Macau.

Além disso, deve ainda notar-se que em Macau, os portugueses ou os ocidentais que nasceram ou viviam em Macau há muito tempo também assimilaram a identidade cultural chinesa. Este é um fenómeno específico de Macau, especialmente no grupo étnico dos Macaenses. Como viviam em Macau há muito tempo e eram profundamente influenciados pela cultura chinesa, os macaenses adquiriram vantagens que os europeus puros não possuíam, nomeadamente saber como se relacionar com a comunidade chinesa e como se integrar na civilização oriental. Por estes motivos, os macaenses tinham um sentimento de proximidade com a cultura chinesa e estavam dispostos a aceitar a cultura chinesa.

1.3 A cultura portuguesa e a cultura ocidental

Após a Segunda Guerra do Ópio, Hong Kong tornou-se uma colónia britânica e gradualmente substituiu Macau como centro comercial do sul da China. A partir da

década de 1860, à medida que a dependência económica de Macau em relação a Hong Kong se aprofundava, a cultura anglo-saxónica também começou a penetrar em Macau e o inglês tornou-se a primeira língua estrangeira na comunidade chinesa. No entanto, a cultura portuguesa ainda ocupava uma posição dominante entre as culturas ocidentais em Macau, sendo ainda considerada um aspeto importante da singularidade de Macau. A cultura portuguesa, sendo uma parte importante da herança portuguesa em Macau, era um símbolo importante que distinguia Macau das outras regiões da China, incluindo Hong Kong.

A cultura portuguesa teve uma influência profunda em todos níveis sociais e políticos de Macau. Como língua oficial de Macau, o português foi tratado como um instrumento necessário para o trabalho governativo, fundamentando o estatuto da cultura portuguesa em Macau. E partindo do estatuto oficial da língua portuguesa, os sistemas político e judicial de Macau foram concebidos de acordo com o sistema português. Como única língua oficial da administração, da legislação e da Justiça em Macau, o português manteve sempre um estatuto privilegiado, obrigando os chineses e estrangeiros a utilizarem esta língua nestas três áreas. Ainda hoje, embora os documentos jurídicos de Macau sejam escritos em chinês e em português, quando existem divergências e disputas, a interpretação do documento em causa é feita de acordo com a versão em português. Como os portugueses fizeram sempre parte da classe alta da sociedade de Macau e pertenciam à elite cultural e social, antes da transferência administrativa de Macau os cargos governativos eram todos ocupados por portugueses, tendo o estilo da vida dominante também sido estabelecido em consonância com o estilo português.

Além disso, a arquitetura portuguesa e a igreja católica também exerceram uma grande influência em Macau. Os edifícios de estilos arquitetónicos portugueses, tais como as Ruínas de São Paulo, o Teatro Dom Pedro V e a Santa Casa da Misericórdia são uma parte importante do Centro Histórico de Macau, e entraram em 2005 para a lista do Património Mundial da Humanidade da UNESCO. A igreja católica de Macau também teve uma profunda influência, especialmente em termos de educação, uma vez que existiam 16 escolas católicas em Macau. Nos primeiros tempos da ocupação

portuguesa, o clero católico era maioritariamente composto por portugueses, tendo, por isso, sido considerados como os pioneiros na divulgação da cultura portuguesa em Macau.

Ao longo da governação portuguesa, muitos chineses locais e imigrantes de outros países também assimilaram a cultura portuguesa. Durante todos esses anos, a identidade cultural portuguesa não foi apenas uma moda, mas foi sobretudo um símbolo político. Depois da década de 1980, alguns chineses começaram a aprender a língua portuguesa, para poderem aceder ao setor públicos e receber um salário mais elevado.

Os macaenses, sendo descendentes de portugueses que viveram em Macau por muitas gerações, têm naturalmente uma identidade cultural portuguesa, pois são os herdeiros principais da cultura portuguesa e a base da continuidade da presença portuguesa em Macau após a transferência de poderes. Assim, estabelecer e fortalecer a identidade cultural portuguesa dos macaenses, especialmente da geração mais jovem, tornou-se um dos objetivos principais do governo de Macau. Sendo bilingues, a maioria dos macaenses ocupavam os cargos mais importantes da função pública, tornando-se uma ponte importante entre o Governo de Macau e os chineses locais. Esse papel de intermediário também fez com que os macaenses se tornassem importantes portadores da cultura portuguesa. Por sua vez, a sociedade chinesa também tinha por hábito conhecer a cultura portuguesa através dos macaenses, que se tornaram ao longo dos tempos importantes veículos de transmissão cultural na sociedade de Macau.

Macau, uma sociedade caracterizada pela diversidade cultural em que coabitam as civilizações chinesa e portuguesa desde há muito, é bem descrita pela expressão "coexistências multiculturais de longo prazo". Devemos, porém, salientar que "diversidade" também deveria implicar a possibilidade de "escolha". Por outras palavras, a "diversidade" não deve apenas oferecer múltiplas possibilidades, mas deve também conter múltiplas complexidades. À medida que se aproximava a transferência de poderes de Macau, tanto os chineses como os macaenses enfrentavam a

necessidade de escolher a sua própria identidade cultural, o que levou a uma crise das identidades culturais na sociedade de Macau no ano de 1999.

2. O dilema da identidade cultural em Macau antes de 1999.

Quando chegaram a Macau, em 1553, os portugueses traziam consigo a cultura portuguesa, em que se incluíam os missionários, a arquitetura, os modelos jurídicos, as igrejas e a língua portuguesa. Neste processo de casamento internacional, à medida que os anos passavam, os portugueses locais gradualmente reconheceram e aceitaram a cultura chinesa, formando-se um grupo étnico especial em Macau – os macaenses. Por outro lado, devido às guerras e a razões económicas, ao longo dos 400 anos de administração portuguesa Macau tornou-se um porto seguro para muitos países do Sudeste Asiático. Sob esta constante colisão de culturas estrangeiras, Macau tornou-se uma sociedade multicultural.

A identidade cultural de Macau foi construída através de um processo de intercâmbios e integrações constantes entre culturas ocidentais e orientais. Uma vez que as forças dessas culturas eram instáveis, a cultura dominante de Macau mudou constantemente ao longo dos 400 anos de ocupação, criando diferentes sujeitos da identidade cultural, como a identidade própria dos macaenses, a identidade nacional chinesa, a identidade cultural portuguesa, etc., constituindo assim a estrutura diversificada da identidade cultural de Macau.

Com a aproximação da transferência de poderes de Macau, a estabilidade dessas identidades culturais diversas começou a alterar-se, resultando numa crise das identidades culturais de Macau. Por um lado, a transferência administrativa de Macau provocou mudanças no sistema político, nas políticas jurídicas e na estrutura demográfica, que inevitavelmente impactaram a edificação das identidades culturais originais de Macau. Por outro lado, o regresso de Macau terá inevitavelmente levado à integração cultural de Macau, e, neste processo, poderá ter ocorrido um processo de "assimilação cultural", ou seja, a cultura dos grupos étnicos minoritários poderá ter

sido assimilada pela cultura dominante, o que poderá ter provocado uma nova crise da identidade cultural em Macau após a transição.

2.1 A questão da identidade nacional

A questão da identidade nacional dos chineses de Macau foi sendo gradualmente destacada à medida que avançavam os trabalhos da transferência de poderes de Macau. A identidade nacional da comunidade chinesa já era uma questão complexa mesmo antes do regresso de Macau à China. Por um lado, os chineses que viviam em Macau tinham uma ligação natural com a China continental e tinham também um sentimento identitário com a cultura chinesa. Por outro lado, sob o domínio português de longo prazo, a cultura de elite e a cultura dominante de Macau eram ambas a cultura portuguesa. Para se entrar na classe alta da sociedade de Macau, era necessário reconhecer o estatuto do monarca Portugal, o que fez com que muitos chineses de Macau, partilhassem uma identidade nacional com a China e, ao mesmo tempo, também partilhassem uma identidade nacional com Portugal. Na véspera da transição de Macau, devido às preocupações e às incertezas com o futuro de Macau, muitos chineses de Macau hesitavam quanto à sua identidade nacional, o que se refletia principalmente no facto de um grande número de chineses de Macau ter optado pela nacionalidade portuguesa.

A formação de uma identidade nacional necessita frequentemente de dois tipos de fatores: os fatores naturais e os fatores sociais. Quando um indivíduo se encontra num processo de crescimento e socialização, a sua identidade nacional passa de uma identidade no sentido legal para um tipo de identidade cultural. Ou seja, a identidade nacional no sentido legal, que é ditada pelo local de nascimento, não pode ser selecionada, mas a identidade nacional no sentido cultural pode ser selecionada no processo de socialização pessoal. Por motivos mais ou menos complexos, como o engajamento político, uma experiência cultural ou social, ou a educação, um indivíduo pode escolher a sua própria identidade nacional.

Para os habitantes de Macau, a maior mudança após a transferência de poderes estava relacionada com a identidade nacional, pelo que o estabelecimento de uma nova identidade nacional tornou-se um desafio, em especial para os residentes que possuíam uma nacionalidade de outros países.

Como já foi referido, a identidade nacional no sentido cultural pode ser selecionada. Nessa perspetiva, a identidade nacional é uma questão complicada que abrange muitos e complexos factores, como o sentimento de pertença em termos políticos, culturais e emocionais. No quadro jurídico, a transferência de poderes de Macau permitiu aos chineses em Macau escolherem a identidade da República Popular da China, mas para se formar uma identidade nacional verdadeira, no sentido cultural, seria ainda preciso passar um processo de longo prazo.

Nas vésperas da transferência de poderes de Macau, a questão da identidade nacional dos chineses de Macau ainda não tinha sido totalmente resolvida, havendo ainda muitas pessoas que não tinham construído a sua identidade nacional chinesa. Embora alguns chineses de Macau parecessem estar dispostos a expressar o seu entusiasmo patriótico e a intitulem-se "patriotas", essa busca da identidade chinesa devia-se mais a interesses políticos e económicos. A governação incompleta da administração portuguesa conduziu à politização dos grupos de interesses locais, que competiam por poderes residuais. Estes grupos chineses tinham tendência a usar a autoridade oficial da China para competir por esses poderes, alegando serem "patriotas". Algumas associações tradicionais de Macau também expressavam frequentemente a sua identidade de "chineses" por tradição patriótica, com uma consciência de nacionalidade não muito diferente dos habitantes da China continental. No entanto, muitos dos habitantes de Macau ainda não tinham consciência de que, como descendiam de famílias que já viviam em Macau há muitas gerações, tinham experiências e memórias diferentes das dos chineses da China continental, que se tornavam difíceis de partilhar.

Podemos ver que, no ano da transição, a comunidade chinesa de Macau sentia uma forte necessidade de construir uma identidade nacional. Por um lado, os chineses de Macau precisavam de concretizar a identidade nacional com base na

identidade cultural chinesa, ou seja, de transformar a sua identidade nacional dentro do quadro jurídico numa verdadeira identidade nacional no sentido cultural. Por outro lado, um futuro estável para Macau após 1999 exigia que os habitantes de Macau estabelecessem uma consciência nacional, que seria a chave para a concretização da política "um país, dois sistemas.

2.2 A questão da identidade cultural portuguesa

A questão da identidade cultural portuguesa está intimamente relacionada com a questão da manutenção da identidade própria de Macau e da sua singularidade, pois a sua essência reside no reforço da identidade cultural portuguesa em Macau antes da transferência de poderes, com o objetivo de lhe dar continuidade após 1999.

Em primeiro lugar, existe uma identidade cultural ocidental em Macau, tanto na comunidade portuguesa como na comunidade chinesa. Esta identidade foi criada principalmente pela religião e pela presença portuguesa em Macau. A cultura portuguesa era a chave para a continuidade da presença portuguesa em Macau após a transferência de poderes em 1999. Os macaenses, os descendentes das várias gerações de portugueses residentes em Macau, tornaram-se um fator importante na continuação da cultura portuguesa. No entanto, os alicerces para a difusão da cultura portuguesa em Macau eram muito fracos, uma vez que antes da transição administrativa de Macau, a população de língua portuguesa era de apenas 2% da população total de Macau. Como herdeiros da cultura portuguesa, os macaenses também se sentiam confusos em relação à sua própria identidade, o que levou à crise da identidade cultural portuguesa em Macau no ano de 1999.

Nas vésperas do regresso de Macau, existiam duas tendências entre os macaenses: os que tinham uma identidade cultural portuguesa reforçada e os que tinham uma identidade cultural portuguesa enfraqueçada. Os primeiros provinham principalmente de famílias de funcionários públicos que ocupavam cargos de chefia no Governo português de Macau. Após o estabelecimento do Governo da RAEM iriam regressar a Portugal ou emigrar para outros países europeus. Neste caso, embora a

identidade cultural portuguesa destes macaenses estivesse fortalecida, eles poucas influências teriam na promoção da presença portuguesa em Macau após o 1999. Pelo contrário, os macaenses que iriam permanecer em Macau e em breve iriam ocupar cargos de chefia no Governo da RAEM, pareciam ter uma identidade cultural portuguesa enfraquecida. Estes macaenses eram geralmente proficientes em língua chinesa, falavam mandarim e tinham visitado frequentemente a China continental. Assim, estavam relativamente mais confiantes relativamente às suas futuras carreiras políticas, que estavam em ascensão, e, portanto, a sua ligação a Portugal estava a enfraquecer.

Existiam ainda alguns macaenses cuja identidade cultural portuguesa era inerentemente fraca, sendo a maioria deles uma nova geração de jovens nascidos nos anos 80 e 90. O seu período de crescimento situava-se no período da transição de Macau, o que fez com que estes jovens tivessem poucas memórias sobre as administrações portuguesas passadas. Além disso, a sua fraca identidade cultural portuguesa também estava relacionada com o fator familiar: face ao regresso de Macau, muitas famílias mudaram a sua tática de educação, pondo, por exemplo, os seus filhos a estudar numa escola chinesa e inglesa de Macau. Por este motivo, o nível da língua portuguesa destas novas gerações de macaenses era muito limitado, chegando muitos destes jovens a não falarem sequer português. Portanto, numa perspetiva dos laços de sangue, estas novas gerações reconheciam que a sua identidade étnica eram os macaenses, sendo descendentes de portugueses que viveram em Macau ao longo de 400 anos, mas, do ponto de vista cultural, sentiam-se num dilema identitário relativamente à sua própria identidade cultural.

Os macaenses, como herdeiros dos legados culturais e políticos de Portugal, eram considerados a base para a continuidade da presença portuguesa em Macau após 1999. Portanto, antes do regresso de Macau à China, surgiu na comunidade portuguesa de Macau uma crise de identidade cultural portuguesa devido à indecisão dos macaenses sobre a sua própria identidade.

No ano da transição, o Governo português de Macau necessitava de estabelecer e fortalecer a identidade cultural e a identidade comunitária portuguesas

dos macaenses, para, por um lado garantir a continuação da herança portuguesa em Macau, com o objectivo de manter a identidade própria de Macau e a sua singularidade após 1999, e, por outro lado fortalecer a identidade cultural dos macaenses para a sua própria sobrevivência. Uma vez que, após a transferência administrativa, o estatuto social dos macaenses iria mudar, estes precisavam de manter as suas próprias tradições culturais e de fortalecer a identidade cultural portuguesa a fim de reforçar a sua coesão, para que os seus interesses étnicos tivessem continuidade.

Em resumo, nas vésperas da transferência de poderes de Macau, a questão da identidade cultural tornou-se um foco de atenção na sociedade de Macau. Durante os 400 anos da ocupação portuguesa, a cultura estrangeira trazida pelos portugueses para Macau alterou a identidade cultural chinesa original. Após a integração cultural, Macau tornou-se uma sociedade em que coexistiam múltiplas culturas, uma marca que distingue Macau de outras cidades chinesas. No entanto, à medida que se aproximava a transição para a China, surgiu uma crise de identidade cultural tanto na comunidade chinesa, como na portuguesa. As mudanças nos sistemas político e social tornaram as diversas identidades culturais de Macau mais complicadas e confusas.

Por um lado, os chineses de Macau estavam confusos quanto à sua identidade própria. O regresso de Macau permitiu-lhes optar pela identidade da República Popular da China, ou seja, estabelecer a identidade nacional chinesa no quadro jurídico. No entanto, para estabelecer uma verdadeira identidade nacional no sentido cultural, ainda teriam que passar por um longo processo. Portanto, a comunidade chinesa de Macau precisava de criar um sentimento de pertença política e cultural à China, com base na identidade cultural chinesa, sendo essa a chave para manter a estabilidade social e implementar a política "um país, dois sistemas" no futuro.

Por outro lado, se os alicerces da difusão da cultura portuguesa eram muito fracos e os macaenses enfrentavam o dilema da sua própria identidade cultural, na comunidade portuguesa também existia uma crise de identidade cultural. Os macaenses foram sempre considerados a base para manter a presença portuguesa

em Macau após 1999, e por isso, antes da transferência administrativa de Macau, era também necessário estabelecer a identidade comunitária e a identidade cultural portuguesa dos macaenses a fim de manter a identidade própria de Macau e a sua singularidade após o regresso.

Os media exerceram uma função de reprodução da realidade social. Ao reproduzirem os diversos dilemas de identidade cultural causados pelas mudanças políticas e sociais, os media tornaram-se um meio importante para estabelecer e fortalecer a identidade cultural. Para estabelecer a identidade cultural, os media fizeram uma selecção de enquadramentos jornalísticos para a cobertura da transição, o que permitiu que surgissem enquadramentos diferentes. Assim, o estudo do contexto cultural, especialmente da crise de identidade cultural, poderá ajudar-nos a entender melhor a razão para a construção destes enquadramentos.

Cap.5. O ambiente mediático em Macau

Nesse capítulo, iremos explorar o ambiente mediático dos jornais de Macau. Por um lado, pretendemos estabelecer a relação entre o desenvolvimento da imprensa de Macau e as reformas sociais e políticas, de forma a compreendermos o seu impacto na produção de notícias dos jornais portugueses e chineses de Macau, o que pode ser um elemento explicativo dos enquadramentos construídos. Por outro lado, o presente capítulo é também uma apresentação geral do ambiente mediático da imprensa de Macau antes da transferência administrativa de 1999.

As mudanças no ambiente mediático de Macau tiveram um impacto importante na imprensa de Macau, especialmente na formação da cultura mediática. As diferenças na cultura mediática foram uma razão fundamental e o fator interno mais influenciador da seleção dos enquadramentos dos jornais das línguas portuguesa e chinesa de Macau. Quando se discute o ambiente mediático de Macau, devemos considerar também os fatores sociais e políticos anteriormente analisados. Como já referimos, devido à governação incompleta das autoridades portuguesas de Macau e à sua estrutura social binária, Portugal e a China não só desempenharam um papel dominante na construção do discurso político e histórico de Macau, como também tiveram um impacto importante na formação da sua cultura mediática.

Neste capítulo tentaremos identificar quais as reformas políticas e sociais da China e de Portugal que mais influenciaram as imprensas portuguesa e chinesa de Macau, e verificar se os jornais portugueses e chineses de Macau herdaram as ideologias e as culturas dos media dos respetivos países?

1. A imprensa de língua portuguesa de Macau.

Os media de língua portuguesa de Macau foram sempre profundamente influenciados pela conjuntura política de Portugal. Ao terem seguido fortes ideologias políticas antes da década de 1980, tornaram-se ferramentas da luta política entre os

diferentes partidos portugueses. Neste ambiente mediático, as alterações da conjuntura política de Portugal afetaram não só os critérios dos valores-notícias dos jornais portugueses de Macau, mas também a sua posição política e a seleção dos enquadramentos jornalísticos.

O primeiro jornal de língua portuguesa em Macau, *A Abelha da China*, foi fundado em 1822, sendo reconhecido como o produto da Revolução Republicana Portuguesa de 1910. Nos 160 anos que se seguiram, até à década de 1980, a imprensa portuguesa de Macau nunca se desligou das características dos jornais político-partidários, seguindo um modelo pluralista polarizado.

No início do século XIX, sob a influência da revolução republicana e da revolução industrial, Portugal iniciou a luta entre liberais e autoritários, e, em 1820, ocorreu, na cidade do Porto, um golpe militar iniciado pelos constitucionalistas. As mudanças da situação política rapidamente chegaram a Macau, onde os nobres provenientes de Portugal pertenceram sempre a uma classe superior, desfrutando de privilégios políticos e económicos. Por seu lado, os macaenses (descendentes dos portugueses que viviam em Macau) possuíam um estatuto relativamente baixo, tendo sido sempre politicamente discriminados. Sob o impacto da revolução em Portugal, os portugueses de Macau dividiram-se em duas facções: os conservadores e os constitucionalistas. Os conservadores eram principalmente os macaenses, enquanto a maioria dos constitucionalistas eram os nobres que vinham de Portugal. Em Agosto de 1822, alguns cidadãos manifestaram-se, pedindo reformas, e causaram distúrbios. Por fim, o líder dos constitucionalistas, Paulino da Silva Barbosa, foi declarado vencedor, e, para divulgar as ideias constitucionalistas, no dia 12 de setembro, o jornal foi fundado o jornal “A Abelha da China”, que se tornou uma ferramenta dos constitucionalistas de Macau.

Pode, portanto, dizer-se que o surgimento do primeiro jornal português em Macau foi produto da luta política em Lisboa. Durante mais de um século após a fundação do jornal *Abelha da China*, os jornais de língua portuguesa de Macau, possuíam características e desempenhavam funções semelhantes ao *Abelha da China*, isto é, tinham todas as características dos jornais dos partidos políticos: preço

relativamente alto, dependentes de subsídios do governo ou de partidos políticos, os leitores são os políticos e as pessoas de classe alta, a quantidade de peças informativas é pequena, as polémicas políticas são os conteúdos principais (ZHANG & FU, 1994: 45). Estas características mantiveram-se até aos anos 80 do século XX, quando um grande número de jornalistas profissionais de Portugal foram convidados para trabalhar nos jornais de Macau. Os jornais portugueses locais passaram a ser orientados profissionalmente, aumentando o número de peças informativas e de reportagens investigação, enquanto as peças sobre polémicas políticas foram diminuindo.

Alguns investigadores da área do jornalismo apresentaram diferentes divisões temporais para a evolução da imprensa portuguesa de Macau. Lam lok-fong (1999), investigador e escritor de Macau, dividiu a evolução da imprensa em quatro períodos. Durante o primeiro período, entre 1822 e 1910, a imprensa portuguesa de Macau era uma ferramenta da luta política entre Realistas e Constitucionalistas. Quando uma das partes chegava ao poder, o respectivo representante em Macau criava o jornal correspondente, que funcionava como porta-voz do partido. O segundo período, entre 1910 e 1926, foi um período de jornais de partidos políticos, pois os vários partidos de Portugal usaram os jornais como armas de opinião nas campanhas eleitorais ou para atacar o partido opositor, o que fez prosperar os jornais dos partidos políticos de Macau. O terceiro período, de 1926 a 1974, foi um período de fraca politização dos jornais uma vez que correspondeu à governação de Salazar, em que não havia outros partidos na arena política. O último período refere-se aos anos entre 1974 e a transferência de poderes de 1999. Sob o impacto da revolução de 1974 e a mudança da situação política em Portugal, surgiram dois partidos políticos locais em Macau (ADIM e CDM), que também fundaram novos jornais para disseminar as suas posições políticas (o “Tribuna de Macau” para a ADIM, e o “Jornal de Macau” para o CDM). Além disso, à medida que se dava a descolagem económica da década de 1990, alguns capitalistas emergentes começaram também a fundar jornais para elevar a sua influência política e económica. Portanto, a década de 1990, tornou-se uma fase prospera para a imprensa portuguesa de Macau, pelo que este foi considerado um período com orientação política e económica.

Por outro lado, a divisão dos períodos da evolução da imprensa portuguesa de Macau pode ser realizada de acordo com as etapas históricas de Portugal, demonstrando que o surgimento e o desenvolvimento dos jornais portugueses de Macau se encontravam dependentes das mudanças políticas em Portugal. Por outras palavras, o papel dominante de Portugal na comunidade portuguesa de Macau não se refletia apenas na construção dos discursos histórico e político, mas também na evolução dos jornais.

Em suma, antes da década de 1980, os jornais de língua portuguesa de Macau caracterizavam-se pela sua correspondência com a situação política portuguesa e por terem fortes cores políticas. O Pe. Teixeira (1999), um historiador de Macau, comentou acerca da história da imprensa portuguesa de Macau que:

“Houve períodos tristes no jornalismo da terra: política estéril, ataques pessoais, com as suas conseqüentes cenas de pugilato e de bengalada, oposição acintosa ao Governo e às pessoas dos governadores, processos de ‘chantage’, diatribes blasfemas contra a Igreja e o clero, enfim um estendal de misérias, em que se perdeu o tempo e o talento.”

Condenando os excessos da luta política da imprensa portuguesa de Macau, o Pe. Teixeira considerou que as lutas sem sentido e os ataques pessoais fizeram com que os jornais de Macau se vissem frequentemente envolvidos num ambiente pouco racional. João Alves da Neves (1999: 66), outro investigador da história da imprensa de Macau, referiu que “Grande parte dos jornais macaenses malbarataram o tempo em lutas mesquinhas de políticas estéreis”. Os fundadores e editores dos jornais eram geralmente os políticos ou responsáveis pelos partidos políticos, embora os membros da igreja também tivessem publicado na imprensa. Esta situação maledicência e insultos manteve-se na imprensa portuguesa até aos anos 80 do século XX. Porém, a chegada de alguns jornalistas profissionais com formação na área da comunicação social em Portugal melhorou o ambiente mediático da imprensa portuguesa em Macau.

A tradição de luta política dos jornais de Macau trouxe irracionalidade aos conteúdos jornalísticos, e, ao mesmo tempo, provocou a inevitável implementação de uma política de censura, que teve um impacto profundo na imprensa de línguas portuguesa e chinesa de Macau.

O sistema de Censura em Macau foi o mesmo de Portugal. Especialmente no período da governação de Salazar, a política de censura ditava que todas as publicações de Macau eram submetidas à Comissão de Censura antes da publicação. Este ambiente mediático levou a direção dos jornais de Macau a temporariamente passar da política para a cultura. O jornal “*Notícias de Macau*” foi uma publicação típica deste período, pois encontrou-se nos assuntos sociais e culturais de Macau e praticamente não comentou assuntos políticos. Deve notar-se que a situação de Macau era diferente da de Portugal, onde a censura terminou após a revolução de 1974. Em Macau, a política da censura foi suavizada após o incidente 1-2-3 em 1966. Sob o impacto deste incidente, o Governo de Macau perdeu parte da sua autoridade, e a imprensa chinesa de Macau começou a libertar-se das amarras da política da censura. Ao mesmo tempo, a censura do Governo aos jornais portugueses de Macau também começou a diminuir gradualmente.

Este ambiente mediático levou a imprensa de Macau a tratar os assuntos políticos de Macau e de Portugal como os seus conteúdos principais e a prestar pouca atenção às notícias sociais locais e às informações sobre a comunidade chinesa de Macau. Esta situação devia-se à participação ativa da comunidade portuguesa de Macau na política de Portugal, em que cada jornal assumia uma posição política própria que, por norma, era consistente com a posição política de um determinado partido político português.

Após a Revolução de 1974, por exemplo, foram fundadas em Macau duas associações políticas, o CDM (Centro Democrático de Macau) e a ADIM (Associação para a Defesa dos Interesses de Macau). O CDM era uma associação política de centro-esquerda, enquanto a ADIM era uma associação política de matriz portuguesa e de cariz conservador e localista. Embora ambas as associações tivessem sido criadas sob a égide de sociedade civil, eram ambas associações políticas enraizadas nas lutas

políticas portuguesas que mantinham relações estreitas com alguns partidos políticos em Portugal. Além disso, o facto de Macau ser um distrito eleitoral de Lisboa e todos os cidadãos portugueses de Macau poderem votar nas várias eleições de Portugal, fez com que estas associações políticas locais e os seus jornais correspondentes (*“Jornal de Macau”* - CDM, *“Tribuna de Macau”* – ADIM) mantivessem uma relação estreita com a política portuguesa. Essa relação também levou a que os leitores da imprensa portuguesa de Macau fossem principalmente as elites políticas da comunidade portuguesa, nas quais se incluíam os macaenses que eram funcionários governamentais e os funcionários portugueses de alto nível.

Após a assinatura da Declaração Conjunta Luso-Chinesa, em 1987, o ambiente mediático da imprensa portuguesa em Macau voltou a mudar com a evolução da situação política.

Em termos de conteúdo noticioso, o foco jornalístico dos jornais portugueses de Macau transferiu-se para a questão da transição de Macau para a China. Com o desenvolvimento político de Macau, o conflito entre a ADIM e o CDM tornou-se insignificante e o elemento jornalístico da luta política foi também diminuindo gradualmente. Especialmente em 1998, com a aproximação da data do regresso de Macau, os jornais *“Jornal de Macau”* e *“Tribuna de Macau”* acabaram por fundir-se, transformando-se no *“Jornal Tribuna de Macau”*.

Embora os jornais portugueses de Macau continuassem a ter opiniões políticas diferentes sobre os assuntos internos da comunidade portuguesa durante o período de transição (1988-1999), no que diz respeito aos assuntos relacionados com a China mantiveram basicamente as mesmas opiniões dos media de Portugal. Na cobertura das negociações bilaterais sobre os assuntos da transição, as linhas principais e as posições políticas dos jornais portugueses de Macau foram basicamente consistentes com a política externa de Portugal e com os interesses nacionais de Portugal, e esta característica atravessou todo o período da transição.

No que respeita ao desenvolvimento dos media de língua portuguesa de Macau, as mudanças no ambiente mediático também levantaram a questão da sobrevivência após a transferência de poderes. Os jornais portugueses de Macau

sempre tinham contado com subsídios governamentais e apoios de advogados. Após 1999, a maioria desses advogados iriam regressar a Portugal e, com isso, a perda de apoio financeiro traria problemas de sobrevivências. Por outro lado, além dos macaenses, a maioria dos leitores da imprensa portuguesa eram os funcionários de alto nível de Portugal, e esses também iriam voltar a Portugal após a transferência administrativa, fazendo com que a redução do número de leitores e a diminuição da influência política da comunidade portuguesa suscitasse discussões sobre a sobrevivência dos jornais de língua portuguesa em Macau.

Como já referido, os media foram um canal importante para estabelecer a identidade cultural portuguesa. Por outro lado, a cultura e a língua portuguesa, eram uma parte importante da diversidade cultural de Macau e eram também a chave para a manutenção da identidade própria de Macau e da sua singularidade após 1999. Era, portanto, necessário que os jornais de língua portuguesa continuassem a existir em Macau após a transferência administrativa. Por este motivo, em 1998 foi fundado o "Jornal Tribuna de Macau" (*JTM*), com o objetivo dar continuidade aos jornais portugueses em Macau e defender a imagem nacional de Portugal.

Assim, podemos ver que os fatores políticos tiveram sempre grande influência no ambiente mediático da imprensa portuguesa de Macau. No passado, a presença dos jornais de língua portuguesa em Macau devera-se à necessidade de defender os interesses políticos de um certo indivíduo ou grupo, enquanto, após a transferência administrativa, a sua presença visava manter a presença portuguesa em Macau e defender a imagem nacional de Portugal.

Em conclusão, a análise dos ambientes mediáticos, incluindo a sua evolução e o impacto na imprensa portuguesa, fornece um fator explicativo da construção dos enquadramentos jornalísticos da cobertura da transição de Macau em 1999. Assim, podemos ver que a evolução do ambiente mediático da imprensa de língua portuguesa esteve sempre intimamente relacionado com as mudanças políticas em Portugal, o que torna os jornais portugueses de Macau, em termos de cultura mediática e discurso políticos, consistentes com os media de Portugal, e lhe atribui características do modelo Pluralista Polarizado. Em segundo lugar, embora os jornais

portugueses de Macau tivessem opiniões diferentes sobre os assuntos internos da comunidade portuguesa, quando enfrentavam assuntos externos à comunidade e à Questão de Macau, as suas opiniões eram geralmente consistentes com a estratégia diplomática e os interesses nacionais de Portugal. Sobretudo à medida que se aproximava a transferência de poderes, o principal objetivo da sua construção noticiosa foi-se gradualmente alterando, de forma a preservar a imagem nacional e a presença portuguesa em Macau.

2. A imprensa de língua chinesa de Macau

À semelhança da imprensa portuguesa, o ambiente mediático da imprensa chinesa de Macau também estava intimamente relacionado com as mudanças políticas da China, que exerceram uma influência profunda na formação e nas características dos jornais de língua chinesa de Macau.

Relativamente à evolução da imprensa chinesa de Macau, os historiadores chineses fizeram, em geral, uma divisão de acordo com os pontos de viragem política da China. Isso porque, é semelhante da evolução da imprensa portuguesa, o surgimento e desenvolvimento da imprensa chinesa de Macau também resultou das mudanças políticas da China. A divisão dos estádios de desenvolvimento da indústria jornalística chinesa em Macau segue geralmente os seguintes marcos históricos importantes: a Guerra do Ópio em 1840, a Revolução República em 1911, a Guerra Sino-japonesa (1937-1945), a Guerra Civil Chinesa (1945-1949) e a fundação da República Popular da China (1949-...), pois estes eventos históricos tiveram um impacto significativo no ambiente mediático da imprensa chinesa em Macau.

Além disso, durante os setenta anos que se seguiram à fundação da República Popular da China em 1949, também se deram algumas importantes mudanças sociais e políticas, tais como a Revolução Cultural Chinesa (1966-1976), a Abertura Económica da China (a partir de 1976) e a Transferência de Poderes de Hong Kong em 1997, eventos estes que exerceram grande influência no ambiente mediático de língua

chinesa de Macau, em que se inclui a cultura jornalística, a rotina jornalística e a ideologia.

Do ponto de vista histórico, o nascimento da imprensa chinesa em Macau foi o resultado da mudança política da China. No final da dinastia Qing, o atraso da produtividade industrial e o declínio do poder nacional levaram alguns ministros da corte feudal a propor a ideia de “aprender tecnologia avançada do Ocidente para resistir à invasão dos poderes”, isto é, “o Movimento de Auto-fortalecimento” (1861-1895). Assim, nesta onda de aprendizagem da cultura ocidental, em 1839 o ministro Lin Zexu fundou um periódico em Macau para apresentar as atividades comerciais e de Cantão em Macau, sendo que este periódico foi o mais antigo da história da imprensa chinesa de Macau (Henrique Rola da Silva, 1991).

Após o fracasso do Movimento de Auto-fortalecimento, o pensamento “anti-Qing” e “anti-feudal” foram gradualmente aumentando, tendo-se a imprensa chinesa de Macau imediatamente transformado numa ferramenta para os revolucionários divulgarem as suas ideias. No dia 18 de julho de 1839, o líder revolucionário chinês Sun Zhongshan e o seu amigo macaense Francisco H. Fernandes fundaram o jornal *JING HAI CONG BAO* para disseminarem as suas ideias. Ao mesmo tempo, alguns realistas esperavam imitar o sistema da monarquia constitucional ocidental, e por isso começaram a promover a “Reforma dos Cem Dias”, tendo, no dia 22 de fevereiro de 1879, criado o jornal *ZHI XIN BAO* para divulgar o pensamento político da monarquia constitucional. A partir daqui, a evolução da imprensa chinesa de Macau foi sempre afetada pelas reformas políticas da China continental. Sempre que a situação política na China continental se tornava mais turbulenta, os jornais e revistas que não eram tolerados pelo regime da China mudavam-se para Macau para poderem continuar a sua publicação. Esses jornais prestavam pouca atenção aos assuntos locais de Macau e a maioria dos seus conteúdos estavam intimamente relacionados com os movimentos revolucionários da China.

Assim, podemos ver que, desde o seu nascimento, a imprensa chinesa de Macau foi sempre tratada como um importante canal de propaganda política intimamente relacionado com vários eventos políticos da história chinesa. A razão que

levou os revolucionários a escolher Macau para propagar as suas ideias foi o seu estatuto colonial. À semelhança de Hong Kong, cujo ambiente social também não era diretamente governado pela Dinastia Qing, a liberdade de publicação em Macau era relativamente mais descontraída do que a da China continental, fazendo com que sempre que havia uma onda de oposição às reformas políticas na China, Macau, como um porto seguro, pudesse sempre oferecer as condições de sobrevivência necessárias a essa imprensa reformistas.

A Guerra sino-japonesa de 1937 trouxe novas questões políticas à imprensa chinesa de Macau. Os jornais chineses de Macau, como uma ferramenta importante para orientar a opinião pública, desempenharam um papel importante durante este período. Alguns jornais tornaram-se um instrumento de propaganda para os compatriotas de Macau promoverem o movimento de salvação nacional. Como eco da onda anti japonesa, surgiram, neste período, em Macau várias novas publicações chinesas em Macau, sendo que o mais proeminente foi o jornal *Va Kio*, criado em novembro de 1937. Devido aos seus avançados equipamentos de impressão e à relevância das suas notícias, as vendas deste jornal aumentaram significativamente.

Após a Guerra Civil chinesa, em 1949, a República Popular da China foi fundada. Alguns jornalistas do Partido Nacionalista Chinês (a autoridade de Taiwan) vieram para Macau trabalhar. Assim, na década de 50, na comunidade chinesa de Macau existiam periódicos de esquerda (Partido Comunista da China) e de direita (Partido Nacionalista Chinês). Os conteúdos do jornal de esquerda *Xin Yuan Di* (o antecessor do jornal *OU MUN*) e do jornal de direita *Qun Yu Li* eram diametralmente opostos. Pouco depois, o jornal *Qun Yu Li* era fechado e, no dia 15 de agosto de 1958, o jornal *Xin Yuan Di* tornou-se no jornal *OU MUN*. Como jornal de esquerda, o jornal *OU MUN* manteve a mesma posição pró-Pequim desde a sua fundação, apresentando “Amar a pátria e amar Macau” como o seu principal princípio jornalístico, e querendo tornar-se “uma bandeira do patriotismo em Macau” (LI, 2002).

Na década de 60, apareceram novos jornais de língua chinesa em Macau, mas o ambiente da imprensa chinesa continuava a estar dividido entre esquerda e direita, situação que se manteve até ao Motim 1-2-3 de 1966. Como resultado deste incidente,

a influência do Partido Nacionalista Chinês (a autoridade de Taiwan) em Macau foi completamente eliminada e, a partir daí, o ambiente da imprensa chinesa de Macau foi dominado pelas forças pró-Pequim.

O impacto das mudanças políticas na China também se sentiu no período da Revolução Cultural (1966-1976), em que alguns jornais foram afetados pela tendência ideológica de extrema esquerda da China e passaram a apenas publicar artigos políticos, reduzindo o número de notícias de entretenimentos, o que fez com que as vendas diminuíssem. Na década de 80, à medida que foi implementada a reforma económica da China e se deu uma onda de imigração da China continental para Macau, a imprensa chinesa de Macau entrou num rápido período de desenvolvimento. Após o início das negociações da Questão de Macau, em 1986, os habitantes do território demonstraram maior preocupação relativamente ao futuro e ao destino de Macau, o que fez com que a venda de jornais voltasse a aumentar.

Podemos concluir que o ambiente mediático da imprensa chinesa de Macau foi sempre afetado pelas mudanças da situação política na China, e o impacto dessas mudanças teve reflexos importantes ao nível da produção noticiosa.

Em primeiro lugar, os jornais de esquerda tinham uma tradição patriótica e davam ênfase aos assuntos estatais e ao desenvolvimento da China continental. Após 1966, com a retirada de Macau das forças políticas de Taiwan, os jornais de esquerdas (pró-Pequim) ocuparam completamente o mercado da imprensa de língua chinesa de Macau. Adicionalmente, os dois jornais chineses de Macau mais importantes, o *“OUMUN”* e o *“Va Kio”*, eram ambos jornais de esquerda tradicionais, pelo que, ao escreverem sobre os assuntos da transição, as suas posições eram consistentes com a posição do Governo Central da China.

Em segundo lugar, sob a influência da teoria da imprensa comunista dos meios de comunicação da China, os jornais de língua chinesa de Macau exerceram sempre uma certa função de propaganda. Especialmente no período da transição, os jornais chineses de Macau desempenharam o papel de disseminadores da política chinesa para a Questão de Macau, demonstrando a sua natureza semioficial. A propaganda chinesa refletiu-se em dois aspetos principais: as políticas nacionais da

China, nomeadamente “Um país, dois sistemas” e a Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau; e a promoção da reunificação nacional, de forma a construir a identidade nacional dos chineses locais de Macau.

Em resumo, a análise do ambiente mediático de Macau permite-nos verificar que tanto na imprensa portuguesa, como na imprensa chinesa de Macau, a evolução do ambiente mediático estava intimamente relacionada com as situações políticas de Portugal e da China, uma vez que o nascimento e o desenvolvimento da imprensa de Macau resultaram das reformas políticas e sociais dos dois países. Estes ambientes mediáticos conduziram às diferentes culturas jornalísticas dos jornais portugueses e chineses de Macau:

A imprensa portuguesa de Macau pertencia à tradição dos jornais partidários, seguindo um modelo pluralista polarizado, e esteve sempre intimamente ligada à situação política de Portugal. Neste caso, ao tratarem os assuntos internos da comunidade portuguesa, os jornais portugueses de Macau apresentavam posições diferentes. No entanto, quando as peças noticiosas estavam relacionadas com os assuntos da transferência de poderes de Macau, os interesses nacionais e as estratégias diplomáticas de Portugal funcionavam como uma orientação unificadora da cobertura jornalística. Como portadora da identidade cultural portuguesa, no período pré-transição a imprensa portuguesa de Macau desempenhou um papel importante na continuidade da cultura portuguesa em Macau após a transferência da soberania em 1999.

Sob o impacto da evolução política da China, os jornais de esquerda tornaram-se dominantes no mercado da imprensa chinesa de Macau. Esses jornais herdaram a cultura jornalística da China e possuíam uma natureza semioficial. Entre os jornais chineses de Macau, o “OU MUN” era o jornal mais influente, com maior circulação na comunidade chinesa. A posição pró-Pequim dos jornais chineses de esquerda foi sempre consistente com a ideologia do Governo Central da China relativamente aos assuntos da transição de Macau, o que fez com que, até certo ponto, desempenhassem o papel de disseminadores da propaganda da China.

Parte III Análise quantitativa da cobertura da Transição de Macau para a China

Cap.1 Questões metodológicas e *corpus* de análise

1. Objetivo e *corpus*

Após a discussão teórica e a contextualização, damos início à parte empírica do trabalho. A nossa análise empírica baseia-se na leitura das peças jornalísticas relacionadas com a Transferência da Soberania de Macau no ano de 1999. A teoria de *Agenda-setting* diz-nos que os media exercem uma forte influência no público, pois embora não possam orientar diretamente as suas atitudes, determinam quais os tópicos em que o público vai pensar. Assim, o estudo da cobertura jornalística pode ajudar-nos a perceber como os jornais macaenses de línguas portuguesa e chinesa trataram a Transferência de Poderes de Macau, bem como as *agendas* noticiosas definidas e as realidades sociais apresentadas. O nosso estudo engloba dois níveis: a análise quantitativa, que permite identificar e comparar os padrões da cobertura dos jornais portugueses e chineses; e um estudo qualitativo, que pretende resumir os enquadramentos jornalísticos construídos na cobertura e interpretar os seus significados com base nos fatores contextuais analisados.

A Análise de Conteúdos foi a metodologia selecionada para realizar o estudo quantitativo do trabalho. Iremos caracterizar e comparar os padrões da cobertura com base no tratamento estatístico dos dados recolhidos. Com esta análise quantitativa pretende-se ainda obter uma visão geral sobre a forma como os jornais locais de línguas portuguesa e chinesa trataram os assuntos relacionados com transferência de poderes de Macau de 1999, especialmente no que respeita à intensidade da cobertura e à seleção dos conteúdos jornalísticos.

Deste modo, a pergunta central da análise quantitativa é “Como se caracterizam e evoluem os padrões jornalísticos na cobertura da Transferência de

Poderes de Macau de 1999 nos jornais de línguas portuguesa e chinesa de Macau?”. Ou seja, pretende-se caracterizar a cobertura da imprensa e, simultaneamente, elaborar um estudo comparativo entre os jornais das duas comunidades de Macau.

No âmbito deste objetivo central surgem quatro perguntas concretas relativas à análise estatística: quais as diferenças e semelhanças das formas de cobertura?, quais os temas e personalidades mais focados?, que tipos de atitudes noticiosas foram apresentados?, quais as fontes mais citadas?

A amostra selecionada compreende o período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1999, o ano da transferência de poderes de Macau (a cerimónia decorreu no dia 20 de dezembro). Durante este ano, a cobertura jornalística atingiu o ponto mais alto do período de transição de 12 anos (1988-1999). Sendo 1999 o último ano deste período de transição, quer os assuntos relativos à transição, quer os trabalhos de preparação para o novo governo estavam a chegar ao fim, e, naturalmente, alguns tópicos importantes relacionados com a transferência de poderes, como a nomeação dos cargos administrativos e legislativos, as negociações para as questões não resolvidas e os preparativos para a cerimónia de *handover*, atraíam grande atenção do público e dos media de Macau. Assim, consideramos a cobertura jornalística de 1999 como o objeto de pesquisa e definimos todo o ano como o escopo da amostragem.

Em relação à publicação, escolhemos quatro jornais, os mais influentes em Macau. Dois destes jornais são diários em língua portuguesa: o *Jornal Tribuna de Macau* e o jornal *Macau Hoje*, que designaremos respetivamente por JTM e MH, e os outros dois são diários em língua chinesa: os jornais *OU MUN* e *Va Kio*. Estes quatro jornais, com uma circulação relativamente grande nas suas respetivas comunidades, são considerados os mais representativos de Macau. Escolhemos estes quatro jornais como objeto de pesquisa para observar como estes construíram a história do regresso de Macau à China em 1999.

O *corpus* de análise é composto pelas peças jornalísticas relacionadas com o regresso de Macau. A seleção das peças jornalísticas teve como critério a relevância das palavras nos títulos do texto. Foram consideradas, entre outras, as seguintes

palavras/expressões: *Transferência de soberania, transição, RAEM, Cerimónia de Transição, Relações Sino-Portuguesas, 50 anos, Chefe do Executivo, 1999, Grupo de Ligação, Comissão de Preparação, Edmund Ho, Rocha Vieira*. O *corpus* de análise abrange os textos, as ilustrações, e os textos acompanhados de ilustrações. No que concerne aos géneros das peças do *corpus*, a escolha exclui as Breves ou sínteses de notícias.

Os materiais a estudar são provenientes da Biblioteca do Senado de Macau (jornais em língua portuguesa) e da Biblioteca Sir Robert Ho Tung de Macau (jornais em língua chinesa).

Deste modo, recolhemos um total de 2531 peças: 626 do *Jornal Tribuna de Macau* (JTM), 458 do *Macau Hoje* (MH), 782 do *Ou Mun* e 665 do *Va Kio*.

2. Definição das categorias de análise

O tratamento das peças recolhidas nos jornais JTM, MH, Ou Mun e Va Kio foi realizado a partir de uma base de dados em SPSS, tendo integrado 11 variáveis associadas em função dos dados extraídos, referentes à *Forma*, ao *Conteúdo* e ao *Discurso*, classificados segundo a teoria de Cunha (2012). A análise das variáveis de *Forma* permite descrever as particularidades formais da cobertura jornalística, com o objetivo de medir a relevância dos temas e o grau de envolvimento da imprensa nos assuntos analisados. As variáveis de *Conteúdo* e de *Discurso* abordam características relacionadas com os conteúdos e visam fornecer o suporte estatístico para a análise de *Frames*. Iremos em seguida apresentar os grupos de variáveis classificados:

2.1 Variáveis de *Forma*

2.1.1 Destaque das peças

A análise da relevância das peças tem como objetivo conhecer quais os jornais que atribuíram mais espaço e mais visibilidade aos eventos da transferência de

poderes de Macau ao longo de 1999. Primeiro faremos uma análise estatística da distribuição do volume das peças, por mês e por jornal, de forma a obter uma ideia geral sobre a intensidade da cobertura e a sua evolução ao longo do ano em análise.

Se a quantidade de notícias publicadas pode ser uma estratégia para salientar uma determinada *agenda* ou um tópico, o *layout* é também uma forma importante de moldar o destaque da agenda. Assim, as “Breves” de um jornal, apesar da vantagem quantitativa, surgem frequentemente à margem do *layout*, com títulos em letra de tamanho pequeno. E embora peças jornalísticas sobre um mesmo tema possam surgir com frequência nesta secção, não significa que o tema tratado seja mais relevante. Na realidade, a intensidade baseada apenas em dados estatísticos relativos ao volume das peças jornalísticas pode não reflectir a importância atribuída aos tópicos ou à agenda em questão. Neste caso, para compensar esta deficiência do método estatístico, são necessários indicadores relacionados com o destaque do *layout* que permitam analisar a relevância das peças de forma mais abrangente.

O *layout* é composto por títulos, imagens, textos e espaços em branco. Os editores dos jornais determinam as manchetes e os focos do *layout* de acordo com o princípio da prioridade. Segundo as características dos jornais, a aplicação da linguagem do *layout* na cobertura da Transferência de Poderes de Macau abrange as seguintes categorias: *Localização*, *Extensão* e *Valorização Gráfica*. Os elementos de *layout* podem influenciar os julgamentos do leitor relativamente à importância dos eventos noticiosos, sendo que a análise destes três indicadores permite refletir o grau de investimento dos jornais na transição de Macau, assim como mostrar quais os jornais que deram mais espaço e mais visibilidade a esta cobertura.

2.1.2 Assinatura

A *Assinatura* é a variável que revela a responsabilidade dos jornalistas na cobertura e também o grau de investimento dos jornais no acontecimento.

As peças assinadas refletem o grau de responsabilidade individual ou coletiva do autor (ou colectivo de autores) e, geralmente, surgem em forma de reportagem,

editorial, crónica e outros artigos de opinião. Assim, quando um jornal publica mais peças jornalísticas assinadas, este jornal investe mais nos acontecimentos, ao, por exemplo, enviar mais correspondentes ou ter mais reflexões profundas sobre a questão.

Neste caso, através da análise da variável *Assinatura*, podemos analisar e comparar o grau de investimento dos quatro jornais relativamente aos acontecimentos relacionados com a transferência de Macau em 1999. Em suma, a variável *Assinatura*, em combinação com as variáveis *Localização*, *Extensão* e *Valorização gráfica*, permite identificar padrões importantes para aferir a relevância das peças.

2.1.3 Géneros jornalísticos

Os *Géneros jornalísticos* são outra variável significativa para analisar e comparar o envolvimento dos jornais analisados na transferência da soberania de Macau. O foco da nossa investigação é artigo de opinião, uma vez que, como já foi referido, é através da análise da sua evolução e distribuição que se pode verificar o grau de envolvimento dos jornais nos acontecimentos. Por outro lado, esta variável permite, até certo ponto, identificar o estilo dominante, descritivo ou interpretativo, de cada jornal.

Em seguida apresentaremos as definições dos indicadores da variável *Géneros jornalísticos*:

Notícia: notícias puras, com o intuito de informar sobre um acontecimento. Escritas por jornalistas ou correspondentes dos órgãos de informação, pretendem ser precisas e objetivas.

Entrevista: conversas entre os jornalistas e as suas fontes, apresentadas em discurso direto no texto.

Reportagem: relato aprofundado de um tema, no qual são inseridos comentários para fornecer elementos interpretativos aos acontecimentos.

Crónica: artigo de opinião regular, escrito por um colunista do jornal ou especialista em determinada área.

Editorial: texto que pretende refletir as opiniões dos próprios jornais, o autor pode ser um indivíduo (diretor do jornal) ou um coletivo (gabinete de edição).

Artigo de opinião: texto do género opinativo, diferente da crónica e do editorial.

Discurso: texto original dos discursos ou declarações, geralmente apresentados pelos personagens políticos.

2.2 Variáveis de *Conteúdo*

A análise do *Conteúdo* inclui duas variáveis: *Tema* e *Ator*, que permitem aferir quais os temas e atores mais referenciados na cobertura da transferência da soberania de Macau de 1999, obtendo uma referência quantitativa e objetiva para a Análise de *Frames*.

2.2.1 Tema

O estudo da variável *Tema* revela quais os tópicos relativos à transferência de poderes que suscitaram maior preocupação na imprensa de Macau no ano de 1999. Simultaneamente, com base no estudo comparativo, podemos também identificar as diferenças de tratamento do tema em foco nos jornais portugueses e chineses em Macau. O estudo dos temas na cobertura jornalística é uma parte importante da análise de *Frames*. No processo de rerepresentação das realidades sociais, os enquadramentos jornalísticos desempenham duas funções. A primeira é a função de seleção, ou seja, “enquadrar” o campo de visão das observações dos leitores. Através deste “mecanismo de seleção” podem destacar-se os pontos-chave dos acontecimentos. A outra função é a de reconstrução dos significados das realidades sociais, ou seja, interpretar os fenómenos sociais ou os eventos. No presente trabalho,

iremos explorar a função de seleção dos enquadramentos através da análise quantitativa e estudar a sua função de interpretação, recorrendo à análise qualitativa.

Como já foi referido, os enquadramentos possuem a função de seleção no processo de reconstrução das realidades sociais. Por outras palavras, os enquadramentos delimitam a forma como os *media* apresentam os factos objetivos com dimensões sociais múltiplas e determinam quais os temas a escolher e quais a descartar. Assim, a partir dos dados estatísticos da variável *Tema*, podemos analisar as seleções feitas pelos enquadramentos no processo de reapresentação das realidades sociais. Faremos ainda uma análise do discurso, incluída na análise qualitativa, com o objectivo de resumir os enquadramentos construídos na cobertura jornalística do regresso de Macau e interpretar os significados destes enquadramentos.

Partindo da teoria das macroestruturas semânticas de Van Dijk (1980), iremos definir e classificar os indicadores da variável *Tema*. Segundo esta teoria, a macroestrutura do discurso é composta por um conjunto de macroproposições obtidas pelos processos de derivação gradual das proposições. A macroestrutura apresenta uma organização hierárquica em que cada proposição pode ser incluída numa proposição de nível mais elevado. Assim, para determinar a macroestrutura e fazer a derivação, é necessário usar a “macro-regra”. A “macro-regra” é uma regra de organização ou transformação semântica que liga as proposições de nível mais baixo às proposições de nível mais alto, e que pode derivar ou resumir os temas a partir dos textos. Na prática, a “macro-regra” reduz as informações e deriva os temas dos textos de três formas: supressão, generalização e construção.

Com base na leitura das peças jornalísticas em análise e na teoria de Van Dijk, podemos obter as macroestruturas da cobertura jornalística da transferência de poderes de Macau de 1999 e dividi-las nas seguintes categorias: *Cerimónia, Justiça e Direito, Administração Portuguesa, Assuntos da transição, Preparação da RAEM, Guarnição militar, Eleição do Chefe do Executivo da RAEM, Economia, Portugalidade, Celebração, Contactos com a China continental, Sentimentos, Intercâmbios luso-chineses, Questão de Taiwan, e Outros.*

Apesar de os objetos de estudo de José Carlos Matias (Figueira,2016: 31-36) serem diferentes, a sua classificação dos temas relacionados com a transferência da soberania de Macau funcionou como valor de referência para o nosso trabalho. Em termos de estudo comparativo, a nossa amostra, as peças jornalísticas selecionadas dos quatros diários das duas comunidades de Macau, foi colocada numa mesma tabela de codificação, ou seja, os vários indicadores da variável *Tema* que surgem nestes jornais de Macau. Em seguida analisamos estes indicadores e as suas definições:

1. *Cerimónia*: todos os assuntos relacionados com a cerimónia de *handover*, a cerimónia oficial da transferência da soberania realizada no dia 20 de Dezembro de 1999, incluindo os trabalhos de preparação, a questão da segurança, o local, a lista de participantes e os trabalhos de preparação dos *media*.

2. *Justiça e Direito*: textos sobre o legado do sistema jurídico português, as garantias sobre o “segundo sistema” após a transferência de poderes de Macau, as organizações judiciárias da RAEM, a Assembleia Legislativa de Macau e os profissionais de justiça.

3. *Administração portuguesa*: atividades oficiais do governo de Macau ou do Governador Rocha Vieira no ano de 1999, nomeadamente as atividades de despedida, a cerimónia de condecoração, as visitas do Governador Rocha Vieira a Portugal e à China, as visitas às associações da comunidade portuguesa, etc.

4. *Assuntos da transição*: assuntos relacionados com a transição da administração de Macau, principalmente as questões relacionadas com as negociações do Grupo de Ligação Conjunta (GLC), tais como as reuniões plenárias do GLC em 1999, a localização dos funcionários públicos, a questão da nacionalidade, as pensões dos funcionários do governo, o problema do Fundo de Terras e os problemas de segurança pública, etc.

5. Preparação da RAEM: a preparação do governo da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) foi um dos temas-chave da cobertura da transição de Macau para a China, uma vez que os trabalhos de preparação refletiram a execução da política “Um País, Dois Sistemas”. Os conteúdos deste tema basearam-se principalmente no funcionamento da Comissão de Preparação, nos quais se incluíram as nomeações para os vários cargos do governo da RAEM e os assuntos relacionados com o futuro sistema administrativo.

6. Guarnição militar: conteúdos relativos à Guarnição militar, incluindo a legitimidade da guarnição, a composição da Guarnição do Exército de Libertação do Povo Chinês em Macau, a qualidade da Guarnição e a sua avaliação pelos vários setores da sociedade de Macau, bem como o percurso da guarnição militar que entrou em Macau.

7. Eleição do Chefe do Executivo da RAEM: uma categoria específica independente da “Preparação da RAEM”, a eleição do primeiro Chefe do Executivo de Macau compreendeu a parte mais importante dos trabalhos preparatórios e foi a chave para alcançar um elevado grau de autonomia. Este tema abrangeu todo o processo da eleição, como a formação e o funcionamento da Comissão de Seleção e as campanhas eleitorais dos dois candidatos, Edmund Ho e Stanley Au, bem como as previsões e opiniões de todos os setores da sociedade Macaense.

8. Economia: este tema tratou os tópicos económicos gerais da região, mas principalmente os assuntos económicos diretamente relacionados com a transferência de poderes de Macau, nomeadamente a conjuntura económica e financeira na véspera do regresso, as tendências de desenvolvimento económico no futuro e as políticas económicas da futura RAEM, nas quais residiriam os pilares da economia de Macau - os setores do turismo e do jogo.

9. Portugalidade: os legados portugueses em termos de cultura, língua e

educação. Este tema focou principalmente a questão da continuidade da “portugalidade” em Macau após a transferência da soberania, a presença da cultura portuguesa, a questão da Escola Portuguesa e a sobrevivência dos media de língua portuguesa em Macau, etc.

10. Celebração: as atividades comemorativas relacionadas com a transferência de poderes de Macau. Para “dar as boas vindas ao regresso de Macau”, a sociedade civil e as instituições oficiais de Macau realizaram uma série de atividades celebrativas, especialmente em dias festivos importantes, tais como o dia do Ano Novo Chinês, o Dia do Trabalhador, o Dia Nacional da China e os dias de contagem regressiva para os 100 e 50 dias.

11. Contactos com a China continental: peças sobre as comunicações oficiais e civis entre Macau e a China continental. Os intercâmbios de nível oficial, nomeadamente os intercâmbios entre as instituições oficiais de Macau e as instituições e autoridades das várias províncias da China. Os conteúdos incluíram protocolos de cooperação na área da segurança pública e a cooperação económica entre Macau e a província de Cantão, bem como as visitas mútuas entre os representantes de instituições de Macau e de outras províncias da China.

12. Sentimentos: textos sobre os sentimentos das comunidades portuguesa e chinesa de Macau face às mudanças sociais e políticas, entre os quais se incluíram os comentários sobre a Questão de Macau e as recordações dos 12 anos do período de transição.

13. Intercâmbios luso-chineses: atividades de intercâmbio entre os dois países no ano de 1999, incluindo as discussões sobre as relações luso-chinesas, especialmente os esforços efectuados pelos governos chinês e português para uma transição suave de Macau.

14. Questão de Taiwan: na década de 80, Deng Xiaoping propôs o conceito “Um país, Dois sistemas” para resolver o problema da reunificação da China. De facto, esta política foi proposta inicialmente para resolver a questão de Taiwan, mas foi utilizada primeiro para solucionar as questões de Hong Kong e Macau. Em 1999, após a eleição presidencial de Taiwan, Lee Tenghui, que apoiou a teoria dos dois estados da China, chegou ao poder. O Governo da China levantou uma forte oposição ao seu discurso sobre a independência de Taiwan e a sua separação da China. Por isso, os conteúdos relevantes sobre a reunificação de Taiwan, tais como a propaganda de patriotismo e de reunificação nacional, a importância da fórmula “Um país, Dois sistemas”, e o significado do regresso de Macau tornaram-se os conteúdos principais da cobertura da transferência de poderes de Macau, como forma de enfatizar o desejo de promover a reunificação pacífica de Taiwan.

15. Outros: esta categoria abrangeu os restantes temas sobre a transferência de poderes de Macau, nomeadamente a véspera da cerimónia de *handover*, a cultura chinesa esquecida em Macau e uma vontade nova de aprender mandarim.

Segundo a teoria de Van Dijk (1980: 100), as macroestruturas podem ser apresentadas por frases colocadas num lugar específico, especialmente os títulos e antetítulos dos textos. Este autor refere que os títulos têm funções cognitivas significativas e são importantes para o leitor estabelecer hipóteses relativas à macroestrutura do discurso. De acordo com o princípio da pirâmide invertida, o *lead* do texto (o primeiro parágrafo), também fornece geralmente as informações mais importantes da peça jornalística. Assim, podemos identificar o tema principal dos textos pelos títulos e *leads* das peças estudadas.

2.2.2 Ator

A variável *Ator* reporta aos protagonistas e instituições jornalísticas principais. Com a análise desta variável pretende-se aferir quais os atores mais referidos na

cobertura da transição de Macau no ano de 1999 e comparar as diferenças entre os jornais portugueses e chineses de Macau. A identificação dos atores principais centra-se principalmente no espaço de titulação e no *lead*. Se não existirem atores óbvios nessas partes do texto, a sua identificação poderá ser feita com recurso ao corpo do texto. No caso de haver vários atores na mesma peça, a frequência da referência será utilizada para determinar quais são os atores mais importantes do texto.

Após a leitura dos jornais e materiais de referência, escolhemos alguns dos atores mais mencionados nas peças jornalísticas, que dividimos em três grupos:

No primeiro grupo incluímos os protagonistas políticos:

1	Rocha Vieira	Governador português de Macau
2	Edmund Ho	Chefe do Executivo da RAEM
3	Jorge Sampaio	Presidente da República Portuguesa
4	Jiang Zemin	Presidente da República Popular da China
5	Tang Jiaxuan	Ministro dos Negócios Estrangeiros da China
6	Jaime Gama	Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal
7	Qian Qichen	Vice-Primeiro ministro da China, diretor da Comissão Preparatória
8	Jorge Rangel	Secretário-adjunto do Governo de Macau
9	Ma Man-kei	Líder da comunidade chinesa, Diretor da Associação Comercial de Macau
10	Stanley Ho	Diretor da STDM, influente industrial de casinos em Macau
11	Wang Qiren	Diretor da Agência de Notícias XinHua
12	Leonel Alves	Representante dos macaenses, deputado da AL
13	Anabela Ritchie	Presidente da Assembleia Legislativa em Macau
14	Stanley Au	Candidato a Chefe do Executivo da RAEM

O segundo grupo de atores abrange as organizações ou instituições que apareceram frequentemente nos jornais, assim como os membros dessas organizações. Nestas estão incluídas: 15 - GLC (Grupo de Ligação Conjunta), 16 - Comissão de Preparação, 17- Comissão de Seleção, 18 – Comissão de Celebração, 19

- Assembleia Legislativa de Macau, 20 – Assembleia Legislativa da RAEM, 21 - Agência Xinhua⁵, 22 - Grupo de Terras⁶, 23 - Macaenses e ATFPM

O terceiro grupo corresponde aos atores coletivos, e aqui fazemos uma classificação geral dos restantes atores, após os protagonistas e as instituições-chave: 24 - Governo Português, 25 - Governo Chinês, 26 - Governo de Macau, 27 – Governo da RAEM, 28 – Outros.

2.3 Variável de *Discurso*

2.3.1 Tom

A variável *Tom* refere-se às atitudes tomadas pelos jornalistas ou órgãos de informação relativamente aos acontecimentos apresentados nas peças jornalísticas (MA, 2007: 63). Na cobertura dos temas políticos, o *Tom* pode refletir a posição política dos jornalistas, que existe inevitavelmente no discurso político jornalísticos. Devido às diferenças de valores, interesses económicos e tradições culturais, os jornalistas e os órgãos de informação, perante o mesmo evento mediático, farão inevitavelmente tratamentos jornalísticos diferentes.

No nosso estudo, o julgamento do *Tom* das peças jornalísticas baseia-se principalmente em três aspetos: os eventos noticiosos selecionados, as opiniões das fontes citadas e as palavras usadas no discurso. Segundo Cunha (2012), o *Tom* é um indicador que, quando aplicado ao discurso, permite distinguir os modos positivo, negativo e neutro das práticas discursivas. Assim, definimos três categorias para a variável *Tom*: Positivo, Negativo e Neutro.

⁵ A Agência Xinhua de Macau, gabinete e porta-voz do Governo da China em Macau, cuja tarefa principal recai nas questões políticas, e cuja função original de agência noticiosa fica em segundo lugar. Após a transição, restaurou a sua função de agência de notícias e estabeleceu-se o “Gabinete de Ligação do Governo Popular Central da RAEM” para substituir as funções políticas da Agência Xinhua.

⁶ As instituições dos governos chinês e português que trataram dos assuntos relacionados com contratos de terras durante o período de transição em Macau. De acordo com o Anexo II da Declaração Conjunta Sino-Portuguesa, o Grupo de Terras foi criado a 15 de janeiro de 1988, quando a Declaração Conjunta entrou em vigor.

O Tom Positivo caracteriza-se principalmente por uma atitude de apoio, elogio e encorajamento dos eventos e personagens da peça jornalística, através da utilização de um maior número de palavras positivas, para impulsionar os leitores a produzir um pensamento positivo e ativo.

O Tom Neutro demonstra que o conteúdo da peça não revela uma atitude óbvia, nem positiva, nem negativa; os factos noticiosos são tratados objetivamente, são utilizadas palavras mais neutras, e o número e o tipo de elogios e de críticas são equivalentes.

No Tom Negativo o conteúdo da peça é principalmente elaborado com casos negativos ou com perspetivas negativas dos eventos selecionados. As palavras de negação são claras e existe crítica ou sátira, o que é desfavorável para a imagem política.

2.3.3 Fontes

Tuchman (1978) considera que a origem da construção das notícias se encontra nas fontes de informação. Na sua opinião, as notícias não são produtos naturais, mas uma realidade social construída, ou seja, a notícia não é uma reflexão objetiva dos factos noticiosos, mas uma construção da realidade social. Este processo de construção não é feito pelos *media* de forma independente, mas é construído como um resultado constantemente negociado entre os *media* e as diferentes fontes.

Segundo a teoria de *Framing*, a notícia é uma realidade simbólica construída conjuntamente pelos jornalistas e pelas fontes de informação. As fontes de informação funcionam como concorrentes, pois competem entre si pelo poder da interpretação dos discursos nos *media*. No processo de organização dos textos noticiosos, os jornalistas selecionam diferentes fontes de informação para apresentar diferentes enquadramentos, e, geralmente, preferem procurar uma fonte específica que suporte as suas ideias. Neste caso, o estudo das fontes de informação pode ajudar-nos a conhecer os enquadramentos construídos pelos jornalistas.

Chang, Chin-hwa (1994) divide as fontes de informação em dois tipos: 1) quando um texto noticioso cita um discurso de uma pessoa, instituição ou organização, esta é definida como uma fonte de informação; 2) nas orações ligadas por verbos de citação, tais como “referir”, “criticar”, “afirmar”, “considerar”, etc., os atores dos eventos em questão podem ser tratados como fontes de informação.

Deve notar-se que, aqui, o indicador *Fontes* se refere às fontes de informação das peças jornalísticas, e que este conceito difere do conceito “Proveniência das peças”. Consideram-se “Fontes” as personagens ou instituições citadas nos textos noticiosos, enquanto “Proveniência” se refere à origem das peças publicadas, tais como as agências de notícias, ou os enviados especiais.

A seleção das fontes de informação pode influir na construção dos enquadramentos jornalísticos, ou seja, as diferentes preferências de seleção podem reconstruir as realidades sociais de diferentes formas. A preferência de seleção consiste na seleção das fontes de informação feita pelos jornalistas, que irão favorecer sistematicamente algumas pessoas, ou determinados grupos ou organizações, e ignorar outras pessoas, grupos ou organizações. Gans (1973), ao debruçar-se sobre como os jornalistas selecionam as suas fontes de informação, descobriu que, geralmente, as fontes de informação são tendenciosas no que respeita às fontes oficiais, às elites sociais e às fontes que favorecem os seus próprios interesses.

Em suma, as fontes de informação são consideradas como uma variável importante na produção de notícias, e a sua seleção pode revelar a atitude dos órgãos de informação relativamente a um determinado acontecimento, assim como as tendências políticas dos próprios órgãos de informação. Os diferentes jornalistas recorrem a diferentes fontes de forma a sustentar os seus pontos de vista, ou seja, as fontes de informação não só fornecem as evidências para os relatos objetivos, como também ajudam os jornalistas a “enquadrar” os conteúdos do texto. Assim, para analisar os enquadramentos da cobertura da transferência de poderes de Macau, devemos estudar também as fontes de informação das peças, para identificarmos quais as preferências das imprensas portuguesa e chinesa de Macau na seleção das

fontes de informação, obtendo, assim, uma referência objetiva para explorar os fatores influenciadores da construção dos enquadramentos.

No que concerne à variável *Fontes*, o presente trabalho irá avaliar as fontes de informação de uma peça jornalística de acordo com o princípio da "fonte única". Por outras palavras, para as peças com várias vozes citadas, iremos apenas selecionar "uma" fonte, a dominante, como fonte de informação, e inscrevê-la na categoria correspondente.

A lista relativa à variável *Fontes* encontra-se no **Anexo 1**.

Cap.2 Apresentação dos Resultados

1. Discussão dos dados

Neste capítulo apresentamos os resultados da análise empírica das peças jornalísticas estudadas. Através da análise estatística das variáveis de Forma e de Conteúdo pretendemos perceber como se caracterizam e evoluem os padrões jornalísticos da cobertura da transferência de poderes de Macau de 1999 nas imprensas portuguesa e chinesa de Macau.

Os padrões jornalísticos abrangem três grupos de variáveis: Forma, Conteúdo e Discurso. As variáveis de Forma encontram-se intimamente relacionadas com a relevância e o destaque conferidos na cobertura jornalística ao processo de transição de Macau, e podem ser avaliadas por variáveis como **Localização**, **Extensão**, **Imagens**, **Gêneros** e **Assinatura**. Os padrões relacionados com o Conteúdo incluem duas variáveis: **Temas** e **Atores**; e o Discurso inclui as variáveis **Tom** e **Fontes**. Vamos em seguida estudar essas variáveis, uma por uma.

Apresentamos em primeiro lugar a estatística geral sobre o volume das peças jornalísticas da cobertura da transferência de poderes de Macau por jornal:

MEIO	Nº de peças	%
JTM	626	24.7%
MH	458	18.1%
OU MUN	782	30.9%
VA KIO	665	26.3%
Total	2531	100%

Tabela 1: Volume e distribuição das peças publicadas

Ao avaliarmos o volume total das peças jornalísticas selecionadas (2531), concluímos que o jornal OU MUN (782) foi o diário que mais publicou sobre os eventos da transferência de Macau, seguindo-se o VA KIO (665) e o Jornal Tribuna de Macau (626). O Macau Hoje foi, dos quatro diários, o que apresentou menos volume de

notícias (458). Em geral, o volume da imprensa chinesa foi superior ao da imprensa portuguesa. Por outro lado, no que respeita às diferenças entre os jornais do mesmo idioma, entre o JTM e o MH, a diferença do volume de peças publicadas foi mais significativa, sendo de 158 peças, cerca de 6.6%.

Para identificar a intensidade da cobertura do processo de transição de Macau no ano de 1999, enquadrámos estes dados por *MÊS*, para analisar a evolução do número de notícias publicadas ao longo de todo ano.

Meios	Evolução por Mês (%)												TOTAL (peças)
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
JTM	8.0	8.1	9.4	9.1	8.5	8.1	8.0	5.8	5.9	7.5	6.5	15.0	626
MH	4.6	6.6	7.4	8.3	6.3	7.6	6.8	5.0	5.5	11.6	7.4	22.9	458
OU MUN	7.8	4.6	9.1	7.2	9.3	6.0	5.6	7.8	8.1	6.3	8.6	19.7	782
VA KIO	6.0	5.3	8.9	7.8	12.3	7.7	6.2	8.4	5.3	6.8	7.5	17.9	665
Total (%)	6.8	6.0	8.8	8.0	9.4	7.3	6.6	7.0	6.3	7.7	7.6	18.6	2531

Tabela 2: Distribuição mensal das peças

Atendendo aos valores da tabela 2, o mês dominante em termos de publicação foi dezembro, o último mês do ano da transferência de poderes de Macau, sendo 18.6% o valor mais elevado.

Para além de dezembro, que é o mês com maior predominância de peças jornalísticas, os outros meses mantêm um valor mais equilibrado e não há aumentos ou diminuições regulares. De acordo com a Tabela 2, podemos ver que março (8.8%), o mês em que o Presidente da República Jorge Sampaio visitou Macau, e maio (9.4%), o mês da campanha eleitoral para o cargo de Chefe do Executivo da Região da Administração Especial de Macau, são os meses que apresentam picos noticiosos mais relevantes.

Iremos em seguida estudar os critérios de análise ao nível da relevância das peças jornalísticas, com o objectivo de observar a evolução das variáveis de **Forma** ao

longo do ano de 1999. Iremos também proceder a uma análise mais conclusiva sobre qual o jornal diário que mais investiu na recolha de informações e na visibilidade na cobertura da transferência de poderes de Macau de 1999.

2. Relevância das peças

2.1 Localização das peças no jornal.

A primeira página, ou capa, é o rosto do jornal, e a manchete, sendo o título principal da capa, apresenta as informações mais importantes do dia. A primeira página não mostra apenas as notícias mais importantes, como também representa o julgamento dos editores sobre a importância daquela informação. Neste caso, a análise da variável *Localização* constitui um elemento importante para avaliar a importância que o jornal confere à notícia.

Em primeiro lugar iremos estudar a distribuição das peças no jornal ao longo de 1999, com os indicadores *Manchete* e *Capa* (somatório das manchetes, chamadas, e 1ª páginas). Devido a uma característica própria de *layout*, ambos os jornais chineses estudados publicavam os conteúdos inteiros das peças jornalísticas mais importantes na sua primeira página (correspondente à “1ª página” na nossa categoria), em vez de fazerem “chamadas” na capa. Contrariamente aos jornais de língua chinesa, os jornais portugueses analisados nem sempre colocaram a peça jornalística inteira nas suas capas, fazendo uso das “chamadas” para anunciar os conteúdos mais importantes em páginas interiores. Por esta razão, e para unificar os critérios de análise, estipulámos valores para os espaços nobres (Manchetes, Chamadas e 1ª página) e o conjunto dos três, tratando este conjunto como “*Capa*”. Assim, iremos analisar a distribuição mensal da variável *Localização* como “*Manchete*” e “*Capa*”.

Variável	Evolução por Mês. (%)												TOTAL (peças)
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
Manchete	6.2	9.5	12.0	7.0	10.3	8.3	8.7	5.8	7.4	7.9	5.4	11.6	242
Capa	7.8	9.4	10.6	8.9	11.3	9	7.8	6.4	6.7	6.7	5.4	9.8	652

Tabela 3: Distribuição mensal da variável Localização

Atendendo aos dados da tabela 3, o maior número de peças na *Manchete* verificou-se em março (11.3%), seguindo-se dezembro (11.6%) e maio (10.3%), apresentando estes três meses um valor percentual superior ao dos restantes. No que respeita ao indicador *Capa*, embora os meses mais relevantes não coincidiram na totalidade com o indicador *Manchete*, março, maio e dezembro também apresentaram valores mais expressivos nesta categoria. Este resultado corresponde à distribuição do volume das peças publicadas, ou seja, devido à ocorrência de “grandes eventos”, os meses de março, maio e dezembro publicaram mais peças jornalísticas, tendo sido estes, portanto, os meses de 1999 em que a transição de Macau para a China obteve maior relevância nos jornais de Macau.

2.1.1 Análise comparativa

Variável	JTM	MH	OU MUN	Va Kio
Manchete	14.9	10.9	7.0	6.6
Chamada	20.0	4.4	0	0
1ª página	0.5	0.7	5.4	33.7
Página par	28.0	42.1	29.8	37.4
Página ímpar	36.7	41.9	57.8	22.3
Total (peças)	626	458	782	665

Tabela 4: Distribuição da variável Localização

Segundo os dados apresentados na tabela 4, verifica-se que o jornal JTM foi o órgão que mais manchetes dedicou à transferência de poderes de Macau, com 14.9%. O outro jornal português, o MH, reuniu 10.9% das peças publicadas no indicador *Manchete*. No que respeita às *Chamada*, o JTM (20%) também apresentou a percentagem mais elevada, em comparação com o jornal MH (4.4%).

Partindo da perspectiva do *layout*, o jornal MH não publicou muitas peças com chamadas na primeira página, sendo que normalmente as manchetes ocuparam toda a capa. Neste caso, para comparar a relevância das peças sobre a transferência de poderes de Macau entre os dois jornais portugueses, somámos os indicadores da capa (*Manchete, Chamada, 1ª página*), e obtivemos 35.3% para o jornal JTM e 15.9% para o MH. A explicação para esta diferença reside no facto de o jornal MH, para além da cobertura da transferência da soberania de Macau, por vezes também tratar informações importantes de outros lugares lusófonos como foco de capa, sobretudo a crise de Timor Leste em 1999, cujas peças fizeram muitas manchetes neste jornal.

No que concerne os jornais chineses, o jornal OU MUN (7%) e o jornal Va Kio (6.6%) apresentaram valores semelhantes para o indicador *Manchete*, mas verificou-se uma discrepância considerável no indicador *1ª página*, que apresentou 33.7% no jornal Va Kio, e apenas 5.4% no OU MUN. Uma explicação possível para o número reduzido de peças sobre a transferência de Macau nas capas do OU MUN poderia ser o facto de nas páginas interiores deste jornal haver secções especiais para reportar as informações sobre a transferência de poderes de Macau. Adicionalmente, para estar mais próximos dos cidadãos, o OU MUN, o jornal de maior circulação em Macau, publicou frequentemente notícias sociais como conteúdo de capa. A outra explicação poderia residir na fragmentação das peças jornalísticas do Va Kio. A tabela 4 mostra que os dois jornais apresentaram valores muito próximos para *Manchete*, mas que, para além das manchetes, foram publicadas muitas peças em outros lugares da primeira página do Va Kio. Estas peças eram, no entanto, muito curtas. Embora o número de notícias publicadas na capa (33.7%) se encontre próximo de metade do número total de notícias publicadas nas suas páginas interiores (59.6%), na realidade o jornal Va Kio também atribuiu importância ao tópico da transferência da soberania

de Macau, mas, comparando com os outros jornais, a sua cobertura caracteriza-se pela fragmentação.

2.2 Extensão

A variável *Extensão* é um critério de análise importante para aferir o destaque conferido às peças jornalísticas. O *Layout* do jornal carrega o valor da informação e o espaço de interpretação correspondente, e, através da disposição do *layout*, os jornais podem expressar as suas atitudes e posições na cobertura. A extensão das peças jornalísticas é um dos elementos importantes no âmbito do *Layout*, uma vez que pode mostrar a previsão do jornal sobre o valor noticioso de um evento noticioso, isto é, quando o jornal reconhece o valor noticioso de um acontecimento irá refleti-lo numa determinada extensão nas suas páginas. Neste caso, esta categoria é importante para avaliar a relevância dos acontecimentos no contexto geral do jornal.

Extensão	Evolução por Mês (%)												TOTAL (peças)	TOTAL (%)
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ		
2-3 parágrafos	8	6	7.6	9.6	10.3	7	3.7	8.6	5	7	8.6	18.6	301	11.9
3-5 parágrafos	6.9	5.6	8.9	8.1	9.9	7.1	7.3	6.9	6	7.4	7.7	18.2	1388	54.8
5-7 parágrafos	5.3	6.8	8.4	7.8	7.8	7.9	6.2	6.8	6.9	7.9	6.9	21.1	692	27.3
Mais de 7 parágrafos	10	6	12.7	4.7	10	6	7.3	4.7	9.3	10	7.3	12	150	5.9
Total													2531	100%

Tabela 5: Evolução da distribuição mensal da variável Extensão

Segundo os dados apresentados na tabela 5, em geral, a maioria das peças jornalísticas relacionadas com a transferência de poderes de Macau foi de extensão média, pois 54.8% destas peças encontram-se no indicador “3-5 parágrafos” e 27.3% no indicador “5-7 parágrafos”. As peças de pequena extensão foram apenas 11.9% e as de grande extensão apenas 5.9% do total. Estes dados mostram que as peças de

extensão média predominaram, e que foram publicadas muitas citações de figuras do governo para expressar posições e atitudes políticas. Por outro lado, a baixa percentagem de peças grandes (mais de 7 parágrafos) indica que, entre as peças jornalísticas publicadas em 1999 sobre a transição de Macau para a China, surgiram poucas reportagens profundas, tendo os jornais analisados privilegiado a cobertura informativa, com maior volume de peças mas menos extensão por página. Neste caso, quando olhamos para a distribuição das peças de extensão média, podemos verificar que os meses em que foi conferido maior destaque a estas peças jornalísticas correspondem aos meses de maior destaque das variáveis estudadas anteriormente, ou seja, março, maio e dezembro.

As peças grandes, por fazerem uma análise mais aprofundada dos acontecimentos, podem ser tratadas como um indicador para medir o grau de envolvimento dos jornais no processo de transferência de poderes. Na tabela 5 podemos identificar os meses com maiores percentagens de peças com mais de 7 parágrafos: março (12.7%), dezembro (12%), janeiro (10%), maio (10%) e outubro (10%). Com os dados obtidos com a variável Extensão verificamos a "centralidade" de março, maio e dezembro também para as peças de grande extensão, e que esta "centralidade" se encontra de alguma forma relacionada com os "grandes eventos" de 1999, nomeadamente a visita oficial do Presidente Jorge Sampaio (março), a eleição do Chefe do Executivo da RAEM (maio) e a cerimónia de *handover* (dezembro). As outras peças de grande extensão são reportagens sobre tópicos como o futuro de Macau e o impacto da transferência de poderes, temas que necessitavam de consideráveis explicações e análises.

2.2.1 Análise comparativa:

Variável	JTM	MH	OU MUN	Va Kio
2-3 parágrafos	4.2	3.9	12	24.5
3-5 parágrafos	44.9	45.9	63.4	60.2

5-7 parágrafos	40.7	37.3	22	14.3
Mais de 7 parágrafos	10.2	12.9	2.6	1.1
Total (peças)	626	458	782	665

Tabela 6: Distribuição da variável Extensão

A tabela 6 mostra a distribuição dos indicadores da variável *Extensão* nos quatros jornais em foco. De um ponto de vista geral, tanto os jornais portugueses como os chineses apresentaram maior valor percentual nas categorias de peças médias (com 3-7 parágrafos). No entanto, os jornais chineses salientaram-se no indicador “3-5 parágrafos”, uma vez que o OU MUN apresentou 63.4% deste tipo de peças médias e o Va Kio 60.2%, enquanto nos jornais de língua portuguesa este indicador não ultrapassou 44.9% no JTM e 45.9% no MH. Ao olharmos para a percentagem de peças pequenas (com 2-3 parágrafos), verificamos que os valores na imprensa chinesa foram mais elevados do que na imprensa portuguesa, enquanto o indicador das peças com mais de 7 parágrafos apresentou o resultado oposto. Em síntese, na cobertura da transferência de poderes de Macau, os jornais chineses utilizaram mais peças curtas e médias. Combinando o resultado da variável *Géneros*, podemos verificar que a cobertura dos jornais chineses privilegiou peças informativas relativamente curtas. Por outro lado, estes jornais não publicaram muitas "reportagens grandes" sobre os acontecimentos relacionados com este tópico. Esta característica pode ser explicada pela natureza semioficial dos jornais chineses estudados. A maior parte das suas peças foi proveniente da agência de notícias XINHUA e dos seus correspondentes especiais em Pequim, o que nos leva a concluir que as notícias regulares dos jornais chineses tendem a ser simples e concisas.

É de notar ainda que, dos quatros jornais em análise, o Va Kio foi o jornal que apresentou maior percentagem de peças curtas (24.5%) e o valor mais reduzido de peças extensas (1.1%). De forma inversa, o jornal MH foi o que mais privilegiou as peças grandes (12.9%), mas o que publicou a menor percentagem (3.9%) de peças curtas. No entanto, ao verificarmos o volume total de peças jornalísticas sobre a transição de Macau, podemos ver que o jornal Va Kio (665) apresentou mais peças do

que o MH (458), o que significa que este jornal publicou um grande número de peças, embora cada uma possuísse menor extensão. Ou seja, o Va Kio caracterizou-se pela fragmentação na sua cobertura do regresso de Macau em 1999. Quando relacionamos estes dados com os dados obtidos para a variável *Localização*, verificamos que quase metade destas peças fragmentadas surgiu na primeira página deste jornal. Embora estas peças proporcionassem uma experiência de leitura fragmentada, permitiram ainda assim que os leitores, ao entrar em contacto com o jornal pela primeira vez, adquirissem todas as informações importantes.

2.3 Valorização gráfica

A valorização gráfica é uma outra variável importante para aferir a relevância das peças apresentadas pelos jornais. A imagem, sobretudo a fotografia, desempenha um papel muito importante na imprensa. A fotografia parece poder registar o aspeto "real" do facto, de modo que os editores preferem usar a fotografia para provar a objetividade da estória noticiosa. Além de conferir credibilidade à notícia, a fotografia funciona também como instrumento para sublinhar e informar, permitindo que os leitores tenham uma compreensão intuitiva das informações. Neste caso, a utilização das fotografias torna o jornal mais "legível" e, ao mesmo tempo, valoriza as informações reportadas.

Variável	Evolução por Mês (%)												TOTAL (peças)	TOTAL (%)
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ		
Fotografia	6.6	6.5	9	7.8	9.6	7.2	6.3	7	6.7	7.4	7.9	18	1364	53.9
Infografia e Ilustração	2.7	8.1	2.7	13.5	5.4	0	2.7	21.6	10.8	0	2.7	29.7	37	1.5
Destaque	6	4	6.4	5.4	6	5.7	7.7	2.7	5	13.4	6	31.5	298	11.8
Não tem	7.6	5.8	9.6	9.1	10.3	8.3	6.6	7.7	6	6.4	7.9	14.7	832	32.9
Total													2531	100%

Tabela 7: Valorização gráfica

De acordo com os dados da tabela 7, o valor percentual do indicador “*Fotografia*” (53.9% - 1365 peças) representa mais de metade do total das unidades de redação, seguindo-se o indicador “*Destaque*” (11.8% - 298 peças), sendo as peças de infografia e ilustração menos usadas na cobertura da transição, ocorrendo apenas em 1.5% do total das peças analisadas. Na cobertura da transferência de poderes de Macau as peças sem o acompanhamento de qualquer tipo de ilustração fotográfica não excederam os 32.9%.

A “*Fotografia*”, sendo um dos elementos analisados que revela o investimento dos jornais, atingiu o valor máximo em dezembro (18%), muito por causa da cerimónia de *handover*, que decorreu no dia 20 deste mês. As várias atividades de despedida e as celebrações de todos os setores da sociedade de Macau levaram a que a percentagem do indicador “*Fotografia*” atingisse, durante este mês, o pico relativamente a todo o ano de 1999. Este resultado encontra-se em linha com os outros valores em análise em termos de relevância das peças, salientando ainda mais a posição proeminente de dezembro na cobertura jornalística.

Deve ainda notar-se o indicador “*Infografia e Ilustração*”. Os valores mais expressivos nesta categoria concentram-se nos meses de agosto (21.6%) e dezembro (29.7%). Esta valorização em agosto deve-se à formação do grupo do Chefe do Executivo da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM), sendo que, nas páginas dedicadas a este assunto, surgiram mais peças com infografias para apresentar a estrutura governamental da RAEM e as funções de cada cargo administrativo, cumprindo assim uma função ilustrativa.

Além disso, o indicador *Destaque*, um outro meio de auxílio ao discurso jornalístico, apresentou também o seu valor máximo em dezembro, com 31.5% do total, uma vez mais devido à cerimónia de *handover*. O segundo valor mais expressivo nesta categoria ocorreu em outubro (13.4%) e encontra-se relacionado com as visitas oficiais do Presidente da China, Jiang Zemin, a Portugal, e do Governador Rocha Vieira à UE, de forma a atrair os leitores para os objetivos e os percursos destas duas visitas.

2.3.1 Análise comparativa

Variável	JTM	MH	OU MUN	Va Kio
Fotografia	54.2	58.7	55.4	48.6
Infografia e Ilustração	1.4	1.5	0.9	2.1
Destaque	5.6	18.3	17.0	6.9
Não tem	38.8	21.4	26.7	42.4
Total (peças)	626	458	782	665

Tabela 8: Distribuição da variável “Valorização Gráfica” nos jornais analisados.

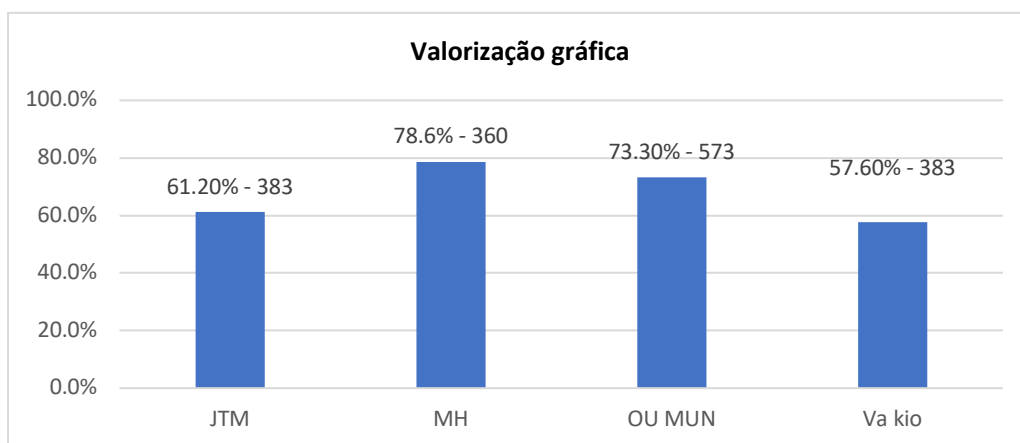


Gráfico 1: Indicadores somatórios da valorização gráfica

A tabela 8 mostra que o indicador “*Fotografia*” se encontra no lugar mais proeminente em todos os jornais analisados. Entre eles, há três órgãos de informação em que a fotografia foi utilizada em mais de metade das peças: MH (58.7% - 269 peças), OU MUN (55.4% - 433 peças), e JTM (54.3% - 339 peças). O jornal Va Kio apresentou uma porcentagem de apenas 48.6% (323 peças), inferior à dos outros jornais. Com base no Gráfico 1, verificamos que os indicadores somatórios de “*Fotografia*”, “*Infografia e Ilustração*” e “*Destaque*” revelam que o Va Kio foi a publicação com menor porcentagem de valorização gráfica (57.6%), não significando que este jornal conferisse às peças sobre a transferência da soberania menor visibilidade. Devido às características de fragmentação das suas peças jornalísticas, este jornal publicou mais peças informativas curtas e densas na sua capa, com menos fotografias e ilustrações.

Neste caso, verificamos serem necessárias mais variáveis de *Forma* para analisar as diferentes relevâncias da cobertura noticiosa da transição de Macau para a China em 1999.

2.4 Assinatura

Variável	Evolução por Mês (%)												TOTAL (peças)	TOTAL (%)
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ		
Assinada	7.5	6.5	10.7	8	10.2	6.5	8.9	7.1	6.3	7.8	5.6	12.4	798	31.5
Não tem	5.3	5.8	8	8	9	7.6	5.5	6.9	6.3	7.6	8.5	21.5	1733	68.5
Total													2531	100%

Tabela 9: Assinatura das peças

Relativamente à variável *Assinatura* (dados apresentados na tabela 9), as peças assinadas reuniram 31.5% (798 peças) do total das unidades de redação, enquanto as peças identificadas mas sem assinatura atingiram os 68.5% (1733 peças), o dobro do volume total das peças assinadas. A assinatura de um artigo representa a responsabilidade individual de um jornalista ao produzir notícias e textos de opinião. Em geral, podemos ver que os jornais locais não publicam muitas peças assinadas porque, por um lado, não existem muitas peças dos vários géneros de opinião e, por outro, os correspondentes dos jornais locais são poucos e a maior parte das peças informativas depende das agências noticiosas. Assim, podemos ver que o volume de peças assinadas é um dos indicadores importantes para avaliar o grau de envolvimento dos jornais nos acontecimentos.

Atendendo aos valores da tabela 9, o mês de dezembro (12.4% - 99 peças) reuniu o maior número de peças assinadas, seguindo-se março (10.7% - 85 peças) e maio (10.2% - 81 peças). Uma vez que ocorreram grandes eventos nestes três meses (a visita de Jorge Sampaio a Macau, a eleição do Chefe do Executivo da RAEM e a cerimónia de *handover*), os leitores sentiram maior necessidade de ler artigos explicativos ou análises de nível mais elevado.

É ainda de referir que também julho apresentou um valor percentual de peças assinadas mais expressivo (8.9% - 71 peças), o que significa que também durante este mês a cobertura jornalística incluiu mais peças da responsabilidade individual dos jornalistas, tais como editoriais ou artigos de opinião. Neste caso, precisaremos também de estudar, na variável *Géneros*, a evolução da publicação das peças dos géneros opinativos ao longo de 1999 a fim de verificar se os jornais investiram realmente mais na cobertura dos eventos decorrentes da transferência da soberania de Macau no mês de julho e explorar as razões para esse resultado.

Em resumo, através da análise da variável *Assinatura*, a categoria que revela a responsabilidade dos jornalistas nos conteúdos das peças e o grau de investimento dos jornais nos acontecimentos, e combinando esta análise com a das variáveis *Localização*, *Extensão* e *Valorização Gráfica*, verificamos que março, maio e dezembro foram os meses que apresentaram maior percentagem de peças assinadas, o que corresponde aos meses em que os quatro jornais estudados atribuíram mais espaço e mais visibilidade aos eventos relacionados com a transição de Macau para a China em 1999.

2.4.1 Análise comparativa

Iremos agora realizar a análise comparativa dos quatro jornais no contexto da variável *Assinatura*, de forma a determinar e comparar o investimento dos jornais nos acontecimentos relacionados com a Transferência de Poderes de Macau.

Variável	JTM	MH	OU MUN	Va Kio
Assinada	53	8.7	33.9	23.3
Não tem	46	91.3	66.1	76.7
Total (peças)	626	458	782	665

Tabela 10: Assinatura de peças jornalísticas nos jornais JTM, MH, OU MUN e Va Kio.

Os dados afetos à assinatura das peças (tabela 10) indicam que o jornal JTM foi a publicação com maior percentagem de peças assinadas (53% - 338 peças), seguindo-se os jornais OU MUN (33.9% - 265 peças) e VA KIO (23.3% - 155 peças). O MH foi o jornal que menos publicou peças assinadas (8.7% - 40 peças).

Dos órgãos de informação estudados, o JTM foi o jornal com maior número de peças assinadas, com mais textos de opinião assinados, nomeadamente na sua crónica fixa, “*Espaço de 1999*”, em que os comentadores regulares⁷ foram convidados, de segunda a sexta-feira, a partilhar as suas opiniões sobre os acontecimentos da transferência da soberania de Macau. Estas peças assinadas englobaram ainda uma crónica chamada “*O Quadrado*”, escrita por João Fernandes, publicada todos os dias na última página deste jornal. Por outro lado, comparando com o outro jornal de língua portuguesa, o MH, o jornal JTM publicou mais peças jornalísticas escritas por correspondentes especiais do jornal, enquanto a maioria das peças jornalísticas do MH teve origem na Agência LUSA. A jornalista Hilda IU do JTM, sendo uma correspondente especial que conhecia bem as línguas portuguesa e chinesa, publicou frequentemente notícias exclusivas sobre os assuntos chineses, nomeadamente uma reportagem especial de Pequim sobre o encontro entre o Presidente da China, Jiang Zemin, e o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Jaime Gama (21-5-1999, JTM). Segundo o ponto de vista de Estrela Serrano (Serrano: 2006: 315), na cobertura de temáticas políticas, as peças jornalísticas possuem mais credibilidade quando a responsabilidade é imputada a um autor. Verificamos, assim, que o JTM foi o jornal que mais investiu nos acontecimentos relacionados com a transferência de poderes de Macau.

Em contrapartida, o MH foi o jornal que menos privilegiou as peças assinadas, isto é, a maior parte das suas peças jornalísticas não foi redigida por um repórter que se encontrava no local, mas sim baseada em textos da Agência Lusa. A maioria das

⁷ Jorge Silva, jornalista da TDM – TV, escreveu neste espaço às segundas feiras; João Drago, editor do JTM, escreveu neste espaço às terça feira; Albano Martins, economista, escreveu neste espaço às quartas feiras, Agnes Lam Lok Fong, assistente da UM, escreveu neste espaço às quintas feiras; Luís Ortet, jornalista escreveu neste espaço às sexta feiras.

suas peças assinadas foi escrita por jornalistas da LUSA ou de outros órgãos de informação e publicada num espaço chamado “Crónicas lusitanas”. Este jornal publicou ainda alguns comentários anónimos numa crónica chamada “*Silhueta d’HOJE*”, cujo logotipo é a silhueta de uma pessoa com um grande ponto de interrogação.

No que concerne à imprensa chinesa, de acordo com os dados apresentados na tabela 10, o OU MUN foi o jornal que mais investiu na transferência de poderes de Macau. Comparando com o jornal Va Kio, o OU Mun demonstrou vantagem ao nível da percentagem de peças assinadas, sendo que a maioria foi redigida pelos seus próprios correspondentes especiais em Pequim. O jornal OU MUN, sendo o jornal chinês de maior tiragem em Macau, sentiu a necessidade de obter informações de Pequim em primeira mão, especialmente interpretações políticas, de forma a poder analisar diretamente as intenções do governo central da China. Essa procura informativa obrigou o jornal OU MUN a desenvolver uma estratégia que incluiu o envio de mais correspondentes especiais para Pequim com o intuito de aprofundar as reportagens de alguns acontecimentos significativos e suprimir lacunas informativas. Com esta estratégia, o jornal OU MUN tornou-se no único jornal de Macau com acesso direto às informações de Pequim, sem depender da Agência de Notícias XinHua ou de outras agências noticiosas oficiais da China, diferenciando-se dos seus concorrentes e consolidando a sua posição no mercado da imprensa de língua chinesa em Macau.

Devemos salientar ainda as características das peças assinadas dos jornais chineses. Importa sublinhar que a maioria das peças assinadas pertenceu ao género opinativo, tais como editoriais ou crónicas, e foi assinada de modo coletivo e com pseudónimo. Por exemplo, o editorial do OU MUN foi assinado com o nome coletivo “XIA YUN” (Agricultura de Verão), enquanto as peças editoriais do jornal VA Kio usaram a assinatura “NAN YANG” (Sol do Sul). Devido à natureza semioficial dos OU MUN e VA KIO, a assinatura coletiva dos editoriais ou de algumas crónicas tornou-se uma característica dos jornais chineses de Macau. Por isso, estas assinaturas coletivas não representaram apenas a posição própria do jornal, mas também a posição oficial da China.

3 Géneros

A variável *Géneros jornalísticos* é um elemento importante para a análise dos padrões jornalísticos da cobertura da questão de Macau. Já analisámos, através do estudo estatístico das variáveis, a relevância conferida à informação relativa à transferência da soberania de Macau, incluindo o espaço e a visibilidade concedidos por cada jornal a este assunto. Iremos agora estudar a outra variável de *Forma – Géneros jornalísticos*. Por um lado, iremos identificar quais os géneros mais utilizados na cobertura da questão de Macau e, por outro, através do estudo estatístico dos géneros opinativos, comparar o envolvimento dos diferentes jornais nos acontecimentos.

Sintetizámos sete géneros jornalísticos, que se encontram identificados na tabela 11. No processo de classificação iremos ter em consideração as características próprias dos jornais portugueses e chineses e as suas diferentes definições para os géneros jornalísticos. Por exemplo, o editorial apresenta definição e forma diferentes nas imprensas portuguesa e chinesa. Para a imprensa chinesa de Macau, devido à sua natureza semioficial, o “EDITORIAL” é um artigo de comentário dos tópicos políticos importantes, o seu estilo é extremamente sério, e é escrito coletivamente pela equipa de redação, representando as opiniões coletivas da redação. Em termos gerais, a linha de edição corresponde à posição oficial do governo central da China e apenas é publicado quando há grandes eventos políticos. Entre os jornais chineses locais, apenas o jornal OU MUN publicou este tipo de “EDITORIAL”, e apenas três vezes ao longo de 1999: no dia da eleição do primeiro Chefe do Executivo da RAEM (dia 15 em maio), na véspera da cerimónia de *handeover* (dia 19 em dezembro) e na entrada da guarnição militar em Macau (dia 20 em dezembro).

Embora este tipo de artigo seja classificado como editorial na imprensa chinesa, este não corresponde ao mesmo género jornalístico do editorial da imprensa portuguesa. Existe, porém, uma crónica especial nos jornais chineses que desempenha a mesma função do editorial dos jornais portugueses, e esta crónica

chama-se “XIN WEN XIAO YU” no jornal OU MUN e “JIAN WEN SAN JI” no jornal Va Kio. Nestas duas crónicas especiais são publicados diariamente artigos opinativos escritos pelos editorialistas dos jornais. Por outras palavras, embora estas duas crónicas especiais não sejam chamadas “Editorial” nos jornais chineses, representam o mesmo género jornalístico dos editoriais publicados nos jornais portugueses. Sendo, portanto, passíveis de serem analisadas com os mesmos critérios, codificámos estas duas crónicas especiais na categoria “*Editorial*”.

Género	Evolução por Mês (%)												TOTAL (peças)	TOTAL (%)
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ		
Notícia	5.8	5.4	8.4	7.7	10.0	7.3	5.9	6.7	6.7	8.0	8.4	19.7	1849	73.1
Entrevista	10.2	8.2	14.3	12.2	4.1	0	16.3	6.1	4.1	2.0	6.1	16.3	49	1.9
Reportagem	11.1	8.7	9.5	8.3	6.3	5.6	5.2	8.7	6.3	6.3	5.2	18.7	252	10
Crónica	7.4	8.1	9.4	8.1	11.4	10.1	10.1	9.4	2.7	10.1	6.0	7.4	149	5.9
Editorial	7.2	6.6	9.9	8.6	7.2	7.9	9.2	5.3	7.2	5.9	7.2	17.8	152	6
Artigo de opinião	9.5	4.8	11.9	9.5	7.1	7.1	9.5	9.5	9.5	0	2.4	19.0	42	1.7
Discurso	17.2	10.3	3.4	10.3	10.3	10.3	6.9	3.4	0	10.3	0	17.2	29	1.1
Outros	0	0	22.2	11.1	0	22.2	0	11.1	0	22.2	0	11.1	9	0.4
Total													2531	100%

Tabela 11: Evolução da variável Géneros jornalísticos

A tabela 11 reflete a distribuição das peças analisadas por géneros tradicionais. Segundo os dados desta tabela, podemos verificar que a notícia foi o indicador mais representativo da variável *Géneros*, reunindo 73.1% (1849 peças) do total das unidades de redação, seguindo-se o género “*Reportagem*”, com 10% (252 peças). O indicador “*Editorial*” (6% - 152 peças) apresentou valores muito próximos do indicador “*Crónica*” (5.9% -149 peças), e os restantes géneros jornalísticos (*Entrevista*, *Artigo de opinião* e *Discurso*) obtiveram um valor inferior a 2% por categoria.

Salienta-se que a distância entre a *Notícia* e os outros géneros jornalísticos foi bastante grande. Os valores obtidos nas categorias dos géneros opinativos

(*Editorial, Crónica e Artigo de Opinião*) atingiram um total de 13.6% (343 peças) das peças analisadas. Se a estes valores forem adicionados os valores encontrados para a *Reportagem* (10% - 252 peças), chegamos a 23.6% das peças, um valor ainda bastante distante do das peças do género *Notícias* (73.1% - 1849 peças). A partir desta leitura é fácil deduzir que os jornais analisados apresentaram mais peças de estilos descritivo e narrativo do que de estilos interpretativo e explicativo no decorrer da cobertura da transferência de poderes de Macau.

Por norma, o estilo das peças jornalísticas não pode ser avaliado apenas pelo número de peças de opinião, uma vez que a *Reportagem* é um género jornalístico que combina a descrição e a interpretação. Embora o género opinativo apresente um valor baixo devido à prevalência do estilo interpretativo na categoria *Reportagem*, o número de peças aumenta se considerarmos a *Reportagem* em ambos os estilos interpretativo e explicativo. No entanto, no presente trabalho, devido à grande distância dos resultados estatísticos entre *Notícia* e outros géneros jornalísticos, podemos concluir que a maioria das peças analisadas se integra nos estilos descritivo e narrativo, enquanto as peças de interpretação e dos géneros opinativos foram secundarizadas na cobertura da transição de Macau para a China.

Relativamente à diferença entres os géneros opinativos, segundo a tabela 11, os géneros *Editorial* (6%) e *Crónica* (5.9%) apresentaram maior número de peças do que o género *Artigos de opinião* (1.7%). Estes dados permitem retirar a ilação de que houve um maior envolvimento interno na cobertura da questão de Macau. Esta inferência é deduzida com base da teoria de Charaudeau (1997), que considera que o editorial e a crónica representam o grau máximo de envolvimento interno de um órgão de informação numa cobertura, isto é, do envolvimento da direção do jornal, sendo que para outros artigos de opinião, nomeadamente a coluna de opinião, existe um maior envolvimento externo. Embora com um modelo enunciativo diferente, em termos gerais os géneros opinativos refletem um grau de envolvimento do jornal no acontecimento. Assim, iremos analisar em seguida a distribuição dos géneros opinativos através do estudo da sua evolução ao longo de 1999, para verificarmos se os períodos com maior envolvimento das instâncias de enunciação dos jornais são

coincidentes com os períodos com mais relevância conferida à informação. Iremos também verificar os indicadores dos géneros opinativos por jornal, de forma a identificar qual o jornal com maior envolvimento na cobertura do regresso de Macau em 1999.

3.1 Distribuição dos géneros opinativos

Variável	Evolução por Mês (%)												TOTAL (peças)	TOTAL (%)
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ		
Géneros de opinião	7.6	7	9.9	8.5	9	8.7	9.6	7.6	5.5	7	6.1	13.4	343	13.6%
Total													2531	100%

Tabela 12: Evolução dos géneros opinativos (somatório dos indicadores Editorial, Crónica e Artigos de opinião)

Na tabela 11 podemos ver que dezembro foi o mês em que todas as categorias dos géneros de opinião atingiram percentagens mais elevadas ao longo do ano de 1999. Estes resultados correspondem à evolução das outras variáveis de Formas, para as quais dezembro foi também o mês mais proeminente em termos da relevância conferida às peças jornalísticas sobre a transferência de poderes de Macau.

A análise das peças jornalísticas que se enquadram nos géneros opinativos é de grande importância para o presente trabalho pois permite determinar o grau de intervenção dos jornais nos acontecimentos. Atendendo aos dados da tabela 12, a percentagem de peças dos géneros de opinião foi mais elevada em dezembro (13.4%), o que indica que este mês apresentou o grau máximo de intervenção da imprensa de Macau nos acontecimentos da transição de Macau para a China. Assim, podemos obter uma relação de correspondência entre a relevância das peças e o grau da intervenção dos jornais nos acontecimentos.

Ao observarmos a evolução dos vários indicadores dos géneros opinativos nos outros meses de 1999, podemos concluir que as peças de opinião (Editoriais, Crónicas e Artigos de opinião), atingiram também percentagens elevadas em março (9.9%), julho (9.6%) e maio (9%), o que indica que durante estes quatro meses de 1999

se praticou um jornalismo mais interventivo. Assim, verificamos que, relativamente à relevância da cobertura da transferência de poderes de Macau, os meses que apresentaram resultados mais elevados coincidiram com os meses em que os jornais revelaram maior envolvimento nos acontecimentos, ou seja, março, maio e dezembro.

A exceção corresponde ao mês de julho, pois embora este não seja um mês particularmente relevante, apresenta valores significativos nos indicadores dos géneros opinativos, ou seja, demonstrou maior envolvimento da instância de enunciação dos jornais. Isto porque, embora em julho não tenha havido nenhum “grande acontecimento” relativo à transferência de poderes de Macau, surgiram algumas disputas sobre as questões da transição que levaram os jornais a publicar mais textos de opinião para expressar as suas posições. Este resultado também coincide com os dados obtidos para a variável *Assinatura*, que mostraram que houve um maior volume de peças assinadas em julho.

Como julho foi um mês crucial para as negociações relativas aos assuntos da transição ainda não resolvidos, surgiram muitas disputas nesse período. No início do mês, por exemplo, a questão dos custos do local temporário para a cerimónia de despedida causou muitas divergências entre as duas comunidades de Macau. Questões relacionadas com a instalação de instituições governamentais também levantaram algumas vozes críticas nas peças de opinião, ainda que neste caso não tenha havido progressos substanciais.

Em resumo, embora não se tivessem realizado grandes eventos relacionados com a transição, tais como a visita do presidente Jorge Sampaio a Macau (março) ou a eleição do Chefe do Executivo da RAEM (maio), o mês de julho acabou por ser um mês proeminente em termos de relevância das peças de opinião devido a disputas frequentes relacionadas com assuntos da transição, que fizeram com que, dentro dos Géneros Opinativos, este mês apresentasse valores percentuais expressivos.

3.2 Análise comparativa

No estudo comparativo da variável *Generos jornalísticos*, continuamos a privilegiar os dados dos géneros opinativos com o objectivo de determinar e comparar o grau de envolvimento dos jornais analisados nos acontecimentos da transferência de poderes de Macau de 1999.

Variável	JTM	MH	OU MUN	Va Kio
Notícia	59.3	83.4	74.6	77.1
Entrevista	4.6	1.3	0.8	1.2
Reportagem	7.8	10.0	14.8	6.2
Crónica	16.3	2.2	0.8	4.7
Editorial	9.4	1.5	5.2	6.8
Artigo de opinião	0.5	1.3	2.9	1.5
Discurso	1.0	0	0.8	2.6
Outros	1.1	0.2	0.1	0.0
Total (peças)	626	458	782	665

Tabela 13: Distribuição da variável Géneros jornalísticos.

Atendendo aos dados da tabela 13, podemos observar que a notícia foi o género mais utilizado por todos os jornais no tratamento jornalístico da questão de Macau. Dos quatros jornais estudados, o MH foi a publicação com maior percentagem no indicador Notícia (83.4%), seguindo-se o OU MUN (74.6%) e o VA KIO (77.1%). O JTM apresentou uma considerável discrepância relativamente aos outros três jornais, com apenas 59.3% neste indicador. Sendo as notícias um relato “factual” do acontecimento, podemos deduzir que os modelos descritivo e narrativo, sem a introdução de elementos de interpretação ou explicação, foram os predominantes no tratamento jornalístico do regresso de Macau pelos jornais MH, OU MUN e VA KIO.

No que concerne ao indicador *Reportagem*, textos que relacionam factos com a sua interpretação, o OU MUN foi o diário que apresentou maior percentagem de reportagens, com 16.8%, seguindo-se o MH, com 10%, enquanto os jornais JTM (7.8%) e Va Kio (6.2%) apresentaram valores relativamente baixos. Deve notar-se que, embora o MH e o OU MUN tenham atingido valores muito próximos no género *Reportagem*, estes dois jornais apresentaram uma grande diferença nos indicadores

de peças assinadas. Como se pode ver na tabela 10, a percentagem de peças assinadas foi de 33.9% do número total de peças do jornal OU MUN, enquanto no jornal MH foram encontradas apenas 8.7%. Esta diferença está relacionada com a origem das peças jornalísticas, uma vez que a maioria das reportagens do jornal MH foi proveniente da agência LUSA. Pelo contrário, a maioria das reportagens do jornal OU MUN foi da autoria de repórteres que se encontravam no local e presenciaram o acontecimento que relataram. Quanto às entrevistas, o jornal JTM predominou neste indicador (4.6%), enquanto os restantes jornais analisados apresentaram valores semelhantes nesta categoria (MH com 1.3%, Va Kio com 1.2%, e OU MUN com 0.8%).

Como foi anteriormente referido, no domínio da análise comparativa, os géneros opinativos são um elemento importante que releva o envolvimento máximo dos jornais no acontecimento.

Com base na tabela 13, o JTM foi o órgão de informação que mais editoriais dedicou à transferência de poderes de Macau de 1999, reunindo 9.4% das peças, seguindo-se o VA Kio (6.8%) e o OU MUN (5.2%). O jornal MH foi o órgão que menos utilizou o editorial (1.5%). Relativamente à Crónica, o investimento do JTM foi superior ao dos outros três jornais, com 16.3%, um valor bastante distante das percentagens evidenciadas pelos jornais Va Kio (4.7%), MH (2.2%) e OU MUN (0.8%).

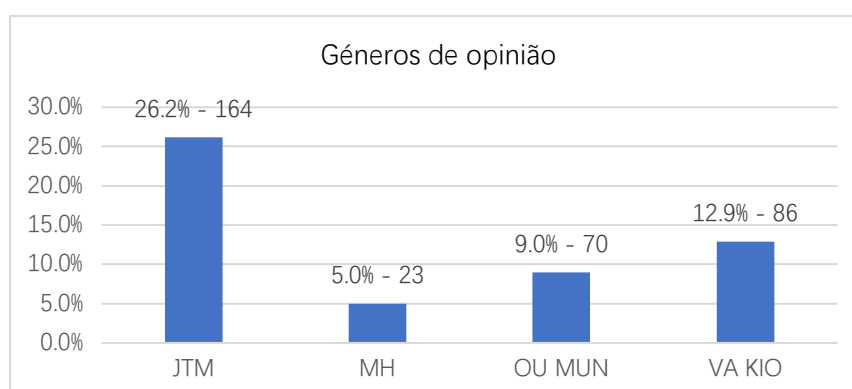


Gráfico 2: Géneros de opinião

Quanto às estatísticas das peças dos géneros opinativos (somatório dos indicadores Editorial, Crónica e artigo de opinião), o Gráfico 2 indica que o JTM foi a publicação com maior percentagem de textos opinativos (26.2%) e que o jornal MH

(5%) apresentou o menor número de peças deste género. A diferença entre os textos de opinião dos dois jornais chineses é relativamente pequena, sendo de 9% no jornal OU MUN e de 12.9% no jornal Va Kio.

Relativamente aos vários géneros de opinião, Charaudeau (1997) declara que os editoriais e as crónicas são os modelos de maior envolvimento do jornal no acontecimento, uma vez que são da responsabilidade da direcção do jornal. Por outro lado, os artigos de opinião são da responsabilidade dos colaboradores ou dos membros da redacção. Com base nos resultados estatísticos, podemos verificar que o JTM foi o jornal que publicou o maior número de peças assinadas do modelo interpretativo, tendo sido o jornal que revelou um grau mais elevado de intervenção nos acontecimentos da transferência de poderes de Macau de 1999.

No que respeita ao indicador *Discurso*, a tabela 13 mostra que, em geral, os valores desta categoria foram superiores nos jornais chineses do que nos jornais portugueses, o que se enquadra na natureza semioficial dos jornais chineses estudados. Embora o OU MUN e o Va Kio não fossem jornais oficiais do governo central da China, uma vez que a sua liderança era composta por elites chinesas de Macau pró-Pequim, estes assumiram um certo papel na propaganda das políticas e posições do governo chinês. Assim, na cobertura da transferência da soberania de Macau foram publicados nos jornais chineses mais discursos originais dos líderes do estado chinês, incluindo as declarações sobre os focos do trabalho governamental no ano de 1999 e o significado histórico e político do regresso de Macau.

Em resumo, com a análise da variável *Géneros jornalísticos* e das variáveis de relevância podemos concluir que o jornal JTM não só foi o órgão de informação que mais espaço e visibilidade concedeu aos eventos do regresso de Macau, como também foi o jornal que demonstrou maior envolvimento no acontecimento.

4. Tema

Com base nas variáveis de *Forma*, nesta secção iremos identificar os temas da transferência de poderes de Macau de 1999 mais focados pelos quatro jornais em

análise e estudar a sua evolução ao longo de todo ano. Com base na análise comparativa, pretendemos ainda reflectir sobre a diferença de foco entre os jornais portugueses e chineses.

Como foi referido na parte teórica do presente trabalho, a variável *Tema* adquire importância fundamental no estudo dos enquadramentos jornalísticos, pois é através destes enquadramentos que o significado social é construído, permitindo interpretar os fenómenos e eventos sociais na cobertura mediática. O processo de construção dos enquadramentos permite reconstruir as realidades objetivas, ou seja, em termos jornalísticos, o enquadramento mostra como os media reproduzem as realidades com factos de dimensões múltiplas. Nos processos de transformação e reprodução da realidade, o enquadramento seleciona o conteúdo principal, determinando o tema da cobertura jornalística. Desta forma, a análise quantitativa dos temas das peças pode ajudar-nos a obter uma ideia geral sobre a seleção dos enquadramentos. Adicionalmente, na parte qualitativa do trabalho, iremos explorar os significados construídos pelos enquadramentos através da análise do discurso dos principais temas da cobertura.

Vamos agora observar a distribuição geral dos indicadores da variável *Tema* nos quatro jornais em análise e a sua evolução ao longo do ano de 1999.

Tema	Evolução por Mês (%)												TOTAL (peças)	TOTAL (%)
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ		
Cerimónia	1.3	3.9	3.9	0	2.6	7.1	1.9	5.8	4.5	7.1	7.8	53.9	154	6.1
Justiça e Direito	5	1.9	5.7	6.1	3.4	8.4	11.1	14.1	6.9	12.2	9.5	15.6	262	10.4
Administração portuguesa	4.3	5.9	15.1	7.6	5.4	12.4	8.6	2.7	2.7	4.3	6.5	24.3	185	7.3
Assuntos da transição	13.5	9.4	10.7	7.5	6.9	4.7	8.8	8.2	5	3.4	7.8	14.1	319	12.6
Preparação da RAEM	6.5	8.3	8	5	7.4	10.4	8.6	10.7	13	5.3	6.5	10.4	338	13.4
Guarnição militar	8	0	7.1	5.4	11.6	7.1	1.8	3.6	0.9	10.7	1.4	30.4	112	4.4
Eleição do Chefe do Executivo da RAEM	10.3	7.6	30	43	0.4	0	0.9	0	0	0	0	0	223	8.8
Economia	3.7	6.7	6.7	11.9	7.5	6	6.7	11.2	9	8.2	11.9	10.4	134	5.3

Portugalidade	4.3	6	11.1	2.6	4,3	16.2	8.5	0.9	5.1	13.7	3.4	23.9	117	4.6
Celebração	1.1	3.9	11.2	5.1	1.1	1.7	5.1	3.9	10.1	7.9	11.2	37.6	178	7.0
Contactos com a China continental	11.9	4.6	8.6	6	7.3	9.9	11.3	13.9	7.3	6	9.3	4	151	6.0
Sentimentos	9.9	9.2	4.9	7.7	4.9	7.7	2.8	2.8	6.3	9.9	5.6	28.2	142	5.6
Intercâmbios luso-chineses	2.8	7.7	16.1	4.2	11.2	7.7	4.2	0.7	4.9	21.7	7.7	11.2	143	5.6
Questão de Taiwan	7.1	0	2.4	9.5	0	0	0	14.3	14.3	14.3	2.4	35.7	42.0	1.7
Outros	3.2	3.2	6.5	3.2	22.6	6.5	12.9	6.5	0	3.2	22.6	9.7	31	1.2
Total													2531	100%

Tabela 14: Distribuição da variável Tema.

A tabela 14 permite-nos analisar a distribuição dos indicadores de *Tema*. Nos quatro jornais em análise, a cobertura da transferência de poderes de Macau focalizou-se sobretudo nos temas afetos à *Preparação da Região de Administração Especial de Macau* (13.4% - 338 peças), aos *Assuntos da transição* (12.6% - 319 peças), à *Justiça e Direito* (10.4% - 262 peças) e à *Eleição do Chefe do Executivo da RAEM* (8.8% - 223 peças). Estes quatro temas com maiores valores percentuais serão tratados como os temas principais da cobertura da transição de Macau em 1999, sendo, como tal, os principais objetos da análise do discurso do estudo qualitativo do presente trabalho.

Relativamente à evolução da distribuição dos temas ao longo do ano de 1999, a tabela 14 mostra-nos que a maioria dos temas alcançou o seu pico em dezembro, e que, exceto neste mês especial, a evolução dos temas não segue regras de crescimento ou diminuição gradual ao longo do ano.

O pico da maioria dos temas centrou-se em dezembro, o mês em que se realizou a cerimónia de *Handover*. No entanto, embora quase todos os temas tivessem apresentado um valor proeminente em dezembro, a diferença entre dezembro e os outros meses não é a mesma para cada tema. De entre todos os temas, o tema *Cerimónia* foi o mais proeminente, com 53.9% do total dos indicadores de *Temas* em dezembro, ou seja, mais de metade de todos os meses em conjunto. Além disso, os temas *Celebração* (37.6%) e *Questão de Taiwan* (35.7%) também apresentaram valores altamente concentrados no último mês do ano do regresso de

Macau. Por outras palavras, estes três temas receberam menos atenção nos outros meses de 1999.

Vamos agora analisar os temas que não apresentaram um valor proeminente em dezembro. Um destes temas é a *Preparação da RAEM*: a sua distribuição ao longo de 1999 dependeu da ocorrência dos eventos mais importantes do processo de preparação do novo governo. O valor percentual do tema *Preparação da RAEM* foi mais elevado em Agosto, com 10.7%, uma vez que a formação do grupo do Chefe do Executivo da RAEM decorreu neste mês. Seguem-se junho e dezembro, meses em que se realizaram a reunião da Comissão de Preparação e a cerimónia de *handover*, ambas com 10.4%. O tema *Intercâmbios luso-chineses* também não obteve o seu valor mais elevado em dezembro. Para este tema, os meses de outubro (21.7%) e março (16.1%) foram os mais relevantes, pois foi nestes meses que os líderes de Portugal e da China se deslocaram em visita oficial aos países dos seus congéneres.

Devemos também salientar que a evolução da distribuição não revela qualquer regra de crescimento gradual, mas que alguns “grandes eventos” especiais alteraram a tendência num determinado período. Por exemplo, o valor percentual do tema *Eleição do Chefe do Executivo* aumentou consideravelmente nos meses de abril e maio, com 30% e 43% respetivamente. Porém, depois de a campanha para a eleição ter terminado, no dia 20 de maio, a atenção prestada a este tema foi consideravelmente reduzida.

O tema *Assuntos da Transição* também não apresentou uma tendência definida ao longo do ano. Aqui os valores percentuais atingiram o máximo no início e no fim do ano de 1999, com 13.5% em janeiro e 14.1% em dezembro. Os restantes meses permaneceram numa tendência relativamente estável. Estes valores deveram-se à pressão da entrada no último ano da transição (janeiro), nomeadamente aos assuntos da transição não resolvidos até ao momento e às questões relacionadas com a continuidade da presença portuguesa em Macau após 1999. A discussão sobre, e a atenção prestada a estes assuntos atingiu neste mês o seu ponto alto, sendo que, à medida que as negociações bilaterais progrediram, a percentagem de peças sobre este tema revelou uma tendência estável. Na realidade, esta tendência relativamente

suave deveu-se a um certo período de estagnação na solução dos problemas. Só em dezembro, na véspera da cerimónia de *handover*, os assuntos da transição ficaram totalmente resolvidos. Alguns assuntos da transição, tais como a regulamentação do estatuto oficial das línguas portuguesa e chinesa, o contrato de CTM e algumas questões relacionadas com os quadros governamentais, foram foco de atenção na véspera da cerimónia. Por estes motivos a evolução do tema *Assuntos da Transição* apresentou valores mais altos nas duas extremidades (janeiro e dezembro) e valores relativamente baixos ao longo dos restantes meses (os meses intermédios).

Outros temas se destacaram também em um ou mais meses. O tema *Portugalidade* destacou-se em dezembro (23.9%), mas também em junho (16.2%), pois tratou-se da última vez em que o Dia de Camões foi feriado oficial em Macau. Realizaram-se uma série de atividades comemorativas na comunidade portuguesa de Macau, como a cerimónia de condecoração, que atribuíram ao tema *Portugalidade* maior relevância durante este mês. O tema *Questão de Taiwan* também apresentou valores elevados em determinados meses para além de dezembro. No final de julho o ex-presidente de Taiwan, Lee Teng-hui, deu uma entrevista a um repórter alemão, na qual se referiu às ligações com a China continental como relações de “Nação para Nação”, o que causou uma polémica generalizada nos meses seguintes. Assim, para além do mês de dezembro, o período entre Agosto e Outubro tornou-se um período de grande proeminência para este tema.

4.1 Análise comparativa

Como já foi referido, os padrões jornalísticos foram divididos em três grupos: *Forma*, *Conteúdo* e *Discurso*. Uma vez que os jornais de uma mesma comunidade possuem a mesma cognição subjetiva, o método da conjugação dos jornais da mesma comunidade foi aplicado na realização da análise comparativa dos padrões de *Conteúdo* e *Discurso*, com o objectivo de identificar o significado da construção das realidades sociais nas imprensas portuguesa e chinesa de Macau. Assim, iremos

realizar o estudo comparativo das variáveis *Tema*, *Ator*, *Tom* e *Fontes* na “imprensa portuguesa” (JTM e MH) e na “imprensa chinesa” (OU MUN e VA KIO).

Variável	JTM & MH	OU MUN & Va Kio
Cerimónia	7.0	5.4
Justiça e Direito	12.0	9.1
Administração Portuguesa	8.8	6.2
Assuntos da Transição	11.9	13.1
Preparação da RAEM	10.9	15.2
Guarnição militar	5.0	4.0
Eleição do Chefe do Executivo da RAEM	7.3	10.0
Economia	5.3	5.3
Portugalidade	8.2	1.9
Celebração	2.2	10.6
Contactos com a China continental	2.7	8.4
Sentimentos	8.4	3.5
Intercâmbios luso-chineses	8.2	3.7
Questão de Taiwan	0.5	2.6
Outros	1.8	0.8
Total (peças)	1084	1447

Tabela 15: Variável Tema na imprensa portuguesa (JTM e MH) e na imprensa chinesa (OU MUN e VA KIO)

Ao analisarmos a tabela 15 rapidamente verificamos que os temas com valores percentuais mais elevados tanto na imprensa portuguesa, como na imprensa chinesa foram *Justiça e Direito*, *Assuntos da Transição*, *Preparação da RAEM* (Região de Administração Especial de Macau) e *Eleição do Chefe do Executivo da RAEM*, sendo que estes temas correspondem aos temas principais do estudo anterior. Estes quatro temas principais, juntamente com o tema específico da transferência de poderes de Macau - *Cerimónia*, serão os objetos de estudo da análise qualitativa do presente trabalho.

A *Preparação da RAEM* foi o tema predominante na imprensa chinesa de Macau, com 15.2%. Os jornais de língua chinesa seguiram de muito perto o processo de criação da RAEM, incluindo as reuniões da Comissão de Preparação e as decisões tomadas, bem como os eventos importantes do período de preparação, esforçando-se para transmitir ao público uma imagem positiva do novo governo.

Na imprensa portuguesa, o tema *Justiça e Direito* foi o que teve maior percentagem de peças jornalísticas publicadas, com 12%. Os jornais portugueses deram primazia à continuidade dos legados portugueses em Macau após o seu regresso à China, nomeadamente aos direitos e liberdades, que, para os portugueses, eram de grande relevância. Os legados portugueses abrangiam também a cultura portuguesa, incluída no tema *Portugalidade* (8.2%), que apresentou também um valor elevado na imprensa portuguesa. O tema *“Assuntos da Transição”* obteve o segundo valor mais expressivo, tanto na imprensa portuguesa (13.1%), como na imprensa chinesa (11.9%), o que indica que a importância deste tema foi transversal aos jornais das duas comunidades.

Iremos em seguida analisar as diferenças entre as imprensas portuguesa e chinesa. Os temas com maiores diferenças percentuais foram: *“Celebração”* (2.2% em jornais portugueses e 10.6% em jornais chineses) e *“Portugalidade”* (8.2% em jornais portugueses e 1.9 % em jornais chineses). Os temas *“Contactos com a China continental”*, *“Sentimentos”*, *“Intercâmbios luso-chineses”* e *“Preparação da RAEM”*, também apresentaram valores percentuais bastante diferentes nos jornais chineses e portugueses. Estes resultados levam-nos a crer que temas particularmente interessantes para uma comunidade foram menos importantes para a outra. Os temas *“Celebração”* e *“Contactos com a China continental”*, por exemplo, foram principalmente direcionados para a comunidade chinesa, enquanto o tema *“Portugalidade”* despertou especial interesse no seio da comunidade portuguesa.

Estas disparidades na relevância dos temas nos jornais chineses e portugueses de Macau estão relacionadas com a identidade nacional de cada comunidade e o contexto político e cultural dos dois países. Por exemplo, para o tema *“Sentimentos”*, o valor apresentado na imprensa portuguesa é de 8.4%, enquanto na

imprensa chinesa é de apenas 3.5%. Devido às emoções da despedida e à incerteza sentida pela comunidade portuguesa de Macau, os jornais portugueses prestaram mais atenção aos sentimentos dos portugueses que enfrentaram a transferência de poderes de Macau. Nas vésperas da cerimónia de *handover*, os jornais portugueses convidaram algumas figuras-chave a olhar retrospectivamente os 12 anos do período de transição e a partilhar as suas opiniões sobre o futuro de Macau. Em contrapartida, os jornais chineses publicaram poucos artigos deste género, e apenas algumas peças especiais discutiram "o sentimento" ou conteúdos relacionados com sentimentos face ao regresso de Macau, mas sempre em partes suplementares de peças dedicadas a outros temas.

Por outro lado, o indicador "*Intercâmbios luso-chineses*" apresentou também uma diferença grande entre os jornais de línguas portuguesa e chinesa, registando 8.2% na imprensa portuguesa e 3.7% na imprensa chinesa. Com a resolução da "Questão de Macau" e o fim da história da administração portuguesa de Macau, no último ano da transição os articulistas portugueses começaram a transferir o seu olhar de Macau para a China, especialmente no que respeita às relações sino-portuguesas após 1999. Por isso, já com os olhos voltados para o desenvolvimento nacional e para uma estratégia diplomática para o futuro, os jornais da comunidade portuguesa publicaram mais artigos sobre os intercâmbios entre os líderes dos dois países.

Por fim, iremos explorar a distribuição do tema "*Preparação da RAEM*", que apresentou uma diferença considerável nos valores percentuais entre os jornais chineses e os portugueses, com 15.2 % e 10.9% das peças, respetivamente. Embora este tema também tivesse apresentado um valor significativo na imprensa portuguesa, ficando em terceiro lugar, a imprensa chinesa privilegiou a "*Preparação da RAEM*", demonstrando que esta foi uma questão muito mais importante para a comunidade chinesa do que para a comunidade portuguesa de Macau. Por outro lado, estes valores mostram que a distribuição dos temas principais na imprensa portuguesa foi mais dispersa. Verificamos, no entanto, que os três temas principais da imprensa portuguesa apresentaram valores percentuais muito próximos, ou seja, 12% para *Justiça e Direito*, 11.9% para *Assuntos da Transição*, e 10.9% para *Preparação da RAEM*.

5. Ator

A variável “Ator”, sendo parte de *Conteúdo*, é um elemento importante no estudo dos padrões jornalísticos, pois visa identificar os protagonistas e as instituições envolvidos nas peças em análise. Através da determinação do número de referências aos atores nos títulos e nos *leads*, pretende-se aferir quais os atores mais mencionados na cobertura da transferência de poderes de Macau em 1999. De forma a sistematizar as referências aos vários atores, dividimos os critérios de análise da variável “Ator” em três grupos: *Protagonistas*, *Instituições*, e *Atores Coletivos*. Ao mesmo tempo, à semelhança da análise realizada para a variável *Tema*, juntaremos os dois jornais da mesma comunidade para realizar o estudo comparativo.

5.1 Protagonistas

Após a leitura das peças em análise, selecionámos os 14 intervenientes mais referidos na cobertura da transferência de poderes de Macau em 1999 e obtivemos os seguintes resultados estatísticos:

Variável	JTM & MH	OU MUN & Va Kio	Total
Rocha Vieira	9.8	5.7	7.5
Edmund Ho	7.2	7.2	7.2
Jorge Sampaio	3.8	2.6	3.1
Jiang Zemin	1.9	2.2	2.1
Tang Jiaxuan	0.4	0.6	0.5
Jaime Gama	1.2	0.7	0.9
Qian Qichen	1.5	2.0	1.8
Jorge Rangel	1.4	1.2	1.3
Ma Man-kei	0.6	1.4	1.0
Stanley Ho	0.7	0.5	0.6
Wang Qiren	0.6	1.8	1.3

Leonel Alves	0.8	0.1	0.4
Anabela Ritchie	1.0	0.3	0.6
Stanley Au	1.0	1.3	1.3
<i>Protagonistas</i>	<i>31.8</i>	<i>27.5</i>	<i>29.4</i>
Total (peças)	1084	1447	2531

Tabela 16: Protagonistas mais referidos nos jornais de língua portuguesa (JTM e MH) e língua chinesa (OU MUN, VA KIO)

Atendendo aos dados da Tabela 16, os protagonistas mais referenciados na cobertura da transferência de poderes de Macau foram personalidades políticas ou governamentais. Entre eles, o governador de Macau - Rocha Vieira, o Chefe do Executivo da RAEM - Edmund Ho, e os presidentes de Portugal e da China, Jorge Sampaio e Jiang Zemin, respetivamente, foram os quatros protagonistas com maior prevalência tanto na imprensa portuguesa, como na imprensa chinesa, Serão, assim, tratados como “Atores Principais” do nosso trabalho, em oposição aos atores com menos intensidade mediática, “Atores Secundários”, na cobertura da transição de Macau para a China.

No grupo atores principais, o governador Rocha Vieira teve maior protagonismo nas peças jornalísticas portuguesas, com 9.8%, ocupando, porém, uma posição secundária na imprensa chinesa, com 5.7%. Em contrapartida, Edmund Ho, o chefe do Executivo da RAEM, obteve maior protagonismo na imprensa chinesa, com 7.2%, sendo porém, com os mesmos 7.2%, o segundo mais relevante na imprensa portuguesa. Os presidentes Jorge Sampaio e Jlang Zemin, embora também atores principais, revelaram uma diferença clara em termos de menções na imprensa relativamente aos dois primeiros protagonistas. Estas diferenças demonstram que, na cobertura jornalística da transferência de poderes de Macau, os dois chefes administrativos locais foram mencionados com mais frequência do que os presidentes dos dois países em questão.

Salientamos, contudo, que embora na variável Ator os valores percentuais dos líderes de Portugal e da China sejam bastante inferiores aos do Governador de Macau e do Chefe do Executivo da RAEM, tal não significa que as fontes de informação

da cobertura se centrassem mais nas vozes locais e ignorassem as posições dos dois governos centrais. Na realidade, a variável *Ator* pretende determinar quais os atores mais mencionados nas peças analisadas, enquanto a variável *Fontes* analisa as vozes do discurso. As fontes de informação são os participantes principais nos discursos, bem como os definidores da realidade social, uma vez que a tendenciosidade das fontes de informação reflete frequentemente as posições dos próprios jornais. Estas questões serão posteriormente discutidas, na análise das variáveis de Discurso (*Tom e Fontes*).

Relativamente aos atores secundários, estes tiveram um número substancialmente mais baixo de referências do que os atores principais, existindo mesmo uma diferença óbvia nos jornais das duas comunidades. Na imprensa portuguesa, o número de atores portugueses é muito superior ao de atores chineses. O Diretor da Comissão Preparatória e Vice-primeiro-ministro da China, Qian Qichen, como representante plenipotenciário do governo central da China, foi o ator secundário chinês com mais menções nos jornais portugueses, enquanto os outros atores políticos chineses apresentaram valores baixos de referências.

Na imprensa chinesa, quase todos os atores secundários se encontram em situação semelhante. À exceção do Secretário-adjunto da administração portuguesa em Macau, Jorge Rangel, os outros atores políticos da comunidade portuguesa foram muito pouco mencionados nos jornais chineses. Verificamos, então, que existe uma grande distância percentual entre os atores principais e os atores secundários, e que, excepto os quatro atores principais, que tiveram maior representatividade, os atores secundários só tiveram uma visibilidade relativamente elevada nas peças jornalísticas das suas próprias comunidades. Por exemplo, Wang Qiren, o diretor da delegação de Macau da Agência XINHUA, foi referido em 1.8% das peças dos jornais chineses e em apenas 0.6% das peças dos jornais portugueses. Também figuras da comunidade portuguesa como a presidente da Assembleia Legislativa de Macau, Anabela Ritchie, e o deputado Leonel Alves apresentaram uma diferença substancial no número de referências nos jornais das duas comunidades.

Na sequência da observação preliminar dos 14 protagonistas mais visados nos jornais em análise, destacamos os quatro protagonistas da cobertura da transferência de poderes de Macau – Rocha Vieira, Edmund Ho, Jorge Sampaio e Jiang Zemin. Iremos analisar estes quatro indicadores por mês, com o objetivo de conhecer a sua tendência evolutiva ao longo de 1999.

Atores Principais	Evolução por Mês (%)												TOTAL (peças)	TOTAL (%)
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ		
Rocha Vieira	6.9	9.6	3.7	9.6	8	8.5	7.4	5.3	6.9	5.3	8	20.7	188	7.5
Edmund Ho	1.1	0.5	4.9	12.6	33	8.8	6.6	4.4	7.7	6.0	5.5	8.8	182	7.2
Jorge Sampaio	0	1.3	44.9	1.3	3.8	0	0	0	0	7.7	1.3	39.7	78	3.1
JIANG Zemin	1.9	0	3.8	0	9.4	0	0	0	0	34.0	1.9	49.1	53	2.1
													2531	100%

Tabela 17: Distribuição dos protagonistas por mês

Conforme se observa na Tabela 17, a tendência de crescimento considerável dos indicadores *Edmund Ho*, *Jorge Sampaio* e *Jiang Zemin* num determinado período de 1999 contrasta com a tendência de *Rocha Vieira*, que apresentou uma evolução relativamente suave sempre entre valores intermédios. Uma mudança repentina na frequência de referências a um protagonista encontra-se, por norma, relacionada com os eventos históricos decorridos no período em estudo. Assim, *Edmundo Ho*, candidato a primeiro Chefe do Executivo da RAEM, apresentou maior percentagem de referências no período da campanha eleitoral (abril e maio), atingindo o valor máximo em maio (33%), mês em que se realizou a eleição e se apuraram os resultados, Porém, como era de esperar, tendo sido eleito Chefe do Executivo, *Ho* passou a ser mencionado mais frequentemente nos jornais de Macau nos meses que se seguiram à eleição do que no período anterior à campanha eleitoral.

Relativamente à campanha eleitoral, queremos ainda salientar a diferença entre os dois candidatos. Segundo a Tabela 16, verificamos que o concorrente de *Edmund Ho*, o candidato *Stanley Au*, apresentou apenas 1.3% (30 peças) do total das

unidades de redação, o que se encontra muito distante da percentagem de 7.2% (182 peças) correspondente a *Ho*. Esta diferença deveu-se à origem familiar de Ho e às suas relações amigáveis com Pequim e com a comunidade portuguesa de Macau, que fizeram com que este tivesse sempre sido considerado o único verdadeiro candidato ao cargo de Chefe do Executivo da RAEM. Assim, sob o impacto deste “consenso social”, Edmund Ho foi sempre a figura chinesa com maior visibilidade na cobertura da transferência de Macau em 1999.

As tendências evolutivas das referências aos outros dois atores principais - os dois chefes de estado - também sofreram aumentos consideráveis em determinados períodos, nomeadamente nas peças com menções ao presidente português, *Jorge Sampaio*, que aumentaram fortemente em março, e nas peças com referências ao presidente chinês, *Jiang Zemin*, que sofreram grandes aumentos em outubro. Estas mudanças deveram-se às visitas de estado que os dois líderes efetuaram aos países um do outro antes da cerimónia de *handover*. Mas embora *Jorge Sampaio* e *Jiang Zemin* usufríssem de grande protagonismo na cobertura jornalística de março e outubro, foram mencionados muito menos vezes em outros meses, havendo mesmo um período, entre junho e setembro, em que não houve quaisquer referências nas peças analisadas.

De acordo com as tabelas 16 e 17, ao longo do ano de 1999, as figuras centrais da cobertura da transição de Macau não foram os chefes de estado dos dois países, mas sim os chefes administrativos locais, Rocha Vieira e Edmund Ho. Embora atores principais, os presidentes Jorge Sampaio e Jiang Zemin apenas se destacaram em termos de referências na imprensa local durante um determinado período do ano de 1999.

Atendendo à Tabela 17, verificamos ainda que os quatro atores principais receberam em dezembro mais atenção por parte da imprensa do que habitualmente, uma vez que foram as figuras de foco da cerimónia de *handover*. Os líderes dos dois países voltaram, durante este mês, a atingir um valor mais elevado de referências nos jornais das duas comunidades.

5.2 Instituições

A tabela 16 hierarquiza os indicadores do grupo *Protagonistas* em dois níveis: atores principais e atores secundários. Seguindo o mesmo método, iremos apresentar os dados dos outros dois grupos de indicadores da variável *Ator*: Instituições e Atores Coletivos.

Variável	JTM & MH	OU MUN & Va Kio	Total
Grupo de Ligação Conjunta	3.1	3.3	3.2
Comissão de Preparação	4.2	7.4	6.0
Comissão de Seleção	0.5	2.1	1.4
Comissão de Celebração	0.2	1.9	1.2
Assembleia Legislativa de Macau	2.9	1.7	2.2
Assembleia Legislativa da RAEM	2.0	4.6	3.5
Agência Xinhua	0.2	1.2	0.8
Grupo de Terras	0.3	0.6	0.4
Instituições Macaenses e ATFPM	5.8	1.9	3.6
<i>Instituições</i>	19.2	24.7	22.4
Total (peças)	1084	1447	2531

Tabela 18: Instituições principais das peças jornalísticas

A Tabela 18 mostra que a *Comissão de Preparação* apresentou o maior valor percentual do total de referências, com 6.0 % (153 peças), seguindo-se as *instituições macaenses*, com 3.6% (91 peças), a *Assembleia Legislativa da RAEM*, com 3.5% (88 peças) e o *Grupo de Ligação Conjunta*, com 3.2% (82 peças).

A *Comissão de Preparação da RAEM* apresentou o valor mais proeminente dos indicadores de *Instituições*. Na cobertura jornalística da transição de Macau surgiu um grande número de peças relacionadas com os trabalhos de preparação da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM), de modo que, em muitas dessas peças, a “Comissão de Preparação” é o “ator”. Este resultado encontra-se em consonância com os resultados obtidos na análise da variável *Tema*, em que o indicador “Preparação da

RAEM" também apresentou o valor mais elevado (tabela 14). A Comissão de Preparação, como órgão central dos trabalhos de preparação, é responsável por todos os assuntos relacionados com a preparação do novo governo de Macau. Os ramos da Comissão de Preparação, tais como o Grupo de Assuntos Políticos e o Grupo de Assuntos Jurídicos, surgiram com regularidade nos espaços dedicados aos título e *lead* das peças, com o nome da própria comissão, em vez do nome do órgão envolvido. Assim, em *Instituições* da variável *Ator*, o indicador "Comissão de Preparação" registou percentagens mais expressivas.

Ao compararmos a distribuição dos indicadores de *Instituições* nas imprensas portuguesa e chinesa podemos verificar uma diferença óbvia: na imprensa portuguesa o indicador *Instituições macaenses e ATFPM* apresentou maior valor percentual do que qualquer outro indicador de *Instituições*, com 5.8% (63 peças), seguindo-se os indicadores *Comissão de Preparação* (4.2%) e *Grupo de Ligação Conjunta* (3.1%), enquanto na imprensa chinesa, *Comissão de Preparação* é o indicador de *Instituições* com valor mais elevado, com 7.4% (107 peças). *Assembleia Legislativa da RAEM* (4.6%) e *Grupo de Ligação Conjunta* (3.3%) seguem-se em segundo e terceiro lugares, respectivamente. Este facto realça claramente as diferentes características das duas comunidades na cobertura da transferência de poderes de Macau em 1999. Em primeiro lugar, o valor percentual do indicador *Comissão de Preparação* (7.4%) é, na imprensa chinesa, muito superior ao de qualquer dos outros indicadores. Há, porém, uma diferença óbvia relativamente ao mesmo indicador na imprensa portuguesa (4.2%). Ao combinarmos os resultados da variável *Tema* podemos concluir que os jornais chineses deram mais atenção aos assuntos relacionados com a preparação da RAEM do que os jornais portugueses, que focaram mais os assuntos da transição. Devemos sobretudo notar que, na imprensa chinesa, os valores percentuais das outras instituições relacionadas com a fundação da RAEM foram também superiores aos da imprensa portuguesa, nomeadamente o dos indicadores *Assembleia Legislativa da RAEM* (4.6% vs. 2.0%) e *Comissão de Seleção* (2.1% vs. 0.5%).

Em contrapartida, na imprensa portuguesa, o indicador relativo às instituições da comunidade portuguesa registou uma percentagem mais elevada de

referências, com 5.8%, superior ao valor das instituições relacionadas com a preparação da RAEM. A presença portuguesa em Macau após 1999 foi sempre uma questão importante para a comunidade portuguesa ao longo de todo o período de transição. As instituições portuguesas locais, tais como a Escola Portuguesa de Macau e as várias associações de macaenses, desempenhavam o papel de “portador” da herança portuguesa para o futuro, tornando-se, em 1999, o último ano do período de transição, um foco de atenção da imprensa portuguesa.

Para as instituições relacionadas com os assuntos da transição, como o Grupo de Ligação Conjunta e o Grupo de Terras, existem ligeiras discrepâncias nos valores entre as imprensas portuguesa e chinesa. O Grupo de Ligação Conjunta (GLC), sendo uma instituição central para as negociações bilaterais dos assuntos da transição, apareceu com grandes frequências nos espaços de título e de *lead* dos jornais portugueses (3.1%) e jornais chineses (3.3%). Importa sublinhar que, embora os dois tipos de jornais prestem atenção semelhante ao GLC, uma vez que esta instituição é composta por representantes das partes chinesa e portuguesa, esta atenção é tendenciosa, ou seja, as imprensas chinesa e portuguesa de Macau tomam opções diferentes relativamente às posições do GLC, o que obriga a uma análise de tendenciosidade através da variável *Fontes*. Embora, por exemplo, o título de uma peça jornalística chinesa sobre o GLC possa referir que este irá realizar uma reunião para discutir a questão da guarnição militar, o conteúdo do corpo da notícia pode focar o discurso da representante chinesa do GLC. Será, por conseguinte, necessário investigar as fontes de informação para entender as posições que se escondem por detrás das notícias.

5.3 Atores coletivos.

Para distinguirmos os outros atores políticos e não políticos das peças jornalísticas, classificámos os políticos no grupo "Atores Coletivos", que codificámos com quatro indicadores, e colocámos os atores não políticos na categoria "OUTROS". Importa sublinhar que os códigos do grupo "Atores Coletivos" representam um

conceito colectivo que indica um número indefinido de atores afectos a um indicador. “*Governo chinês*”, por exemplo, inclui personalidades e instituições do governo chinês, tais como o primeiro-ministro da China, *Zhu Rongji*, e o *Congresso Nacional do Povo*, que é o mais alto organismo governamental e legislativo da China. No caso destes indicadores colectivos, por um lado, o indivíduo não é muito referenciado, e por outro, a abrangência de atores ou instituições é ampla, tendo-se tornado necessário agrupá-los de forma a possibilitar a sua análise. Para o código “*Governo chinês*”, foram também identificados no título e no *lead* das peças jornalísticas nomes coletivos relacionados com o governo chinês, tais como “A China”, “a parte chinesa”, “os dirigentes chineses”, etc.

Variável	JTM & MH	OU MUN & Va Kio	Total
Governo português	8.3	3.0	5.3
Governo chinês	4.5	9.3	7.0
Governo de Macau	7.9	4.8	6.2
Governo da RAEM	5.7	7.4	6.7
<i>Atores Coletivos</i>	26.5	24.5	25.3
Total (peças)	1084	1447	2531

Tabela 19: Outros atores políticos das peças jornalísticas.

Na tabela 19 podemos ver que as quatro categorias de outros atores políticos apresentaram diferentes distribuições nas peças jornalísticas portuguesas e chinesas, o que refletiu claramente a característica da governação separada da sociedade Macaense. O indicador *Governo português* registou a percentagem mais elevada de referências na imprensa portuguesa, com 8.3%, seguindo-se o *Governo de Macau* (a administração portuguesa de Macau), com 7.9%. Os outros dois indicadores apresentaram um menor número de referências no título e no *lead* das peças jornalísticas portuguesas. Ao contrário dos resultados da imprensa portuguesa, o *Governo chinês* e o *Governo da RAEM* foram os atores coletivos mais referenciados nas peças jornalísticas chinesas, com, respectivamente, 9.3% e 7.4%.

No que concerne os atores não políticos na cobertura da transferência de poderes de Macau, na tabela 20 verificamos que o indicador OUTROS apresenta uma ligeira discrepância entre as duas comunidades, com 22.5% na imprensa portuguesa e 23.3% na imprensa chinesa. Assim, podemos concluir que, no âmbito da variável *Ator*, na cobertura jornalística da transição de Macau para a China os atores políticos registaram uma percentagem mais elevada de referências.

Variável	JTM & MH	OU MUN & Va Kio	Total
Protagonistas	31.8	27.5	29.4
Insituições	19.2	24.7	22.4
Atores Coletivos	26.5	24.5	25.3
OUTROS	22.5	23.3	23.0
Total (peças)	1084	1447	2531

Tabela 20: Distribuição dos atores políticos e não políticos nas peças jornalísticas.

6. Tom

A atitude e a posição dos jornalistas em relação aos eventos noticiosos revelam-se nas peças jornalística através do tom, uma das variáveis de Discurso. Podemos avaliar o tom das peças pelas palavras escolhidas e pelos ângulos dos relatos, sendo que este pode ser classificado em três categorias, *Positivo*, *Negativo* e *Neutro*. À semelhança da análise das variáveis de Conteúdo (*Tema* e *Ator*), a nossa análise comparativa para as variáveis de Discurso (*Tom* e *Fontes*) será também dividida em dois grupos: a imprensa portuguesa (*JTM* e *MH*) e a imprensa chinesa (*OU MUN* e *VA KIO*). Através da análise da variável *Tom*, nesta seção pretendemos, identificar as diferenças nas posições manifestadas pelos órgãos informativos das duas comunidades de Macau na cobertura jornalística da transição de Macau para a China.

6.1 Distribuição da variável *Tom*

Variável	JTM & MH	OU MUN & Va Kio
Positivo	29.8	34.7
Neutro	60.0	60.9
Negativo	10.2	4.4
Total (peças)	1084	1447

Tabela 21: Variável Tom nas peças jornalísticas

Através da distribuição geral da variável *Tom* na cobertura da transferência de poderes das imprensas portuguesa e chinesa de Macau (tabela 21) verificamos que o tom das peças jornalísticas foi predominantemente neutro, com valores percentuais semelhantes nos jornais portugueses (60%) e chineses (60.9%). Estes resultados estão de acordo com os ditames da profissão, pois o produto final do jornalismo deve ser imparcial, seguindo valores de objetividade e imparcialidade.

Tanto na cobertura jornalística portuguesa, como na chinesa, as peças de tom positivo foram sempre superiores às de tom negativo. Verificamos, porém, que nas peças jornalísticas da imprensa chinesa houve uma diferença significativa entre o tom positivo (34.7%) e o negativo (4.4%). Estes dados parecem derivar dos contextos cultural e histórico dos jornais chineses em estudo, uma vez que o OU MUN e o Va Kio já demonstravam uma anterior tendência "pró-Pequim", tendo as linhas gerais da cobertura jornalística do regresso de Macau mantido a sua conformidade com a posição do governo central da China. Não podemos também esquecer a natureza "semioficial" dos jornais chineses em Macau, que fez com que o tom positivo das peças jornalísticas destes dois jornais chineses locais fizesse parte de uma estratégia de propaganda patriótica a partir dos eventos relativos à transferência da soberania de Macau.

No período pré-transição, com algumas questões relativas à transição ainda por resolver, os media oficiais da China já tinham determinado a direção que a cobertura noticiosa do regresso de Macau deveria seguir, ou seja, de acordo com "o espírito do governo central", "a transferência de poderes de Macau deve ser reportada do ponto de vista de "um país", "deve conferir um tom positivo às peças jornalísticas que favorecer a defesa da reunificação da pátria e às peças relativas à

prosperidade e ao progresso das sociedades de Hong Kong e Macau" (Song, 2012: 48). Assim, na cobertura dos jornais OU MUN e Va Kio, o número de peças positivas foi muito superior ao de peças negativas, refletindo a consistência dos media oficiais da China.

Em seguida iremos analisar a evolução da distribuição da variável *Tom* nas peças jornalísticas da imprensa portuguesa (Tabela 22) e da imprensa chinesa (Tabela 23):

Tom	Evolução por Mês (%) (JTM & MH)												Total (peças)	Total (%)
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ		
Positivo	25.4	29.6	22.6	32.6	19.5	25.9	23.5	15.3	29	40	28	42.7	323	29.8
Neutro	60.6	60.5	71	62.1	76.8	63	63	74.6	62.9	48	60	46.2	650	60.0
Negativo	14.1	9.9	6.5	5.3	3.7	13.6	13.6	10.2	8.1	12	12	11.1	111	10.2
Total													2531	100%

Tabela 22: Distribuição da variável *Tom* nas peças jornalísticas dos jornais MH e JTM

Como mostra a tabela 22, o tom das peças jornalísticas da imprensa portuguesa foi predominantemente neutro ao longo do ano de 1999, com valores percentuais entre 46.2% em dezembro e 76.8% em maio. Verificamos também que o valor percentual das peças de tom positivo foi sempre superior ao das peças de tom negativo. Relativamente ao indicador *tom positivo*, dezembro e outubro foram os meses com percentagens mais elevadas, com 42.7% e 40%, respetivamente. Estes dados correspondem aos momentos da Cerimónia de *handover* e da visita oficial do Presidente Jiang Zemin a Portugal.

Nas vésperas da transferência de poderes de Macau, a visita oficial do Presidente da China, Jiang Zemin, a Portugal foi considerada como um sinal positivo para o futuro das relações luso-chinesas. O encontro entre o Presidente Jorge Sampaio e o Presidente Jiang Zemin focou sobretudo a cooperação entre os dois países após 1999, tendo os elogios à cooperação durante o período de transição e à resolução bem-sucedida da questão de Macau sido consensuais. Embora ainda existissem problemas não resolvidos relativamente aos assuntos da transição, poucos foram mencionados neste encontro e ambas as partes concordaram que esses problemas

deveriam ser resolvidos em negociações entre os representantes de ambas as partes no Grupo de Ligação Conjunta (GLC).

Por outro lado, os jornais JTM e MH publicaram mais peças com *tom negativo* nos meses de janeiro (14.1%), junho (13.6%) e julho (13.6%). Em janeiro de 1999, o início do último ano da transição, havia ainda vários assuntos relativos à transição que não estavam resolvidos, e permanecia um grande sentimento de incerteza sobre o futuro da comunidade portuguesa em Macau. Em junho e julho emergiram no GLC algumas disputas entre os dois países sobre assuntos relacionados com a transição, que fizeram assomar muitas peças de tom negativo na imprensa portuguesa.

No que respeita à evolução da distribuição do indicador *tom negativo*, verificamos que a percentagem de peças aumentou gradualmente a partir de junho e que, em geral, houve mais peças de tom negativo no segundo semestre do que no primeiro. Uma explicação possível para esta situação seriam os atrasos nas negociações sobre os assuntos da transição não resolvidos, ou seja, à medida que a data da cerimónia de entrega se aproximava, essas questões penduradas levantavam mais vozes críticas relativamente aos trabalhos do GLC. Outra explicação para esta situação poderia residir nos sentimentos de ansiedade e inquietação da comunidade portuguesa de Macau face à iminência da transferência administrativa.

Tom	Evolução por Mês (%) (OU MUN & Va Kio)												Total (peças)	Total (%)
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ		
Positivo	23.8	21.1	28.5	24.1	32.9	30.6	24.7	31.6	42.9	47.9	25.6	52.7	502	34.7
Neutro	70.3	76.1	66.9	72.2	63.2	63.3	61.2	62.4	55.1	48.9	69.2	45.8	881	60.9
Negativo	5.9	2.8	4.6	3.7	3.9	6.1	14.1	6	2	3.2	5.1	1.5	64	4.4
Total													2531	100%

Tabela 23: Distribuição da variável *Tom* nas peças jornalísticas dos jornais OU MUN e VA KIO

A tabela 23 mostra a evolução da distribuição da variável *Tom* na imprensa chinesa. Como já verificámos, o tom das peças jornalísticas chinesas foi também predominantemente neutro ao longo do 1999. Contudo, ao olharmos para as outras

duas categorias, podemos ver que as peças de tom positivo foram muito superiores às de tom negativo, especialmente em dezembro, mês em que a distância entre os indicadores *Positivo* e *Negativo* atingiu o máximo, com 52.7% e 1.5%, respetivamente. No mês de dezembro, os tópicos relacionados com a transição, tais como a cerimónia da transferência de poderes, o estabelecimento do governo da RAEM e as celebrações em Macau e em todo o país, fizeram com que o número de peças jornalísticas positivas nos jornais chineses ultrapassasse os 50% do total de peças publicadas, sendo a percentagem de peças de tom positivo pela primeira vez superior à das peças neutras ao longo de todo o ano.

O segundo valor percentual mais expressivo do indicador *Positivo* surgiu em *Outubro*, com 47.9% do total das peças daquele mês, o que pode ser explicado pelas comemorações do 50º aniversário da República Popular da China. Sendo o “Cinquenta” um número auspicioso na cultura tradicional chinesa, o Dia Nacional da China de 1999 foi tratado como um grande evento comemorativo em todo o país, tendo-se mesmo realizado uma grande parada militar em Pequim. O recém-eleito Chefe do Executivo, Edmund Ho, e a sua equipa participaram como convidados de honra na cerimónia da parada. Esta foi a primeira vez que os representantes da RAEM apareceram numa celebração nacional e receberam tão grande atenção dos jornais da China continental e de Macau. Aproveitando esta oportunidade, os jornais de língua chinesa de Macau publicaram também várias peças jornalísticas sobre as atividades de celebração do Dia Nacional, no intuito de reforçar a identidade nacional dos chineses em Macau nas vésperas da cerimónia de *handover*. Exceto dezembro, mês da cerimónia, outubro foi o mês em que o valor percentual das peças de tom positivo foi mais elevado em 1999.

À semelhança do que aconteceu com os jornais portugueses de Macau no que respeita ao indicador *Negativo*, as peças de tom negativo atingiram nos jornais chineses o valor percentual máximo em julho, mês em que surgiram muitas disputas sobre os assuntos da transição. Deve notar-se que, ao contrário das peças dos jornais portugueses, que prestaram maior atenção aos atrasos no processo de negociação do GLC, as vozes negativas das peças chinesas provieram principalmente de alguns eventos muito específicos. No dia 30 de junho, por exemplo, o governador Rocha

Vieira propôs a construção de um novo pavilhão temporário para a cerimónia de despedida, o que causou várias discussões na imprensa chinesas de Macau no início de julho, sobretudo no que respeita aos custos do novo local. Adicionalmente, alguns deputados portugueses consideraram que, a nível administrativo, a ilha de Taipa deveria ser tratada como um “município” da Região Administrativa Especial de Macau, o que também causou crispação entre os editorialistas e articulistas dos jornais chineses.

Em suma, num contexto de “predominância de peças de tom positivo”, surgiram mais peças de tom negativo nos jornais chineses em julho de 1999. Quando articulámos estes dados com os dados da variável *Géneros jornalísticos* relativos à imprensa chinesa, verificámos que as peças jornalísticas dos géneros opinativos alcançaram valores percentuais mais elevados no mês de julho.

6.2 Análise cruzada das variáveis *Tom* e *Tema*

A análise cruzada das variáveis *Tom* e *Tema* permitiu-nos conhecer a posição dos jornais relativamente aos diferentes temas relacionados com a transferência de poderes de Macau de 1999, o que nos forneceu uma referência objetiva para o estudo comparativo dos enquadramentos jornalísticos e para a análise qualitativa do discurso.

JTM & MH	Positivo		Neutro		Negativo	
	Conteúdo	Porcentagem	Conteúdo	Porcentagem	Conteúdo	Porcentagem
Cerimónia	18	23.7%	51	67.1%	7	9.2%
Justiça e Direito	29	22.3	79	60.8	22	16.9
Administração portuguesa	38	40	49	51.6	8	8.4
Assuntos da transição	19	14.6	91	70	20	15.4
Preparação da RAEM	20	17.1	92	78.6	5	4.3
Estabelecimento de Tropas	8	14.8	42	77.8	4	7.4

Eleição do Chefe do Executivo da RAEM	16	20.3	59	74.7	4	5.1
Economia	14	24.6	34	59.6	9	15.8
Portugalidade	37	41.6	40	44.9	12	13.5
Celebração	9	37.5	15	62.5	0	0
Contactos com a China continental	9	31	20	69	0	0
Sentimentos	49	53.8	34	37.4	8	8.8
Intercâmbios luso-chineses	55	61.8	29	32.6	5	5.6
Questão de Taiwan	1	20	3	60	1	20
Outros	1	5.3	12	63.2	6	31.6
Total	323	29.8	650	60	111	10.2

Tabela 24: Tom das peças por Tema na imprensa portuguesa

Os dados da Tabela 24 mostram que, na imprensa portuguesa, “*Intercâmbios luso-chineses*” foi o tema que apresentou maior percentagem de peças jornalísticas com tom positivo (61.8%), com um total de 55 peças. Seguiram-se os temas “*Sentimentos*” (53.8% - 49 peças), “*Portugalidade*” (41.6% - 37 peças) e “*Administração portuguesa*” (40% - 38 peças). Os dois temas com maior número de peças no indicador *Positivo*, “*Intercâmbios luso-chineses*” e “*Sentimentos*”, foram os únicos em que o número de peças de tom positivo foi superior ao número de peças de tom neutro. Na cobertura positiva da transferência de poderes de Macau publicada nos jornais JTM e MH, as palavras mais utilizadas foram: *sucesso, orgulho, cooperação, melhorar, concordo com, relação amigável...*, que foram frequentemente aplicadas aos temas acima referidos.

Assim, segundo a análise cruzada entre temas e tom, podemos concluir que a cobertura positiva da imprensa portuguesa sobre os eventos relacionados com a transferência de poderes de Macau se concentrou principalmente em três aspetos: as relações luso-chinesas após a transferência da soberania de Macau em 1999, as conquistas dos 12 anos do período de transição, e a “Portugalidade”. Assim, com base no consenso bilateral “olhar para a frente”, a maioria das peças jornalísticas sobre os intercâmbios dos dirigentes dos dois países apresentou um tom positivo, especialmente ao nível das perspectivas de cooperação bilateral para o futuro. O tom

positivo surgiu também frequentemente nos artigos que expressaram sentimentos de orgulho, sobretudo no que respeita às conquistas do período de transição, que se prolongou por 12 anos, em que foram elogiados os sucessos da cooperação bilateral e os legados portugueses deixados em Macau, considerando-se que os portugueses puderam deixar a administração de Macau com orgulho. O tom positivo refletiu-se ainda nas peças relativas ao tema "Portugalidade", uma vez que os jornais portugueses de Macau publicaram variadas peças de tom positivo sobre a cultura portuguesa, especialmente artigos relacionados com a língua portuguesa, que foi considerada um dos elementos importantes para a continuidade da cultura portuguesa em Macau após o ano de 1999. Os jornais portugueses trataram também de forma positiva as contribuições do governador Rocha Vieira e das autoridades portuguesas de Macau durante os anos da transição.

No que concerne as peças de tom negativo, as palavras mais frequentemente utilizadas foram: *disputa*, *atraso*, *conflito*, *pressão*, etc. Segundo a tabela 24, na cobertura da transferência de poderes de Macau os tópicos relacionados com as negociações bilaterais, como os temas "*Justiça e Direito*" (16.9% - 22 peças) e "*Assuntos da transição*" (15.4% - 20 peças), apresentaram mais peças jornalísticas de tom negativo. Devido aos atrasos no estabelecimento do Tribunal de Última Instância da RAEM, os articulistas portugueses criticaram amplamente a parte chinesa, pois acreditavam que esta atrasava deliberadamente a sua concretização e pretendia tornar este tribunal uma realidade apenas após o ano de 1999. As mesmas vozes levantaram-se contra atrasos na negociação de questões relacionadas com os assuntos da transição, nomeadamente o estatuto da língua portuguesa. Este tema apresentou, assim, um valor percentual relativamente elevado para o indicador *Negativo*. Embora o tema "*Economia*" não fosse motivador de conflitos, foram também publicadas muitas peças jornalísticas de tom negativo (15.8% - 9 peças) devido ao declínio contínuo da economia de Macau e à incerteza quanto ao seu futuro.

É de referir ainda que o indicador "*Outros*", artigos não facilmente categorizáveis num tema específico, apresentou também um valor percentual elevado na categoria tom negativo (31.6% - 6 peças), sendo que a maioria destes artigos

expressou emoções negativas sobre tópicos diferenciados, com vocabulário subjetivo de tom negativo. Deve notar-se que na cobertura dos temas “Celebração” e “Contactos com a China continental” não surgiram peças de tom negativo, o que mostra que a cobertura portuguesa foi mais positiva e neutra face a tópicos não políticos ou de pouca relevância para a comunidade portuguesa. Embora alguns os tópicos políticos, tais como a questão de Taiwan (20% -1 peça), também não tivessem despertado grande interesse no seio da comunidade portuguesa, também estes apresentaram uma certa percentagem de peças de tom negativo.

OU MUN & Va Kio	Positivo		Neutro		Negativo	
Cerimónia	26	33.3%	50	64.1%	2	2.6%
Justiça e Direito	19	14.4	107	81.1	6	4.5
Administração portuguesa	27	30	47	52.2	16	17.8
Assuntos da transição	37	19.5	137	72.1	16	8.4
Preparação da RAEM	57	25.9	159	72.3	4	1.8
Guarnição militar	34	58.6	24	41.4	0	0
Eleição do Chefe do Executivo da RAEM	39	27.1	101	70.1	4	2.8
Economia	24	31.2	42	54.5	11	14.3
Portugalidade	9	32.1	19	67.9	0	0
Celebração	80	51.9	73	47.4	1	0.6
Contactos com a China continental	59	48.4	63	51.6	0	0
Sentimentos	33	64.7	18	35.3	0	0
Intercâmbios luso-chineses	35	64.8	19	35.2	0	0
Questão de Taiwan	20	54.1	14	37.8	3	8.1
Outros	3	25	8	66.7	1	8.3
Total	502	34.7	881	60.9	64	4.4

Tabela 25: Tom das peças por Tema na imprensa chinesa.

De acordo com os dados da Tabela 25, e à semelhança da imprensa portuguesa, nos jornais chineses as peças de tom positivo atingiram a percentagem mais elevada nos tópicos não políticos, tais como o tema “*Intercâmbios luso-chineses*” (64.8% - 19 peças), “*Sentimentos*” (64.7% - 33 peças), e *Celebração* (51.9% - 80 peças). A linha geral da cobertura do tema “*Intercâmbios luso-chineses*” foi muito semelhante à dos jornais portugueses, salientando-se o enquadramento “olhar para a frente”, fazendo com que, tal como nos jornais portugueses, o indicador *Positivo* predominasse na variável *Tom*. No que concerne ao tema “*Sentimentos*”, a maioria das peças dos jornais chineses refletiu um sentimento positivo emergente do regresso de Macau à pátria, tornando o tom positivo predominante. Outros tópicos políticos que motivaram uma tomada de posição clara por parte das redações dos jornais chineses, como “*Guarnição militar*” (58.6% - 34 peças) e “*Questão de Taiwan*” (54.1% - 20 peças), também apresentaram valores percentuais elevados no indicador *Positivo*, uma vez que o ângulo selecionado para a maioria destas peças jornalísticas foi consistente com os interesses nacionais da China.

Devemos salientar ainda que três dos quatro temas acima mencionados apresentaram valor zero no indicador *Negativo*, o que indica que os temas “*Intercâmbios luso-chineses*”, “*Sentimentos*” e “*Guarnição militar*” desempenharam um papel importante na imagem positiva da transição de Macau construída pelos jornais chineses. A exceção foi a “*Questão de Taiwan*”, com 8.1% (3 peças) no indicador *Negativo*.

Na cobertura jornalística dos jornais OU MUN e Va Kio, as palavras mais utilizadas nas peças de tom positivo sobre a transferência de poderes de Macau foram: *celebrar, feliz, nova era, cooperação, grande vitória e reunificação nacional*, entre outras.

Ao combinarmos os dados da distribuição das peças positivas em cada tema com a leitura dos textos, concluímos que as peças de tom positivo publicadas pelos jornais chineses de Macau focaram principalmente os seguintes aspetos: as celebrações entusiastas dos compatriotas em casa e no exterior, e o significado histórico do “*Regresso de Macau*”. Ambos os temas enfatizaram o regresso de Macau

como "um passo importante na reunificação da pátria", "uma prática bem-sucedida da política 'um país, dois sistemas'" e "um novo ponto de partida para o desenvolvimento de Macau". As peças positivas dos jornais chineses de Macau incluíram ainda perspectivas positivas sobre a cooperação sino-portuguesa no futuro, especialmente nos âmbitos económico e comercial. Em suma, estas peças positivas desempenharam o papel de disseminadores da propaganda do governo central da China na cobertura de regresso de Macau, reflectindo a natureza semioficial dos jornais de língua chinesa em Macau e, simultaneamente, fortalecendo a identidade nacional dos seus leitores.

Relativamente à cobertura negativa na imprensa chinesa de Macau, na Tabela 25 podemos observar que a percentagem de peças de tom negativo é mais elevada nos temas "*Administração portuguesa*" (17.8% - 16 peças), "*Economia*" (14.3% - 11 peças) e "*Assuntos da transição*" (8.4% - 16 peças).

Quer se tratassem de notícias relacionadas com a governação portuguesa de Macau ou com a economia, o conteúdo das peças jornalísticas negativas reflectiu a deterioração da segurança pública em Macau, sobretudo os problemas provocados pela criminalidade organizada. Na segunda fase do período de transição (1993-1999), o influxo das várias organizações dos submundos de Hong Kong e Taiwan e os conflitos de interesses entres os casinos em Macau fez com que a segurança pública de Macau se tornasse gradualmente mais problemática. No ano de 1999, o último ano da transição, o número de casos criminais atingiu o seu pico e a ordem social de Macau entrou em colapso. A cobertura jornalística dos OU MUN e Va Kio publicou muitas peças negativas sobre a desadequação da governação das autoridades portuguesas face aos problemas de segurança pública em Macau.

Este ambiente social instável também afetou o desenvolvimento económico de Macau, que, em combinação com a crise financeira asiática de 1997, fez com que a sua economia continuasse em declínio no período de transição. Assim, as peças jornalísticas negativas sobre o tema "*Economia*" estiveram frequentemente relacionadas com a questão da segurança pública, enfatizando o seu impacto negativo na economia de Macau, enquanto as peças jornalísticas positivas sobre este tema

estiveram frequentemente relacionadas com as perspetivas de desenvolvimento económico de Macau após o seu regresso, nomeadamente a integração de Macau na região económica do Delta do Rio das Pérolas.

Face aos problemas não resolvidos nas negociações do GLC, o tema “*Assuntos da transição*” produziu muitas peças de tom negativo que mostraram o desagrado da parte chinesa e cujo objetivo era expressar a oposição a alguns dos representantes portugueses do GLC. Assim, de forma similar aos resultados estatísticos da mesma categoria na imprensa portuguesa de Macau, o indicador “*Negativo*” apresentou um valor percentual elevado na categoria “*Assuntos da transição*”.

À semelhança do que aconteceu na imprensa portuguesa com tópicos não políticos relacionados com a comunidade chinesa, como “*Celebração*” e “*Contactos com a China continental*”, cujo tom foi sobretudo positivo ou neutro, os tópicos não políticos distantes da comunidade chinesa, como “*Portugalidade*” (0% - 0 peças), não produziram peças de tom negativo na imprensa chinesa.

7. Fontes

A variável *Fontes* permite estudar as vozes diretas e indiretas das peças jornalísticas, assim como a origem dos factos e das opiniões. Ao falarmos de fontes de informação estamos a referir-nos principalmente às várias vozes citadas nas peças noticiosas, sejam elas os órgãos governamentais ou os grupos sociais, as empresas, os especialistas ou as testemunhas, etc. No presente trabalho dividimos as fontes de informação em quatro grupos: Fontes oficiais, Fontes não oficiais, Media e Outros, sendo que para cada grupo classificámos e codificámos as fontes de informação em quatro tipos: vozes portuguesas, vozes chinesas, vozes locais e vozes internacionais. Obtivemos, assim, os 24 códigos para a variável *Fontes*.

Como já foi referido, a produção noticiosa é o processo de reprodução da realidade social e, neste processo de construção do mesmo evento noticioso, cada seleção de fontes de informação pode produzir resultados diferentes. Face às

realidades sociais, os jornalistas vão, a partir das próprias perspectivas, selecionar as fontes adequadas para construir as melhores realidades mediáticas. As fontes de informação são uma variável importante no estudo dos padrões da cobertura jornalística, pois refletem a posição e a tendência política dos órgãos de informação no processo de construção da realidade mediática.

De acordo com os resultados estatísticos de cada jornal, apresentados no Anexo II, verificámos que os jornais da mesma comunidade mostraram uma característica de homogeneização das fontes de informação, ou seja, não existiram divergências evidentes entre as fontes de informação a que recorreram os dois jornais de cada comunidade estudados. Desta forma, para fins de estudo comparativo, nesta parte do presente trabalho a discussão dos dados irá desenvolver-se entre dois grupos: "JTM e MH" (os jornais de língua portuguesa) e "OU MUN e Va Kio" (os jornais de língua chinesa), à semelhança do que aconteceu aquando da análise comparativa da variável *Tom*.

A tabela 26 mostra a distribuição das fontes dos jornais portugueses (JTM e MH), e dos jornais chineses (OU MUN e VA KIO), assim como os dados referentes a cada grupo:

Variável	JTM & MH	OU MUN & Va Kio
Fontes oficiais	49.8	57.2
Rocha Vieira	8.7	5.0
Edmund Ho	5.2	6.3
China	7.1	14.7
Portugal	10.7	5.0
Governo português de Macau	6.2	5.1
RAEM	3.1	3.9
Instituições dos assuntos da transição	5.5	11.5
Organizações internacionais	2.4	0.7
Instituições oficiais da China continental	0.9	5.1
Fontes não oficiais	15.8	22.9
Instituições locais não políticas	3.7	3.8

ONGs	0.6	0.1
Especialistas	1.9	3.8
Elites chinesas locais	1.9	6.3
Elites portuguesas locais	4.8	1.5
Comunidade chinesa de Macau	0.5	5.3
Comunidade portuguesa de Macau	1.8	0.8
Pessoas comuns da China Continental	0.6	1.4
Media	8.9	1.6
Media da China	1.7	0.4
Media de Portugal	2.0	0.2
Media internacionais	1.4	0.2
Media locais em língua chinesa	3.1	0.2
Media locais em língua portuguesa	0.7	0.6
Outros	25.5	18.2
Outros (restantes)	2.6	2.5
Não identificados	22.9	15.8
Total	1084	1447

Tabela 26: Distribuição da variável *Fontes*

Atendendo aos valores da tabela 26, podemos ver que, em geral, na cobertura da transferência de poderes de Macau, ambos os jornais das diferentes línguas utilizaram as fontes oficiais como fontes de informação principais, seguindo-se as fontes não oficiais e os media. Os jornais chineses denotaram uma maior tendência para a utilização de fontes oficiais, em 57.2% do total dos textos publicados. Contudo, em fontes de informação do tipo *Media*, o valor percentual dos jornais portugueses (8.9% - 97 peças) é superior ao dos jornais chineses, que utilizaram este tipo de fontes em apenas 1.6% do total das peças recolhidas.

Ao analisarmos os dados relativos às *Fontes oficiais*, observamos que as vozes mais frequentemente citadas nas peças jornalísticas que compõem o corpus de análise foram as dos dois governos nacionais. Na imprensa portuguesa, o governo de *Portugal* foi a voz mais citada (10.7% - 116 peças), seguindo-se o governador de Macau, *Rocha Vieira* (8.7%), sendo a sua voz correspondente à posição do governo português. Quanto à imprensa chinesa, o governo central da *China* (14.7% - 213 peças) é a fonte mais citada na cobertura da transferência de poderes de Macau, seguindo-se a fonte

Instituições dos assuntos da transição (11.5% - 166 peças), embora as suas vozes proviessem dos representantes oficiais do governo chinês nas instituições, nomeadamente o diretor da Comissão Preparatória da RAEM, Qian Qichen, que também era o vice-primeiro-ministro da China na altura.

Em comparação com as vozes governamentais dos dois países na cobertura jornalística da transferência de poderes de Macau, o papel desempenhado pelos governos locais de Macau não foi tão importante como seria de supor, o que confere com o contexto político e histórico da Questão de Macau. Devido ao modelo da administração separada, durante os 400 anos da governação portuguesa, nem a comunidade chinesa nem a comunidade portuguesa tiveram poder de decisão em questões relacionadas com desenvolvimento independente, pelo que os seus discursos históricos e políticos foram construídos pela China e por Portugal. O mesmo se aplicou à transferência da soberania de Macau, tendo o processo, desde a negociação até à resolução, sido sempre dominado pelos discursos dos dois países. Assim, na cobertura jornalística da transição de Macau, as fontes *Portugal* e *China* obtiveram os valores percentuais mais elevados.

Neste caso pode dizer-se que os dados obtidos para a variável *Fontes* mostraram que, nas peças jornalísticas sobre a transferência de poderes de Macau, se trataram as vozes dos governos dos dois países como fontes de informações principais, e que esse resultado confirmou o impacto do contexto político de Macau na construção dos discursos noticiosos.

Podemos também concluir que, de entre as fontes locais oficiais, as vozes estiveram mais concentradas em duas pessoas, *Rocha Vieira* e *Edmund Ho*, ou seja, o Governador de Macau e o futuro Chefe do Executivo da RAEM foram os agentes mais citados, obtendo valores superiores aos das próprias instituições governamentais e aos dos outros funcionários governamentais, tornando-se porta-vozes do governo da época e do futuro governo nas peças jornalísticas.

Em assuntos relativos à China continental, a imprensa chinesa de Macau também mostrou a sua inclinação por fontes oficiais. Segundo a tabela 26, as outras instituições oficiais da China foram fontes de informação em 5.1% das peças

jornalísticas, enquanto as vozes das pessoas comuns da China continental apenas foram utilizadas em 1.4% das peças.

Ao analisarmos os dados afetos às fontes do tipo não oficial, verificamos que os indicadores *Elites portuguesas locais* (4.8% - 52 peças) e *Elites chinesas locais* (6.3% - 91 peças) foram as que apresentaram percentagens mais elevadas de peças nos jornais das respetivas comunidades. Em particular na cobertura em língua chinesa, o índice da fonte *elites chinesas locais* (6.3%) foi o mesmo de *Edmund Ho* (6.3%), ocupando a terceira posição, atrás apenas do governo da *China* (14.7%) e das *instituições oficiais da transição* (11.5%). Podemos, então, constatar o estatuto especial das elites chinesas de Macau, compostas por líderes empresariais, e da sua influência nos assuntos políticos de Macau antes do regresso de 1999.

Por razões históricas, as elites empresariais e comerciais chinesas de Macau sempre desempenharam um papel de ligação entre o governo da China e o governo português de Macau, estabelecendo também uma ponte entre as duas comunidades. Por este motivo foram sempre consideradas como líderes de opinião na comunidade chinesa. Entre estes empresários e comerciantes, o mais famoso era *Ma Man-Kei*, o Chefe da Associação Comercial de Macau, que desempenhou um papel importante no período de transição.

Ao contrário das elites da comunidade chinesa, as elites da comunidade portuguesa eram compostas principalmente por advogados, médicos e engenheiros. E embora ambas as elites tivessem sido importantes fontes de informação não oficiais nas suas respetivas comunidades, os temas em que foram mais frequentemente citadas foram bastante diferentes.

Na cobertura jornalística em língua portuguesa, as elites portuguesas expressaram as suas opiniões sobre os assuntos relacionados com a transição, sobretudo a questão da continuidade da presença portuguesa em Macau após 1999, em que se incluía também a permanência da cultura portuguesa e dos legados políticos e jurídicos deixados por Portugal em Macau. Ao compararmos o papel desempenhado pelas elites portuguesas e chinesas na cobertura jornalística, verificamos que as vozes das elites chinesas de Macau normalmente só aparecem em

notícias relacionadas com negócios e economia, discutindo as políticas económicas do novo governo e o futuro desenvolvimento económico de Macau.

Relativamente às fontes não oficiais, ao analisarmos os indicadores “*Comunidade chinesa de Macau*” e “*Comunidade portuguesa de Macau*”, que reflectiam as vozes das associações civis e das pessoas comuns das duas comunidades, verificamos que, na imprensa portuguesa, ao contrário das *elites portuguesas locais* (4.8%), a presença da *comunidade portuguesa* é muito pequena, surgindo em apenas 1.8% do total de peças. Em contrapartida, na imprensa chinesa a percentagem de peças jornalísticas que recorreram a fontes da *comunidade chinesa* (5.3%) não apresentou uma distância tão acentuada relativamente aos 4.8% das *elites chinesas*. Uma explicação possível para este facto pode assentar na tradicional grande influência das associações chinesas na sua comunidade. Devido à estrutura binária da sociedade de Macau, durante o período colonial as associações chinesas, juntamente com as elites empresariais, substituíram o governo português de Macau em algumas funções de gestão de assuntos internos da sua comunidade, tornando-se porta-vozes da comunidade chinesa em assuntos locais. Por outro lado, os jornais chineses de Macau sentiram a necessidade de apresentar as vozes da “*Comunidade chinesa em Macau*” na cobertura da transferência de poderes para “mostrar as opiniões do povo de Macau”, sendo que essas “vozes civis”, geralmente homogéneas, espelhavam, ou estavam “coordenadas” com a voz do governo chinês, de forma a mostrar o apoio do “Povo de Macau” às políticas governamentais da China. Por este motivo, entre as fontes não oficiais das duas comunidades, a voz da “comunidade chinesa” apresentou maior relevância nas peças dos jornais em língua chinesa do que a voz da “comunidade portuguesa” na imprensa de língua portuguesa. Contudo, na imprensa chinesa os números referentes à comunidade e às elites foram muito inferiores quando comparados com os das fontes oficiais, em que os indicadores *China* e *Instituições dos assuntos da transição* obtiveram 14.7% e 11%, respectivamente.

Ainda no grupo das fontes não oficiais, podemos constatar que nos jornais chineses 3.8% das peças recorreram a *Especialistas* como fontes de informação, enquanto os jornais portugueses apenas utilizaram este tipo de fonte em 1.9% das

peças. Isto deve-se a, à semelhança das elites chinesas, na imprensa chinesa os especialistas serem ouvidos principalmente em peças jornalísticas sobre economia e comércio, sendo o recurso a estas fontes de informação considerado pertinente.

Por outro lado, estes dados também revelam que, em peças sobre as questões não políticas da transferência de poderes, a imprensa chinesa de Macau demonstrou maior interesse em citar vozes de especialistas e deixar os especialistas assumirem o papel de comentador, de forma a mostrar diversidade na cobertura, enquanto os jornais portugueses preferiram citar vozes de outros órgãos mediáticos para expor variedade nas fontes de informação.

Ao nível da utilização dos Media como fonte de informação (tabela 26), verifica-se uma grande diferença entre os jornais portugueses (8.9%) e os chineses (1.6%). Entre os Media citados na imprensa portuguesa, o indicador "*Media locais em língua chinesa*", apresentou um valor muito elevado, pois 3.1% das peças jornalísticas citaram órgãos de comunicação chineses, principalmente os jornais OU MUN e Va Kio, pois os jornalistas portugueses sentiram frequentemente necessidade de escrever artigos em resposta às peças negativas sobre o governo português de Macau publicadas nestes dois jornais chineses.

Os jornais portugueses de Macau citaram também informações recolhidas nos media de Portugal e da China para diversificar as suas fontes de informação. Em artigos sobre os assuntos da transição, por exemplo, as opiniões de articulistas dos jornais "EXPRESSO" e "PÚBLICO" foram utilizadas para demonstrar a atenção prestada por "Lisboa" à transferência da soberania de Macau. Relativamente aos media da China continental, os jornais portugueses de Macau preferiram citar os media oficiais, especialmente o "Diário do Povo", o jornal oficial do Partido Comunista da China, que foi utilizado como porta-voz suplementar do governo chinês.

Para concluir, verificamos que, na cobertura da transferência de poderes de Macau tanto a imprensa portuguesa, como a imprensa chinesa trataram as vozes oficiais como fontes de informação principais, entre as quais os governos português e chinês se encontram em posição dominante.

Em seguida, iremos analisar as fontes chinesas dos jornais portugueses e as fontes portuguesas dos jornais chineses, a fim de observar quem representou as respetivas comunidades.

Na imprensa portuguesa, a fonte chinesa mais citada foi o *Governo central da China* (7.1%), seguindo-se as *instituições dos assuntos da transição* (5.5%) e o Chefe do Executivo da RAEM, *Edmund Ho* (5.5%). Verificou-se uma grande diferença entre as fontes não oficiais, com apenas 1.9% para as *elites chinesas* e 0.5% para a *comunidade civil chinesa*, e as fontes oficiais, o que mostra que, na cobertura portuguesa, o porta-voz da comunidade chinesa de Macau foi o governo da China e não a comunidade chinesa local. Mesmo em alguns tópicos sensíveis, como a questão do Tribunal de Última Instância de Macau, os jornalistas portugueses tenderam a utilizar diretamente as declarações dos líderes ou funcionários da China. Da mesma forma, a voz portuguesa nos jornais chineses veio, de facto, principalmente de Portugal, nomeadamente do *Governo de Portugal* (5.0%) e do *Governador Rocha Vieira* (5.0%), enquanto a voz da comunidade portuguesa local foi relativamente fraca. Assim, podemos concluir que, em peças jornalísticas relacionadas com a transferência da soberania de Macau, os governos dos dois países desempenharam, de facto, o papel de porta-voz da sua comunidade, pois as suas vozes foram dominantes entre as fontes de informação.

Em suma, as fontes de informação desempenham um papel importante na análise de *framing*. Diante de um mesmo evento noticioso, a partir das diferentes perspetivas, os jornalistas irão escolher as fontes de informação adequadas para construir as realidades sociais, fazendo com que a seleção das fontes de informação reflita a inclinação ideológica e a posição política da cobertura.

Com a análise da variável *Fontes*, podemos chegar a duas conclusões. Em primeiro lugar, na cobertura da transferência de poderes de Macau, do ponto de vista da distribuição dos recursos sociais e do poder, tanto os jornais de língua portuguesa, como os de língua chinesa de Macau recorreram mais frequentemente a fontes oficiais e a fontes de autoridade, nas quais estão incluídos os governos dos dois países

e as elites políticas e empresariais, relegando o discurso popular para uma posição de segundo plano.

As diferentes fontes de informação constituem diferentes estruturas de poder, e a sua tendenciosidade no momento da seleção pode exacerbar o desequilíbrio na distribuição dos recursos sociais e de poder. Como os media têm a função de *agenda-setting*, as fontes de informação podem aproveitar a oportunidade de acesso para definir as agendas dos media e do público, enquanto fortalecem a legitimidade dos grupos a que pertencem, aumentando os seus recursos sociais e o seu poder.

As fontes de informação dos quatro jornais que estudámos incluíram principalmente figuras políticas importantes e instituições governamentais, o que significa que estas puderam tirar partido dos contactos com os media e criar mais recursos para definir o significado do evento em questão, neste caso o regresso de Macau à China. Resumindo, a utilização das vozes oficiais como fontes principais de informação mostra que, na cobertura da transferência de poderes de Macau, a construção dos enquadramentos jornalísticos e das ideologias se encontrava nas mãos dos controladores do poder, pois estas vozes não foram apenas as fontes de informação principais, mas foram também as principais forças definidoras da realidade social.

A segunda conclusão que se tira da análise da variável Fontes é que o discurso mediático da transferência de poderes de Macau foi dominado e construído pelo discurso político e pelas ideologias de Portugal e da China.

A partir dos dados obtidos podemos ver que, nas peças analisadas, as vozes dos Governos chinês e português foram dominantes entre as fontes de informação. Mais, nas peças jornalísticas, as vozes da "parte portuguesa" e da "parte chinesa" provieram principalmente dos governos dos dois países, e não de fontes locais. Ou seja, nos assuntos relacionados com o regresso de Macau, os Governos de Portugal e da China desempenharam o papel de porta-voz das respetivas comunidades de Macau. Neste caso, pode mesmo afirmar-se que Portugal e a China desempenharam os papéis dominantes na construção dos discursos mediáticos locais de Macau.

Devido a fatores como ideologia, interesses de várias ordens ou profissões mediáticas, no momento de reportar o mesmo evento noticioso existe uma competição entre os enquadramentos dos diferentes media, que acontece também na comunicação internacional. Este tipo de competição torna-se mais óbvia quando estão envolvidos diferentes países. Todas as produções noticiosas de eventos internacionais têm início na seleção dos valores noticiosos e na utilização de enquadramentos específicos, que são determinados a partir da perspectiva do interesse nacional, estando relacionados com a política externa e a ideologia dominante de cada país. Assim, podemos concluir que o discurso mediático da transferência da soberania de Macau foi construído pelos discursos da China e de Portugal, utilizando o espaço público dos media locais de Macau como um campo de competição "internacional", sendo aqui que Portugal e a China, através da competição pelos enquadramentos, lutaram, de facto, pelo domínio na construção do significado social.

Assim, através da análise da variável Fontes, podemos inferir que a cobertura da transferência de poderes de Macau foi principalmente dominada pelo discurso político e pelas ideologias da China e de Portugal, sendo a sua inclinação política e os enquadramentos jornalísticos correspondentes aos interesses nacionais e às estratégias diplomáticas dos dois países.

Parte IV – Análise qualitativa da imprensa portuguesa

Cap.1 Assuntos da Transição

1. A visita de Jorge Sampaio

A visita do presidente Jorge Sampaio a Macau em março de 1999, antes da transferência de poderes, foi considerada uma visita ao mais alto nível. Como um dos eventos noticiosos mais importantes no ano da transição, esta visita atraiu a atenção dos media portugueses e chineses de Macau. Devido ao seu significado especial para a comunidade portuguesa de Macau, os jornais portugueses locais fizeram uma ampla cobertura deste evento, em que foram incluídas não só peças de “aquecimento”, antes da chegada do presidente, mas também artigos para fazer o balanço do evento e comentários após o final da visita.

Através da análise do discurso, identificámos duas características na cobertura deste evento: a cobertura expressou grandes expectativas para a visita do presidente da república, esperando que esta pudesse resolver alguns problemas pendentes ou mostrar a atitude oficial de Portugal relativamente a esses problemas; e “orgulho”, “presença portuguesa em Macau” e “manter a autonomia e o segundo sistema em Macau” foram os enquadramentos mais utilizados nas peças relacionadas com a visita presidencial.

Iremos, em seguida, discutir em detalhe o discurso das peças jornalísticas sobre este assunto.

1.1 Uma viagem diferente.

Os jornais portugueses depuseram grandes expectativas na visita do presidente Jorge Sampaio a Macau e consideraram que esta seria uma visita diferente porque acontecia num momento muito especial. À medida que a data da transferência

de poderes se aproximava, verificava-se que algumas questões relacionadas com a transição administrativa ainda não apresentavam avanços significativos. Entre essas questões estavam não apenas as divergências com o governo chinês sobre as negociações da transição, tais como assuntos relacionados com a língua oficial e a nacionalidade, mas também questões da transição dentro da própria comunidade portuguesa, nomeadamente a alocação dos funcionários públicos portugueses. Antes da chegada do presidente Jorge Sampaio, a Associação dos Trabalhadores da Função Pública (ATFPM) tinha expressado aos media a ideia de que queria aproveitar a visita para apresentar ao chefe de estado a questão da retirada dos funcionários portugueses em Macau, e especialmente a questão das pensões. A ATFPM também se mostrava preocupada com o facto de a crescente saída de portugueses de Macau poder ter impacto na máquina administrativa da altura e desejava que os contratos dos funcionários portugueses que optassem pelo ingresso nos quadros da República pudessem ser prolongados até dezembro de 1999.⁸

Duas semanas antes da visita do presidente Jorge Sampaio já este tipo de “petição” surgia nas associações e instituições portuguesas de Macau. Como escreveu um cronista do JTM relativamente à visita do presidente, “é quase certo que irá enfrentar petições”, entre elas, as dos aposentados, mas teve também pedidos de audiências de associações de origem portuguesa com o mesmo fim: “denunciar, reclamar, reivindicar.”⁹ Assim, podemos ver que, face à ansiedade provocada pela transferência de poderes, a comunidade portuguesa aguardava com extrema expectativa a chegada do presidente. Esperavam que o presidente pudesse trazer informações positivas sobre os problemas não resolvidos relacionados com a transição e sobre a questão da continuidade da comunidade portuguesa em Macau depois do território passar para a administração chinesa.¹⁰

Ao contrário da comunidade portuguesa, as expectativas da comunidade chinesa para a visita do presidente Jorge Sampaio centraram-se na solução das

⁸ João Drago, “ATFPM aguarda Sampaio com expectativa”, *Jornal Tribuna de Macau*, 9 de Março, 1999.

⁹ Joao Drago, “Sampaio no epicentro”, *Jornal Tribuna de Macau*, 16 de Março, 1999.

¹⁰ Jorge Silva, “Uma viagem diferente”, *Jornal Tribuna de Macau*, 15 de Março, 1999.

divergências sobre alguns assuntos relacionados com a transição nas negociações entre as duas partes. Com o objetivo de saber o que se esperava da visita de Jorge Sampaio, o JTM realizou um inquérito a algumas figuras locais das comunidades portuguesa e chinesa. De acordo com os resultados, a resposta da comunidade portuguesa centrou-se no desejo de discursos realistas e pragmáticos do presidente e no encorajamento à comunidade portuguesa, enquanto a comunidade chinesa se focou em dois aspetos: reforçar os laços de amizade e, mais importante, encontrar soluções para algumas questões relacionadas com os dois lados das negociações. Assim, de todos os eventos da visita do presidente português, o que atraiu maior atenção da comunidade chinesa foi o encontro entre Jorge Sampaio e Qian Qichen, o vice-primeiro ministro da China.

Em suma, fosse por responder às questões da comunidade portuguesa ou por dialogar com o líder chinês sobre os assuntos da transferência de poderes, a visita do presidente Jorge Sampaio foi, sem dúvida, um dos maiores eventos noticiosos da transição na imprensa de Macau. Por isso, antes da visita, os jornais portugueses de Macau criaram um ambiente favorável à visita, realçando a sua importância, e o entusiasmo e a expectativa de todos os setores da sociedade de Macau mesmo antes da chegada do presidente. O JTM, por exemplo, descrevia a cena de boas-vindas à cidade da seguinte forma:

“Cartazes com a fotografia de Jorge Sampaio e frases de boas-vindas em português e chinês, bem, como bandeiras nacionais e do Leal Senado são alguns dos símbolos que decoram Macau, antecipando a chegada do presidente da república.”¹¹

1.2 A continuidade da identidade e a singularidade de Macau

O diretor do JTM, José Rocha Dinis,¹² considerou que a chegada de Jorge Sampaio “foi um momento de festa, mas também de inequívoco sentido político”,

¹¹ Hilda Iu, “À espera de Sampaio”, *Jornal Tribuna de Macau*, 18 de Março, 1999.

¹² José Rocha Dinis, “O dedo na ferida”, *Jornal Tribuna de Macau*, 18 de Março, 1999.

porque, na sua opinião, esta visita foi um sinal de que Portugal assumira as suas responsabilidades na fase final de transição e na construção do futuro de Macau. Antes da partida de Lisboa, Jorge Sampaio afirmou que seria necessário aprofundar a autonomia da futura Região Administrativa de Macau, e essa declaração, na opinião de Dinis, foi como “colocar o dedo na ferida”, porque há muito que se considerava ser este o principal desafio.

Num editorial do JTM, o diretor referiu a contribuição do governo de Macau para a autonomia do território, considerando que, durante os brevíssimos 12 anos da transição, Macau tinha criado todas as condições – das estruturas físicas às educacionais – para que a futura RAEM pudesse manter o “segundo sistema” definido por Deng Xiaoping. Esta declaração estava em consonância com as declarações de Jorge Sampaio, que salientou que, durante o período de transição, a administração obtivera um “grande sucesso” com a sua contribuição para a modernização de Macau. “Portugal está orgulhoso de Macau e do que em Macau se realizou”, afirmou o presidente.

No entanto, José Rocha Dinis mencionou também as fragilidades da continuidade deste sistema, pois considerou que, à época, a questão de Macau não poderia ser apenas analisada como “uma história de sucesso”, havendo ainda incertezas quanto à situação da sua autonomia no futuro. De facto, se por um lado, ao referir-se à futura autonomia de Macau, o presidente aplicou o enquadramento “orgulho”, também mencionou a questão da manutenção da autonomia e referiu que a continuidade da identidade e da singularidade de Macau eram condições fundamentais para Macau manter o segundo sistema no futuro. Assim, o discurso oficial de “manter a identidade própria de Macau” tornou-se um fio condutor na cobertura portuguesa da visita do presidente Jorge Sampaio a Macau.

No que concerne à identidade de Macau, o presidente português afirmou que a profunda ligação que existia entre Portugal e Macau “é parte integrante da identidade própria do território”, e que a marca de Portugal na identidade de Macau ficaria nas “instituições políticas, cívicas e judiciais”, nos “direitos próprios”, na

sociedade e nos costumes do território.¹³ Por outras palavras, o presidente considerou que a chave para a continuidade da identidade de Macau residia na manutenção da presença portuguesa em Macau após o ano de 1999, tanto ao nível cultural, como político e judicial.

Luís Ortet¹⁴, cronista do JTM, relatou que o presidente tinha sublinhado a importância da identidade própria de Macau por diversas vezes numa entrevista sobre essa visita especial ao Oriente, o que mostrava que Portugal atribuía grande importância à singularidade de Macau. Por outro lado, o mesmo cronista referiu que embora concordasse com os esforços da administração portuguesa relativamente à continuidade da identidade de Macau, o que se estava a pôr em prática “não é suficiente”.

“Mas, se é certo que, em termos de infra-estruturas, a Administração portuguesa deixa uma boa obra realizada, o mesmo já não se poderá dizer, em minha opinião, quanto a aspetos mais subtis da sua atuação política. Se o Executivo do Território tivesse tido uma postura interativa em relação à população, ter-se-ia criado, de certo modo, um segundo sistema”.

Na cobertura portuguesa, a linha que sublinhava a importância da identidade própria de Macau atingiu o seu ponto alto nas peças jornalísticas relacionadas com a inauguração do Centro Cultural de Macau, o último projecto realizado sob a administração portuguesa de Macau. Este Centro Cultural teve também especial relevo no percurso da visita do presidente Jorge Sampaio, que o classificou como “o mais alto símbolo da identidade de Macau”, afirmando que este seria uma grande obra de que Macau se poderia orgulhar, pois o edifício apresentava “aquelas características que fazem a especificidade cultural de Macau, que constituem o melhor do seu perfil histórico e que a Declaração Conjunta reconhece e consagra para o futuro”. Além disso, o presidente relacionou também a identidade de Macau com os legados de Portugal, e referiu que essa identidade, construída ao longo dos séculos

¹³ “Ligação a Portugal é parte integrante”, *Macau Hoje*, 18 de Março, 1999.

¹⁴ Luís Ortet, “Que novo capítulo?”, *Jornal Tribuna de Macau*, 19 de Março, 1999.

e que se expressou de modo único no plano cultural, religioso, antropológico, científico, social e mesmo político, seria “o melhor património para o futuro”.

À semelhança do discurso oficial, os jornais de língua portuguesa de Macau também elogiaram a conclusão do Centro Cultural de Macau. Por exemplo, o cronista Jorge Silva¹⁵, do JTM, afirmou que o Centro Cultural de Macau, que recebia a herança da modernidade, do cosmopolitismo e da universalização, seria uma mais-valia para Macau. O mesmo cronista referiu ainda que o Centro Cultural de Macau, um edifício que surgiu no ocaso da presença administrativa portuguesa em Macau, num período em que a população lusa se tornava cada vez mais reduzida, constituía “mais uma prova da confiança que Portugal tem nos destinos desta terra e da sua gente”.

Por outro lado, é de referir que, embora este cronista tivesse mostrado orgulho nos esforços da administração portuguesa em manter a identidade de Macau, também destacou que esses esforços se refletiam principalmente na manutenção dos legados da cultura portuguesa, e que os esforços relacionados com os legados políticos não eram ainda os suficientes. Jorge Silva escreveu:

*“Para quem assistiu à evolução de Macau, nestes últimos anos, não poderia estar mais de acordo com Jorge Sampaio - temos de nos orgulhar do passado, mesmo sabendo que muitas foram e são as omissões e não se deixou verdadeiramente uma cultura democrática enraizada em Macau e uma forte consciência cívica”.*¹⁶

Por último, vamos analisar as peças jornalísticas escritas pelos cronistas da imprensa portuguesa de Macau que pretenderam fazer o balanço da visita do presidente da república portuguesa. Em geral, os cronistas portugueses fizeram uma avaliação muito positiva da visita, considerando que esta deu algum alento não apenas à última administração portuguesa no Oriente, mas a todos os portugueses que ali se encontravam.

¹⁵ Jorge Silva, “Viver a história”, *Jornal Tribuna de Macau*, 22 de Março, 1999.

¹⁶ *Ibidem*.

“Sem falsos patriotismos ou nacionalismos exacerbados ou serôdios, a visita de Jorge Sampaio não deixou ninguém indiferente”,¹⁷ afirmou o cronista Jorge Silva, que considerou que “houve mesmo momentos em que o frêmito dessa emoção de ser português nos marcou em muitos passos desta visita”, referindo a inauguração do Centro Cultural como um desses momentos, com a entrada do presidente no Centro: “são pequenos símbolos, pequenos momentos que marcam qualquer português”.

O diretor do JTM, José Rocha Dinis¹⁸, considerou que, durante os cinco dias da visita, Jorge Sampaio “fez o que se espera de um presidente da república português”. Dinis referiu particularmente que a mensagem do presidente sobre a continuidade da identidade própria de Macau na nova era que se avizinhava trazia novo alento às instituições portuguesas preparadas para se manterem em Macau após Dezembro:

“Esta mensagem moderna e adaptada às novas circunstâncias parece-nos essencial, tanto mais que se avolumam os ecos de uma mensagem passista e retrograda de quem olha o futuro de Macau com a desconfiança própria dos que, voluntariamente, se abstiveram de trabalhar para o desenvolvimento de Macau nas últimas décadas.”

2. A construção da identidade comunitária portuguesa

Na cobertura jornalística em língua portuguesa, o tema "Assuntos da Transição" incluiu o tópico "construir e fortalecer a identidade comunitária portuguesa". Aqui, o conceito de "identidade" era semelhante ao de “identidade nacional”, e referia-se ao sentimento de pertença a uma sociedade ou nação. O grupo dos macaenses, descendentes portugueses que viviam em Macau, era considerado a chave para a continuidade da presença portuguesa em Macau após 1999, pelo que, antes da transferência de poderes de Macau, construir e reforçar o sentimento de identidade dos macaenses relativamente à cultura portuguesa e ao grupo étnico a que

¹⁷ Ibidem.

¹⁸ José Rocha Dinis, “Em jeito de balanço”, *Jornal Tribuna de Macau*, 22 de Março, 1999.

pertenciam tornou-se o objetivo principal da imprensa portuguesa durante o período de transição, como forma de manter os legados culturais, políticos e jurídicos portugueses vivos em Macau após a transferência administrativa.

Em 1999 o reforço desta identidade comunitária na imprensa portuguesa foi conseguido principalmente em dois eventos: o III Encontro dos Macaenses, que se realizou aquando da visita do presidente da república a Macau; e a celebração do Dia de Camões. No ano da transição, ao fortalecer o imaginário dos macaenses relativamente à comunidade portuguesa, a imprensa portuguesa contribuiu para o estabelecimento da identidade portuguesa em Macau.

Sempre foi consenso geral na sociedade de Macau que “Macau precisa dos macaenses”. A presença do grupo dos macaenses foi sempre considerada como uma condição necessária para o desenvolvimento da futura RAEM, quer ao nível da continuidade da cultura portuguesa, quer da manutenção do estatuto de Macau como cidade internacional. Os macaenses, como herdeiros diretos dos legados portugueses, foram sempre considerados elementos fundamentais para que Macau mantivesse a sua singularidade e o seu sistema de autonomia no futuro. Na cobertura do encontro dos macaenses e da comemoração do dia de Camões, “a presença da cultura portuguesa em Macau” e “manter a autonomia e o segundo sistema” foram os enquadramentos mais usados pelos jornalistas e cronistas portugueses para enfatizar as responsabilidades dos macaenses na manutenção dos legados culturais e políticos portugueses no território após a transferência da soberania.

2.1 III Encontro dos macaenses.

O III Encontro dos Macaenses realizou-se em Março de 1999, no decurso da visita oficial do presidente Jorge Sampaio a Macau. Sendo uma oportunidade rara para reunir os macaenses espalhados por todo o mundo e tendo a participação do presidente da república de Portugal, este evento, a que foi atribuído um alto significado histórico e de solidariedade, atraiu a atenção de todos os setores da comunidade portuguesa de Macau. Como referiu o JTM, este encontro foi uma boa

oportunidade para fortalecer a solidariedade dos macaenses de todo o mundo, especialmente dos macaenses locais, o grupo que hastearia firmemente as bandeiras da continuidade na futura RAEM¹⁹, tornando-se uma plataforma importante para a construção da identidade comunitária portuguesa nas vésperas da transferência da soberania de Macau.

Luís Ortet²⁰, cronista do JTM, apontou a importância deste evento para o grupo dos Macaenses ao considerar que o III Encontro de Macaenses foi diferente dos dois anteriores, que tiveram como objectivo principal o reencontrar das raízes e das memórias. Este encontro, que se realizou no ano da transferência de poderes de Macau, focou-se aos desafios que os macaenses iriam enfrentar após o ano de 1999. Ortet referiu que os macaenses (e os portugueses em geral) que iriam permanecer em Macau estavam em vias de atravessar momentos críticos e teriam sentimentos de ansiedade e incerteza relativamente à sua presença em Macau no futuro. O autor considerou que este encontro poderia ser uma oportunidade para os macaenses locais partilharem as suas preocupações com os seus companheiros de diáspora, especialmente à medida que a data de *handover* se aproximava, “os macaenses precisam de alguém que explique de forma sistemática quais os desafios e ansiedades da comunidade portuguesa no futuro próximo”.

Neste contexto de ansiedade, o foco da comunidade portuguesa concentrava-se em dois aspetos do encontro: a questão dos espaços políticos e sociais dos macaenses no futuro; e o acompanhamento prestado por Portugal aos macaenses após 1999, ou seja, as promessas de Portugal relativamente à continuidade da presença portuguesa em Macau. Segundo os relatos dos jornais MH e JTM, na sessão de abertura do Encontro o presidente Jorge Sampaio afirmou que Portugal iria criar todas as condições para que a identidade de Macau se fortalecesse e perdurasse. O presidente português declarou: “Vamos abrir em breve um novo capítulo, naturalmente um novo empenhamento, se ele for desejado”²¹, sendo que, na opinião

¹⁹ Josué da Silva, “Posições negativas não servem a comunidade”, *Jornal Tribuna de Macau*, 17 de Março, 1999.

²⁰ Luís Ortet, “Que novo capítulo”, *Jornal Tribuna de Macau*, 19 de Março, 1999.

²¹ “Macaenses são uma das razões do segundo sistema”, *Macau Hoje*, 23 de Março, 1999.

de Luís Ortet, esse novo empenhamento “está a ser não só desejado, mas também exigido”.

A imprensa portuguesa sublinhou também que “os macaenses são os elementos críticos para garantir a autonomia do Território”, estando esta opinião em linha com o discurso oficial de Portugal. Ainda na sessão de abertura do III Encontro de Macaenses, o presidente Jorge Sampaio afirmou que os macaenses seriam um dos elementos essenciais do segundo sistema e considerou que a chave para a plena implementação da autonomia no futuro de Macau dependeria da garantia de que o grupo dos macaenses pudesse participar nos assuntos políticos e sociais públicos, assim como da preservação da identidade própria de Macau. Sampaio enfatizou também a importância da manutenção da presença dos macaenses na continuidade institucional da administração portuguesa. Uma vez que a maioria dos cargos do funcionalismo público da administração portuguesa tinha sido sempre ocupada por macaenses, o grupo de macaenses, como parte importante do sistema da administração pública, foi considerado um elemento indispensável para a continuidade institucional após a transferência da administração. O presidente Jorge Sampaio declarou que:

“A plena viabilidade de autonomia convencionada para Macau depende, em larga medida, da participação, em todos os domínios, dos ‘filhos da terra’, intérpretes fiéis daquela identidade e, pela sua experiência histórica, elementos indispensáveis para assegurar o êxito da continuidade institucional e do novo ciclo de relacionamento que se abre.”²²

A imprensa portuguesa preferiu destacar as atitudes positivas dos macaenses relativamente ao futuro de Macau, pois estas fomentariam a confiança da comunidade portuguesa para enfrentar desafios desconhecidos e assumir a responsabilidade da continuidade da presença portuguesa em Macau.

O JTM fez uma série de entrevistas com os participantes no encontro, que publicou com o título “Posições negativas não servem a comunidade”²³. No texto, o

²² Ibidem.

²³ Josué da Silva, “Posições negativas não servem a comunidade”, *Jornal Tribuna de Macau*, 17 de Março, 1999.

jornalista mostrou aos leitores a atitude positiva dos macaenses em relação ao futuro de Macau e sublinhou que estes tinham vontade de dar continuidade aos 450 anos da presença portuguesa e de defender a aculturação que marcava profundamente a sua terra. Estas posições estavam imbuídas de um forte espírito de solidariedade e contribuíam para a construção das “comunidades imaginadas” da comunidade macaense e portuguesa. Como disse um dos entrevistados macaenses:

*“Nada obstará a que o macaense possa continuar na sua terra e construir nela o futuro desejável. Eu penso que as posições negativas relativamente a este encontro, com que alguns de nós aqui chegam, não servem a comunidade. É preciso acreditar firmemente que o nosso destino é, e será Macau, que amamos profundamente. E este encontro tem que deixar bem vincada essa ideia”.*²⁴

Em resumo, o III Encontro dos Macaenses realizado em 1999 tornou-se no evento mais importante da comunidade portuguesa antes da transferência de poderes de Macau devido ao número significativo de participantes e à presença do presidente da república Jorge Sampaio. No decurso deste encontro emergiram na imprensa portuguesa características claras de identidade comunitária: “*não percam a língua portuguesa*”, “*manter a nossa herança*”, “*enfrentar o futuro com confiança*” e “*Portugal pode orgulhar-se*”, etc. contribuíram para o fortalecimento da solidariedade do grupo de macaenses e da sua identidade comunitária portuguesa.

2.2 O Dia de Camões em 1999

A celebração do Dia de Camões em 1999 foi o outro evento importante para a construção da identidade comunitária portuguesa realizado antes da transferência de poderes de Macau. Com contornos diferentes dos anos anteriores, realizaram-se em Macau uma série de atividades solenes, tais como a grande exposição da cultura portuguesa no Centro Cultural de Macau e a cerimónia tradicional na Gruta de Camões em Macau. Estas atividades comemorativas despertaram como nunca a atenção da

²⁴ Ibidem.

comunidade portuguesa e, ao mesmo tempo, da imprensa portuguesa de Macau, que fez uma cobertura extensiva, não por causa do evento em si, mas porque aquela seria a "última vez". A decisão adotada pela Comissão Preparatória de eliminar o Dia de Camões da lista dos feriados públicos fez com que o dia 10 de junho de 1999 tivesse um significado especial. A comunidade portuguesa de Macau sentiu-se triste por aquela ser a "última" comemoração oficial do Dia de Camões em Macau e gostaria que aquele dia pudesse continuar a ser celebrado de forma oficial após o regresso de Macau à China. Como escreveu a cronista do JTM Agnes Lam, "Hoje é o último Dia de Portugal como feriado público em Macau. o Dia de Camões constituiu o festival mais humano para os portugueses de Macau. O facto de deixar de ser feriado público é algo que nos traz uma recordação triste e a sensação de um pesaroso adeus".²⁵

Para a comunidade portuguesa, o Dia de Camões de 1999 tornou-se o símbolo de um desejo forte de preservar a cultura portuguesa e os laços com Portugal em Macau. Através de uma série das comemorações e das notícias sobre esses eventos, a comunidade portuguesa esforçou-se para reforçar a influência cultural portuguesa em Macau e construir e consolidar a sua identidade comunitária.

As coberturas dos jornais portugueses concentraram-se em dois aspectos: o valor da identidade de Macau, discutido numa perspetiva histórica e cultural, sob o quadro "orgulho", e os pensamentos sobre o futuro dos macaenses na RAEM.

Na sessão solene do 10 de Junho, o governador Rocha Vieira declarou que o valor de Macau provém do resultado do cruzamento das culturas do Ocidente e do Oriente, do respeito mútuo consolidado entre Portugal e a China, "Macau é uma síntese de valores que interessam a toda a humanidade" disse o governador no discurso da sessão, sublinhando que o valor de Macau deveria ser transportado para o futuro, porque "é uma conquista dos valores humanistas, do respeito pela pluralidade, pela liberdade e pela dignidade do ser humano", e que "Macau é o símbolo que não se pode perder"²⁶.

²⁵ Agnes Lam lok Fong, "Um símbolo de fortes desejos", *Jornal Tribuna de Macau*, 10 de Junho, 1999.

²⁶ "Macau vai manter identidade", *Macau Hoje*, 11 de Junho, 1999.

Seguindo as palavras do governador Rocha Vieira, os jornais portugueses de Macau publicaram também alguns artigos opinativos relacionados com o valor da identidade de Macau. O diretor do JTM, José Rocha Dinis²⁷, mencionou num editorial a contribuição de Portugal para o desenvolvimento dos valores humanistas de Macau. Abordou em primeiro lugar a presença dos portugueses em Macau numa perspetiva histórica: “Em Macau, como nos novos países surgidos após o 25 de Abril, ou no retângulo continental e ilhas, os nossos antepassados cometeram os erros próprios das eras em que viveram, tal como o fizeram outros países europeus”. E referiu também que a presença dos portugueses trouxe inevitavelmente um novo valor humanístico a Macau, pois com “a presença dos portugueses fundou um valor humanístico, que não poucas vezes ao longo do século foram pioneiros do pensamento e da ação dos outros povos”.

O enquadramento “orgulho” foi também usado no artigo de João Fernandes²⁸ sobre o Dia de Camões de 1999 em Macau. O cronista referiu que os poemas citados na sessão de comemoração evocaram os gloriosos momentos de antanho e que, na sua opinião, entre todos os êxitos portugueses, provavelmente o que mais se destacou foi a implementação dos sistemas político e judicial em Macau. João Fernandes escreveu no seu artigo: “o mais importante que conseguimos em Macau, foi que desta vez não assistimos a um ‘corte’, mas sim a uma mudança”, em consonância com o discurso do Dia de Camões de Rocha Vieira. Nesse discurso oficial, o governador referiu ainda que Macau fora dotado dos meios e das linhas de orientação necessários para que pudesse prosseguir o seu caminho na história sem perder a identidade e sem ver desaparecer a sua singularidade. No final do mesmo artigo, João Fernandes utilizou uma expressão metafórica para explicar a contribuição de Portugal para os sistemas político e judicial de Macau:

“Não é um filho que se perde, mas antes um filho que casa, se emancipa e parte para viver um outro futuro. Que ajudámos a preparar-lhe e que continuaremos a seguir com interesse justificado..... Foi o último 10 de Junho em Macau sob

²⁷ José Rocha Dinis, “Regresso ao futuro”, *Jornal Tribuna de Macau*, 11 de Junho, 1999.

²⁸ João Fernandes, “O mais importante”, *Jornal Tribuna de Macau*, 11 de Junho, 1999.

o Administração portuguesa, mas é um consolo saber que os próximos serão vividos em paz e com dignidade.” ²⁹

Na cobertura da celebração do último Dia de Camões em Macau, antes da transferência da soberania, a imprensa portuguesa prestou também atenção ao futuro da comunidade portuguesa na Região Administrativa Especial de Macau, especialmente, os desafios que os macaenses iriam enfrentar e as responsabilidades que teriam que assumir. No editorial do JTM publicado no dia 11 de Junho³⁰, à reflexão sobre o último Dia de Camões foi acrescentada a questão da continuidade da “Portugalidade” em Macau após o ano de 1999. Segundo o diretor do JTM, embora já sob soberania chinesa, a RAEM iria necessitar da cooperação e do acompanhamento de Portugal para dar continuidade à defesa dos legítimos interesses dos portugueses, pois a presença portuguesa em Macau “é indispensável à manutenção da autonomia do segundo sistema” da futura RAEM, sendo mesmo a matriz do sucesso do Território no futuro. O JTM afirmou neste editorial que a comunidade de Macau enfrentaria desafios na criação da Região Administrativa Especial de Macau, entre os quais o que mais importante seria o de manter viva a presença portuguesa em Macau após a transferência de poderes de 1999.

Ao escrever sobre a celebração do Dia de Camões de 1999, Luís Ortet, cronista do JTM, referiu também a questão do futuro da comunidade portuguesa de Macau na RAEM, considerando que existiam dois tipos de posicionamento possíveis: um de natureza “minimalista”, ou seja, “deixem-nos continuar a viver em Macau”, e outro mais ambicioso, que colocava a questão “como, partindo das nossas experiências e competências, poderemos contribuir para a construção da RAEM?”. Este cronista acreditava que a comunidade portuguesa de Macau deveria enveredar por uma atitude positiva para enfrentar o desafio da construção da RAEM, porque, por um lado, seria um elemento fundamental para manter a autonomia e o segundo sistema em Macau e, por outro, o grupo dos macaenses contava, entre os seus

²⁹ João Fernandes, “O mais importante”, *Jornal Tribuna de Macau*, 11 de Junho, 1999.

³⁰ José Rocha Dinis, “Regresso ao futuro”, *Jornal Tribuna de Macau*, 11 de Junho, 1999.

membros, com indivíduos de grande competência técnica e experiência política, o que seria um trunfo que “por vezes é ignorado”. Ortet era da opinião de que a comunidade portuguesa deveria ser ativamente encorajada a integrar a construção da RAEM, uma vez que tinha contribuído muito para o processo de desenvolvimento mais recente de Macau e que, “como sempre se soube, melhor está preparada para enfrentar os desafios do futuro, após a transição da administração dentro de seis meses”.

Em suma, através desta análise podemos ver que a comunidade portuguesa, especialmente o grupo étnico dos macaenses, foi um objeto importante na cobertura da transição da imprensa portuguesa de Macau. As peças jornalísticas portuguesas tinham por objectivo principal a construção e o fortalecimento da identidade comunitária portuguesa para fomentar uma presença portuguesa forte em Macau após a transferência de poderes de 1999.

O III Encontro de Macaenses e a celebração do último Dia de Camões em Macau sob a administração portuguesa foram os dois eventos noticiosos mais importantes na imprensa portuguesa de Macau no ano de 1999. As linhas condutoras das peças jornalísticas centraram-se principalmente nos desafios sentidos pela comunidade portuguesa para construir e integrar a Região Administrativa Especial de Macau, na importância dos macaenses para fortalecer a sua própria identidade e manter a singularidade de Macau, e especialmente no papel dos macaenses para garantir a autonomia de Macau e aí dar continuidade à cultura portuguesa.

3. As negociações bilaterais no GLC no último ano da transição

Além da cobertura da visita oficial do presidente Jorge Sampaio e de uma série de atividades que tinham por objetivo fomentar a construção de uma identidade comunitária, a imprensa portuguesa de Macau prestou também atenção aos “Assuntos da transição”, nomeadamente os assuntos legislativos e administrativos da transição em si. Estas negociações ganharam uma maior relevância à medida que o processo de transição entrava na fase final. Com base na leitura dos jornais JTM e MH, iremos analisar três aspetos: o tratamento da imprensa portuguesa dos assuntos

ainda pendentes do GLC, o quadro de amizade e cooperação luso-chinesa usado nas peças relacionadas com este tema, e os balanços elaborados pela imprensa portuguesa sobre os 12 anos da transição. Através desta análise poderemos observar como os jornais portugueses de Macau trataram as questões da transição ainda não resolvidas no último ano e as posições dos jornais em estudo face a essas questões.

3.1 O Grupo de Ligação Conjunta e os assuntos ainda pendentes

O Grupo de Ligação Conjunta (GLC), cujo objetivo era resolver os assuntos relacionados com a transferência de poderes de Macau, foi criado a 13 de Abril de 1987 com a assinatura da Declaração Conjunta luso-chinesa. Durante os 12 anos do período de transição, os trabalhos do GLC foram o maior fornecedor de conteúdos para a cobertura do processo de transição de Macau.

"Solucionar pacificamente e diplomaticamente os problemas herdados pela história" foi o princípio orientador de ambas as partes do GLC no tratamento dos assuntos da transição. Foi sob este consenso bilateral datado de 1988 que ambas as partes do GLC fizeram esforços ativos para a concretização de uma transição suave e foram gradualmente implementando políticas judiciais e administrativas na segunda fase do período da transição (1993-1999). Em 1999, o último ano da transição, embora a maioria dos trabalhos já estivesse concluída, existiam ainda alguns assuntos não resolvidos na mesa de negociações do GLC, nomeadamente a questão da nacionalidade, o estatuto da língua portuguesa, a organização judiciária e o estabelecimento da guarnição militar da futura RAEM.

Nesta conjuntura, a cobertura da imprensa portuguesa continuou a sublinhar o quadro "amizade e cooperação luso-chinesas", mas apresentou também algumas críticas aos atrasos nas negociações. Em geral, o tratamento da imprensa portuguesa de Macau dos assuntos da transição esteve sempre em linha com as posições oficiais e diplomáticas de Portugal. Pode-se mesmo afirmar que, relativamente aos assuntos da transição, a atenção da imprensa portuguesa esteve sempre voltada para a

dignidade nacional e as futuras relações luso-chinesas, que superaram a atenção prestada à própria Questão de Macau.

Ao longo do período de transição (1988-1999), a cobertura jornalística dos assuntos da transição aplicou sempre uma retórica de “bom entendimento e cooperação entre as partes” para relatar os trabalhos do GLC. No entanto, a partir de 1998 as questões mais delicadas e com maior carga política da agenda do GLC entraram numa fase mais aguerrida de negociações, fazendo com que este discurso de consenso fosse substituído por declarações mais reveladoras dos verdadeiros combates travados à mesa das negociações.

À medida que o regresso de Macau se aproximava, as últimas três reuniões plenárias do GLC de 1999 atraíram a atenção generalizada de todos os setores de Macau. Nos dias anteriores e posteriores às reuniões surgiu na imprensa portuguesa um grande número de peças, a maioria artigos de opinião com críticas aos atrasos provocados pela parte chinesa no processo de negociação. Antes da reunião plenária de Abril, o JTM publicou alguns editoriais em que referiu a questão dos atrasos, nomeadamente o próprio director do jornal, que salientou que já se estava em meados de abril e que nada havia de novo sobre as grandes questões ainda por resolver, e que embora o vice-primeiro ministro da China, Qian Qichen, proferisse palavras muito simpáticas no decurso da sua visita a Macau em março, a parte chinesa do GLC ainda não tinha tomado quaisquer decisões sobre os assuntos não resolvidos.³¹ O JTM considerou que caberia à delegação chinesa dar resposta às questões ainda por solucionar e cujo atraso “irá influenciar negativamente o futuro de Macau”.³² A linha geral da cobertura do JTM das negociações correspondeu ao discurso oficial da parte portuguesa. Na véspera da reunião, o representante da delegação portuguesa, o embaixador Santa Clara, reafirmou a sua preocupação relativamente aos atrasos, enfatizou que a parte portuguesa “tratou com o máximo de seriedade e rigor este período de transição, na tentativa de resolver todos os assuntos”, e declarou que se os assuntos não fossem resolvidos até a data da

³¹ José Rocha Dinis, “O futuro dar-nos-á razão...”, *Jornal Tribuna de Macau*, 16 de Abril, 1999.

³² José Rocha Dinis, “Então... acelerem!”, *Jornal Tribuna de Macau*, 11 de Abril, 1999.

transferência da administração, a parte chinesa deveria ser responsabilizada pelas questões não resolvidas.

Com questões ainda por resolver, a última reunião plenária do GLC realizou-se em novembro de 1999, sendo considerada a última oportunidade para a diplomacia luso-chinesa encerrar a “Questão de Macau” em tom de consenso. Por conseguinte, a discussão em torno desta reunião tornou-se um dos tópicos de interesse da imprensa de Macau na véspera do *handover*. Os media de língua portuguesa de Macau depositaram muitas expectativas nesta reunião. O cronista João Drago³³, do JTM, considerou que o quadro da cooperação luso-chinesa deveria ser aplicado de forma mais “pragmática” na resolução dos problemas práticos. Em sua opinião, se os assuntos não chegassem a ser resolvidos, “a diplomacia luso-chinesa, dificilmente, contará argumento para ‘cantar vitória’ consensual, ou para repetir, de bom grado, o chavão das excelentes relações”.

A reunião iniciou-se em tom de despedida. No decurso da reunião, os chefes das duas delegações fizeram um balanço dos resultados obtidos desde que o GLC entrara em funcionamento, transmitiram uma avaliação positiva ao nível da cooperação bilateral e salientaram que o processo de transição teve “muito sucesso”. No entanto, o GLC tinha ainda com obra inacabada, embora ficasse prometido que alguns dos problemas seriam resolvidos antes da cerimónia de entrega, nomeadamente a questão da guarnição militar, assim como alguns assuntos que teriam de ser tratados unilateralmente pelo governo da RAEM após o regresso de Macau à China, como a questão da organização judicial.

Por outras palavras, após a última reunião do GLC, embora ambos os lados enfatizassem um quadro oficial de amizade e cooperação, faltavam ainda consensos relativamente a alguns assuntos concretos. Apesar dos elogios ao processo de transição do discurso oficial, o cronista João Fernandes³⁴ do JTM expressou uma opinião diferente:

³³ João Drago, “Macau em suspense”, *Jornal Tribuna de Macau*, 9 de Novembro, 1999.

³⁴ João Fernandes, “Em tempo de balanços”, *Jornal Tribuna de Macau*, 10 de Novembro, 1999.

“Nem toda a gente concordará automaticamente com esta ideia, tendo em vista que se chega ao fim com a incómoda sensação de que vários assuntos ficaram (desnecessariamente?) por resolver, enquanto que vários dos “consensos” acabaram por desagradar a ambas as partes.”

As peças jornalísticas da imprensa portuguesa sobre as negociações dos assuntos da transição foram sempre acompanhadas de críticas aos atrasos da parte chinesa. Entre estas peças, houve muitos artigos de opinião que apresentaram as interpretações e análises dos cronistas e comentadores portugueses sobre os motivos desses atrasos. Um editorial do JTM, por exemplo, mencionou que os atrasos deveriam ser uma tática da parte chinesa, que queria resolver os problemas menores por meio do “facto consumado” em vez de encontrar consensos para questões de princípio sobre as quais a parte portuguesa tinha sérias e fundamentadas reservas.³⁵

João Miguel Roque³⁶, jornalista da Agência Lusa, deu também a sua opinião sobre os atrasos da parte chinesa, mas de um ponto de vista jurídico, afirmando que a Lei Básica da RAEM conferia à delegação chinesa vantagem nas negociações bilaterais. A Lei Básica, publicada a 31 de março de 1993, e que funcionava como uma miniconstituição redigida por Pequim e definia os princípios fundamentais para a autonomia da futura RAEM, era a base que orientava os trabalhos do Grupo de Ligação Conjunta no período da transição. João Miguel Roque considerou que a Lei Básica oferecia uma “arma” à parte chinesa do GLC a ser utilizada nos momentos de maior atrito das negociações, uma vez que “as questões deixadas pendentes no GLC poderiam ser resolvidas ‘adequadamente’, e unilateralmente, pelo governo da futura RAEM no quadro da Lei Básica”. O jornalista declarou que, numa perspetiva temporal, as negociações do GLC seriam favoráveis à parte chinesa, pois esta poderia adiar os assuntos pendentes até à transferência de poderes, para depois serem resolvidos unilateralmente pelo governo da RAEM. Para João Miguel Roque, a parte portuguesa sentia maior pressão do que a parte chinesa, uma vez que teria que terminar as negociações sobre as questões relacionadas com a democracia e a autonomia da

³⁵ José Rocha Dinis, “Os princípios e as questões menores”, *Jornal Tribuna de Macau*, 12 de Julho, 1999.

³⁶ João Miguel Roque, “uma obra por acabar”, *Macau Hoje*, 9 de Dezembro, 1999.

futura RAEM antes da cerimónia de entrega: “Desde o início foi Portugal a sentir a pressão da necessidade de deixar solidificado em acordos formais o mais possível do futuro de Macau”. Ainda de acordo com o mesmo jornalista, a parte chinesa, pelo contrário, teria um processo de negociações mais tranquilo porque podia adiar as decisões para depois da transferência de poderes, altura em que poderia decidir unilateralmente e “sem o ‘incómodo’ de obrigações assumidas formalmente com Portugal”.

Podemos concluir que, relativamente aos assuntos pendentes do GLC, a imprensa portuguesa considerou, em geral, que a responsabilidade pelos atrasos residia na parte chinesa, que tinha como objetivo resolver os problemas unilateralmente após a transferência de poderes. Os cronistas portugueses escreveram peças de tom negativo sobre estas questões, nomeadamente o diretor do JTM, que afirmou que a estratégia dos atrasos se opunha ao quadro de amizade sino-portuguesa a que a parte chinesa constantemente aludia, e que o tratamento dos assuntos da transição de Macau não poderia decorrer da mesma forma que a questão de Hong Kong.³⁷

A seguir, a partir da análise do discurso realizada iremos estudar o quadro de amizade e cooperação luso-chinesa, que foi um dos enquadramentos da imprensa portuguesa no âmbito das negociações dos assuntos da transição.

3.2 Amizade e Consenso

O quadro de amizade e cooperação luso-chinesa foi o enquadramento mais usado na cobertura dos assuntos da transição, especialmente nas peças sobre as negociações bilaterais e em retrospectivas das relações luso-chinesas. Tanto o discurso oficial da China, como o de Portugal preferiram enfatizar o percurso histórico comum dos últimos cinco séculos e os consensos alcançados na questão de Macau.

³⁷ José Rocha Dinis, “Os princípios e as questões menores...”, *Jornal Tribuna de Macau*, 12 de Julho, 1999.

No discurso oficial de Portugal salientou-se a linha que referiu que a “Transição ficará como exemplo da cooperação luso-chinesa”, que considerou a transição de Macau e a construção da RAEM como um exemplo do respeito pelo acordo alcançado por Portugal e pela China. Esta linha surgiu pela primeira vez no discurso oficial português na voz do governador Rocha Vieira na cerimónia da Associação Comercial de Macau realizada em setembro de 1999³⁸, e teve continuidade noutros eventos diplomáticos em que o lado chinês também se encontrava presente, nomeadamente no jantar de comemoração do 50º aniversário da fundação da RPC, organizado pelo representante da China em Macau (Agência *XinHua*), em que o governador Rocha Vieira, no seu discurso, elogiou fortemente a cooperação bilateral e enfatizou que a longa história de Macau seria uma garantia sólida da continuidade das relações de cooperação e de amizade entre Portugal e a China.³⁹ Adicionalmente, ao falar das questões ainda pendentes, a parte portuguesa considerou sempre que estas estavam relacionadas com os interesses comuns e que ambas as partes as queriam resolver através da cooperação bilateral. Assim, no seu discurso oficial, Portugal sublinhou que “Portugal não desiste de resolver até ao último minuto” e “Portugal quer reforçar o ambiente de cooperação e amizade que sempre preside às discussões com a China”.

Em linha com o discurso oficial, o quadro de amizade e cooperação foi também amplamente usado nas peças jornalísticas sobre os assuntos da transição e as negociações bilaterais. O JTM chamou a este quadro de cooperação “Espírito da Primavera” no seu editorial da véspera da 35ª reunião plenária do GLC.⁴⁰ Aqui, o “Espírito da Primavera” abrangeu dois níveis de significado: ambas as partes encontraram em conjunto as melhores soluções para os assuntos pendentes e conseguiram uma “transição suave”; e ambas as partes alcançaram os consensos políticos necessários para “garantir a autonomia no futuro da RAEM”:

³⁸ “Transição ficará como exemplo da cooperação luso-chinesa”, *Macau Hoje*, 27 de Setembro, 1999.

³⁹ “O elogio da cooperação”, *Jornal Tribuna de Macau*, 28 de Setembro, 1999.

⁴⁰ José Rocha Dinis, “O ‘espírito de primavera’”, *Jornal Tribuna de Macau*, 15 de Abril, 1999.

A parte chinesa definiu “um país, dois sistemas” e “alto grau de autonomia” como os princípios básicos da autonomia da RAEM. Estes princípios salientavam que Macau podia manter o actual sistema capitalista “pelo menos por 50 anos” e que a “administração de Macau pelas gentes de Macau” continuava após a transferência de poderes.

Ao mesmo tempo, na parte portuguesa enfatizava-se a importância da continuidade do segundo sistema na futura RAEM e acreditava-se que esta seria a base para Macau manter a sua identidade própria e a sua prosperidade após o ano de 1999. Assim, no discurso do JTM, o significado mais importante de “Espírito da Primavera” encontrava-se ligado aos consensos políticos alcançados pelos dirigentes de Portugal e da China para que Macau mantivesse “o segundo sistema” após o seu regresso à China.

Em suma, na véspera da reunião do GLC a imprensa portuguesa criticou os atrasos da parte chinesa na resolução de algumas questões “que ela própria reconhece como importante”, mas sublinhou que os dois lados deveriam “prosseguir e resolver o que falta solucionar”, com base no “Espírito da Primavera” que possuíam.⁴¹

A cobertura noticiosa dos assuntos da transição comparou com frequência o quadro de amizade e cooperação de Macau com a situação de Hong Kong, salientando as diferenças. E embora a cooperação amigável entre Portugal e a China fosse constantemente enfatizada nos discursos oficiais, a prática dos trabalhos do GLC nem sempre a demonstrava. De acordo com a análise do JTM, a razão fundamental para as divergências nas negociações do GLC entre Portugal e a China seria a parte chinesa tratar os assuntos da transição de Macau no seguimento da sua experiência com a transição de Hong Kong. Na perspectiva da imprensa portuguesa, este método era irrazoável, pois os contextos históricos destas duas regiões e as relações entre a China e o Reino Unido ou Portugal eram diferentes.⁴² Um exemplo foi a decisão chinesa de fazer entrar a sua guarnição militar em Macau às zero horas do dia 20 de dezembro,

⁴¹ Ibidem.

⁴² José Rocha Dinis, “Macau e pouco mais”, *Jornal Tribuna de Macau*, 26 de Outubro, 1999.

o momento exato da transferência de poderes de Macau, à semelhança da decisão tomada aquando da transição de Hong Kong para a China, em que os soldados chineses entraram em Hong Kong exatamente às zero horas do dia 1 de julho de 1997, enfatizando o significado simbólico da transferência da soberania. Esta decisão não foi, porém, bem compreendida pela parte portuguesa, que considerou que a questão da guarnição militar estava a ser tratada de forma injusta, pois as situações de Macau e Hong Kong não eram comparáveis. José Rocha Dinis escreveu no editorial do JTM:

*“Ao contrário da difícil relação histórica com o Império Britânico – de que a “Guerra do ópio” e a tomada de Hong Kong são apenas dois exemplos – a China nunca teve conflito armado com Portugal”.*⁴³

Por fim, e após novas negociações, na véspera da cerimónia a parte chinesa decidiu que a guarnição iria entrar em Macau ao meio-dia do dia 20, ou seja, no primeiro dia da RAEM, após a saída da delegação portuguesa. Desta forma, a partida de Portugal assumiria um significado diferente do da saída do Reino Unido de Hong Kong em 1997, salvaguardando assim a dignidade de Portugal. Dinis publicou um editorial no JTM em que expressou aprovação relativamente a esta nova resolução, colocando-a no quadro de amizade e cooperação e sublinhando que esta resolução era “uma materialização da amizade luso-chinesa”:

*“As autoridades da República Popular da China deram ontem um sinal efetivo da tão propagada amizade luso-chinesa, ao divulgarem o modo como e quando as suas forças militares entrarão no território, de uma forma que vinca bem a diferença utilizada na Região Administrativa Especial de Hong Kong.”*⁴⁴

As diferenças entre as situações de Hong Kong e Macau foram frequentemente discutidas na cobertura jornalística das negociações dos assuntos da transição, no âmbito do quadro de amizade e cooperação, com o objetivo de enfatizar que “a questão de Macau não deve ser tratada de mesma forma que a questão de Hong Kong”.

⁴³ José Rocha Dinis, “A materialização da amizade luso-chinesa”, *Jornal Tribuna de Macau*, 8 de Dezembro, 1999.

⁴⁴ *Ibidem*.

As diferenças entre Hong Kong e Macau tiveram novo realce nos jornais de língua portuguesa quando a imprensa chinesa publicou algumas peças de cariz histórico sobre a questão de Macau. Nas vésperas da cerimónia de *handover*, por exemplo, a Agência de notícias *Xinhua*, órgão oficial de informação da China, divulgou dez slogans oficiais para a celebração da cerimónia da transferência. Um destes slogans, “o regresso de Macau significa que o povo chinês varreu a humilhação nacional e Macau entrou numa nova época histórica”, era, de facto, igual a um dos que tinha sido usado aquando da celebração da transferência da soberania de Hong Kong em 1997. Por outras palavras, a propaganda chinesa tratou a recuperação da soberania de Macau como o fim da “humilhação nacional” sofrida desde a primeira Guerra do Ópio em 1840. Os articulistas portugueses consideraram que, devido aos diferentes contextos históricos, a questão de Macau não deveria ser tratada de forma igual à questão de Hong Kong, chamando a atenção para o facto de este slogan não ir ao encontro do discurso oficial dos altos responsáveis da RPC, que continuavam a salientar a profunda amizade entre Portugal e a China. João Fernandes, na sua crónica no JTM, escreveu:

“É obvio que se a China faz questão em sentir-se humilhada e que os seus cidadãos se sintam também, nós pouco podemos fazer. O que não podemos é deixar de nos surpreender pelo que de desnecessariamente inamistoso se representa nesse “slogan”. Que sinceridade pode haver numa “amizade” que coexiste com a “humilhação”? ⁴⁵

Na opinião do cronista do JTM, a coexistência do quadro de amizade e a linha da “humilhação nacional”, correspondente ao discurso nacional do regresso de Hong Kong cujo objetivo era construir um sentimento de identidade nacional, parecia ser contraditória. A imprensa portuguesa acreditava que, devido aos diferentes contextos históricos e boas relações diplomáticas, aquele slogan não deveria ser utilizado na cobertura jornalística do regresso de Macau, e que, nas peças noticiosas sobre os assuntos da transição, o quadro de amizade e cooperação deveria sempre distinguir

⁴⁵ João Fernandes, “O decálogo da transferência”, *Jornal Tribuna de Macau*, 12 de Outubro, 1999.

as questões de Hong Kong e de Macau. De facto, verificava-se mais uma vez que a posição da imprensa portuguesa de Macau permanecia consistente com os interesses nacionais e as estratégias diplomáticas de Portugal na defesa da dignidade nacional e da permanência da cultura portuguesa em Macau após o ano 1999.

3.3 O “Processo de transição é um caso de sucesso”

O período de transição (1988-1999) foi um período especial na história de Macau e na evolução das relações luso-chinesas. Mais de vinte anos após a transferência de poderes de Macau, uma avaliação retrospectiva destes 12 anos do processo de transição ainda é um dos tópicos mais significativos dos estudos da Questão de Macau. Os investigadores têm preferido estudar esta Questão na perspetiva da sua “complexidade política”, nomeadamente as relações entre o poder central e a administração local de Macau, ou as relações entre Portugal e a China, que são referências para os estudos sobre o desenvolvimento da RAEM e o relacionamento sino-português.

De facto, já em 1999, o último ano do período de transição, as entidades oficiais e os media da China, de Portugal e de Macau faziam várias avaliações e balanços do processo de transição e dos trabalhos do GLC ao longo desses 12 anos. Especialmente nas vésperas da cerimónia da transferência, com o fim de todas as negociações bilaterais e com as soluções para os assuntos da transição encontradas, os balanços do processo de transição tornaram-se naturalmente os conteúdos principais das peças jornalísticas relacionadas com a transferência de poderes de Macau.

No discurso oficial de Portugal, a linha geral dos balanços da transição de Macau foi “o processo de transição é um caso de sucesso”,⁴⁶ frase proferida pelo presidente Jorge Sampaio numa entrevista ao JTM que se tornou manchete do jornal. Neste balanço Jorge Sampaio atribuiu uma avaliação muito positiva aos

⁴⁶ “Processo de transição é um caso de sucesso”, *Jornal Tribuna de Macau*, 7 de Dezembro, 1999.

representantes portugueses do GLC e ao governo português de Macau: “Cumprimos todos os objetivos essenciais. Foi possível antecipar as previsíveis dificuldades e evitar situações de crise nas relações entre Portugal e a China”. Adicionalmente, o governador Rocha Vieira, em forma de despedida na véspera da cerimónia de *handover*, em dezembro de 1999, fez também um balanço positivo dos trabalhos do governo de Macau, em que salientou que os desafios da transição foram “assumidos, enfrentados e vencidos” pelo governo de Macau, acrescentando que se sentia orgulho da modernização de Macau.⁴⁷

A posição da cobertura jornalística da imprensa portuguesa de Macau sobre este tópico é consistente com o discurso oficial, evidenciado a linha “o processo da transição é um sucesso”. Foi com orgulho que foi sublinhada a importância do quadro de amizade e cooperação luso-chinesa e simultaneamente foram elogiadas as responsabilidades assumidas pela parte portuguesa no processo de transição. Este quadro de “Orgulho” refletiu-se principalmente em dois aspetos: na educação e na cultura salientaram-se os esforços notáveis do governo de Portugal, da administração portuguesa em Macau e de muitas outras instituições para garantir uma visibilidade adequada da presença portuguesa em Macau depois da transição; na administração e na justiça enfatizou-se a contribuição de Portugal para garantir o quadro de estabilidade da administração de Macau, especialmente em termos jurídicos, em que Macau “tem instituições próprias consolidadas numa administração moderna e uma moldura jurídica consistente”,⁴⁸ considerada uma condição significativa para garantir “o segundo sistema” em Macau após a transição administrativa. O diretor do JTM, José da Rocha Dinis, num editorial, tratou o processo de transição de Macau como um modelo bem conseguido de descolonização de uma parcela territorial: “Possível para a estabilidade política dos dois países envolvidos, que deram tempo para que a administração portuguesa preparasse os quadros locais e modernizasse as infra-estruturas de molde a que a mudança seja feita de forma suave e pacífica.”⁴⁹

⁴⁷ “Desafios da transição foram vencidos”, *Macau Hoje*, 16 de Dezembro, 1999.

⁴⁸ “Processo de transição excepcional”, *Jornal Tribuna de Macau*, 6 de Dezembro, 1999.

⁴⁹ “No acertar de conta com a história”, *Jornal Tribuna de Macau*, 21 de Setembro, 1999.

Em suma, em forma de balanço do processo de transição, a imprensa portuguesa salientou o sucesso da transição e destacou o quadro “Orgulho”, no qual considerou que Portugal criou as condições físicas e humanas necessárias para que a futura RAEM fosse um sucesso.

Com o intuito de demonstrar o sucesso da transição, para além de dar voz à parte portuguesa, a imprensa portuguesa publicou também algumas opiniões de terceiros. Por exemplo, o JTM entrevistou um jornalista alemão que residia em Macau há 15 anos para saber o que este pensava sobre o período de transição.⁵⁰ Na entrevista, o jornalista admitiu que antes de visitar Macau pela primeira vez tinha sido avisado por alguns familiares de Hong Kong que Macau era pobre e subdesenvolvido. No entanto, vinte anos após esse primeiro contacto, “prefere realçar a recuperação dos últimos anos”. Na sua opinião, houve três fatores que promoveram o desenvolvimento extensivo de Macau ao longo dos últimos anos: o “boom” das economias asiáticas, a abertura da República Popular da China e a nova atitude de Portugal perante Macau:

“Nunca, até aos finais da última década, o país se preocupou tanto em desenvolver Macau. A essa atitude julgo que merecem ser associados os três últimos governadores (Almeida e Costa, Carlos Melancia e Rocha Vieira) e a crescente autonomia concedida à administração local”.

Em suma, os balanços do processo da transição de Macau foram, em geral, apresentados num tom positivo na imprensa portuguesa. Porém, alguns articulistas manifestaram uma atitude crítica relativamente ao trabalho do governo de Macau na fase final da transição, especialmente ao “demissionismo” de Portugal em relação à RAEM. O cronista Luís Ortet⁵¹, por exemplo, declarou que a administração portuguesa não deixou muitas bases para os industriais portugueses em Macau:

“Não é preciso esperarmos por depois de 19 de Dezembro para saber o que ‘os nossos industriais’ vão fazer. Se durante os doze anos do período de transição

⁵⁰ “Transição é um sucesso”, *Jornal Tribuna de Macau*, 3 de Dezembro, 1999.

⁵¹ Luís Ortet, “Quem nos quer ajudar?”, *Jornal Tribuna de Macau*, 12 de Novembro, 1999.

o que eles fizeram está muito próximo do zero, porque é que haveremos de pensar que em condições menos favoráveis irão fazer mais do que zero?"

O comentador J.B. Mota Amaral⁵² apresentou uma ideia semelhante à de Luís Ortet. Na sua opinião, na área empresarial, para além do turismo e dos jogos, as indústrias ligeiras existentes em Macau ofereciam poucas oportunidades de trabalho mais qualificado. Referiu ainda que a influência da língua portuguesa era fraca em Macau: “Num enquadramento urbano, cultural e histórico com tantas características portuguesas, bem poucos falam, em proporção, a nossa língua e mesmo os macaenses exprimem-se predominantemente em cantonês.”

Em resumo, nas vésperas da transferência de poderes, os balanços do período de transição de 12 anos tornaram-se um dos conteúdos mais importantes da cobertura dos assuntos da transição. A imprensa portuguesa de Macau atribuiu um tom positivo ao processo de transição e a linha “sucesso da transição” refletiu-se principalmente em dois níveis: as relações amigáveis e a cooperação dos dois lados durante o processo de transição; e a contribuição para a continuidade da presença dos legados culturais e políticos de Portugal em Macau após a transferência administrativa em 1999.

⁵² J.B. Mota Amaral, “Inquietação e esperança em Macau”, *Jornal Tribuna de Macau*, 12 de Novembro, 1999.

Cap.2 Justiça e Direito – Direitos, liberdades e garantias são o maior legado português.

“A defesa dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos como fundamental do respeito pelo modo de vida do Território” foi a linha principal do discurso do presidente Jorge Sampaio aquando da sua visita à Assembleia Legislativa de Macau em março de 1999.⁵³ Seguindo esta mesma linha, o secretário-adjunto para a administração, educação e juventude do Governo de Macau, Jorge Rangel, referiu que além das pedras dos monumentos, as “pedras vivas” que Portugal deixava em Macau eram as pessoas que se habituaram a viver com os “valores dos direitos, liberdades e garantias”.⁵⁴

Neste caso, de acordo a linha oficial, os “Direitos, liberdades e garantias” como a parte mais importante do legado português em Macau, tornaram-se um dos enquadramentos principais da cobertura noticiosa da transição de Macau na imprensa portuguesa, especialmente nas peças jornalísticas relacionadas com os assuntos jurídicos.

Na cobertura dos assuntos judiciários da transição, no tema *Justiça e Direito*, o enquadramento “Direitos, liberdades e garantias” enfatizou dois aspectos: “o sistema judicial é condição para a autonomia da RAEM”, em que a imprensa portuguesa prestou atenção à construção do sistema judiciário de Macau e aos argumentos judiciários entre as duas partes do Grupo de Ligação Conjunta; e o valor democrático e a importância da separação de poderes, refletido principalmente nas peças relacionadas com os assuntos da Assembleia Legislativa de Macau.

1. O sistema judicial é condição para a autonomia da RAEM.

Na cerimónia de abertura do ano judicial, em janeiro de 1999, o governador Rocha Vieira sublinhou que o sistema judicial de Macau era “uma condição essencial

⁵³ “Direitos, liberdades e garantias são elementos fundamentais”, *Macau Hoje*, 22 de Março, 1999.

⁵⁴ “Portugal deixa pedras vivas”, *Macau Hoje*, 8 de Junho, 1999.

para a autonomia da futura RAEM”, que se tornou um argumento básico para a parte portuguesa do Grupo de Ligação Conjunta (GLC) nas negociações dos assuntos judiciais ao longo do último ano da transição. Este fio condutor salientava que sem um sistema judicial próprio, Macau não poderia distinguir-se das outras regiões da China nem poderia afirmar-se nas suas características próprias e essenciais.

O ano de 1999 foi, em geral, considerado o “ano decisivo” para a consolidação do ordenamento jurídico de Macau. Neste ano, devido aos atrasos verificados no GLC relativamente às consultas sobre a organização judiciária de Macau e aos direitos fundamentais, tais como o direito à greve e o direito de associação, o sistema jurídico de Macau tornou-se um dos focos da imprensa portuguesa de Macau.

O sistema judicial, como afirmou o governador Rocha Vieira, era “um atributo central constituinte da identidade singular de Macau e da sua população”. No caso do atraso na aprovação dos diplomas relativos ao sistema judicial, a imprensa portuguesa mostrou uma atitude crítica para com a parte chinesa do GLC, considerando que este atraso seria prejudicial para a transição judiciária. Nem o discurso oficial, nem os cronistas da imprensa portuguesa atribuíram a responsabilidade pelo atraso no processo de consultas à parte portuguesa ou à administração de Macau, uma vez que ambos consideravam que os portugueses “já desenvolveram todos os esforços para que essa adaptação se realize”.

Através da análise da questão da organização judicial e dos direitos fundamentais, iremos mostrar como os jornais JTM e MH trataram os assuntos da transição do sistema judicial no ano de 1999.

1.1 O “corte” no sistema judiciário e a organização judiciária.

A organização judiciária foi sempre um dos “temas quentes” da agenda das sessões plenárias do GLC. Desde cedo que, nestas sessões, a delegação portuguesa insistia na obtenção de uma resposta da parte chinesa sobre algumas questões da organização judiciária, nomeadamente a que mais preocupava os portugueses, a falta de “luz verde” da parte chinesa para a criação do Tribunal de Última Instância.

De acordo com a *Declaração Conjunta Luso-Chinesa*, a organização judiciária de Macau deveria manter-se “basicamente” inalterada após a transferência da soberania, mas ao longo de todo o período de transição as negociações sobre as “alterações” foram muito lentas. Em 1997 as duas partes chegaram a um acordo sobre os princípios que deviam pautar a organização judiciária, mas posteriormente parecia não haver avanços substanciais nas negociações sobre a sua implementação, nomeadamente no que respeitava à criação, antes de 20 de dezembro, do Tribunal de Última Instância. A parte chinesa do GLC defendia que as matérias da organização judicial – transição e criação do TUI – necessitavam de uma decisão da Comissão Preparatória da RAEM, e que só depois a parte chinesa do GLC poderia negociar com a sua homóloga portuguesa.

No dia 5 de março, antes de se deslocar oficialmente a Macau, O presidente da República Portuguesa, Jorge Sampaio, afirmou que Portugal iria fazer o “corte umbilical” do sistema judiciário de Macau com o de Portugal, ou seja, transferir as competências do Supremo Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Administrativo da República de Portugal para o Tribunal Superior de Justiça de Macau. Depois do decreto do presidente, o Conselho de Estado manifestou uma atitude favorável à decisão de atribuir autonomia completa aos tribunais de Macau relativamente ao sistema judicial português.

O JTM considerou que o “corte” no sistema judicial exprimia a convicção do presidente de que seria precisa uma organização judiciária radicada em Macau. O editorialista considerou que esta decisão era muito importante para o futuro, pois era uma das condições necessárias para Macau manter a sua singularidade após o ano de 1999.⁵⁵ Por seu lado, o presidente Jorge Sampaio referiu que esta decisão fazia parte de uma conduta responsável: “temos o dever de exprimir o nosso empenhamento e a nossa convicção de que isso é de grande utilidade para o futuro e para a estabilidade da RAEM”.⁵⁶

⁵⁵ José Rocha Dinis, “o ‘corte’ no sistema judiciário”, *Jornal Tribuna de Macau*, 18 de Março, 1999.

⁵⁶ “Independência do poder judicial é fundamental para a futura RAEM”, *Jornal Tribuna de Macau*, 18 de Março, 1999.

No dia 20 de março, na cerimónia da inauguração do edifício dos Tribunais Superiores de Macau, o presidente anunciou que o “corte” do sistema judicial de Macau com Portugal era efetivo a partir de 1 de junho de 1999, isto é, a partir desse mesmo dia os tribunais de Macau começariam a ter a plenitude e a exclusividade da jurisdição. No dia seguinte a informação sobre o “corte” do sistema judiciário surgia nas manchetes dos dois jornais portugueses analisados, tornando-se também um tópico popular entre os jornalistas e cronistas portugueses, que, em geral, aprovaram a decisão do “corte” e consideravam que a intenção de Jorge Sampaio correspondia ao estabelecimento de uma nova organização judiciária no território.

Alguns cronistas chegaram a pensar que esta seria uma forma de contornar o impasse que se vivia no GLC em matéria de aprovação de alguns dos mais importantes pontos do “edifício” jurídico. Este “edifício” jurídico era a *Lei de Bases da Organização Judiciária*, que ainda não tinha “luz verde” do GLC para entrar em vigor, adiando, assim, a criação do Tribunal de Última Instância, que continuava a aguardar o “sim” da parte chinesa. Ao efetivar-se o “corte” do sistema judicial português com o de Macau, a competência do Tribunal de Última Instância teria que ser temporariamente assumida pelo Tribunal Superior de Justiça e, nesse caso, alguns cronistas interpretaram essa medida de Jorge Sampaio como uma forma de pressão para desbloquear o impasse do GLC nas questões ligadas ao futuro sistema judicial da RAEM.⁵⁷

O diretor do JTM, José Rocha Dinis,⁵⁸ considerou que este “corte” iria colocar maior pressão na indecisão do GLC quanto à criação do Tribunal de Última Instância, fazendo a parte chinesa do GLC “confirmar a determinação dos dirigentes portugueses na autonomia do sistema judiciário de Macau e venha ajudar a cumprir esse desígnio conjuntamente”. Ao mesmo tempo, o diretor do JTM afirmou que a unanimidade obtida no Conselho de Estado quanto à necessidade de proceder ao “corte” revelava que para as questões significativas relacionadas com Macau, “o Portugal pluralista e democrático apresenta-se unido ‘a uma só voz’ ”.

⁵⁷ José Rocha Dinis, “Expectativa reside no recado chinesa”, *Jornal Tribuna de Macau*, 8 de Março, 1999.

⁵⁸ José Rocha Dinis, “Autonomia do sistema judiciário”, *Jornal Tribuna de Macau*, 15 de Março, 1999.

Da parte da chinesa existia a garantia, dada publicamente pelo vice-primeiro ministro Qian Qichen, de que “a independência dos tribunais de Macau nunca iria ser posta em causa” e de que “o Governo Central da China nunca interferirá na esfera de autonomia da RAEM”. A garantia foi dada no encerramento da 9ª reunião plenária da Comissão Preparatória da RAEM, que decorreu em julho em Pequim, e fez as manchetes dos dois jornais portugueses analisados. Embora Qian Qichen fizesse publicar esta garantia, a parte chinesa do GLC continuou a “bloquear” a questão da organização judiciária. O JTM considerou que a única explicação lógica para o “bloqueio” da parte chinesa do GLC, não permitindo o agendamento do debate da organização judiciária de Macau, residia no facto de a parte chinesa pretender estabelecer o Tribunal de Última Instância de Macau após o regresso de Macau à China.⁵⁹

O secretário-adjunto para a Justiça, Jorge Silveira⁶⁰, afirmou que a razão para o bloqueio da nova organização judiciária de Macau e as polémicas em volta dos assuntos relacionados com os tribunais seria o facto de a China querer ser ela a instituir o Tribunal de Última Instância e poder escolher, ela própria, os magistrados para esse tribunal: a “China quer ter este poder a fim de dispensar o aborrecimento de ter de afastar as pessoas que já estivessem a ocupar esses lugares”⁶¹. Silveira declarou ainda que a recusa da China em acordar com Portugal a organização judiciária era “prejudicial para a transição da área da justiça”, porque teria como consequência a aprovação unilateral da nova lei da organização judiciária, que entraria em vigor a 20 de dezembro, pelos órgãos legislativos da RAEM, sem passar pelo GLC.

Por fim, na última reunião plenária do GLC, que decorreu nos dias 9 e 10 de novembro, a parte chinesa deu luz verde à nova organização judiciária e o Tribunal de Última Instância foi criado a 20 de dezembro de 1999. Na opinião dos cronistas portugueses, a parte portuguesa viu finalmente satisfeita a sua pretensão, embora

⁵⁹ José Rocha Dinis, “Estamos esclarecidos”, *Jornal Tribuna de Macau*, 26 de Julho, 1999.

⁶⁰ “Falta de acordo prejudica transição”, *Jornal Tribuna de Macau*, 11 de Outubro, 1999.

⁶¹ “China não quer que os novos tribunais sejam instituídos até 20 de dezembro”, *Jornal Tribuna de Macau*, 12 de Julho, 1999.

isso tivesse acontecido tarde demais. O chefe da parte portuguesa do GLC, Santana Carlos, afirmou que embora lamentasse a “impossibilidade de testar o sistema” antes da transferência de poderes, ficavam pelos menos definidos os princípios desse sistema.

De facto, desde o início que alguns cronistas portugueses tinham apontado que a parte chinesa não iria instalar o TUI antes da cerimónia de *handover*. Luís Ortet⁶², por exemplo, escrevia na sua crónica: “Pode é perguntar-se se não terá havido alguma ingenuidade da parte portuguesa se acreditou que alguma vez o TUI iria ser instalado sob administração portuguesa, a apenas alguns meses da transferência”. O cronista explicou que a sua ideia surgia após ver a situação de Hong Kong, em que, embora o acordo de princípio sobre o *Court for Final Appeal* tivesse sido alcançado em junho de 1995, dois anos antes do *handover* de Hong Kong, os ingleses não conseguiram instalar o tribunal, que foi instituído apenas nas primeiras horas do dia 1 de julho de 1997 (o primeiro dia após a transferência da soberania).

1.2 A questão dos direitos fundamentais.

Os direitos políticos e sindicais da população de Macau após a transferência da soberania foram outro dos assuntos jurídicos mais preocupantes para a imprensa portuguesa no ano da transição. Jorge Silva, cronista do JTM, considerava que esta questão já se arrastava há muito tempo, e que os direitos fundamentais “é um assunto que permanece adormecido por culpas das duas partes”⁶³, sendo que estas duas partes eram, naturalmente, Portugal e a China. Na sua opinião, a parte portuguesa seria culpada por ter demorado muito tempo a transformar este tema numa questão verdadeiramente fundamental e, por isso, no último ano da transição, “é natural que ela ainda esteja a ser debatida”.⁶⁴ Este cronista referiu que a administração de Macau levantara o problema demasiado tarde e que Lisboa só o colocara na agenda das

⁶² Luís Ortet, “Tribunais sob pressão?”, *Jornal Tribuna de Macau*, 27 de Agosto, 1999.

⁶³ Jorge Silva, “Direitos e garantias”, *Jornal Tribuna de Macau*, 12 de Julho, 1999.

⁶⁴ *Ibidem*.

negociações a partir de 1997. No entanto, Jorge Silva ainda declarou que “seja como for, mais vale tarde que nunca”, porque os direitos políticos e sindicais, sobretudo o direito de associação, “é uma questão fundamental” para o sistema judicial e estas garantias fundamentais iriam ajudar a marcar ainda mais a diferença entre Macau e o resto da China.

Em julho de 1999, enquanto o GLC se preparava para a penúltima das suas reuniões plenárias, o governador Rocha Vieira declarou que a grande preocupação de Portugal parecia estar ligada à questão dos direitos fundamentais, especialmente o direito de associação e o direito à greve. O governador foi incisivo ao afirmar que os respetivos diplomas não tinham ainda sido discutidos, “não por falta de tempo, mas por tratar-se de opções políticas”.⁶⁵ O cronista Jorge Silva⁶⁶ do JTM explicou essas “opções políticas” ao mencionar que devido à não existência de partidos políticos e às leis de Macau, as expectativas se viravam para o direito de associação, algo que “não agrada muito a Pequim”. Quanto aos direitos sindicais, o cronista afirmou que estes simplesmente não existiam em Macau, o que levou à ideia de associar o progresso e a estabilidade de Macau a esse vazio, por exemplo, ao nível da função pública e da iniciativa privada, num momento em que a sociedade de Macau era calma porque “o nível dos salários e de vida é satisfatório”. Por fim, após difíceis negociações entre as duas partes do GLC, no final de julho foi dada luz verde ao direito de associação.

A imprensa portuguesa de Macau tinha colocado em discussão o direito de associação no enquadramento “manter o segundo sistema no futuro da RAEM”, que salientava os valores democráticos. Mesmo depois de o direito de associação já ter sido aprovado pela AL, Jorge Silva⁶⁷ afirmou que este direito nunca seria completo. Silva referiu que em Hong Kong o direito de associação previa partidos políticos, enquanto no caso macaense esse direito contemplava apenas “associações de carácter político ou sindical e excluía as forças políticas”.

⁶⁵ “Direitos poderiam estar resolvidos”, *Jornal Tribuna de Macau*, 13 de Julho, 1999.

⁶⁶ Jorge Silva, “Direitos e garantias”, *Jornal Tribuna de Macau*, 12 de Julho, 1999.

⁶⁷ Jorge Silva, “Défice demarcativo”, *Jornal Tribuna de Macau*, 26 de Julho, 1999.

Como já foi referido, devido à tradição da administração separada, os cidadãos de Macau não demonstravam qualquer interesse participar nos assuntos políticos e ninguém se mostrou interessado em avançar para a solução dos partidos políticos. Como escreveu Jorge Silva na sua crónica:

*“num território de imensas qualidades como Macau, há uma quase total ausência de consciência política, há como que um vazio em termos da verdadeira opinião pública tal como a conhecemos em outras sociedades”.*⁶⁸

Esse deficit democrático de Macau, na opinião de Jorge Silva, estaria relacionado com o facto de a classe média da comunidade chinesa de Macau ser politicamente pouco ativa, interessando-se mais pelos benefícios económicos. Silva referiu também que a maioria dos chineses de classe média de Macau e os chineses politicamente esclarecidos estavam alinhados com Pequim, sendo as vozes dominantes da sociedade, enquanto as outras vozes se encontravam nas margens da sociedade. Por este motivo, a comunidade chinesa de Macau não manifestou vontade de criar partidos políticos locais. Por outro lado, o cronista do JTM afirmou que a comunidade portuguesa também não mostrou interesse nesse sentido, uma vez que “nunca foi convidada a criar raízes no Território” e “a sua passagem efémera e oficial, na generalidade, retira-lhe o espaço de manobra e de crítica”, e que, por isso, para a comunidade portuguesa “não há partidos, ou melhor, não há vontade de os criar”.

2. A Assembleia Legislativa é peça indispensável e fundamental

Sob o enquadramento “defesa dos direitos, liberdades e garantias”, a independência do poder judicial foi considerada como um elemento fundamental para a futura RAEM. A independência judicial, segundo o discurso oficial, refletia-se em dois aspectos: “defender o pluralismo democrático”; e “defender a divisão de poderes”. Alinhada com este quadro, a Assembleia Legislativa de Macau (AL) tornou-se um alvo da imprensa portuguesa. A linha da cobertura correspondia à linha oficial

⁶⁸ Ibidem.

da administração de Macau, pois, segundo o governador Rocha Vieira, a AL era um dos pilares fundamentais do sistema de divisão de poderes, e também um dos alicerces fundamentais da singularidade, da especificidade e da autonomia do sistema político de Macau.⁶⁹

A Assembleia Legislativa de Macau começou a funcionar em 1976, depois de o Parlamento português ter aprovado o Estatuto Orgânico de Macau. O estabelecimento da AL foi considerado um momento decisivo, uma vez que assumiu a responsabilidade legislativa relativamente aos setores social, económico, financeiro e administrativo. Nos 23 anos seguintes foram aprovadas centenas de leis, o que “contribuiu muito para o facto de Macau possuir hoje legislação de carácter local.”⁷⁰ Por isso, as peças jornalísticas relacionadas com a AL, um edifício legislativo adaptado à realidade local, “mas de raízes portuguesas”⁷¹, estavam geralmente ligadas ao quadro “legados de Portugal”, destacando o seu valor democrático e a sua simbologia em termos de divisão de poderes.

Como a AL de Macau foi sempre considerada um meio concreto para alcançar a democracia, o seu valor democrático era frequentemente enfatizado nos discursos oficiais. A presidente da AL, Anabela Ritchie, quando se despediu do cargo na última sessão plenária da AL, antes da cerimónia de *handover*, salientou que a futura AL da RAEM deveria manter o carácter daquela, que considerava “uma matriz de base democrática”.⁷² “A AL foi uma semente de democracia”, declarou Anabela Ritchie ao encerrar a última legislatura portuguesa. Em consonância com a posição de Portugal, a imprensa portuguesa salientou sempre a importância dos valores democráticos nas peças jornalísticas relacionadas com a AL de Macau. Na cobertura da despedida dos deputados da AL, por exemplo, o JTM enfatizou em particular as contribuições dos deputados da AL nos últimos anos do período de transição para defender o pluralismo democrático em Macau, que considerou condição necessária para o desenvolvimento

⁶⁹ “Valores demarcativos no adeus ao hemiciclo”, *Jornal Tribuna de Macau*, 15 de Dezembro, 1999.

⁷⁰ Hilda Iu, “A Última sessão”, *Jornal Tribuna de Macau*, 16 de Dezembro, 1999.

⁷¹ “Jorge Rangel destaca liberdades”, *Macau Hoje*, 15 de Dezembro, 1999.

⁷² Hilda Iu, “Anabela na hora da despedida”, *Jornal Tribuna de Macau*, 16 de Dezembro, 1999.

e a modernização da futura RAEM.⁷³ A imprensa portuguesa relacionou os valores democráticos com o quadro “legados de Portugal”, onde salientou que o maior legado que Portugal deixava em Macau era o conjunto amplo de direitos, liberdades e garantias de que a população local gozava, e que, por isso, os valores democráticos eram tratados pela imprensa portuguesa como uma parte importante da herança portuguesa em Macau.

Outra linha salientada pela imprensa portuguesa foi “A Assembleia é um alicerce fundamental para a divisão de poderes”, refletida principalmente nas peças relacionadas com a inauguração do novo edifício da Assembleia Legislativa, que os cronistas portugueses consideraram “o simbolismo da separação de poderes”.

A inauguração das novas instalações da AL de Macau foi tratada como um momento importante na vida política de Macau, especialmente quando ainda faltava mais de uma semana para o estabelecimento do governo da RAEM. Um editorial do JTM⁷⁴ referiu que a inauguração foi importante porque o órgão legislativo passou finalmente a ter um edifício próprio, que traria outra eficácia ao trabalho da AL, “permitindo albergar todos os seus serviços de apoio que até agora estavam dispersos por outros pontos da cidade”. E como a AL e o governo de Macau tinham sempre partilhado o edifício do Palácio da Praia Grande, o novo edifício da AL foi considerado “o simbolismo da separação de poderes”, porque, afinal de contas, “separam fisicamente as sedes dos órgãos legislativo e executivo”.

De facto, o diretor do JTM, José Rocha Dinis, referiu que embora no passado os órgãos legislativo e executivo de Macau coabitassem sob o mesmo tecto, não tinha quaisquer dúvidas sobre a questão da separação de poderes, porque, no entendimento constitucional português, estes eram órgãos independentes “de direito” e “de facto”. No entanto, Dinis também referiu que uma semana antes da cerimónia de *handover* a RAEM ainda tinha dúvidas relativamente a esta questão. Na sua opinião, a comunidade portuguesa de Macau pensava que a separação de poderes “de direito” podia existir, mas havia dúvidas sobre a sua implementação “de facto”, uma vez que

⁷³ “Valores demarcativos no adeus ao hemiciclo”, *Jornal Tribuna de Macau*, 15 de Dezembro, 1999.

⁷⁴ “O simbolismo da separação dos poderes”, *Jornal Tribuna de Macau*, 10 de Dezembro, 1999.

a China, “nem sempre tem um perfeito entendimento sobre o ‘segundo sistema’, do ponto de vista político”. Dinis considerou que com a separação física “fica mais clara a necessidade de manutenção da separação dos poderes executivo e legislativo, com o que Macau só terá a ganhar no futuro”.

Um outro cronista do JTM, João Fernandes⁷⁵, manifestou a mesma opinião quando comentou a nova casa da AL, referindo que esta partilhara o Palácio do Governador com o governo local desde a sua fundação, e que, simbolicamente, a nova casa da AL poderia contribuir para a melhoria da defesa dos valores do pluralismo democrático e da divisão de poderes.

Em suma, na cobertura do tema Justiça e Direito, o legado português – “direitos, liberdades e garantias” tornou-se o quadro principal da imprensa portuguesa. Com este quadro o foco da cobertura concentrou-se em dois aspetos: a manutenção do sistema judicial da futura RAEM; e a defesa da independência judicial. No próprio sistema judicial de Macau, a imprensa portuguesa prestou maior atenção à questão da organização judicial e aos direitos políticos e sindicais da população, tendo também criado algumas discussões em torno dos atrasos das negociações. Por outro lado, os jornais portugueses destacaram também a importância da independência judicial da RAEM, principalmente nas peças relacionadas com a Assembleia Legislativa de Macau, nomeadamente ao defender o pluralismo democrático e a separação dos poderes executivo e legislativo. Nas áreas da justiça e do direito, a imprensa portuguesa de Macau sublinhou que a futura RAEM deveria manter os legados portugueses, considerados como condições fundamentais para Macau manter a autonomia e o segundo sistema após a transferência de soberania.

⁷⁵ João Fernandes, “Casa nova, nova casa”, *Jornal Tribuna de Macau*, 10 de Dezembro, 1999.

Cap.3 A Eleição do chefe do executivo de Macau – Promessas e Consensos

1. Promessas para a comunidade portuguesa

Desde que a Comissão Preparatória da RAEM começou a funcionar, em 1998, alguns assuntos criaram grande ansiedade na comunidade portuguesa de Macau, nomeadamente a introdução de uma guarnição militar chinesa em Macau, o estatuto da língua portuguesa e a questão da nacionalidade. Mas o que mais preocupava os portugueses de Macau era o receio de serem marginalizados após 1999 por motivos políticos, étnicos e linguísticos. Este sentimento de incerteza já surgia frequentemente na cobertura jornalística portuguesa de Macau antes de 1999, mas tornou-se central na altura da eleição do primeiro chefe do executivo da RAEM.

Devido a este sentimento de ansiedade, na cobertura da eleição os jornais portugueses deram grande relevância às promessas dos candidatos para o futuro da comunidade portuguesa em Macau, e estas promessas trouxeram expectativas para os leitores e todos os que pretendiam permanecer em Macau após a transferência de poderes de 1999. Assim, a cobertura da eleição do futuro chefe do executivo da RAEM reflectiu os sentimentos contraditórios da comunidade portuguesa, nomeadamente sentimentos de ansiedade e esperança.

Como já vimos, durante o processo eleitoral, os jornalistas e cronistas portugueses de Macau prestaram grande atenção às promessas dos candidatos relativamente ao futuro da comunidade portuguesa. Estas promessas concentram-se principalmente na questão da integração do grupo étnico dos macaenses na administração da RAEM após o ano de 1999.

Macau, sendo um dos primeiros portos comerciais da China, reuniu sempre pessoas de várias origens étnicas que aí trabalharam e viveram, e que contribuíram muito para o seu desenvolvimento. Em conjunto com os seus homólogos chineses, essas pessoas lutaram pelo estabelecimento de negócios e empresas, tornando Macau num território de prosperidade e de diversidade cultural. Entre estes diferentes grupos étnicos, os descendentes dos portugueses, ou seja, os macaenses,

eram a componente mais importante, e a maioria deles pretendia permanecer em Macau e continuar a trabalhar nos departamentos governamentais da RAEM após 1999. Por seu lado, a RAEM também desejava que eles permaneçam no território e participassem na construção de uma nova Macau.⁷⁶

Assim, a promessa da integração dos macaenses no novo governo de Macau tornou-se um dos elementos mais importantes da campanha para a eleição do chefe do executivo da RAEM. Stanley Au foi o primeiro a referir esta questão, logo no anúncio da sua candidatura, ao defender a inclusão de macaenses no Executivo da RAEM. Seguiu-se Edmund Ho, que se mostrou aberto à inclusão de macaenses nos cargos de topo da Região Administrativa.

A campanha eleitoral teve início no dia 12 de abril de 1999, dia em que se formou a Comissão de Seleção, e desde esse primeiro dia a questão dos macaenses e do futuro da comunidade portuguesa foi um dos focos principais dos jornais portugueses de Macau. Na cobertura dos assuntos relacionados com a Comissão de Seleção, tanto a imprensa portuguesa como a chinesa prestaram grande atenção à composição da Comissão. O que diferiu nestas duas coberturas foi que a imprensa chinesa deu maior relevância à força das associações chinesas locais, enquanto os jornalistas portugueses salientaram o número de membros portugueses da Comissão de Seleção, e quem seriam estes membros. Como referiu Jorge Silva⁷⁷, cronista do JTM, “No que a nós, portugueses, diz respeito interessava saber quem seriam os escolhidos para integrar a Comissão... Mais importante do que saber os nomes da Comissão, interessaria recordar a elevada participação de elementos da comunidade portuguesa que se candidataram àquele órgão.”

Após a publicação da lista da Comissão de Seleção, o jornal MH escreveu a manchete *“Portugueses são importantes”*, na qual manifestou uma atitude satisfatória relativamente aos nomes escolhidos: entre os 200 membros da Comissão de Seleção contavam-se 14 portugueses naturais de Macau e um nascido em Portugal, o que constituía 7,5% do total de membros. Segundo o MH, esta proporção

⁷⁶ Luis Ortet, “Promessas para o futuro”, *Jornal Tribuna de Macau*, 7 de Maio, 1999.

⁷⁷ Jorge Silva, “Na recta final”, *Jornal Tribuna de Macau*, 12 de Abril, 1999.

manifestava um grande prestígio para a comunidade portuguesa.⁷⁸ A jornalista Hilda lu, do JTM, afirmou também que o número de portugueses naturais de Macau ultrapassou as expetativas:

*“O resultado abrange um número significativo de personalidades portuguesas que em simultâneo representa, e bem, praticamente todos os sectores profissionais locais... permitem que a comunidade portuguesa agradavelmente possa confiar no futuro através dos seus dignos representantes.”*⁷⁹

A importância da comunidade portuguesa em Macau foi um tópico popular na imprensa portuguesa ao longo de toda a campanha eleitoral. Quando Edmund Ho anunciou a sua candidatura ao cargo de chefe do executivo, a sua atitude em relação à futura comunidade portuguesa tornou-se o foco dos jornais portugueses, especialmente do jornal MH, que usou “A Voz dos Macaenses” como o seu slogan. Este jornal prestou grande atenção às palavras de Edmund Ho relativamente ao futuro da comunidade portuguesa e dos macaenses e frequentemente transformou as palavras de Ho em título das peças jornalísticas, colocando-as nos espaços nobres do jornal (Manchete).

Quadro 1: Comparação da titulação do JTM e do MH na campanha eleitoral

Data	Assunto	Título do JTM	Título do MH
4.16	Edmund Ho anunciou a sua candidatura ao cargo de chefe do executivo da RAEM	<i>Edmund Ho inicia campanha com grandes revelações</i> (p5)	<i>Os portugueses são parte de Macau (Manchete)</i>
			<i>Portugueses fazem parte da vida de Macau</i> (p8)
4.20	Edmund Ho apresentou a sua Plataforma de Candidatura	<i>Candidatos propõem medidas para combater criminalidade</i> (Manchete)	<i>Edmund Ho enaltece identidade cultural dos macaenses (Manchete)</i>
		<i>Edmund Ho defende alteração do Código Penal</i> (p5)	

⁷⁸ “Portugueses são importantes”, *Macau Hoje*, 12 de Abril, 1999.

⁷⁹ Hilda lu, “Uma corrida a dois?”, *Jornal Tribuna de Macau*, 12 de Abril, 1999.

5.3	Edmund Ho reuniu com a Associação de Macau	<i>Cultura portuguesa será respeitada</i> (Manchete)	<i>Macaenses competentes terão lugares de topo (p2)</i>
		<i>Portugueses em pé de igualdade (p2)</i>	

Segundo o quadro 1, podemos ver que, ao tratar o mesmo evento da campanha eleitoral, o MH prestou mais atenção à comunidade portuguesa local. Por exemplo, no dia 20 de abril, embora a apresentação da candidatura de Edmund Ho abrangesse diversos tópicos, como a criminalidade, o planeamento urbanístico e o orçamento da RAEM, o MH usou palavras relacionadas com os macaenses como título de Manchete. Verificamos ainda que o MH usou sempre a palavra “Macaenses” na titulação das peças, enquanto o JTM preferiu usar a palavra “Portugueses” para relatar assuntos relacionados com a comunidade portuguesa, o que mostra que, ao tratar assuntos internos da comunidade portuguesa, o MH presta mais atenção ao grupo de macaenses do que o JTM.

Na cobertura da campanha eleitoral, os jornais portugueses atribuíram um parecer muito positivo a Edmund Ho, que proveniente principalmente da sua atitude em relação aos assuntos da comunidade portuguesa, especialmente à questão da integração dos macaenses na administração da RAEM. O MH fez mesmo grandes elogios a Edmund Ho: “é uma pessoa perfeitamente enquadrada nos problemas que dizem respeito à comunidade portuguesa do território”.⁸⁰ Essa avaliação foi feita com base numa promessa de Ho, em que este afirmou que os macaenses eram parte integrante de Macau e do governo: “o macaense competente tem sempre lugar em cargos de topo desde que aceitem”.⁸¹

Os cronistas do JTM também aplaudiram Edmund Ho pela iniciativa de contactar com todas as comunidades de Macau, sem exceção. No dia 11 de maio, Ho encontrou-se com os portugueses locais no Clube Militar, insistiu na importância dos portugueses na construção da RAEM e salientou que, se fosse eleito para chefe do

⁸⁰ “Macaenses competentes terão lugares de topo”, *Macau Hoje*, 3 de Maio, 1999.

⁸¹ *Ibidem*.

executivo, faria o que estivesse ao seu alcance para dar melhores condições aos portugueses que continuassem a viver em Macau. Tal promessa foi recebida com grandes elogios da comunidade portuguesa, como descreveu um cronista do JTM: “pode dizer-se que os aplausos foram mais longos do que a alocução”.⁸² Ao mesmo tempo, o mesmo cronista referiu que, embora todos estivessem conscientes de que não se tratava de uma “ação eleitoral” (segundo o cronista, “nenhum dos que ali estavam tem voto no colégio eleitoral”), parte dos participantes ficou naturalmente agradecida pela iniciativa, que sensibilizou a comunidade.

O cronista João Fernandes⁸³ selecionou o enquadramento “manter o segundo sistema” para falar sobre as interações próximas de Edmund Ho com a comunidade portuguesa e a sua promessa sobre a presença portuguesa em Macau, pois considerou que Ho demonstrou mais uma vez acreditar que a China só teria vantagens em que Macau fosse efetivamente uma região administrativa especial, regida por um sistema capitalista, aberta ao mundo e exibindo orgulhosamente o seu passado e o seu internacionalismo.

Aquando do bombardeamento da embaixada chinesa em Belgrado, no dia 7 de maio de 1999, alguns “fundamentalistas” tentaram atribuir a Portugal, como membro da NATO, parte da responsabilidade do lançamento dos três mísseis que atingiram a embaixada. Nesta conjuntura, a visita de Edmund Ho ao Clube Militar no dia 11 de maio foi considerada um sinal amigável pela comunidade portuguesa, como escreveu João Fernandes⁸⁴: “o simpático convívio realizado no Clube Militar veio reforçar algumas das coisas que mais falta fazem em Macau: a confiança e a tranquilidade”.

Embora as promessas do candidato à comunidade portuguesa obtivessem os aplausos dos jornais portugueses, os seus cronistas também expressaram preocupação relativamente ao seu cumprimento. Luís Ortet⁸⁵, cronista do JTM, por exemplo, afirmou que a promessa da integração dos macaenses no Executivo da

⁸² João Fernandes, “Um convívio informal”, *Jornal Tribuna de Macau*, 11 de Maio, 1999.

⁸³ *Ibidem*.

⁸⁴ *Ibidem*.

⁸⁵ Luís Ortet, “Promessas para o futuro”, *Jornal Tribuna de Macau*, 7 de Maio, 1999.

RAEM “não consistiu grande novidade”, pois “toda a gente sabe que a comunidade portuguesa de Macau está particularmente bem colocada em termos de competência e experiência profissional para contribuir para a RAEM”, especialmente os funcionários públicos e certos grupos profissionais, nomeadamente os ligados ao mundo das leis e dos tribunais. O que preocupava o cronista era que “só que o que parece evidente a alguns nem sempre é visto da mesma maneira por toda a gente,” e por isso lembrava os candidatos que não se limitassem às vagas promessas da Lei Básica e que deveriam “entender ir um bocado mais longe do que isso”.

Como já foi referido, o enquadramento “sentimentos contraditórios” apareceu desde cedo nas peças da imprensa portuguesa. Se, na cobertura da campanha eleitoral, o cronista português Luís Ortet demonstrava preocupação com a concretização das promessas de Edmund Ho, também depositava esperança no seu carisma pessoal e na amizade duradoura entre a sua família e a comunidade portuguesa de Macau:

“É claro que uma coisa é o que se promete, outra o que se faz. Mas tudo leva a crer que quem se compromete publicamente de forma tão inequívoca é porque pensa levar à prática os princípios que agora apregoa”.

Com base na análise efetuada, podemos ver que os sentimentos de ansiedade e incerteza e o sentimento de esperança apareceram simultaneamente na cobertura jornalística da eleição do chefe do executivo da RAEM. Por um lado, os portugueses locais sentiam receio de serem marginalizados após a transferência da soberania e, por isso, os jornalistas portugueses de Macau prestaram grande atenção às promessas dos candidatos relativamente à comunidade portuguesa, nomeadamente a integração dos macaenses no executivo da RAEM, e à sua capacidade de realização dessas promessas. Por outro lado, as peças analisadas também utilizaram um quadro de esperança para o futuro da RAEM e apresentaram a atitude positiva de Edmund Ho, que nutria simpatia pelos portugueses, crendo que este se empenharia em “ser um bom servidor do público” e defender a permanência da presença portuguesa em Macau para além de dezembro de 1999.

Em resumo, na cobertura da campanha eleitoral para chefe do executivo da RAEM, os jornalistas portugueses deram grande relevância às promessas dos candidatos sobre o futuro da comunidade portuguesa e, tendo Edmund Ho conquistado opiniões positivas entre os jornalistas portugueses. Simultaneamente, a imprensa portuguesa manifestou também emoções complexas de esperança e preocupação, que se tornaram visíveis através do enquadramento “sentimentos contraditórios” selecionado para as peças analisadas.

2. O consenso para o cargo de chefe do executivo da RAEM

“Edmund Ho vai ser o primeiro chefe do executivo da Região Administrativa Especial de Macau” foi consenso geral na sociedade de Macau mesmo antes da campanha eleitoral, tendo-se tornado a linha condutora da cobertura da eleição na imprensa portuguesa.”

Edmund Ho nasceu em Macau, era filho do carismático líder da comunidade chinesa Ho Yin, e assumiu o cargo de diretor/gerente do Banco Tai Fung após a morte do seu pai. Antes de 1999 Ho tinha já desempenhado as funções de vice-presidente da Comissão Preparatória e de membro do Comité Permanente da Assembleia Nacional Popular Chinesa. O seu contexto “pró-Pequim” e a alta reputação do seu pai na comunidade chinesa de Macau transformaram-no na única verdadeira possibilidade para o cargo de chefe do executivo da RAEM.

A jornalista Hilda Lu⁸⁶ afirmou que, antes do início do prazo para a apresentação das candidaturas, já o jornal JTM reconhecia que Edmund Ho e Stanley Au “deverão ser os únicos dois candidatos a apresentarem candidaturas a primeiro chefe do executivo da RAEM”. A jornalista afirmou que, de acordo com as suas “várias fontes no seio da comunidade chinesa”, seria “improvável” que houvesse mais candidatos na campanha eleitoral. Segundo Lu, embora algumas pessoas possuíssem os requisitos necessários para se candidatarem, o forte consenso existente em redor

⁸⁶ Hilda Lu, “Uma corrida a dois?”, *Jornal Tribuna de Macau*, 12 de Abril, 1999.

da figura de Edmund Ho teria levado outras figuras a não entrarem na corrida, preferindo posicionarem-se para outros cargos da futura Região Administrativa Especial de Macau.

Este consenso foi frequentemente referido pelos cronistas portugueses na cobertura da campanha eleitoral, particularmente em artigos de opinião e editoriais. Sempre que referia assuntos relacionados com os candidatos, o cronista Albano Martins iniciava o seu texto da seguinte forma: “como todos sabem, Edmund Ho vai ser o chefe do executivo da RAEM...” Outros exemplos semelhantes seguem-se:

*“Edmund Ho será o chefe do executivo da futura RAEM. Dificilmente poderá ser outra a escolha do Comité de Seleção como,”*⁸⁷

*“Daqui por uma semana já saberemos quem vai ser o próximo chefe do executivo de Macau. Tudo indica que o escolhido será Edmund Ho...”*⁸⁸

*“Apenas a dois dias de ficar decidida a escolha do chefe do executivo, não falta quem se questione sobre a “democraticidade” da escolha – até por serem poucas as dúvidas sobre quem vai ganhar.”*⁸⁹

As discussões em torno deste consenso incluíam principalmente dois aspetos: a origem familiar de alto prestígio de Edmund Ho, que era considerada a razão principal pela qual ele se tornou "consenso"; e a participação do candidato Stanley AU foi considerada “infrutífera” desde o início, mas seu espírito esportivo foi elogiado.

2.1 “Ele era o depositário da herança política do seu pai”

O contexto familiar de Edmund Ho foi um fator decisivo para que este obtivesse um consenso geral em todos setores de Macau. Quando os cronistas da imprensa portuguesa publicaram comentários ou análises políticas sobre Ho, referiram sempre a história da sua família. O articulista Jorge Silva descreveu da seguinte forma o seu sentimento sobre esse consenso:

⁸⁷ Albano Martins, “As quatro tarefas de Edmund Ho”, *Jornal Tribuna de Macau*, 12 de Maio, 1999.

⁸⁸ Jorge Silva, “A Semana da Escolha”, *Jornal Tribuna de Macau*, 10 de Maio, 1999.

⁸⁹ “Eleições e legitimidade”, *Jornal Tribuna de Macau*, 13 de Maio, 1999.

“Quando cheguei a Macau, vai para uma vida, os mais antigos ou os aqui nascidos esclareceram-me logo sobre três aspetos que convinha não esquecer. Macau era terra de tufões, de todo o tipo, aprende-se com o tempo, o dinheiro vem do jogo e aquele rapaz que ali está vai ser o dirigente escolhido pelos chineses para governar Macau quando ‘isto’ passar para ‘eles’. O tal rapaz, jovem banqueiro, é Edmund Ho, agora eleito chefe do executivo depois de 1999. Foi sempre um segredo mal guardado, aliás, nunca chegou a sê-lo.”⁹⁰

Os cronistas portugueses compararam Edmund Ho ao primeiro chefe do executivo de Hong Kong, Tung Chee Hwa, porque este tivera uma trajetória quase idêntica à de Ho. Tung Chee Hwa foi eleito para o cargo de chefe do executivo de Hong Kong não só por ser um magnata dos transportes marítimos de Hong Kong, mas também pelo estreito relacionamento da sua família com Pequim. Como outras famílias de negócios chinesas tradicionais e bem conhecidas, tanto a família Ho com a família Tung tinham passado por um período de turbulência financeira, sendo prontamente auxiliadas por um sindicato financeiro criado por Pequim para o efeito. Assim, ambas as famílias demonstravam uma firme posição “pró-Pequim”, o que fez com que Tung Chee Hwa e Edmund Ho fossem considerados os melhores candidatos para o cargo de primeiro chefe dos executivos das Regiões Administrativas Especiais de Hong Kong e Macau, respetivamente.

Embora tivessem percursos semelhantes, houve também diferenças. O cronista do JTM, Luís Ortet⁹¹, considerou que Edmund Ho seria mais feliz do que Tung, porque três anos antes (1997), em Hong Kong, Tung tinha tido uma rival forte e por isso tinha mesmo sido necessário um acordo político, mas este problema “não se teve que resolver em Macau” porque Ho sempre tivera a aprovação da comunidade portuguesa, mesmo antes da campanha eleitoral. Por outras palavras, Ho era o melhor candidato a chefe do executivo de Macau para todos os setores da sociedade. Como escreveu João Fernandes, “quando ainda não se fazia ideia de qual a forma de que se revestiria a eleição – o homem apontado para ser o primeiro ‘governador’ chinês de

⁹⁰ Jorge Silva, “Fumo Branco”, *Jornal Tribuna de Macau*, 17 de Maio, 1999.

⁹¹ Luís Ortet, “O chefe ideal”, *Jornal Tribuna de Macau*, 21 de Maio, 1999.

Macau. Inicialmente muito por ser filho de Ho Yin, mais tarde por se lhe reconhecerem qualidades próprias para a função”.⁹²

Por seu lado, Ortet também considerou que, apesar do consenso em redor de Edmund Ho, esse consenso não poderia impedir a existência de adversários na comunidade chinesa, embora estes nunca fossem suficientemente fortes para realmente lhe fazerem frente. No entanto, segundo João Fernandes, do lado da comunidade portuguesa a simpatia era geral, pois esta via em Edmund Ho um homem aberto ao mundo que, de alguma forma, representava a face de uma nova China e acreditava mais na Economia do que na ideologia para desenvolver o país.

Luís Ortet⁹³ seguiu a mesma linha na sua crónica no JTM, ao declarar que “entre os mais velhos residentes, que o viram crescer, numa natural transferência para o filho da consideração que nutriam pelo pai”⁹⁴. Na sua opinião, Ho era “o depositário da herança política do seu pai e, justiça lhe seja feita, assumiu esse papel sem hesitações”. No entanto, como João Fernandes, também Ortet considerou que este era exatamente o seu ponto vulnerável, porque Edmundo Ho “tornou-se assim no ‘inimigo público’ de todas as pessoas com ambições políticas em Macau.”

2.2 Stanley Au como o “voluntário”

O banqueiro Stanley Au anunciou a sua participação na eleição para chefe do executivo da RAEM desde o dia da abertura das candidaturas. Sob esta conjuntura de “consenso”, Stanley Au tornou-se no único “concorrente” de Edmund Ho.

O JTM considerou a candidatura de Stanley Au às eleições como positiva, pois essa participação faria com que o processo eleitoral parecesse real, chegando mesmo a afirmar que o anúncio de Stanley Au foram “uns minutos de glória a que todos aspiramos”.⁹⁵ Por outro lado, o editorialista do JTM também considerou que, no caso de Stanley Au, tudo indicava que este se transformaria mesmo num candidato, já

⁹² João Fernandes, “O princípio da caminhada”, *Jornal Tribuna de Macau*, 17 de Maio, 1999.

⁹³ *Ibidem*.

⁹⁴ *Ibidem*.

⁹⁵ José Rocha Dinis, “Minutos de glória”, *Jornal Tribuna de Macau*, 13 de Abril, 1999.

porque mal pareceria se aparecesse apenas Edmundo Ho. “Saúdo por isso o seu desportivismo”, escreveu Dinis no fim do texto, claramente manifestando a ideia de que, embora Stanley Au se arriscasse a gastar uns milhões, seria “sem qualquer sentido.”

Os cronistas portugueses sentiram-se felizes por surgir outro candidato às eleições porque, além de Stanley Au, ninguém parecia capaz de se arriscar numa “luta” daquele tipo, em que já era quase unânime o consenso em torno do “candidato Edmundo Ho”. Assim, Stanley Au, dirigente do Banco Delta Ásia, foi tratado como o “voluntário” pela imprensa portuguesa na cobertura da campanha eleitoral e a sua presença “ajudou” no decorrer desta “eleição” limitada.⁹⁶

O vocábulo “voluntário” pareceu tornar-se na marca de Stanley Au durante a campanha eleitoral, e essa situação também se refletiu nas diferentes atitudes dos jornais em relação aos dois candidatos. Relativamente à imagem, Stanley Au “nunca escondeu a sua ambição, persistência e teimosia em ascender aos mais altos cargos executivos públicos de Macau”⁹⁷, enquanto a imagem de Edmundo Ho esteve sempre ligada ao consenso de que seria “naturalmente” o chefe do executivo da RAEM.

Esta diferença no tratamento jornalístico também se refletiu na cobertura da apresentação dos projetos políticos dos candidatos, que ocorreu no dia 10 de maio. O JTM relatou as apresentações dos dois candidatos com o título “As explicações de Edmundo Ho” e “Stanley Au sentimental”. Segundo o JTM, Edmundo Ho apresentou detalhadamente o seu projeto político e manteve “uma postura cautelosa” quanto às questões sensíveis. O projecto de Ho abrangeu as questões mais preocupantes para a sociedade de Macau – a segurança pública e o setor dos jogos. O discurso também incluiu algumas perspectivas positivas para os vários sectores de Macau, mostrando o seu tom positivo. Quanto a Stanley Au, o jornal destacou os momentos emocionais do candidato e afirmou que, embora o candidato chegasse mesmo a verter algumas lágrimas no final da sua apresentação, a sua emotividade não teve eco nas audiências e o seu comportamento foi considerado demasiado emocional. Em comparação com

⁹⁶ Jorge Silva, “Fumo Branco”, *Jornal Tribuna de Macau*, 17 de Maio, 1999.

⁹⁷ José Rocha Dinis, “Minutos de glória”, *Jornal Tribuna de Macau*, 13 de Abril, 1999.

o JTM, o MH foi um pouco mais simpático para com Stanley Au. Os títulos das coberturas só mostraram os temas das apresentações dos candidatos, ou seja “Segurança e Sociedade secretas” para Stanley Au e “Jogo e economia em mente” para Edmund Ho.

Nos artigos de opinião os cronistas portugueses consideraram o comportamento de Stanley Au negativo, pois ao ser demasiado emocional acabara por prejudicar a sua imagem, demonstrando fraqueza quando confrontado com uma simples crítica.⁹⁸ Os cronistas do JTM e do MH enfatizaram mais uma vez a ideia de voluntário nos seus comentários sobre o comportamento dos candidatos na apresentação dos seus projetos políticos.

*“Na apresentação das grandes linhas dos programas, Ho foi mais concreto que o voluntarioso Stanley Au, cuja imagem a reter, depois da exposição do fim-de-semana, é a incontornável cena do choro ou da emoção que toldou as suas palavras perante os membros da Comissão...”*⁹⁹

*“é fácil concluir que, sendo o modelo idêntico, os dois candidatos encontram formas diferentes de exprimir suas preocupações este tipo de problema. Edmund Ho de uma forma mais responsável e institucional e Stanley Au com uma postura mais demagógica e populista.”*¹⁰⁰

Embora Stanley Au confirmasse a imagem de “voluntário” na cobertura da campanha eleitoral, os cronistas portugueses também salientaram o seu “espírito desportivo”, porque acreditavam que essa atitude revelava algum sentido democrático, “embora seja pouco, melhor do que nada”.¹⁰¹

Numa sondagem sobre a eleição do chefe do executivo realizada pela Universidade de Macau, na pergunta “Se tivesse oportunidade de votar na eleição para o primeiro chefe do executivo da RAEM, quem escolheria?”, 62.4% dos inquiridos optaram por Edmund Ho, 14.6% declararam que votariam em Stanley Au, e os restantes 23% declararam que votariam em branco. Estes resultados mostraram que,

⁹⁸ Jorge Silva, “A semana da Escolha,” *Jornal Tribuna de Macau*, 10 de Maio, 1999.

⁹⁹ *Ibidem*.

¹⁰⁰ José A. Roque Martins, “A Segurança e os manifestos Eleitorais”, *Macau Hoje*, 10 de Maio, 1999.

¹⁰¹ Agnes Lam, “Stanley Au já ganhou”, *Jornal Tribuna de Macau*, 13 de Maio, 1999

mesmo sem se tratar de uma eleição direta, Edmund Ho continuava a ser o candidato favorito para o cargo de chefe do executivo e que tinha o apoio da maioria da população de Macau. No entanto, perante os resultados desta sondagem, Agnes Lam¹⁰², cronista do JTM, revelou uma ideia diferente ao declarar que, até certo ponto, Stanley Au “já ganhou”. A autora considerou que se mais de 14% declararam apoiar Stanley Au, isso significava que cerca de 14% dos cidadãos “votarão nele mesmo sabendo que não vai ganhar”. Lam acreditou que, de facto, Stanley Au “já ganhou”: “Ganhou porque era pouco conhecido do público local e mesmo assim conseguiu dez por cento do apoio dos cidadãos. Por isso, ainda que perca a eleição, pode considerar-se vitorioso”.

3. “Mais vale pouca democracia do que nenhuma democracia”

A discussão sobre a democracia e a legitimidade da eleição foi sempre acompanhada pela cobertura portuguesa da campanha eleitoral. Como já referimos, os portugueses de Macau revelaram maior interesse em conhecer os candidatos da comunidade portuguesa à eleição da Comissão de Seleção, uma vez que nem todos poderiam ser escolhidos e “seria preciso fazer um rastreio segundo o método eleitoral fabricado por Pequim”.¹⁰³ O cronista Jorge Silva¹⁰⁴, do JTM, considerou que o método de eleição “nada tem de democrático”, porque por um lado, tinha por base o sistema de quotas e, por outro, metade dos membros da Comissão de Seleção eram escolhidos pelo poder central da China.

Jorge Silva manifestou uma opinião oposta à da lista dos quinze portugueses escolhidos por Pequim, uma vez que considerou que algumas das pessoas escolhidas “carecem de qualidade, prestígio e verdadeira representatividade”, e pessoas mais competentes não foram seleccionadas para a lista da Comissão da Seleção. Este cronista português também lamentou que apenas uma das personalidades escolhias

¹⁰² Ibidem.

¹⁰³ Jorge Silva, “Na recta final”, *Jornal Tribuna de Macau*, 12 de Abril, 1999.

¹⁰⁴ Ibidem.

fosse oriunda de Portugal, afirmando que a lista dos membros da Comissão de Seleção “tem muito de simbólico e pouco de decisório”. Se a imprensa portuguesa considerou que ter 14 portugueses locais na lista da Comissão de Seleção era bom, não deixou de questionar a “democraticidade” do método de seleção, especialmente o facto de a maioria dos membros serem escolhidos por Pequim.

A legitimidade e a democraticidade foram sempre questionadas na cobertura da eleição. Um exemplo foi o comentário publicado no JTM sobre o comportamento de Stanley Au na apresentação dos projetos políticos, em que se lia que “noutras paragens, talvez esse efeito contasse em termos de votos, mas, aqui em Macau, é pouco provável que venha a acontecer, antes pelo contrário.”¹⁰⁵

De facto, nem todos os cronistas expressaram opiniões negativas sobre esta eleição “limitada”. Luís Ortet¹⁰⁶ considerou aquela era a realidade a que tinham que se ir habituando, e que talvez devessem vê-la como uma forma de progresso. Segundo *a Declaração Conjunta Luso-Chinesa*, a nomeação do chefe do executivo da RAEM seria realizada com base nos resultados de eleições ou consultas realizadas em Macau, e esta forma de eleição foi considerada viável por Luís Ortet, porque “mais vale pouca democracia do que nenhuma democracia”

Outro cronista do JTM, João Fernandes¹⁰⁷, também escreveu um artigo opinativo sobre a questão da legitimidade da eleição, em que considerou que o resultado da eleição de 1999 para chefe do executivo de Macau foi “parcialmente verdade”, porque a eleição não teve qualquer democraticidade, mas concordava que Edmund Ho era a melhor escolha para Macau. Ou seja, embora não existisse democraticidade na eleição, Fernandes acreditava que a legitimidade do futuro chefe do executivo não lhe parecia questionável, pois Edmund Ho tinha sido “o maior denominador comum” entre Portugal, a China e Macau, acrescentando ainda que “É bom não esquecer que na Grécia antiga, mãe de todas as democracias, o direito de voto era apenas dado a alguns. Isso não os impediu de terem bons chefes”.

¹⁰⁵ Jorge Silva, “A Semana da Escolha”, *Jornal Tribuna de Macau*, 10 de Maio, 1999.

¹⁰⁶ Luís Ortet, “Guerras e democracia”, *Jornal Tribuna de Macau*, 30 de Abril, 1999.

¹⁰⁷ João Fernandes, “Eleições e legitimidade”, *Jornal Tribuna de Macau*, 12 de Maio, 1999.

4. Edmund Ho - O maior denominador comum

“Edmund Ho é a melhor escolha para Macau” foi uma das linhas principais da cobertura da imprensa portuguesa da eleição para chefe do executivo da RAEM. O comentador Fumo Branco¹⁰⁸ afirmou que Edmund Ho surgiu como a melhor escolha e como o homem do leme da Região Administrativa Especial de Macau, porque considerava que Ho saberia manter o espaço da autonomia de Macau após a transferência da administração e responder aos apelos da comunidade portuguesa quanto aos aspetos políticos da gestão pública. O diretor do JTM, José Rocha Dinis¹⁰⁹, expressou o mesmo sentido no seu editorial após serem conhecidos os resultados da eleição. Dinis afirmou que Macau podia congratular-se com o facto de Edmund Ho ter sido escolhido como chefe do executivo da RAEM, porque Ho fora sempre o maior denominador comum entre Portugal, a China e Macau e poderia contribuir para a estabilidade e o progresso da RAEM. Este editorialista referiu ainda que Edmund Ho tinha muitas vezes reconhecido publicamente a qualidade da herança da administração portuguesa e salientado a vontade de cooperação da RAEM com Portugal. O editorialista considerou que Ho proferira palavras de justiça para com o trabalho de tanta gente que, ao longo dos anos, tinha dado o seu melhor por Macau.

Podemos considerar que as espetativas positivas que a comunidade portuguesa depositara na eleição se deveram à promessa de Edmund Ho de manter a autonomia e o segundo sistema em Macau, assim como de valorizar a presença portuguesa em Macau após a transferência da soberania. A comunidade portuguesa considerava que Edmund Ho possuía inteligência e cultura suficientes para “perceber que Macau não pode deixar-se absorver pela China continental e que o seu futuro depende da sua capacidade de preservar a identidade própria”.¹¹⁰ Para os cronistas e editorialistas portugueses, Edmund Ho “era desde sempre o candidato preferido dos

¹⁰⁸ Fumo Branco, “A melhor escolha para Macau”, *Jornal Tribuna de Macau*, 17 de Maio, 1999.

¹⁰⁹ José Rocha Dinis, “O maior denominador comum”, *Jornal Tribuna de Macau*, 25 de Maio, 1999.

¹¹⁰ *Ibidem*.

portugueses e de Portugal”.¹¹¹ Por outro lado, Ho fora sempre o candidato de Pequim. Desta forma, durante o processo eleitoral para o cargo de chefe do executivo da RAEM, a imprensa portuguesa viu em Edmund Ho “o criador de consensos” entre Portugal, a China e Macau, e um amigo dos portugueses”. O MH escreveu que:

“Edmund Ho é um homem feliz. Ao tornar-se o primeiro chefe do executivo da futura RAEM, fê-lo agrandando a gregos e troianos, ou seja, a chineses de Macau e da China, e a portugueses de Macau e de Portugal.”

Em suma, na cobertura da Eleição para chefe do executivo da RAEM, a imprensa portuguesa utilizou o enquadramento “sentimentos contraditórios”, ou seja, uma mistura de incerteza e ansiedade com esperança. Sob este enquadramento, a imprensa portuguesa deu, por um lado, ênfase às promessas dos candidatos relativamente às questões mais preocupantes para a comunidade portuguesa e para o futuro dos macaenses na RAEM e, por outro, salientou a relação amigável entre Edmund Ho e a comunidade portuguesa, o que deu confiança às pessoas que iriam permanecer em Macau após a transferência da soberania. No JTM podia ler-se que “O futuro chefe do executivo não hostiliza, antes pelo contrário, o legado português ou colonial, facto que augura a transição suave por que todos ansiamos.”¹¹²

A cobertura dos jornais portugueses da eleição do chefe do executivo também salientou que “antes da eleição, toda a gente já havia o consenso de que Edmund Ho vai ser o chefe do executivo da RAEM”. Devido ao seu contexto familiar e ao seu elevado prestígio na comunidade chinesa de Macau, Edmund Ho foi o candidato reconhecido pelo Governo Central da China, e a sua longa relação amigável com a comunidade portuguesa fez com que fosse reconhecido também pelos portugueses e macaenses locais. Por isso, Edmund Ho parecia ser o único candidato ao cargo de chefe do executivo da RAEM, enquanto o outro candidato, Stanley Au, foi tratado como o “voluntário” nas peças da imprensa portuguesa.

¹¹¹ Luís Ortet, “O chefe ideal...”, *Jornal Tribuna de Macau*, 20 de Maio, 1999.

¹¹² Jorge Silva, “Um olhar português”, *Jornal Tribuna de Macau*, 31 de Maio, 1999.

Por outro lado, este consenso fez surgir algumas dúvidas sobre a democraticidade e a legitimidade da eleição. Os cronistas portugueses consideraram que, embora a eleição não tivesse sido democrática, a questão da legitimidade do chefe do executivo da RAEM não lhes parecia questionável. Edmundo Ho foi considerado a melhor escolha para o cargo, pois foi o “criador de consensos” entre Portugal, a China e Macau e, mais importante ainda para os articulistas portugueses, acreditava no valor dos legados portugueses e na importância da presença portuguesa em Macau após o ano de 1999. Em suma, verificamos que a continuidade da cultura portuguesa e os legados portugueses em Macau foram sempre os enquadramentos principais da cobertura da eleição do chefe do executivo de Macau dos jornais portugueses analisados.

Cap.4 A preparação da RAEM - Mudança e continuidade

Na imprensa portuguesa, a cobertura dos assuntos relacionados com a preparação da futura RAEM concentrou-se principalmente em três aspetos: a nomeação dos funcionários governamentais; a construção da administração pública; e a futura relação entre a Europa e Macau. Nas peças jornalísticas analisadas surgiram simultaneamente duas linhas principais em redor desta temática: destacar a continuidade da administração pública; e sublinhar a importância das relações entre Macau e a Europa após a transferência administrativa. Ambas as linhas incluíam “os elementos portugueses”. Por outras palavras, o foco da imprensa portuguesa de Macau relativamente à “Preparação da RAEM” caiu sob o enquadramento “continuação da presença portuguesa no futuro de Macau”.

1. A nomeação dos funcionários governamentais da futura RAEM.

1.1 A Equipa de Edmund Ho

O sistema político do governo da Região Administrativa Especial de Macau, como se sabe, era dominado pelo poder executivo. Assim, após a nomeação de Edmund Ho para o cargo de primeiro chefe do executivo da RAEM, a criação da sua equipa tornou-se, naturalmente, o foco dos media locais de Macau.

A equipa de Ho, anunciada no dia 11 de Agosto, incluía os sete titulares dos principais cargos e o procurador do ministério público do primeiro executivo da RAEM. No dia seguinte, essa lista de nomeações estava nas manchetes de todos os jornais de Macau e suscitou ampla discussão entre os comentadores dos media locais.

A maioria dos comentadores da imprensa portuguesa reagiu de forma positiva às escolhas de Edmund Ho, porque entre as oitos nomeações havia seis nomes da administração de Rocha Vieira. Os comentadores consideraram que, ao escolher funcionários da última administração portuguesa para os cargos principais

da RAEM, Ho favorecia a via da continuidade, que proporcionava a estabilidade e a continuidade da máquina administrativa.

Para a cobertura da criação da equipa de Edmund Ho, o MH destacou a contribuição de Jorge Rangel, o secretário-adjunto da administração portuguesa. Neste texto, intitulado “Rangel sai por cima”¹¹³ e publicado na primeira página do jornal, o MH afirmou que o facto de “seis das oito nomeações são escolhidas com base na atual administração” foi atribuído ao sucesso da administração portuguesa dos últimos anos, para que o secretário-adjunto Jorge Rangel tinha contribuído muito. Este jornal manifestou também a sua aceitação dos critérios decisivos para as escolhas de Edmund Ho, uma vez que todos os secretários escolhidos tinham formação e experiência técnica nas áreas por que eram responsáveis: “Edmund Ho apresentou à sociedade local um governo tecnocrata, cujos elementos já demonstraram a sua competência na causa pública”.¹¹⁴

O jornalista Gonçalo César de Sá da Agência Lusa também expressou a sua aceitação dos critérios de seleção de Edmund Ho, sobretudo porque a continuidade administrativa demonstrava a competência e o espírito profissional dos quadros locais.¹¹⁵ Gonçalo César de Sá considerou que a escolha de Ho foi uma “manifestação clara de confiança na atual administração”, que era praticamente toda chefiada por quadros que falavam português e chinês, e a maioria tinha tido formação em Portugal e na China. Sá referiu ainda que essa equipa visava “privilegiar a estabilidade governativa” e “dar uma mensagem clara de apoio e de confiança aos mais de 17 mil funcionários públicos do território”, e que esta estratégia de continuidade seria favorável à obtenção de consensos para governar a futura RAEM. Entre as novas nomeações, havia cinco secretários do chefe do executivo da RAEM que iriam substituir os sete secretários da administração portuguesa. O jornalista da Lusa salientou que esses cinco secretários “possuem formação superior e são todos da

¹¹³ “Rangel sai por cima”, *Macau Hoje*, 12 de Agosto, 1999.

¹¹⁴ *Ibidem*.

¹¹⁵ Gonçalo César de Sá, “Em nome dos funcionários públicos”, *Jornal Tribuna de Macau*, 12 de Agosto, 1999.

confiança pessoal de Edmund Ho”, o que “certamente permitirá ao chefe do executivo ter um governo coeso”.

O jornal JTM também aprovou a estratégia de continuidade de Edmund Ho, afirmando que esta estratégia se destinava a aproveitar as capacidades e o profissionalismo dos quadros locais da última administração portuguesa. O editorial do JTM considerou que a preparação da RAEM seguia o *timing* traçado e mantinha uma estratégia de continuidade na mudança, o que era, na sua opinião, a mais adequada para o futuro de Macau.¹¹⁶

O cronista Luís Ortet¹¹⁷ do JTM, afirmou que as reações face às escolhas de Edmund Ho para os titulares dos principais cargos da RAEM foram recebidas de forma unanimemente positiva em Macau. Na sua opinião, uma das razões para essa reação foi o facto de a continuidade dos membros da administração anterior favorecer a estabilidade da máquina administrativa, o que permitiria ao governo da RAEM “tirar proveito de todo o esforço desenvolvido pela administração portuguesa, desde o início do período de transição, no sentido da formação de quadros para a RAEM”. Ortet também considerou que o facto de seis dos oito escolhidos serem quadros bilingues era uma boa decisão, porque embora a Lei Básica regulasse as duas línguas como oficiais na futura RAEM, o nível de utilização de ambas as línguas na administração pública era uma questão sensível que ainda estava a ser discutida pelo Grupo de Ligação Conjunta. O cronista do JTM classificou como positiva a escolha de Edmund Ho, “caso contrário, se houver outros padrões nesse momento, as coisas ficarão mais confusas...”

Jorge Silva¹¹⁸, outro cronista, declarou que as opções de Edmund Ho revelavam que “houve uma clara aposta na continuidade administrativa e na experiência tecnocrata” dos membros do futuro governo e dos comissários. Este cronista do JTM referiu também que existira uma zona cinzenta na nomeação de Florinda Chan para as áreas da Justiça e Administração, uma vez que Chan não possuía

¹¹⁶ José Rocha Dinis, “Este verão em Macau”, *Jornal Tribuna de Macau*, 13 de Agosto, 1999.

¹¹⁷ Luís Ortet, “Opção pela continuidade”, *Jornal Tribuna de Macau*, 13 de Agosto, 1999.

¹¹⁸ Jorge Silva, “A escolha de Edmund”, *Jornal Tribuna de Macau*, 16 de Agosto, 1999.

experiência nesses setores e o seu passado indicava uma ligação à área da economia. No entanto, Jorge Silva afirmou que embora se pudesse questionar a experiência de alguns dos nomeados, em termos gerais todas as comunidades locais fizeram uma avaliação positiva das escolhas de Edmund Ho: “nada disso invalida o que todos os sectores opinaram sobre o governo da RAEM... há um aplauso geral pelas escolhas de Edmund Ho...”.

Como já foi referido, surgiram dúvidas relativamente à nomeação de Florinda Chan, a futura secretária para a administração e justiça da RAEM. Antes de anunciar a equipa, o JTM publicou um artigo em que traçava os cenários possíveis para o governo da RAEM a partir de 20 de Dezembro.¹¹⁹ Nesse artigo, a jornalista Hilda Lu, do JTM, referiu que se devia prestar atenção ao cargo de secretário da administração e justiça, porque a administração portuguesa previa dois secretários-adjuntos independentes para esse cargo. Porém, a partir de 20 de Dezembro, a Secretaria da Administração e Justiça seria gerida por apenas um secretário. Lu considerou que deveria ter sido difícil encontrar um candidato que estivesse simultaneamente familiarizado com a administração e os assuntos jurídicos: “Tudo aponta que o lugar será ocupado por alguém que conheça bem a estrutura e o funcionamento da máquina administrativa e, como tal, ligado ao quadro administrativo” disse a jornalista do JTM.

Dos oito titulares dos principais cargos da futura RAEM, foi a nova secretária da administração e justiça, Florinda Chan, quem causou maior discussão na imprensa portuguesa de Macau. Hilda Lu escreveu um comentário numa notícia sobre a nomeação intitulada “Alguma Surpresa!”.¹²⁰ No texto, a jornalista revelou surpresa relativamente à nomeação de Chan para a Secretaria da Administração e Justiça da RAEM. Lu considerou que embora, segundo a ordem de precedência, este cargo fosse politicamente muito importante e a futura secretária da administração e justiça possuísse larga experiência (25 anos) na administração pública de Macau, esta tinha sempre trabalhado na Direção dos Serviços de Economia, sem nunca ter sido transferida para nenhum outro departamento e nunca ter trabalhado na

¹¹⁹ Hilda Lu, “Pastas da RAEM dominada por tecnocratas”, *Jornal Tribuna de Macau*, 16 de Agosto, 1999.

¹²⁰ Hilda Lu, “Alguma surpresa!”, *Jornal Tribuna de Macau*, 12 de Agosto, 1999.

administração ou na justiça. Porém, embora a jornalista do JTM questionasse esta nomeação, no final do artigo também expressou esperança na atuação de Florinda Chan: “espera-se que a sua experiência de 25 anos nos serviços públicos a ajude a cumprir as suas funções de secretária para a administração e justiça”.

Também Luís Ortet,¹²¹ na sua crónica do JTM, considerou que embora Florinda Chan passasse a ter a seu cargo duas áreas fora do âmbito da sua experiência profissional, esse seria um problema relativamente secundário, porque, na sua opinião, o problema “pode ser bem ultrapassado se a futura secretária se fizer rodear de gente competente”. Para Luís Ortet, em termos políticos, a administração e a justiça englobavam as facetas mais específicas da vida de Macau, que estavam relacionadas com o legado de quatro séculos de presença portuguesa. Por isso, mais do que estritamente uma administrativa ou uma jurista, o cronista afirmou que Edmund Ho precisava, para este cargo, de uma pessoa com um bom posicionamento em relação às culturas, às línguas e às comunidades que fazem de Macau, uma terra diferente das outras. O cronista do JTM escreveu: “E isso, como se sabe, Florinda Chan tem, o que terá pesado mais do que a sua especialidade profissional”.

1.2 Ser ou não ser português... eis a questão!

A participação da comunidade portuguesa na preparação da RAEM foi um dos temas mais focados na imprensa portuguesa de Macau, tendo-se centrado principalmente em dois aspectos: a questão da nacionalidade dos futuros detentores dos principais cargos da RAEM; e o espaço da comunidade portuguesa na futura vida política da RAEM.

Após a nomeação da equipa de Edmund Ho, a imprensa portuguesa começou a prestar atenção às nomeações para outros cargos da futura RAEM. João Drago¹²², comentador do JTM, referiu na sua crónica que a nacionalidade poderia ser uma questão pertinente para a participação da comunidade portuguesa no governo da

¹²¹ Luís Ortet, “Opção pela continuidade”, *Jornal Tribuna de Macau*, 13 de Agosto, 1999.

¹²² João Drago, “O Dilema”, *Jornal Tribuna de Macau*, 17 de Agosto, 1999.

RAEM: “Era de esperar que, mais cedo ou mais tarde, alguns dos mais destacados membros da comunidade portuguesa local viessem a confrontar-se com o dilema da identidade.” A Lei Básica que regula os principais cargos da futura RAEM é clara: estes estão reservados a residentes de nacionalidade chinesa. Assim sendo, o cronista do JTM considerou a hipótese de os potenciais “candidatos” terem que enfrentar uma situação da renúncia à nacionalidade portuguesa, e que seria necessário refletir sobre os “prós” e os “contra” de prescindir do passaporte português para poder participar ativamente na futura RAEM.

João Drago afirmou que não seria fácil dar esse passo por razões psicológicas, uma vez que para algumas pessoas seria difícil romper com os sentimentos nacionais e tomar uma decisão desta natureza. Embora Drago considerasse que esse tipo de decisão seria apenas uma questão formal, nunca seria vista com bons olhos por alguns compatriotas: “Haverá sempre quem interprete a opção como um acto de traição ou mesmo quem a encare numa perspetiva de orfandade, sobretudo, se o acto partir de alguém com o ónus de liderança da comunidade portuguesa”.

Por outro lado, a questão da nacionalidade levantou também a discussão sobre o espaço político da comunidade portuguesa após o ano de 1999. O cronista Jorge Silva¹²³ afirmou que a questão da nacionalidade iria levar à redução do número dos funcionários públicos portugueses em Macau, e que tal situação iria afetar muito a participação política da comunidade portuguesa na RAEM. Silva citou o exemplo de Hong Kong, e referiu que mesmo Teng Chee-hwa, o chefe do executivo de Hong Kong, que era mais alinhado com Pequim do que o próprio Edmund Ho, não prescindiu, para os diversos cargos, de técnicos britânicos ou de outras nacionalidades. Este cronista do JTM considerou que o futuro governo da RAEM deveria reservar certos papéis políticos para a comunidade portuguesa, pois a contribuição da comunidade portuguesa seria vital para ajudar a manter a autonomia e a diferença de Macau em relação ao resto da China”. Silva mostrou-se preocupado com a redução do número de portugueses a desempenhar cargos na futura RAEM, questionou o papel da

¹²³ Jorge Silva, “Redução do espaço”, *Jornal Tribuna de Macau*, 27 de Setembro, 1999.

comunidade portuguesa na vida política da RAEM e referiu que a redução de funcionários públicos portugueses “é um sinal de que o espaço, reservado à comunidade portuguesa, começa a ficar reduzido”.

1.3 A estratégia da continuidade

A estratégia da continuidade foi uma das linhas principais da cobertura portuguesa, nomeadamente nas peças sobre a Preparação da RAEM, em que se destacou a continuidade na nomeação para os cargos principais da RAEM e como esta estratégia fomentou a continuidade institucional. Após ser eleito chefe do executivo da RAEM, Edmund Ho anunciou que iria adotar uma política de “continuidade institucional” no processo de constituição do seu Governo, levando a discussões na imprensa portuguesa.

Luís Ortet¹²⁴, cronista do JTM, viu como positiva a política de continuidade institucional de Ho, ao afirmar que essa política poderia garantir que a administração de Rocha Vieira não seria marginalizada e, por conseguinte, seria um trunfo político que poderia alargar a margem de manobra do novo governador. Como a frequente mudança de governadores na década de 80 tinha sempre provocado um ambiente político instável, o cronista acrescentou que uma política de continuidade traria estabilidade política a Macau: “Como no passado fui bastante crítico da prática de quase ruptura institucional aquando da mudança de governadores, não posso deixar de considerar positiva esta nova postura”.

Ortet considerou também que esta política de continuidade seria produtiva para o próprio Edmund Ho, porque, como chefe do executivo, este poderia usufruir de maior liberdade e, no futuro, quando quisesse fazer alterações, não seria suspeito de qualquer preconceito em relação à administração cessante. Em suma, o cronista do JTM deu uma opinião favorável à continuidade institucional e predisse que, se Edmund Ho prosseguisse nesta linha de atuação, iria ter condições para aproveitar e

¹²⁴ Luís Ortet, “Tudo bem?”, Jornal Tribuna de Macau, 28 de Maio, 1999.

rentabilizar a seu favor o melhor da máquina administrativa deixada pelos portugueses.

A preocupação da imprensa portuguesa com a estratégia de continuidade institucional também se refletiu na cobertura da nomeação de Florinda Chan, a nova secretária para a administração e justiça da RAEM. Na sua primeira conferência de imprensa, Chan afirmou que a administração pública do governo português de Macau deveria, numa fase inicial da RAEM, ser mantida, podendo mais tarde ser gradualmente sujeita a um processo de reforma a fim de melhorar a moral e o nível dos funcionários.¹²⁵ O JTM salientou esta parte do discurso de Chan numa notícia cujo título foi *“Florinda Chan defendeu estratégia de continuidade”*.

À semelhança do JTM, o jornal MH também destacou esta estratégia de continuidade defendida por Florinda Chan na sua primeira conferência de imprensa, especialmente a continuidade dos advogados portugueses na futura RAEM. Na reportagem intitulada *“Advogados portugueses devem ficar”*, o MH enfatizou que Florinda Chan defendeu a permanência dos advogados portugueses na administração pública e no território, uma vez que o sistema legal de Macau assentava numa matriz portuguesa. A futura secretária para a administração e justiça salientou também que precisaria do apoio dos advogados e juristas de Macau para superar as difíceis tarefas que iria ter que enfrentar para resolver os problemas inerentes ao sistema judiciário.

Em suma, na cobertura da preparação da RAEM, a imprensa portuguesa sublinhou uma linha de continuidade na nova administração, na qual incluiu a continuidade dos membros da administração portuguesa nos cargos principais da RAEM e a continuidade institucional. A maioria dos comentadores da imprensa portuguesa fez uma avaliação positiva das políticas de Edmund Ho.

¹²⁵ *“Florinda Chan defende estratégia de continuidade”*, *Jornal Tribuna de Macau*, 13 de Agosto, 1999.

2. Por uma administração moderna

Na cobertura da preparação da RAEM, tanto a imprensa portuguesa como a chinesa referiram a questão da eficiência administrativa. A imprensa chinesa focou o espírito de “servidor do público” dos funcionários da futura RAEM, uma vez que considerava que alguns funcionários da administração portuguesa tinham falta de espírito de servir, o que conduzia a demasiada burocracia e má gestão, especialmente em termos de segurança. Os jornais chineses referiram também a questão do sistema de serviço civil, especialmente a confusão entre funcionários públicos formais e “provisórios”, que inflacionou o número de funcionários executivos.

A questão da baixa eficiência administrativa de Macau foi também tópico de discussão na imprensa portuguesa, mas aqui o foco dos cronistas portugueses incidiu na questão da burocracia da administração portuguesa. O cronista João Fernandes¹²⁶, do JTM, declarou que esta era uma questão já antiga, e que havia muita gente influente, inclusive líderes de opinião, em Macau com uma ideia muito negativa sobre a máquina administrativa:

“Que o digam expressamente ou não, sente-se que acreditam que pelo menos metade dos funcionários passam o dia a olhar para o ar e que bastam chefias atentas para que tudo funcione muito melhor. Isto para além da sua total confiança de que metade do trabalho é mexer em papelada que só serve para atrapalhar e que classificar genericamente como ‘burocracia’.”

Este cronista admitiu que este fenómeno existia em todo o mundo, e que este era o tipo de ideia que “é comum ouvir em toda a parte do mundo nos cafés” e, geralmente, “nunca resulta em nenhuma reforma concreta”. Também referiu, porém, que em Macau corria-se o risco de se chegar ao ponto em que “quem tem influência para decidir não conhece as questões por dentro, enquanto que quem as conhece é inevitavelmente ‘suspeito’, por ser considerado um ‘burocrata’”. Fernandes expressou o seu anseio por reformas e desejou que, após o estabelecimento da RAEM,

¹²⁶ João Fernandes, “As grandes reformas”, *Jornal Tribuna de Macau*, 12 de Março, 1999.

o chefe do executivo tivesse condições para fazer reformas, caso contrário, a questão poderia tornar-se quase impossível de resolver.

Luís Ortet¹²⁷ também referiu a questão da eficiência administrativa na sua crónica no JTM. O semanário de expressão chinesa de Macau SI WAN escrevera que alguns funcionários públicos de Macau tinham dois grandes defeitos: a burocracia e a incapacidade de assumir devidamente as responsabilidades. Ortet considerou que a crítica era razoável, de acordo com as históricas que tinha ouvido contar, e confirmou que maus serviços públicos eram prejudiciais para o desenvolvimento económico e não iriam atrair investimento exterior. Na mesma crónica Ortet manifestou o desejo de que, com a instalação da RAEM, se pudesse pôr fim a todo esse impasse, que se vinha a arrastar há muito tempo na administração pública local, e que deixasse de haver fuga às responsabilidades e pretextos para o adiamento de tomadas de decisões.

Ortet sublinhou ainda a importância dos papéis dos dirigentes na nova administração de Macau. Na sua opinião, os serviços públicos iriam funcionar melhor quando Macau tivesse bons funcionários públicos, quer em termos de dedicação, quer de competência, e por isso o papel dos dirigentes seria muito importante na administração moderna. Segundo Ortet, se os serviços públicos da administração portuguesa funcionavam mal, seria porque os dirigentes não se preocupavam, acrescentando que as direções e chefias deveriam seguir o caminho da transparência e da competência, que seria “a única forma de promover o desenvolvimento e combater a corrupção”.

Em suma, na cobertura jornalística da preparação da RAEM, a imprensa portuguesa sublinhou a importância das reformas do funcionalismo público na futura RAEM, isto é, a instalação de uma cultura de competência e modernidade no seio da administração pública de Macau.

¹²⁷ Luís Ortet, “Por uma administração moderna”, *Jornal Tribuna de Macau*, 10 de Setembro, 1999.

3. Reforçar as relações com a Europa

Na imprensa portuguesa de Macau, “reforçar as relações entre Macau e a Europa após a transferência da soberania” foi a outra linha principal das peças jornalísticas relacionadas com a preparação da RAEM. Esta linha refletiu-se principalmente em dois aspetos: destacar a intensificação da presença europeia na RAEM; e sublinhar o papel de Macau de ponte entre a China e a Europa. Adicionalmente, a visita oficial do governador Rocha Vieira a Bruxelas no ano de 1999 foi também um foco de atenção dos jornais portugueses.

Ao falar das relações entre Macau e a Europa na futura RAEM, a imprensa portuguesa salientou sempre a importância de intensificar a presença europeia em Macau após 1999. Esta proposta foi apresentada pelo presidente da Fundação Sino-latina, Gary Ngai, durante uma entrevista dada ao JTM¹²⁸, na qual Gary Ngai defendeu que a RAEM deveria reforçar as presenças portuguesa e europeia no seu território. Ngai sublinhou a importância da presença portuguesa em Macau, que considerou um elemento necessário para Macau manter a sua singularidade e implementar o princípio “um país, dois sistemas”. Ngai declarou que essa presença “deve ser estendida à Europa”, ou seja, havia necessidade de intensificar a presença europeia na futura REAM, porque “Macau não poderá manter o estatuto de cidade internacional sem esse núcleo”. Ngai referiu ainda que a China também necessitava que Macau desempenhasse o papel de intermediário para se ligar à Europa, o que significava que se Macau não se inserisse na comunidade internacional, não seria de grande utilidade para a China, e, desta forma, mais cedo ou mais tarde acabaria por ser apenas mais uma cidade chinesa.

3.1 A ponte entre a China e a Europa

¹²⁸ João Drago, “RAEM deve intensificar presença europeia”, *Jornal Tribuna de Macau*, 19 de Outubro, 1999.

A outra linha sublinhada pela imprensa portuguesa foi a de Macau desempenhar, no futuro, o papel de ponte entre a China e a Europa. Os jornais de língua portuguesa sublinharam que Macau poderia contribuir para o estreitamento das relações entre os países da União Europeia e a China pela sua história e ligação com Portugal. O futuro chefe do executivo, Edmund Ho, numa entrevista à Lusa, referiu que Macau possuía atrativos fiscais, financeiros, económicos e de serviços, e que, no âmbito dos negócios com os países europeus, o papel de Macau deveria ser essencialmente o de facilitador da entrada num mercado gigante como a China. Nesta entrevista, Ho reforçou a ideia de que Macau deveria preservar o seu sistema capitalista para fornecer as condições necessárias para ser o ponto de ligação entre a China e a Europa.

O jornalista Casimiro Simões¹²⁹, da Agência LUSA, também referiu que Macau poderia desempenhar um papel mais importante depois do seu regresso à China. Simões descreveu os antigos navegadores portugueses como detentores de uma certa “visão estratégica”, capazes, nos últimos quatrocentos anos, de transformar Macau num entreposto incontornável nas trocas comerciais entre a Europa e o extremo oriente, e acrescentou que a história deveria ser o ponto de partida para Macau retomar o seu papel de ligação entre o ocidente e o oriente, especialmente com a Europa Comunitária, uma vez que, através desta singularidade económica “Macau permite estar na China sem ser chinês”. Segundo o jornalista, no ano de 1998 um terço das exportações de Macau tiveram como destino a União Europeia, portanto, se para Macau seria importante manter a ligação com a Europa, para a Europa também seria fundamental manter a presença europeia na RAEM, pois “A Europa tem que ter em conta que a China é uma das principais referências estratégicas para o próximo milénio e, nesse sentido, Macau representa um ponto privilegiado”.

Em novembro de 1999, a Comissão Europeia divulgou um relatório intitulado *A União Europeia e Macau: depois de 2000*, no qual a Comissão Europeia destacou o papel de Macau na relação entre a Europa e a Ásia, especialmente nas áreas da

¹²⁹ Casimiro Simões, “Ponte entre o sul da China e a Europa”, *Agência LUSA & Macau Hoje*, 7 de Dezembro, 1999.

democracia, dos direitos humanos, das liberdades individuais, das questões económicas e culturais, etc. O MH publicou alguns dos conteúdos principais deste relatório e referiu que a Europa deveria manter e desenvolver relações de amizade com Macau antes e depois da transferência da soberania. Simultaneamente, o MH sublinhou ainda que a Europa não só deveria fortalecer a sua ligação com Macau, como também desempenhar “um papel importante no sentido de acompanhar e promover a concretização do previsto no conceito “um país, dois sistemas”, que assegura a autonomia política, económica e cultural de Macau”.¹³⁰

3.2 Macau no mapa de relações da UE.

No último ano da transição, para além das visitas a Pequim e Lisboa, a agenda oficial do governador Rocha Vieira incluiu também uma deslocação a Bruxelas. Uma vez que, depois de 25 de novembro, a representação macaense deixaria de estar “ancorada” à embaixada de Portugal na Bélgica e passaria a assumir o estatuto de Delegação para os Assuntos Económicos e Comerciais de Macau junto da EU, essa visita de Rocha Vieira a Bruxelas e a futura relação entre Macau e a Europa tornaram-se no foco da imprensa portuguesa nas vésperas da transferência da soberania. A cobertura jornalística desta visita evidenciou principalmente dois aspetos: os contactos com os diferentes órgãos e responsáveis políticos da União Europeia; e o interesse estratégico da UE em manter uma relação forte com Macau.

Rocha Vieira justificou a sua ida à capital belga com o objetivo de incrementar as relações de Macau com a União Europeia, afirmando que uma relação firme entre Macau e a Europa era fundamental para a autonomização de Macau relativamente à China, e para Macau ser reconhecida como uma plataforma de cooperação internacional.¹³¹ Rocha Vieira afirmou que “Tudo isto me parece de extrema importância”, salientado que a UE deveria “acompanhar Macau no futuro, porque há um compromisso de Portugal e da China relativamente ao estatuto de Macau como

¹³⁰ “Papel vital entre a Europa e a Ásia”, *Macau Hoje*, 15 de Novembro, 1999.

¹³¹ “Macau não mapa de relações da EU”, *Jornal Tribuna de Macau*, 7 de Dezembro, 1999.

região administrativa especial que não deve ficar alheado do interesse da comunidade internacional e muito particularmente da UE”.

Na sua cobertura desta visita, o MH publicou também o discurso do antigo presidente da república de Portugal Mário Soares, em que este salientou que a UE deveria continuar a apoiar tudo o que dissesse respeito a Macau após a sua transferência para a China, “no plano comercial, no plano económico, no plano dos direitos humanos e em todos os planos políticos”. O ex-presidente da república considerou que a China teria o “maior interesse” em desenvolver as relações com a UE e que isso seria compatível com o propósito da União de acompanhar a situação na futura RAEM.¹³²

Por seu lado, a criação da Delegação Macaense em Bruxelas também obteve grande atenção dos jornais portugueses de Macau. O editorial do JTM referiu que a existência de uma representação autónoma na UE significava que a UE reconhecia objetivamente as especificidades de Macau, evitando que Macau se confundisse com Hong Kong, o que no passado sempre tinha funcionado contra os interesses de Macau.¹³³ Além disso, neste editorial, o JTM também considerou que seria muito importante aprofundar as relações com a Europa, sobretudo num tempo em que “a Europa e a República Popular da China surgem como dois polos de influência para contra - balançarem o poder dos Estados Unidos”.

¹³² “Papel Vital entre a Europa e a Ásia”, *Macau Hoje*, 15 de Novembro, 1999.

¹³³ José Rocha Dinis, “Reforçar as relações com a Europa”, *Jornal Tribuna de Macau*, 28 de Maio, 1999.

Cap.5 A cerimónia de *handover*

1. Nas vésperas da cerimónia.

1.1 Sair de cabeça erguida

O enquadramento “Orgulho” é um dos enquadramentos mais usados pela imprensa portuguesa na cobertura da transição de Macau no ano de 1999, especialmente na cobertura da contribuição da administração portuguesa para uma transição tranquila e para a continuidade dos legados portugueses em Macau. Nas vésperas da cerimónia da transferência, à medida que na comunidade portuguesa se iam realizando as diversas atividades comemorativas, o enquadramento “Orgulho” voltou a ser utilizado no discurso oficial e na cobertura da transição feita pela imprensa portuguesa.

Nas vésperas da cerimónia da transferência, o governador Rocha Vieira afirmou numa entrevista que a administração portuguesa poderia partir do território “satisfeita”, com “orgulho” e de “cabeça levantada”.¹³⁴ Porque, na sua opinião, após 20 de dezembro, “vai ficar em Macau “muita coisa” de Portugal”, e com o vocábulo “coisa” o governador não se referia apenas à cultura portuguesa, mas a algo ainda mais importante, o legado político. Rocha Vieira enfatizou que, do ponto de vista político, a herança era grande, “é um ar diferente que se respira, uma cidade que lembrará outras origens”.

Na sessão de condecoração das 29 personalidades de Macau, que se realizou na véspera da cerimónia, o presidente da república portuguesa, Jorge Sampaio, sublinhou mais uma vez o enquadramento “orgulho” no seu discurso, em que referiu que Portugal e os portugueses tinham boas razões para sentir orgulho de Macau, especialmente porque sob os esforços da administração portuguesa, “os direitos

¹³⁴ “Portugal sai de Macau satisfeito e orgulho”, *Jornal Tribuna de Macau*, 19 de Novembro, 1999.

cívicos e políticos das suas gentes estão assegurados, num quadro regido pelo primado do direito".¹³⁵

O presidente da república também enfatizou a contribuição da administração portuguesa para alcançar uma transição suave, referindo que, durante o período da transição, houve uma adaptação das instituições, das leis e da administração, num quadro de articulação com a China, para assegurar o “cumprimento rigoroso” das relações bilaterais e transformar a transição numa “prova de maturidade das relações entre os dois estados”

No seu discurso na sessão de condecoração, o governador Rocha Vieira enfatizou que essa contribuição da administração portuguesa não provinha apenas do governo português em Macau, mas também de todos os portugueses e macaenses em Macau: “Portugal fez o que tinha de ser feito e todos os portugueses que, direta ou indiretamente, participaram neste projeto ambicioso, encontram agora motivos concretos para expressarem o seu orgulho”.¹³⁶

Em resumo, nas vésperas da cerimónia, o enquadramento "Orgulho" tornou-se uma das linhas principais dos discursos oficiais, em que foi enfatizada a contribuição dos portugueses durante o período de transição, especialmente no que respeita ao estabelecimento de instituições políticas e judiciais sólidas e à formação de uma comunidade estável e tranquila.

1.2 Uma nova página nas relações luso-chinesas

Nas vésperas da cerimónia da transferência, as relações luso-chinesas foram um foco de interesse da imprensa portuguesa, à semelhança do que aconteceu na imprensa chinesa, onde se salientaram dois aspectos: a cooperação luso-chinesa durante o período de transição tornou-se um exemplo para o mundo na resolução de problemas semelhantes; e deveria abrir-se uma nova página nas relações luso-chinesas após 1999.

¹³⁵ “Direitos cívicos e políticos estão assegurado”, *Jornal Tribuna de Macau*, 19 de Dezembro, 1999.

¹³⁶ *Ibidem*.

No dia 18 de dezembro, a chegada do presidente Jorge Sampaio a Macau tomou conta das manchetes dos jornais portugueses, o que não tinha acontecido na sua visita de março, altura em que os media prestaram mais atenção à atitude oficial do presidente relativamente aos assuntos da transição. Desta vez, porém, as palavras do presidente Jorge Sampaio sobre as relações luso-chinesas encheram as páginas dos jornais de Macau.

“Jorge Sampaio emocionou-se depois de ter sublinhado que o relacionamento entre Portugal e a China durante o período de transição constitui um ‘momento histórico’, e afirmou ainda que as relações seculares entre Portugal e China saíram “mais fortes” com o “empenho comum, demonstrado pelos responsáveis ao mais alto nível, em fazer da transição de Macau um exemplo de respeito recíproco”. ¹³⁷

O governador Rocha Vieira afirmou que as futuras gerações de chineses, macaenses e portugueses residentes em Macau deveriam sentir orgulho ao olhar para o passado, vendo-o como uma história de amizade e cooperação entre o povo chinês e o povo português, entre a China e Portugal, entre o Oriente e o Ocidente, "porque assim se cumprirão os desígnios de Portugal desde que, pela primeira vez, chegou às terras da China".¹³⁸

1.3 Nostalgia na hora da despedida

Na véspera da cerimónia da transição, no dia 19 de dezembro, a despedida do governador Rocha Vieira tornou-se o foco da imprensa portuguesa. A foto de Rocha Vieira com a bandeira portuguesa dobrada e encostada ao coração tornou-se a capa da edição do MH do dia seguinte. Além dos eventos relacionados com a transferência da soberania, a imprensa portuguesa destacou ainda alguns momentos da despedida portuguesa, especialmente o arriar da bandeira portuguesa no Palácio da Praia Grande, local onde se situava o gabinete de trabalho dos governadores de Macau.

¹³⁷ “Primeiras emoções na Praia Grande”, *Jornal Tribuna de Macau*, 18 de Dezembro, 1999.

¹³⁸ *Ibidem*.

“O arriar da bandeira portuguesa decorreu ontem pelas 17: 03 horas no Palácio da Praia Grande e provocou um sentimento de grande emoção à maioria das pessoas que assistiram ao ato solene”.

“Rocha Vieira, o centra das atenções dos repórteres fotográficos e das câmaras de televisão, de bandeira junto ao coração, olhou pela última vez para o escudo português em pedra que está cravado na fachada do edifício que lhe serviu de gabinete ao longo dos últimos nove anos”.¹³⁹

Do ponto de vista semiótico, nas descrições dos momentos da despedida, os jornalistas fortaleceram alguns símbolos representes do país, como a bandeira portuguesa e o escudo, etc. Estes símbolos eram os portadores das ideologias e da dignidade nacionais, e desempenharam uma função de fortalecimento da identidade nacional de Portugal.

“Aplaudido à chegada e à saída do Palácio, Rocha Vieira tentou conter a emoção, desde o momento, os presidentes das câmaras e o alto comissário contra a corrupção e a ilegalidade administrativa, as lágrimas correram em muitas faces...”

As descrições da despedida funcionaram como a imagem de um filme, pois estas não transmitiram apenas os factos em si, mas também as emoções, contribuindo para a construção de sentimentos comuns aos leitores através da representatividade dos símbolos. As peças jornalísticas sobre a despedida portuguesa desempenharam, de facto, um papel importante na construção da identidade nacional e da identidade comunitária portuguesa dos portugueses de Macau.

2. A cerimónia da transferência encerra soberania portuguesa

No dia 20 de dezembro de 1999, a notícia de capa do *Jornal Tribuna de Macau*, intitulada *“Macau mudou de bandeira”*, apresentou uma foto da cerimónia de despedida em que se via Rocha Vieira com a bandeira portuguesa dobrada e

¹³⁹ “Emoção no adeus a Macau”, *Jornal Tribuna de Macau*, 20 de Dezembro, 1999.

encostada ao coração. Uma foto semelhante foi também publicada na notícia de capa do outro jornal português, *Macau Hoje*, sob o título “*Nova Era*”.

Ambos os jornais locais portugueses descreveram brevemente a cerimónia. Nas palavras do JTM, a cerimónia de *handover* foi tranquila, sem percalços nem imprevistos que manchassem o momento mais importante da transferência da soberania.¹⁴⁰ Com discursos curtos mas incisivos, os dois chefes de estado elogiaram o êxito do acontecimento. Na cerimónia, o discurso do presidente Jorge Sampaio elogiou a forma como o processo de transição foi conduzido pelas duas partes e sublinhou que “Portugal continuará solidário como Macau, empenhado no seu futuro, e certo de que, também aqui, a democracia e a liberdade são realidade insubstituível”.¹⁴¹ O jornalista João Cepeda, da Agência Lusa, descreveu a ocasião histórica assim:

“O arriar da bandeira portuguesa e do Leal Senado era então levado a cabo ao som do hino de Portugal. De pé, todos os presentes assistiram ao momento alto da noite com emoção chapada no rosto, muitos optando por cantar a pulmões cheios. Minutos depois, na altura de içar a bandeira da República Popular da China e da atual RAEM, o sentimento voltou a apoderar-se da plateia que, no final, prestou uma grande ovação ao acontecimento.”

O tom da descrição da despedida do dia anterior fora diferente, com palavras emotivas como “limpava as lágrimas ou esforçavam-se para as conter”. Os dois arriamentos das bandeiras transmitiram sentimentos diferentes. Em comparação com o arriamento da bandeira no Palácio da Praia Grande, no dia anterior, descrito num tom triste e nostálgico, o do dia 19 foi mais contido e mais tranquilo.

2.1 Portugal não parte

“A transferência não apaga a história” foi uma frase proferida pelo presidente Jorge Sampaio na sessão cultural da véspera da cerimónia de *handover* que se tornou

¹⁴⁰ João Cepeda, “Confirmação da Tranquilidade”, *Jornal Tribuna de Macau*, 20 de Dezembro, 1999.

¹⁴¹ *Ibidem*.

a linha principal da cobertura da cerimónia. Como afirmaria o presidente no discurso da cerimónia, a transferência de poderes “muda a soberania sobre os lugares, mas não destrói a sua história” porque essa história “partilham, por igual, Portugal e Macau”. Esta linha sublinhou, de facto, que a presença portuguesa em Macau não partia, ou seja, a transferência não apagava os legados portugueses em Macau. Assim, após a transferência da soberania, Portugal continuaria a ter a responsabilidade de manter a presença portuguesa em Macau, que fez daquela terra um paradigma singular. “Que fique claro, todavia, que se a administração portuguesa cessa, Portugal não parte. Fica apenas de modo diverso, para acompanhar Macau no seu percurso sob novos poderes de uma nova soberania”.¹⁴²

2.2 As celebrações – a RAEM continuará a ser um lar.

A cobertura das celebrações na imprensa de Macau refletiu esta realidade de duas formas diferentes: os cidadãos locais celebraram o estabelecimento da RAEM; Pequim celebrou o regresso de Macau. A imprensa portuguesa relatou as celebrações locais sobre a mudança do brasão do Leal Senado no dia seguinte ao da cerimónia:

*“Minutos depois da bandeira verde da RAEM ondular pela primeira vez nos céus de Macau, operários do Leal Senado fizeram subir, ao som de gritos e acenos de alegria, uma enorme tela com o novo brasão da edilidade que cobre o escudo anterior”.*¹⁴³

Este relato difere da descrição das celebrações na imprensa chinesa, em que se salientou que em Macau e na China continental “comemoram juntos”.

Embora as celebrações oficiais locais fossem o grande foco da imprensa portuguesa de Macau, esta também prestou atenção à reação da comunidade portuguesa de Macau, descrevendo as emoções e os sentimentos coletivos:

¹⁴² “Transferência não apaga a história”, *Macau Hoje*, 20 de Dezembro, 1999.

¹⁴³ “População celebre RAEM”, *Macau Hoje*, 20 de Dezembro, 1999.

“Sofia Lopes, 20 anos, que abandonava a praça do Leal Senado lavada em lágrimas e que viveu em Macau mais de 10 anos, disse à LUSA não ter palavras para explicar a tristeza ‘porque sempre achei que Macau era a minha terra e agora é difícil pensar o mesmo’.”

“Elsa Tam chorava ao ver a bandeira portuguesa baixar, em grande parte porque ‘os portugueses estiveram cá mais de 400 anos, e nós já estávamos habituados. Apesar de tudo, deixam boas memórias.’”¹⁴⁴

Descrições carregadas de sentimentos e emoções foram uma constante nas peças jornalísticas portuguesas, em que as “lágrimas” não foram apenas as da despedida do governador ou dos outros órgãos governamentais de Macau, mas também as das pessoas comuns da comunidade portuguesa. Com a partilha destas emoções comuns da comunidade, os jornais portugueses fortaleceram a identidade comunitária portuguesa.

Esta construção da identidade foi particularmente visível na imprensa quando se discutiam as promessas da China para o futuro da comunidade portuguesa. Partindo do discurso do presidente Jiang Zemin na cerimónia da fundação da RAEM, as imprensas portuguesa e chinesa construíram quadros noticiosos diferentes. A imprensa chinesa aproveitou a ocasião da fundação da RAEM para elogiar a fórmula de Deng Xiaoping “um país, dois sistemas” e para recordar que Taiwan seria o próximo passo para “a reunificação completa da China”, enquanto a imprensa portuguesa destacou as garantias do presidente Jiang relativamente aos interesses, costumes e tradições dos residentes de ascendência portuguesa de Macau.¹⁴⁵ A imprensa portuguesa usou palavras da promessa do presidente Jiang dirigidas à comunidade portuguesa numa reportagem intitulada “RAEM continuará a ser um lar onde poderão viver e trabalhar em paz” e destacou o agradecimento do presidente Jiang às personalidades portuguesas que contribuíram para a solução da questão de Macau.

Em resumo, a cobertura da cerimónia da transferência de poderes de Macau fortaleceu a identidade da comunidade portuguesa através das descrições das

¹⁴⁴ “Algumas saudades”, *Macau Hoje*, 20 de Dezembro, 1999.

¹⁴⁵ “RAEM continuará a ser um lar”, *Macau Hoje*, 20 de Dezembro, 1999.

emoções coletivas da própria comunidade e do destaque das promessas da parte chinesa dirigidas aos habitantes de Macau com ascendência portuguesa, que abordavam algumas das questões mais preocupantes da transferência de Macau para a China.

Parte V – Análise Qualitativa da Imprensa Chinesa

Cap.1 Assuntos da transição - Para uma transição suave de Macau.

Dividimos o estudo da cobertura da imprensa de língua chinesa dos assuntos da transição em duas partes: na primeira parte, que abrange os quatro capítulos iniciais, iremos explorar as características da cobertura jornalística dos assuntos da transição em 1999 e as opiniões da imprensa chinesa de Macau sobre estas questões. Apresentaremos as linhas narrativas gerais da cobertura dos assuntos da transição, especialmente as negociações bilaterais do Grupo de Ligação Conjunta (GLC). Analisaremos também a cobertura de alguns tópicos noticiosos relevantes, tais como a visita do presidente Jorge Sampaio a Macau, a disputa sobre a estrutura provisória para a cerimónia de despedida, e o futuro da comunidade dos macaenses após o regresso de Macau à China. Na segunda parte, iremos estudar a contribuição dos jornais de língua chinesa de Macau para a construção da identidade nacional chinesa neste último período de transição. Na perspectiva da comunidade chinesa de Macau, o ano de 1999 trouxe muitos acontecimentos “grandes”, incluindo “o bombardeamento da embaixada da China em Belgrado”, “os 50 anos da fundação da República Popular da China” e a agudização da “Questão de Taiwan”. Estes acontecimentos, que aparentemente não tinham relação direta com a transferência de poderes de Macau, foram, de facto, os componentes mais importantes da cobertura da imprensa chinesa do regresso de Macau à China. A cobertura destes eventos promoveu a construção da identidade nacional da comunidade chinesa de Macau antes da transferência administrativa.

1. O último período da transição

Na cobertura da imprensa chinesa da transferência de poderes de Macau, a expressão que mais surgiu nos títulos das peças jornalísticas sobre os assuntos da

transição foi “questão de peso ainda por resolver”, e essa ênfase nas questões ainda pendentes não só apareceu nas peças relacionadas com as negociações bilaterais do GLC, mas também nos três editoriais de 1999, o do Ano Novo Chinês, o da contagem regressiva dos duzentos dias, e o dos últimos cem dias da transferência da administração portuguesa. Ou seja, como nos jornais portugueses, “as questões ainda pendentes” foram também consideradas um tópico central na cobertura dos assuntos da transição da imprensa chinesa de Macau.

Acompanhando este tópico, o quadro “amizade” foi sempre evidenciado na cobertura jornalística. Sob este quadro, a imprensa chinesa salientou, por um lado, que a “boa cooperação” com Portugal conduziria a uma “suave transferência de poderes” e, por outro, que “embora a China e Portugal mantenham boas relações”, alguns problemas aguardavam ainda uma solução. Ou seja, os jornais chineses de Macau sublinharam que os dois lados deveriam resolver os problemas e concretizar essa boa relação de forma pragmática. Este quadro era consistente com as posições oficiais, pois tanto o presidente de Portugal, Jorge Sampaio, como o presidente da China, Jiang Zemin, tinham já enfatizado que o modo como se realizaria a transição de Macau deveria ser “um bom exemplo para a história”. Neste caso podemos afirmar que o quadro “amizade e cooperação” se tornou num consenso básico das imprensas portuguesa e chinesa de Macau para tratar os assuntos da transição.

À semelhança dos jornais portugueses, os jornais chineses de Macau também apresentaram opiniões críticas em relação aos atrasos nas negociações do GLC, e também acreditavam que a responsabilidade destes atrasos residia na outra parte. Estas visões opostas surgiram porque os problemas importantes que provocavam os atrasos não eram os mesmos para os dois lados.

Para a parte portuguesa, entre as questões ainda não resolvidas, a organização judiciária e a regulamentação do estatuto das línguas portuguesa e chinesa foram os assuntos da transição que atraíram maior atenção, enquanto para a parte chinesa, as denominadas “questões não resolvidas” estavam relacionadas principalmente com a questão da Guarnição do Exército de Libertação Popular da China em Macau, especialmente a forma como os efetivos militares chineses

entrariam em Macau após 19 de dezembro de 1999. Como referiu um editorial sobre o progresso das negociações do GLC, “para os problemas não resolvidos, cada uma das duas partes tem a sua própria intenção”.¹⁴⁶

Os articulistas da imprensa chinesa acreditavam que, face a alguns problemas que poderiam ser resolvidos no âmbito do GLC, a parte portuguesa do GLC “passou a bola” para outras instituições, causando assim o atraso. Na questão do estabelecimento da guarnição militar, a imprensa chinesa criticou a parte portuguesa por esta atribuir a outras instituições diplomáticas portuguesas uma responsabilidade que deveria ser do GLC, o que faria com que o problema só pudesse ser resolvido por via diplomática. De facto, a linha desta crítica foi semelhante à da imprensa portuguesa, quando esta criticou os representantes chineses do GLC por tentarem atribuir a implementação do Tribunal de Última Instância à Comissão de Preparação da RAEM, com o objetivo de reduzir a intervenção portuguesa na questão. Assim, podemos ver que, em relação às questões ainda pendentes dos assuntos da transição, as críticas dos media de ambos os lados foram semelhantes, tendo apenas as preocupações e os focos de atenção sido diferentes.

Na cobertura das questões pendentes, a imprensa portuguesa de Macau, sob o quadro “amizade e cooperação”, salientou a linha “olhar para a frente”:

*“Os dois países (Portugal e a China) não devem olhar apenas para o presente no que toca à resolução das questões de Macau, uma vez que é mais importante a cooperação a longo prazo para bem da amizade sino-portuguesa e da estabilidade do território”.*¹⁴⁷

Esta linha seguida pela imprensa chinesa de Macau foi também ao encontro das opiniões publicadas na imprensa portuguesa, que sublinhou que “a amizade luso-chinesa deve refletir-se na solução de problemas”. Podemos, por isso, dizer que os fios condutores da cobertura dos assuntos da transição foram semelhantes, uma vez

¹⁴⁶ “Both sides hope that issues such as the handover of power will be resolved” 《双方盼政权交接等问题获成果》, *OU MUN*, 21 de Abril, 1999.

¹⁴⁷ “China-Portugal friendship should be long-term” 《中葡友好应看长远》, *Va Kio*, 15 de Julho, 1999.

que tanto os jornais portugueses, como os chineses de Macau enfatizaram que as questões pendentes deveriam ser resolvidas ativamente com base nas relações amigáveis, apesar de cada lado representar posições nacionais diferentes e defender os interesses da sua própria comunidade.

Esta atitude dos jornais de línguas portuguesa e chinesa relativamente à Questão de Macau esteve sempre ligada ao ambiente pacífico vivido dos dois lados. Após a revolução do 25 de Abril, com a promulgação do *Estatuto Orgânico de Macau* em 1976, Macau, mesmo antes do período da transição, já tinha passado a ser “um território chinês sob administração portuguesa, o que fez com que durante todo o período da transição nunca tivessem surgido quaisquer conflitos verdadeiros entre Portugal e a China. Comparando a Questão de Macau com a Questão de Hong Kong, a solução da Questão de Hong Kong foi mais complexa, uma vez que após 1997 o Reino Unido queria ceder a soberania em troca da governação, o que violava os princípios da China e causou sérios conflitos no processo de negociação. O jornal OU MUN publicou um artigo em que fazia a comparação dos períodos de transição de Hong Kong e Macau, em que o articulista considerou que a negociação sino-britânica tinha refletido uma “rivalidade forte e aberta” e a negociação sino-portuguesa decorria sempre “de acordo com os desejos e vontades, num tom de elogios e relação amigável”.¹⁴⁸

Um outro fio condutor da imprensa chinesa de Macau na cobertura dos assuntos da transição foi “a China espera que o atual Governo de Macau assuma as responsabilidades devidas”, responsabilidades essas que compreendiam principalmente as questões da segurança pública, que se tinham degradando ao longo do ano de 1999. Os jornais chineses salientaram que a administração portuguesa de Macau deveria “assumir verdadeiramente as suas responsabilidades” e melhorar a situação da segurança pública, o que, na sua opinião seria “a única maneira de concretizar uma transição serena e uma transferência de poderes pacífica”.¹⁴⁹ De

¹⁴⁸ “There are differences between China, Portugal, China and Britain” 《中葡中英存在差异》, *OU MUN*, 16 de Março, 1999.

¹⁴⁹ “The authorities cannot relax their public security responsibilities” 《当局不能放松治安责任》, *Va Kio*, 14 de

facto, o tópicos da segurança pública foi frequentemente mencionado sob o tema *Assuntos da Transição*, nomeadamente quando a imprensa chinesa sublinhou que o Governo português de Macau deveria assumir a responsabilidade da sua administração na fase final da transferência de poderes, para garantir uma transição suave, sobretudo nas vésperas da cerimónia da transferência, como forma de aviso, pois quem prejudicasse a cerimónia seria "inimigo do país".

2. A visita do presidente Jorge Sampaio a Macau

As visitas do presidente Jorge Sampaio e do vice-primeiro ministro da China, Qian Qichen, a Macau em março tornaram-se o foco dos media de línguas portuguesa e chinesa locais. Quando comparamos a cobertura das imprensas portuguesa e chinesa, verificamos que os jornais chineses deram maior atenção ao encontro entre os dois dirigentes, e que embora escrevessem também sobre o percurso do presidente Jorge Sampaio, estes relatos não foram tão detalhados como os da imprensa portuguesa, sobretudo no que respeita às suas visitas à comunidade portuguesa do território.

Como ainda havia muitas questões pendentes sobre os assuntos da transição, tanto os media chineses, como as elites chinesas do território manifestaram grandes expectativas relativamente ao encontro entre Jorge Sampaio e Qian Qichen, esperando que os dirigentes de topo dos dois países pudessem trocar opiniões a nível oficial, “mesmo que não possa obter resultados para algumas questões específicas, o consenso entre os dois dirigentes pode ser uma base para os delegados do GLC negociarem”.¹⁵⁰

À semelhança da imprensa portuguesa, a imprensa chinesa também publicou opiniões de comentadores chineses sobre os discursos oficiais do presidente português proferidos durante a sua visita. Na sua declaração na inauguração do

Março, 1999.

¹⁵⁰ “Hope the high-level meeting will be a complete success” 《期望高层会晤圆满成功》, *Va Kio*, 18 de Março, 1999.

Centro Cultural de Macau, por exemplo, o presidente Jorge Sampaio referiu que Portugal teve grande sucesso na modernização do território e na criação de infra-estruturas que tornaram Macau num centro de serviços e de turismo com um papel de ponte. Um comentador chinês publicou um artigo intitulado “Dúvidas sobre os discursos do senhor presidente e do governador”¹⁵¹, em que expressou uma opinião diferente: “Os residentes de Macau (...) não partilham da ideia do sucesso de que o senhor presidente fala. Acreditamos que o desenvolvimento económico de Macau foi provocado pelas oportunidades regionais e não apenas através da contribuição do Governo de Macau”. Este comentador, que assinou com pseudónimo, destacou ainda que a grande preocupação dos residentes de Macau era “a situação económica e os problemas de segurança” e não “o futuro de Macau daqui a 50 anos”.

Além disso, para a questão da “localização dos funcionários públicos” e do “estatuto oficial da língua chinesa”, o presidente Jorge Sampaio afirmou que as línguas portuguesa e chinesa tinham sido introduzidas com o mesmo estatuto nos serviços públicos e que tinha terminado a localização de funcionários. No entanto, no mesmo artigo, o comentador do jornal OU MUN referiu que o que de facto se passava era que “a língua chinesa não foi implementada nos serviços públicos e o processo da localização dos funcionários ainda é muito lenta”.¹⁵²

No final do artigo, o autor fez ainda um apelo em nome dos residentes de Macau, “Nós os 420 mil residentes de Macau (...) esperamos que a visita do presidente Jorge Sampaio traga confiança e que este assuma as responsabilidades e obrigações solenes feitas na Declaração Conjunta Luso-Chinesa”. Nos editoriais e comentários dos jornais chineses, esta forma de terminar, que exprimia opiniões no plural, foi uma forma frequente de responder ao lado português e tinha por objetivo mostrar que as opiniões publicadas eram expressas na perspetiva dos chineses de Macau e que representavam os seus interesses coletivos, transformando os jornais OU MUN e Va Kio em porta-vozes da comunidade chinesa de Macau.

¹⁵¹ “Questions about the speeches of the President and the Governor” 《对葡总统和澳督讲话的疑问》, OU MUN, 19 de Março, 1999.

¹⁵² Ibidem.

3. A disputa sobre a estrutura provisória da cerimónia de despedida

Nos assuntos da transição, a escolha do local para a realização da cerimónia de despedida não foi uma questão tão importante como as questões ainda pendentes no GLC. No entanto, em julho de 1999 surgiu a ideia de utilizar uma “estrutura provisória” como local da cerimónia, tópico que atraiu a atenção dos jornais chineses e criou controvérsia na comunidade.

Os dois lados do GLC tinham, a 10 de fevereiro de 1999, já chegado a um consenso sobre os locais onde iriam decorrer a cerimónia da transferência de poderes e a cerimónia de despedida da parte portuguesa. No entanto, no final de junho, a parte portuguesa referiu que seria necessário instalar uma estrutura provisória para a cerimónia de despedida, porque o Centro Cultural, onde inicialmente estava previsto que decorresse esta cerimónia, não possuía espaço suficiente para acomodar os três mil convidados e jornalistas. A opção por uma estrutura provisória provocou uma reação em cadeia por parte de vários deputados chineses da Assembleia Legislativa de Macau, que acusaram o Governo português de Macau de “desperdiçar dinheiro”, polémica que obteve grande eco nos jornais chineses de Macau. Nas palavras do jornal MH, “parecem ter iniciado uma campanha de arraso contra as iniciativas dos administradores portugueses”.¹⁵³

Um editorial do jornal OU MUN, intitulado “Por favor reserve mais para a RAEM”¹⁵⁴, manifestou o seu “desagrado” pela decisão da estrutura provisória. O editorialista referiu que “O Governo dizia que o Centro Cultural tinha sido planeado para a realização da cerimónia da despedida e agora vem reconhecer que o espaço não é suficiente e decide instalar uma estrutura temporária”, e sublinhou que esta opção representava um “desperdício de recursos”. O mesmo editorialista afirmou que a situação financeira de Macau “é de crise”, e como tal “devemos controlar os gastos

¹⁵³ “Começou o Arraso”, *Macau Hoje*, 1 de Julho, 1999.

¹⁵⁴ “Please reserve more reserves for the Macao SAR” 《请为澳门特区多留一点储备》, *OU MUN*, 30 de Junho, 1999.

públicos” e o governador “não deve utilizar o saldo orçamental acumulado”, sugerindo mesmo que a administração “pense a sério sobre a questão”. Este editorial citou também alguns deputados da Assembleia Legislativa de Macau, para dar visibilidade à oposição, mostrando que muitas críticas questionavam o desperdício de dinheiro.

O jornal *Va Kio* partilhou também da mesma opinião. “Já se gastou o suficiente na construção do Centro Cultural”, acentuou o seu editorialista¹⁵⁵, lembrando que, nos últimos meses, “os departamentos governamentais têm estado a controlar as despesas nos sectores da saúde, das atividades sociais, etc.” Ainda sobre este assunto, o jornal *Va Kio* declarou que o Governo “não devia investir na construção de uma nova instalação que será demolida depois da cerimónia” já que tal representaria “um desperdício de recursos, especialmente neste período difícil”.

As críticas a este assunto atraíram gradualmente as atenções de todos os setores da sociedade de Macau, fazendo com que, a 13 de julho, o próprio governador se tivesse sentido obrigado a responder diretamente aos deputados e à imprensa chinesa. O governador Rocha Vieira considerou a crítica injusta, e afirmou que a administração do território “executou com rigor aquilo que tinha de fazer e geriu com rigor os recursos do território”¹⁵⁶. Simultaneamente, os jornais portugueses também publicaram artigos que refutavam as críticas da imprensa chinesa, em que referiram que a preocupação dos deputados e da imprensa chinesa era injusta, uma vez que estes não perguntavam quanto dinheiro se tinha já gasto no passado. O jornal *MH* escreveu que “os jornais chineses, que já se esqueceram dos prédios que lhes foram oferecidos pela administração portuguesa enquanto os jornais portugueses continuam instalados num vão de escada”¹⁵⁷.

No final, o secretário-adjunto Jorge Rangel declarou que a estrutura provisória para a “cerimónia de despedida” passaria a uma estrutura provisória de

¹⁵⁵ “The public wants to know the truth” 《公众是希望知道实情》, *Va Kio*, 1 de Julho, 1999.

¹⁵⁶ “The Governor of Macau criticizes newspaper reports, saying that extreme conservatives are harmful” 《澳督批评报章报道, 指偏激保守具伤害》, *OU MUN*, 13 de Julho, 1999.

¹⁵⁷ “Não me falem mais em dinheiro”, *Macau Hoje*, 13 de Julho, 1999.

“gala”, pondo assim um fim à disputa, uma vez que esta solução foi aceite por ambas as partes. O jornal *Va Kio* considerou que esta alteração teve um duplo efeito: por um lado, no que respeitava aos custos, esta solução seria mais facilmente justificável do que a anterior, uma vez que a cerimónia de “despedida” era uma atividade apenas do Governo português de Macau, e, por outro, uma “Gala” em que o Governo português de Macau iria comemorar a transferência de poderes criaria um ambiente mais alegre, o que seria mais adequado do que uma cerimónia de “despedida”, que motivaria sentimentos mais sombrios.¹⁵⁸ O editorialista do *Va Kio* salientou que o Governo de Macau deveria ter uma atitude mais expansiva e mais leve na despedida da sua administração, e deveria tomar decisões “a partir das relações amigáveis luso-chinesas”, concluindo que “Olhar para a futura cooperação e desenvolvimento será mais significativo.

A discussão em torno da cerimónia da despedida teve, assim, um “ponto final” e as relações entre as duas partes e as duas comunidades foram retomadas no quadro “amizade e cooperação”, que foi o quadro principal da imprensa chinesa na cobertura da transição de Macau para a China. Podemos afirmar que, na cobertura jornalística das disputas entre as partes chinesa e portuguesa, embora a imprensa chinesa discutisse e criticasse os temas em causa no corpo do texto, no final os articulistas chineses tendiam a colocar um “ponto final” na discussão, aplicando o quadro “relações luso-chinesas amigáveis”, e salientando a cooperação e o desenvolvimento dos dois países no futuro, ou seja “Olhar para a frente”.

4. O futuro dos macaenses na RAEM

O grupo dos macaenses foi sempre um tópico importante tanto na imprensa chinesa, como na imprensa portuguesa, tendo as opiniões dos macaenses sobre a transferência de poderes e o futuro da comunidade portuguesa após o regresso de Macau à China sido sempre um foco importante da cobertura jornalística.

¹⁵⁸ “Farewell ceremony and looking to the future” 《告别仪式与放眼未来》, *Va Kio*, 22 de Julho, 1999.

Como já foi referido, a imprensa portuguesa de Macau considerou sempre os macaenses como uma base para a manutenção da identidade e da singularidade de Macau, e por isso dedicou espaço nos seus jornais à construção da sua identidade comunitária e da identidade cultural portuguesa. Embora a cobertura da imprensa chinesa não tenha apresentado tantas peças sobre os macaenses como a imprensa portuguesa, os jornais chineses também publicaram várias peças sobre o futuro dos macaenses, salientando que os macaenses se deveriam adaptar ao novo ambiente, aprender a língua chinesa e integrar-se no processo de construção da futura RAEM, num quadro de “integração”.

Durante os 400 anos de permanência dos portugueses em Macau formou-se uma enorme comunidade de macaenses, sendo os mestiços de Portugal e da China os elementos principais desta comunidade. A língua portuguesa era a sua língua materna, o que lhes conferia uma vantagem sobre os chineses do território, dando-lhes, segundo o editorialista do Jornal OU MUN¹⁵⁹, um certo “complexo de superioridade”, muito comum na sociedade macaense. Com a vantagem da língua portuguesa, a maior parte dos macaenses trabalhava no funcionalismo público.

À semelhança da imprensa portuguesa, a imprensa chinesa também comentou a mentalidade complexa dos macaenses. O jornal OU MUN referiu que, após a transferência administrativa, os macaenses iriam perder as suas vantagens políticas e passariam a estar em pé de igualdade com os chineses locais. Ao enfrentarem esta nova situação, colocava-se de forma pronunciada a questão de sair ou ficar: “os macaenses estão a experienciar sentimentos de hesitação e inquietação”.¹⁶⁰ Neste artigo, o jornal chinês apontou diretamente as razões para a hesitação dos macaenses, referindo que alguns macaenses consideravam que o futuro não era claro e, não se conformando com a perda da sua superioridade, decidiam sair do território. No entanto, o artigo referiu também que, ainda que perdendo algumas regalias, alguns macaenses ponderavam permanecer em Macau, por este ser um bom

¹⁵⁹ “The Macaense recognize the future and build Macau together” 《土生葡人认清前途共建澳门》, *OU MUN*, 22 de Março, 1999.

¹⁶⁰ “The Macaense love Macau” 《土生葡人情系澳门》, *OU MUN*, 22 de Março, 1999.

lugar para viver: “Eles preferiram ‘manter as raízes’ no território e escolheram ficar em Macau onde as várias gerações dos seus antepassados viveram”. Assim, o editorialista do jornal *OU MUN* considerou que a comunidade dos macaenses não iria provocar uma grande onda de imigração em 1999, pois a maior parte dos macaenses defendia que Macau era o seu lar, acrescentando ainda que alguns macaenses decidiram permanecer em Macau uma vez que a sua situação financeira não lhes permitiria emigrar.

No entanto, o editorialista do jornal *OU MUN* mencionou também que o futuro Governo da RAEM deveria ter em atenção que nem todos os macaenses que queriam permanecer em Macau concordavam com o rumo previsto para o futuro de Macau após o seu regresso à China, chegando mesmo a escrever que “a comunidade dos macaenses ainda está cheia de preocupações sobre o futuro”. Uma vez que a dupla nacionalidade não era reconhecida pelo Governo chinês, o editorialista do jornal *OU MUN* concordou que “é completamente compreensível o sentimento de apego dos macaenses à nacionalidade portuguesa” ¹⁶¹.

A imprensa chinesa salientou que os macaenses deveriam enfrentar a transição de Macau com uma atitude positiva, esforçar-se para se adaptarem a uma nova era e ter vontade de contribuir para o futuro de Macau. O jornal *OU MUN* publicou, por exemplo, uma reportagem especial¹⁶² em que encorajava os macaenses a ativamente aprenderem a língua chinesa. Neste texto, o jornalista referiu que os macaenses mais velhos estavam bem estabelecidos em Macau, e que muitos deles não queriam desistir de tudo o que ali tinham construído, mas que, ao mesmo tempo, também possuíam propriedades em Portugal. Eram, por isso, estes os macaenses mais hesitantes relativamente à questão de sair ou ficar, sendo que alguns decidiram esperar Macau ser integrada na China, fazendo a escolha depender das alterações sentidas após a criação da RAEM. No entanto, nas gerações mais jovens a identidade

¹⁶¹ “The implementation of the nationality law in Macau is very loose and flexible, the civil servants of Macanese no need to worry about their jobs” 《国籍法在澳门实施非常宽松具有弹性，土生公务员无须忧虑安心工作》, *OU MUN*, 3 de Fevereiro, 1999.

¹⁶² “The Macanese learn Chinese diligently” 《土生葡人勤学中文》, *OU MUN*, 29 de Março, 1999.

portuguesa não era tão profunda como nas gerações mais velhas. E por serem jovens, estes macaenses estavam mais motivados para aprender a língua chinesa, uma vez que após a transferência administrativa esta seria a língua dominante no sistema executivo da RAEM, e assim competir com os chineses locais. Este jornal chinês afirmou que “devem ver mais longe”, e que os macaenses deveriam enfrentar os novos desafios com uma atitude activa, especialmente porque, no futuro, poderiam desempenhar o papel de intermediários na ponte entre a China e a Europa.

No que concerne ao futuro dos macaenses, a imprensa chinesa também enfatizou que estes se deveriam esforçar para se integrarem na sociedade chinesa de Macau. O jornal *OU MUN* publicou uma entrevista com macaenses que queriam ficar em Macau, e a maior parte deles referiu a importância da integração após o ano de 1999. O jornalista referiu que não seria difícil os macaenses integrarem-se na nova era de Macau, uma vez que também possuíam origem chinesa, pelo que não deveriam sentir uma resistência tão grande para entrarem na sociedade chinesa, sendo que “Os macaenses que querem permanecer em Macau devem integrar-se na sociedade local. Só assim podem mostrar verdadeiramente que pertencem ao grupo de macaenses, e que são uma cristalização da cultura chinesa e portuguesa”.¹⁶³

5. A construção da identidade nacional - Manifestação em Macau contra mísseis da NATO

Para os chineses, o bombardeamento da embaixada da China em Belgrado foi um dos maiores acontecimentos políticos do ano de 1999. No dia 7 de maio de 1999 durante os ataques dos mísseis da NATO contra a Jugoslávia, cinco bombas lançadas pelos Estados Unidos atingiram a embaixada da China em Belgrado, provocando a morte a quatro pessoas, dos quais três eram jornalistas chineses, o que levantou ondas de indignação na opinião pública chinesa. Após o ataque, o bombardeamento da embaixada chinesa foi classificado pela NATO como “acidental”

¹⁶³ “The views of the Macanese about the return” 《土生葡人看回归》, *OU MUN*, 12 de Abril, 1999.

e o presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, admitiu ter-se tratado de um “erro trágico”. O Governo dos Estados Unidos reconheceu que a CIA tinha utilizado coordenadas incorretas para um objetivo militar Jugoslavo situado na mesma rua. Por sua vez, o Governo da China declarou que este tinha sido um “acto bárbaro” e que se tratava de “uma séria invasão da soberania da China”. Exigindo que a NATO assumisse “toda a responsabilidade pelo acontecido”, o Governo chinês acusou a Aliança Atlântica de “ignorar as convenções internacionais”.¹⁶⁴

No dia seguinte, este acontecimento tornou-se o foco da opinião pública da China, incluindo os cidadãos de Hong Kong, Macau, Taiwan e os compatriotas residentes no estrangeiro. Nos dias seguintes, a condenação do hegemonismo dos Estados Unidos tornou-se o principal assunto de discussão em toda a sociedade chinesa.

Em Macau, o bombardeamento da embaixada da China em Belgrado foi condenado por todos os setores locais e realizou-se no dia seguinte uma manifestação liderada pelas elites políticas chinesas locais que reuniu cerca de 200 pessoas. Ma Man Kei, o líder da comunidade chinesa de Macau e presidente da Associação Comercial de Macau, declarou que o bombardeamento da embaixada, que foi atingida por três mísseis, tinha sido uma invasão da soberania da China, e que “o bombardeamento da embaixada é o mesmo que um ataque contra a China”¹⁶⁵. O chefe da parte chinesa do Grupo de Ligação Conjunta, o embaixador Han Zhaokang, participou também na manifestação e reiterou a oposição do Governo de Pequim aos bombardeamentos da NATO contra a Jugoslávia. Han Zhaokang afirmou que a “responsabilidade primária” pelo bombardeamento da embaixada era dos Estados Unidos e apelou ao “fim dos bombardeamentos e da invasão” da Jugoslávia. Em simultâneo com a manifestação principal na Praça da Amizade em Macau, cerca de 50 estudantes Chineses da Universidade de Macau manifestaram-se no Largo do Senado, também no centro da cidade, para condenarem o bombardeamento da embaixada chinesa em Belgrado e

¹⁶⁴ “Four dead and 20 injured in NATO bombing of Chinese Embassy in Yugoslavia” 《北约炸毁中国驻南使馆四死 20 伤》, *Va Kio*, 9 de Maio, 1999.

¹⁶⁵ “China- Portugal friendship should be long-term” 《中葡友好应看长远》, *Va Kio*, 15 de Julho, 1999.

os ataques contra a Jugoslávia. Os estudantes realizaram igualmente uma recolha de assinaturas contra a ação da NATO que pretendiam entregar nos consulados dos Estados Unidos e do Reino Unido em Hong Kong.

Por seu lado, os dois candidatos ao cargo de primeiro chefe do executivo da futura RAEM, que seria escolhido na semana seguinte, Edmund Ho e Stanley Au, manifestaram também o seu apoio à condenação pela China do bombardeamento da embaixada e do ataque contra a Jugoslávia. Para além das opiniões acima referidas, nos dias seguintes ao bombardeamento os jornais OU MUN e Va Kio publicaram declarações de várias associações chinesas de Macau que condenaram o comportamento hegemónico dos Estados Unidos. E embora estas declarações ocupassem os espaços mais pequenos dos jornais, incluíram todas as associações de Macau. Este bombardeamento da embaixada chinesa dominou os jornais chineses de Macau durante vários dias.

A cultura de "Associação" é uma especificidade de Macau e também uma característica política única do território. A cultura de "Associação" foi criada na década 60 na sequência do Motim 1-2-3, quando surgiram muitas associações na comunidade chinesa para "defender os interesses", entre as quais associações pró-Pequim que começaram a "monopolizar" a sociedade civil de Macau. Estas associações tradicionais transformaram-se gradualmente nos representantes das várias classes da sociedade de Macau, situação que permaneceu até à transição de Macau para a China em 1999, e que ainda perdura. Aquando do bombardeamento da embaixada chinesa, as opiniões das associações publicadas na imprensa chinesa criaram uma atmosfera de condenação comum a toda a comunidade chinesa do território, elevando o entusiasmo pelo nacionalismo em Macau. Todos os setores de Macau "compartilharam um intenso ódio pelo inimigo comum" através da imprensa chinesa. A menos de seis meses da transferência de poderes de Macau, as notícias e comentários dos jornais chineses sobre o bombardeamento da embaixada da China em Belgrado tornaram-se uma alavanca para a construção da identidade nacional.

Os jornais chineses do território cobriram extensamente o bombardeamento da embaixada da China em Belgrado, o que raramente acontecia na imprensa chinesa.

No dia seguinte, o jornal *OU MUN* publicou seis páginas sobre o ataque, com 21 fotografias. Oito fotografias, incluídas numa peça intitulada “Ataque bárbaro, Violência sangrenta”¹⁶⁶, mostravam as manifestações contra os bombardeamentos organizadas pelos estudantes na China continental. No comentário do jornal *OU MUN* podia ler-se: “a manifestação dos estudantes universitários da China continental, condenando a violência da NATO, expressou o patriotismo do povo chinês e apresentou o apoio do público ao Governo chinês contra a intervenção forçada da NATO na Jugoslávia.”¹⁶⁷ Num outro comentário, o jornal *OU MUN* referiu que o presidente Clinton ter classificado o bombardeamento da embaixada chinesa como “acidental” era uma falácia, e que este o fez apenas com intenção de absolver o seu país da violência, sendo que a razão fundamental para o bombardeamento era o hegemonismo dos Estados Unidos.¹⁶⁸

O jornal *Va Kio* publicou no dia seguinte quatro páginas de reportagens sobre o ataque à embaixada, acompanhadas de 15 fotografias, e criou páginas especiais para este assunto. Num comentário, o jornal afirmou que o ato era uma séria invasão da soberania da China e que os ataques aliados contra a Jugoslávia “vão contra a maré da história”, e que se estes não terminassem, resultariam em grandes manifestações de oposição por parte dos povos dos Estados Unidos e dos países membros da NATO.¹⁶⁹ Um outro comentador condenou ainda “Os Estados Unidos” por tentarem submeter a China à sua vontade, afirmando que “nunca serão bem-sucedidos porque a China tem a forma dos seus 1,2 mil milhões de habitantes”.¹⁷⁰

Relativamente à construção da identidade nacional, podemos observar que os jornalistas e comentadores chineses de Macau, ao expressarem as suas opiniões, preferiram fazer a condenação do bombardeamento do ponto de vista de “nós”, e

¹⁶⁶ “The bloody brutality is heinous” 《血腥暴行令人发指》, *OU MUN*, 10 de Maio, 1999.

¹⁶⁷ “NATO atrocity aroused indignation among compatriots” 《北约暴行激起同胞义愤》, *OU MUN*, 10 de Maio, 1999.

¹⁶⁸ “To see who left an indecent history” 《看谁留下不体面的历史》, *OU MUN*, 12 de Maio, 1999.

¹⁶⁹ “Macau denounces NATO atrocities and firmly supports the solemn statement of the central government” 《澳门各界声讨北约暴行, 坚决拥护中央严正声明》, *Va Kio*, 10 de Maio, 1999.

¹⁷⁰ “China roars to the NATO atrocities” 《面对北约暴行中国发出怒吼》, *OU MUN*, 10 de Maio, 1999.

tratar o "povo de Macau" como uma parte do "povo de China", de forma a criar um sentimento coletivo de identidade nacional. No início de um artigo, por exemplo, um jornalista escrevia:

“O povo chinês nunca esquecerá a violência da NATO ao nosso país no dia 8 de Maio, especialmente o povo de Macau, que está no clímax da eleição do futuro chefe do executivo e está a dar as boas-vindas à transferência administrativa, nunca esquecerá este dia sangrento”.¹⁷¹

Os jornais chineses enfatizaram também o patriotismo, que foi também um dos meios utilizados para fortalecer a identidade nacional. No dia 11 de maio, por exemplo, o jornal OU MUN publicou um editorial em que se lia que a violência da NATO fizera “atiçar a indignação justa dos compatriotas de Macau”. No mesmo texto, o editorialista afirmou que os residentes de Macau “tinham a tradição de amar a pátria e amar Macau”, e que as informações sobre o bombardeamento da embaixada da China em Belgrado fizeram “atiçar o patriotismo de todas as pessoas”. O editorialista referiu também que a condenação do comportamento hegemónico dos Estados Unidos pelo povo de Macau “era uma expressão sincera do patriotismo dos compatriotas de Macau” e “era o coração puro e inocente dos compatriotas de Macau que iriam regressar à sua pátria”.¹⁷²

¹⁷¹ “All sectors of Macau protest NATO atrocities” 《澳门各界抗议北约暴行》, OU MUN, 10 de Maio, 1999.

¹⁷² “Associations and schools condemn NATO's brutality” 《社团学校声讨北约蛮横暴行》, OU MUN, 10 de Maio, 1999.

Cap.2 A Justiça e Direito

1. Lei Básica – a Garantia Fundamental da Duradoura Estabilidade e Desenvolvimento

“O respeito rigoroso pela Lei Básica é a garantia fundamental do Estado de direito de Macau e da duradoura estabilidade e desenvolvimento de Macau” foi a linha principal da cobertura da imprensa chinesa para o tema Justiça e Direito.

Em outubro de 1999, antes da cerimónia da transferência de poderes, a agência noticiosa oficial chinesa divulgou dez slogans para a cerimónia. Entre eles surgiu um slogan que definia a Lei Básica de Macau como “a garantia fundamental da duradoura estabilidade e desenvolvimento” do território. Com valor de constituição da futura Região Administrativa Especial de Macau, a Lei Básica foi o conteúdo-chave na "propaganda" da imprensa chinesa em 1999. Os jornais *OU MUN* e *Va Kio*, os jornais de língua chinesa mais influentes na comunidade chinesa de Macau, tornaram-se naturalmente um canal importante de disseminação e promoção da Lei Básica, que foi repetidamente referida no âmbito dos assuntos jurídicos da transição.

Nas peças relacionadas com a Lei Básica, a imprensa chinesa enfatizou, em geral, duas linhas: uma linha visava “defender firmemente a autoridade da Lei Básica”; e a outra fomentava “obedecer estritamente à Lei Básica”. No que concerne a defesa da Lei Básica, os jornais chineses frisaram que esta possuía um alto nível de autoridade e que refletia os interesses de todos, pelo que era considerada uma garantia de estabilidade política e desenvolvimento económico no futuro. Esta linha salientou também as características constitucionais da Lei Básica, sublinhando que se tratava de uma lei nacional que deveria ser respeitada não só em Macau, mas também em todo o país, pois “defender a autoridade da Lei Básica significa defender a autoridade das leis do Estado.”¹⁷³ Por outro lado, “obedecer estritamente à Lei Básica” foi o outro

¹⁷³ “Strictly follow the Basic Law” 《严格按照基本法办事》, *OU MUN*, 22 de Dezembro, 1999.

foco da propaganda da imprensa chinesa de Macau, que realçava o "obedecer estritamente", uma vez que a própria Lei Básica enfatizava que a RAEM deveria seguir o princípio "um país, dois sistemas", não deixando esquecer que a China era um "um país" que defendia "dois sistemas", ou seja, "as pessoas devem ter consciência da soberania nacional enquanto usufruem de um elevado grau de autonomia".¹⁷⁴

Comparando com a imprensa portuguesa de Macau, que enfatizava "defender o valor democrático e o segundo sistema", a linha seguida pela imprensa chinesa, que realçava "defender a autoridade da Lei Básica e obedecer estritamente à Lei Básica" parecia ser uma "limitação" para o "segundo sistema", isto é, para "o elevado grau de autonomia" que seria autorizado pelo Governo Central da RPC, uma vez que "nenhuma lei ou indivíduo pode sobrelevar a Lei Básica".

De facto, a ênfase colocada pela imprensa chinesa na defesa da autoridade da Lei Básica era influenciada pela tendência de entendimento unilateral de Hong Kong sobre "um país, dois sistemas". Após 1997, as instituições legislativas de Hong Kong destacavam cada vez mais a parte "dois sistemas", ignorando progressivamente as obrigações relacionadas com "um país". Por este motivo, e seguindo a linha de representação semioficial do Governo Chinês, na sua cobertura da transição de Macau para a China os jornais chineses de Macau destacaram a necessidade de "obedecer estritamente à Lei Básica".

2. Autonomia no quadro do interesse nacional da China

A segunda linha seguida pela imprensa chinesa defendia que a autonomia de Macau deveria ser entendida no quadro do "interesse nacional" da China e era corroborada pelas palavras do chefe do executivo da RAEM, Edmund Ho: "ter um elevado grau de autonomia garantida pela Lei Básica não significa que podemos ignorar o interesse nacional da China"¹⁷⁵.

¹⁷⁴ Ibidem.

¹⁷⁵ "Edmund Ho said that Macau is highly autonomous and China's national interest is the major prerequisite" «何厚铨指澳门高度自治，中国国家利益是大前提》，*Va Kio*, 1 de Dezembro, 1999.

O “alto grau de autonomia” da RAEM era a principal promessa da Lei Básica de Macau para o futuro. No artigo 2º podia ler-se que “a Assembleia Nacional Popular da República Popular da China autoriza a Região Administrativa Especial de Macau a exercer um alto grau de autonomia e gozar de poderes executivo, legislativo e judicial independentes”. O jornal OU MUN interpretou “alto grau de autonomia” no sentido em que este princípio exigiria que as pessoas percebessem que “a noção de alto grau de autonomia no quadro da Lei Básica não significa independência total”.¹⁷⁶

*“Ter autonomia para gerir os próprios assuntos e definir orientações sem interferência do Governo Central não significa que não pertencemos à China. Temos de ter presente que somos parte da China e que o interesse nacional da China tem de ser respeitado e visto sempre como uma prioridade nas nossas considerações”.*¹⁷⁷

Por outro lado, o jornal chinês escreveu que, sob o princípio “alto grau de autonomia” surgiriam também obrigações que não poderiam ser ignoradas, isto é, a defesa do princípio “um país”: “Não podemos dizer que somos parte da China apenas quando nos convém, quando precisamos de apoio, sem sentirmos também obrigações para com a China só porque somos autónomos”.¹⁷⁸ Esta interpretação ia ao encontro do que referiu Edmund Ho numa entrevista ao jornal OU MUN: “antes de mais é necessário entender o que significa o elevado grau de autonomia, há que entender o conceito ‘um país, dois sistemas’ e a Lei Básica no seu conjunto. Não podemos aceitar ou defender a Lei Básica apenas parcialmente, apenas nas partes que nos agradam mais”.

Em resumo, sob o quadro “interesse nacional”, “o interesse nacional é a premissa da autonomia” tornou-se a linha principal da cobertura dos assuntos judiciais na imprensa chinesa. Em fevereiro de 1999 o caso da “Interpretação da Lei Básica de Hong Kong” provocou muitas discussões nos jornais chineses de Macau,

¹⁷⁶ “First [One Country] and then [Two Systems]” 《先有「一国」而后「两制」》, OU MUN, 8 de Fevereiro, 1999.

¹⁷⁷ “The Macao SAR enjoys a high degree of autonomy, but it cannot be at the expense of national interests” 《澳门特区享有高度自治, 但不能以牺牲国家利益为代价》, OU MUN, 2 de Dezembro, 1999.

¹⁷⁸ Ibidem

fazendo com que a cobertura da transição começasse a reiteradamente enfatizar a salvaguarda da soberania nacional.

2.1 “Um país” primeiro, “dois sistemas” depois

O caso da “interpretação da Lei Básica de Hong Kong” teve, em 1999, um profundo impacto na cobertura da transição dos jornais chineses de Macau, que fizeram de “defender a soberania nacional e os interesses nacionais” a principal linha da cobertura dos assuntos jurídicos.

Em 1997, uma interpretação da Lei Básica de Hong Kong deu origem ao caso de “Wu Jialing”, uma questão relacionada com a autorização de residência de uma rapariga. De acordo com a lei, qualquer cidadão chinês nascido em Hong Kong ou qualquer cidadão chinês que morasse em Hong Kong há mais de sete anos consecutivos poderia receber uma autorização de residência permanente em Hong Kong. Em 1997, uma rapariga chinesa, Wu Jialing, pretendia ir para Hong Kong para se reunir com os seus pais. Como não possuía autorização de residência, o Governo de Hong Kong repatriou-a para a China continental. Este caso levantou questões relacionadas com a autorização de residência dos “Filhos indocumentados”, como Wu Jialing. Após mais de dois anos de julgamento, no dia 29 de janeiro de 1999, o Tribunal de Apelação Final de Hong Kong deu a vitória a Wu jialing e a outros imigrantes.

O Governo da Região Administrativa Especial de Hong Kong respondeu de forma contundente ao resultado deste julgamento, ao verificar como uma interpretação errada da lei das autorizações de residência podia casuar uma crise popular em Hong Kong. O julgamento despertou também grande atenção entre os profissionais jurídicos da China, especialmente os especialistas do grupo dos assuntos jurídicos da Comissão Preparatória da RAEM, que na época discutiam a organização judicial da RAEM e a implementação do Tribunal de Última Instância de Macau. De acordo com estes especialistas, esta decisão resultaria num aumento substancial do número de filhos que poderiam gozar de autorização de residência em Hong Kong, aumentaria o ónus da sociedade e prejudicaria os interesses gerais e os interesses a

longo prazo de Hong Kong. Do julgamento emergiu que os tribunais de Hong Kong poderiam rever e declarar inválidas as ações legislativas do Congresso Nacional do Povo (CNP) que violassem o estatuto da Lei Básica, o que foi considerado um desafio sério para o estatuto do CNP, o mais alto organismo legislativo da República Popular da China.

Opiniões sobre estas questões começaram a surgir em catadupa nos jornais chineses de Macau, em que comentadores e especialistas publicaram as suas críticas e reflexões, que incluíram o caso de Hong Kong, pretendendo que este caso se tornasse numa referência para o futuro sistema judicial da RAEM.

“ ‘Um país’ primeiro, ‘Dois sistemas’ depois” tornou-se a linha principal das opiniões dos articulistas chineses. Um editorial do jornal *Ou Mun*¹⁷⁹ considerou que o julgamento do Tribunal de Apelação Final de Hong Kong foi contra a Constituição e o princípio “um país, dois sistemas”. O editorialista afirmou que, em termos de relações de poder, o Tribunal de Apelação Final de Hong Kong se colocou acima do Congresso Nacional do Povo, bloqueando Pequim da jurisdição de Hong Kong, e alargando arbitrariamente o poder de interpretação da Lei Básica, no que considerava ser uma inversão da fonte do poder. O mesmo editorialista enfatizou que “Hong Kong, sendo uma região de administração especial da China, o seu poder vem do CNP da República Popular da China, e a REA de Hong Kong só tem o direito e a obrigação de implementação, não tem o poder para interpretar ou modificar as ações judiciais do CNP”. O editorialista do *OU MUN* afirmou também que o julgamento do Tribunal de Apelação Final de Hong Kong interpretou claramente mal o princípio “um país, dois sistemas”, e não teve consciência da soberania nacional: “Quando falamos de ‘um país, dois sistemas’ não podemos focar-nos apenas nos ‘dois sistemas’ e ignorar que ‘um país’ é a pré-condição”. O editorialista considerou que um longo período de domínio colonial deixou a maioria das pessoas de Hong Kong quase sem conceito de Estado:

¹⁷⁹ “Adhere to [One Country, Two Systems] and uphold the Basic Law – Comment on the Hong Kong Court of Final Appeal’s Judgment and its enlightenment to Macau” 《坚持「一国两制」维护基本法-评香港终审法院的判决及对澳门的启示》, *OU MUN*, 21 de Fevereiro, 1999.

“As pessoas de Hong Kong são vaidosas relativamente à sua identidade quando estão fora de Hong Kong, e também colocam o interesse de Hong Kong em primeiro lugar. No entanto, ignoram o facto de que o povo de Hong Kong nunca teria sido tão ‘trionfador’ sem haver uma pátria forte. Com o princípio ‘um país, dois sistemas’, não pode falar-se de ‘dois sistemas’, sem a pré-condição de ‘um país’ ”.

Assim, o editorialista do OU MUN afirmou que para o futuro do Governo da RAEM seria particularmente importante tratar adequadamente a relação entre “um país” e os “dois sistemas” e cultivar a consciência da soberania nacional: “o caso da interpretação da Lei Básica de Hong Kong pode servir para clarificar as questões jurídicas de Macau, incluindo a educação jurídica, a formação dos oficiais judiciais, o estudo jurídico, e até a estrutura da organização judicial da RAEM e a seleção dos juízes do Tribunal de Última Instância da RAEM”.

O jornal OU MUN também referiu que, do ponto de vista da educação jurídica, o julgamento do Tribunal de Apelação Final de Hong Kong estava intimamente relacionado com a formação jurídica que os seus oficiais tinham recebido, e que, por esse motivo, demonstraram um relativo desconhecimento das leis da China continental, sendo “inevitável que haja ambiguidade na compreensão da Lei Básica”. Na situação de Macau, o editorialista recordou que embora as leis de Macau seguissem as leis de Portugal, a Lei Básica de Macau tinha características próprias. O articulista considerou que a educação jurídica deveria incluir um curso obrigatório sobre a Lei Básica para os estudantes do curso de Direito. Acentuou também que os magistrados judiciais da RAEM deveriam ter uma compreensão correta e abrangente da Lei Básica da RAEM, sobretudo, os magistrados do Tribunal de Última Instância da RAEM, uma vez que seriam os responsáveis pela jurisdição final: “se fazem um julgamento errado, irão causar impactos negativos inestimáveis, o que afetará seriamente o princípio “um país, dois sistemas”¹⁸⁰.

Outros comentadores referiram o caso de Hong Kong para falar da questão da autorização de residência. O comentador Yang¹⁸¹, por exemplo, fez notar que

¹⁸⁰ Ibidem.

¹⁸¹ “The SAR must correctly handle the relationship between [one country] and [two systems], and cultivate national sovereignty awareness to realize [Macao people govern Macau]” «特区须正确处理「一国」与「两

também em Macau existiam problemas relacionados com as autorizações de residência dos filhos nascidos na China continental dos residentes permanentes em Macau que, se não fossem tratados adequadamente, teriam um grande impacto. No seu artigo, Yang considerou que o julgamento do tribunal de Hong Kong foi “surpreendente e irracional”, conduzindo grande pressão ao Governo de Hong Kong, que queria implementar eficazmente a sua gestão, especialmente porque a economia de Hong Kong tinha sido severamente afetada após a crise financeira asiática de 1997. Se um grande número de imigrantes do continente inundasse Hong Kong, a economia de Hong Kong sofreria: “o problema do direito de residência não se refere apenas ao facto de quem tem o direito de residir em Hong Kong, mas também tem que ter em consideração o bem-estar dos seis milhões de habitantes de Hong Kong.” Yang lembrou que o problema do direito de residência era também um problema que o Governo da RAEM teria que enfrentar, sobretudo porque “Macau não tem o poder ou a capacidade de suportar tal como a cidade de Hong Kong”.

Em resumo, sob o impacto do “caso da interpretação da Lei Básica de Hong Kong”, no ano de 1999 os jornais chineses de Macau, na cobertura dos assuntos jurídicos, enfatizaram os quadros “soberania nacional” e “interesse nacional” com o objetivo de acautelar as possíveis discórdias entre o Governo Central da China e a RAEM após a transição. Sob o quadro “interesse nacional”, a imprensa chinesa referiu que “um país” era a premissa e a base de “dois sistemas”, e que os “dois sistemas” estavam subordinados e derivavam de “um país”, e que só com esta relação se poderia garantir e exercer um elevado grau de autonomia.

3. O Adeus à Assembleia Legislativa de Macau - complete missões históricas e espere um novo começo.

Na cobertura da despedida da Assembleia Legislativa de Macau, a imprensa portuguesa centrou-se na função da Assembleia Legislativa de defender os valores

制」关系，要培养国家主权意识实现「澳人治澳」》，*OU MUN*, 8 de Fevereiro, 1999.

democráticos de Macau, e sublinhou que a AL era uma "semente da democracia". Em contraste, a imprensa chinesa enfatizou que a AL da administração portuguesa "já completou a missão histórica". Quanto à avaliação da sua presença em Macau, a imprensa chinesa considerou que "a história fará uma avaliação justa".

A Assembleia Legislativa da administração portuguesa terminou as suas funções a 15 de dezembro de 1999. No editorial de despedida da Assembleia Legislativa,¹⁸² o jornal OU MUN fez uma retrospectiva da sua história. O editorialista afirmou que, em 1976, Portugal promulgou o "Estatuto Orgânico de Macau", em que nasceu a Assembleia Legislativa de Macau com o objetivo de contrabalançar a administração do governador de Macau. A relação entre o governador e a Assembleia Legislativa tornou-se um barómetro da estabilidade política de Macau. Por vezes as disputas não estavam relacionadas com os assuntos de Macau, mas com os conflitos partidários de Portugal. O editorialista referiu que, nos primeiros anos da Assembleia Legislativa, ocorriam frequentemente acesas disputas entre o governador e os deputados e entre os próprios deputados, e que este tipo de democracia parlamentar aberta servia para "ampliar" os horizontes dos residentes de Macau.

Os conflitos entre o governador e a Assembleia Legislativa intensificaram-se, levando a uma crise política. Em 1984, o governador Vasco Almeida e Costa dissolveu a Assembleia Legislativa e o cenário político de Macau tornou-se caótico. Após estas batalhas e a participação ativa das elites políticas chinesas, "a Assembleia Legislativa começa a encontrar o equilíbrio entre as forças políticas das várias facções".¹⁸³

O mesmo editorial referiu também que, com o desenvolvimento das negociações entre a China e Portugal sobre a Questão de Macau, as forças partidárias portuguesas aperceberam-se de que o futuro de Macau já estava resolvido e que as disputas no seio da comunidade portuguesa já não faziam sentido. Assim, os confrontos começaram gradualmente a abrandar e o ambiente entre o governador e a Assembleia Legislativa tornou-se mais tranquilo e respeitador. E com este ambiente

¹⁸² "The Legislative Council under the Portuguese Macau ends tomorrow" 《澳葡治下立法会明天终结》, *OU MUN*, 14 de Dezembro, 1999.

¹⁸³ *Ibidem*

político, afirmou o editorialista, “Macau começou a conseguir desenvolver-se de forma estável”. Quanto ao balanço sobre o desenvolvimento da ecologia política de Macau ao longo dos anos, o jornal OU MUN acreditava que “a história fará certamente uma avaliação justa”.

Assim, podemos ver que, no que concerne a história da Assembleia Legislativa, a narrativa do jornal *chinês* OU MUN enfatizou a tradição de “lutas” da AL, e sublinhou que estas lutas e as relações instáveis entre o governador e a AL trouxeram obstáculos para o desenvolvimento de Macau. Com destas narrativas este jornal visava enfatizar a importância da estabilidade política para o desenvolvimento de Macau.

Os jornais chineses e portugueses apresentaram linhas diferentes na cobertura dos assuntos relacionados com a Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau e o seu futuro. A imprensa portuguesa salientou que a futura Assembleia Legislativa deveria “manter a matriz democrática”, enquanto a imprensa chinesa sublinhou que a Assembleia Legislativa de Macau deveria ter um novo começo e “entrar numa nova era”.

A primeira Assembleia Legislativa da RAEM começou a funcionar antecipadamente em outubro de 1999. O jornal OU MUN publicou um editorial em que discutia as mudanças ecológicas da Assembleia Legislativa de Macau. No artigo, o editorialista analisou a composição dos deputados da AL da RAEM, afirmando que embora ainda existissem 23 deputados na AL, a qualidade dos deputados tinha mudado. Os deputados portugueses não permaneceram na AL e o número de deputados macaenses também diminuiu significativamente. Para o editorialista, o mais importante eram as mudanças fundamentais no funcionamento da AL da RAEM, isto é, tinham terminado os conflitos passados entre os deputados chineses e portugueses e os diálogos intransigentes entre as duas partes após os conflitos, que “não haverá no futuro, e tornar-se-á um confronto entre interesses diferentes.”¹⁸⁴

¹⁸⁴ “The Macao SAR enjoys a high degree of autonomy, but it cannot be at the expense of national interests” 澳門特區享有高度自治，但不能以牺牲国家利益为代价», *OU MUN*, 2 de Dezembro, 1999.

Cap.3 A eleição do Primeiro Chefe do Executivo da RAEM - A nova cultura eleitoral

A cobertura da imprensa chinesa da eleição do chefe do executivo da RAEM concentrou-se principalmente em dois aspectos: a criação da comissão de eleição e a eleição dos membros, que ocorreu em fevereiro de 1999; e a campanha eleitoral dos dois candidatos, Edmund Ho e Stanly Au.

O chefe do executivo da RAEM foi eleito pelos votos dos 200 membros da Comissão de Seleção. Desta forma, a eleição dos membros da Comissão de Seleção, o ponto de partida para a eleição do chefe do executivo, tornou-se também um foco de interesse da imprensa chinesa, especialmente a necessidade de diversidade entre os 200 membros da Comissão e de uma vasta e ativa participação dos cidadãos de Macau. Visando-se enfatizar que “Macau realiza uma eleição democrática pela primeira vez”, o jornal *OU MUN* abriu a sua primeira página com “Macau governado pelas suas gentes”.

A cobertura da eleição para o cargo de chefe do executivo da RAEM, que decorreu em abril e maio de 1999, pretendeu destacar a sua natureza justa e incorrupta, enfatizando que esta eleição “cria uma nova cultura eleitoral”.

No que respeita às linhas gerais da cobertura, a imprensa chinesa salientou o quadro “uma nova cultura eleitoral”, considerando que a eleição do chefe do executivo da RAEM foi uma eleição democrática, pois “foi a primeira vez que o povo de Macau exerceu o direito de voto e elegeu o seu próprio chefe do executivo”.¹⁸⁵ Sob este quadro, a cobertura destacou a participação activa dos residentes locais e o espírito justo do processo eleitoral.

À semelhança da imprensa portuguesa, a cobertura da eleição da imprensa chinesa também enfatizou as expectativas da sociedade de Macau para o futuro chefe do executivo da RAEM. Nos jornais portugueses essas expectativas estavam relacionadas com a presença portuguesa em Macau após a transferência

¹⁸⁵ “Historic democratic elections”, 《历史性的民主选举》, *OU MUN*, 11 de Abril, 1999.

administrativa, enquanto os jornais chineses destacavam que os residentes de Macau esperavam que o chefe do executivo pudesse “melhorar a ordem social e promover a prosperidade económica”.

Em seguida iremos mostrar como os jornais chineses de Macau trataram a eleição do chefe do executivo da RAEM em 1999.

1. A criação da Comissão de Seleção – participação vasta e ativa

Para os jornais chineses de Macau, a eleição dos elementos da Comissão de Seleção, que teve início a 26 de janeiro, foi vista como o começo da cobertura da eleição do chefe do executivo da RAEM. Foram apresentadas duas mil candidaturas para os 200 lugares da Comissão de Seleção que, em maio, iriam escolher o futuro chefe do executivo. Antes da criação da Comissão de Seleção, o jornal OU MUN publicou uma reportagem sobre as opiniões dos cidadãos de Macau relativamente às suas expectativas para o futuro chefe do executivo da RAEM. Segundo a reportagem, a maioria destas opiniões referiu que o futuro chefe do executivo deveria “impulsionar a economia e restabelecer a segurança pública”.¹⁸⁶ Além disso, um editorial do jornal OU MUN também sublinhou as mesmas expectativas, acentuando que o chefe do executivo deveria ser uma pessoa justa e conhecer bem a situação de Macau, e que deveria “ser capaz de governar bem o território, restabelecendo, nomeadamente, a segurança pública, que tem vindo a deteriorar-se. Creio que este deve ser o anseio de todos os residentes”.¹⁸⁷

O jornal OU MUN acreditava que estas expectativas para o futuro chefe do executivo partiam das necessidades dos cidadãos relativamente à realidade de Macau dos últimos anos. A grande desaceleração económica provocada pela crise financeira asiática, acrescida da deterioração da segurança pública desde 1996 fez com que

¹⁸⁶ “People from all walks of life have high expectations for the Chief Executive” 《各界对特首期望甚殷》, *OU MUN*, 4 de Fevereiro, 1999.

¹⁸⁷ “Warmly support talented people to participate in the election of the chief executive” 《热烈支持贤能参选特首》, *OU MUN*, 12 de Abril, 1999.

“todas as insatisfações com a realidade se tornam exigências para o futuro chefe do executivo”.¹⁸⁸

Adicionalmente, o “padrão” do futuro chefe do executivo incluía também a capacidade de “equilibrar os interesses de todas partes do território”. Segundo um artigo do jornal *OU MUN*, Macau, sendo uma cidade pequena e com grande número de associações, tinha relações interpessoais muito estreitas e complicadas. O articulista esperava que o futuro chefe do executivo pudesse agilizar as relações entre o Governo e as associações, de forma a trazer benefícios para a sociedade. O mesmo articulista afirmou que “não é fácil equilibrar os interesses dos diferentes aspectos da sociedade de Macau”, e considerou que “se o chefe do executivo quiser fazer a diferença, inevitavelmente perderá algumas pessoas”.¹⁸⁹ Em suma, pode dizer-se que os articulistas da imprensa chinesa acreditavam, em geral, que, face às mudanças históricas, os candidatos a primeiro chefe do executivo enfrentariam sem dúvida grande pressão.

Na cobertura da criação da Comissão de Seleção, “a participação activa dos cidadãos do território” tornou-se a linha principal da imprensa chinesa, correspondendo, de facto, ao princípio “Macau governado pelas suas gentes”, que era a política básica da China para a Questão de Macau. Os media chineses salientaram que a candidatura à eleição dos elementos da Comissão de Seleção era uma responsabilidade de todos os cidadãos de Macau, porque isso mostrava que o povo de Macau começava a “ser dono dos seus próprios assuntos”.¹⁹⁰

O jornal *Va Kio* publicou um editorial para explicar essa ideia aos cidadãos. No artigo, o editorialista recordava que os governadores anteriores tinham sempre sido nomeados por Portugal, e que Macau nunca tivera um chefe do executivo eleito por representantes dos cidadãos, considerando que a candidatura à eleição da Comissão de Seleção “era o primeiro passo para participar no sistema

¹⁸⁸ Ibidem.

¹⁸⁹ “What kind of chief executive will Macau have? The requirements of the Selection Committee become the key” 《澳门将拥有怎样的特首，推委要求成为箇中关键》，*OU MUN*, 11 de Abril, 1999.

¹⁹⁰ “The mission of the Selection Committee is sacred and will open a new page in history” 《推委任务神圣揭历史新页》，*OU MUN*, 11 de Abril, 1999.

democrático”.¹⁹¹ O mesmo editorialista também explicou o funcionamento do método de eleição, que, na sua opinião, era o melhor método para a situação atual de Macau, que ainda não possuía as condições necessárias para a realização de um sufrágio universal. Assim, para a Comissão de Seleção ser mais representativa e mais abrangente, ou seja, para haver maior diversidade nos seus 200 lugares, para que esta pudesse eleger o chefe do executivo ideal para a futura RAEM, era precisa a participação ativa de todos os setores da sociedade de Macau.

Para enfatizar a necessidade de uma ampla participação dos cidadãos de Macau nas candidaturas à eleição da Comissão de Seleção, os jornais chineses de Macau escreveram, por exemplo:

*“Durante o período de inscrição, todos os sectores de Macau manifestaram o seu entusiasmo sobre esse assunto... alguns deles, quando receberam a nossa entrevista, falaram sem cessar das suas opiniões sobre as actualidades sociais e as expectativas para o futuro Governo. Pode-se observar que os residentes de Macau não são pessoas indiferentes à participação política”.*¹⁹²

A imprensa chinesa também referiu a ampla participação política da sociedade macaense, destacando que os candidatos à Comissão de Seleção eram provenientes de todos os setores de Macau. Por exemplo, o jornal *Va Kio* escreveu:

“As associações chinesas tradicionais, como a União Geral das Associações dos Moradores de Macau, a Associação geral dos Operários de Macau e a Associação Comercial de Macau, motivaram bastante os seus associados a tomar parte na constituição da Comissão de Seleção....”

*“... O número de inscrições dos sectores industrial, comercial e financeiro é bastante alto, quando originalmente se pensava que os empresários apenas teriam interesse em ganhar dinheiro e não ficariam entusiasmados com a participação na política”.*¹⁹³

¹⁹¹ “Participating in the selection committee is a manifestation of being the master of the house” 《参选推委是当家作主的体现》, *Va Kio*, 1 de Janeiro, 1999.

¹⁹² “A manifestation of the active participation of Macao people” 《澳门人积极参与的体现》, *OU MUN*, 15 de Fevereiro, 1999.

¹⁹³ “A good start for the formation of the Macau SAR government” 《筹组澳门特区政府良好开端》, *Va Kio*, 15 de Fevereiro, 1999.

A participação dos portugueses do território também foi foco da cobertura jornalística. Os jornais portugueses, querendo manter a "presença portuguesa em Macau", estavam mais interessados em quem seria escolhido para integrar a Comissão e quantos lugares teria a comunidade lusa, enquanto a atenção dos jornais chineses se centrava mais na participação dos portugueses e dos macaenses, visando fomentar uma ativa participação política da sociedade e mostrando o pluralismo da eleição.

De facto, na cobertura da criação da Comissão de Seleção dos jornais chineses de Macau, enfatizar uma participação ampla e ativa era visto como um trabalho de preparação para a cobertura da eleição do chefe do executivo, pois o objectivo era demonstrar a legitimidade e o carácter democrático da eleição. O jornal *OU MUN* referiu que “a lista da constituição da Comissão de Seleção abrange todos os sectores de Macau, entre eles as elites das comunidades chinesa e portuguesa, que acreditam que o chefe do executivo eleito por eles irá ao encontro dos interesses dos residentes de Macau”.¹⁹⁴

Uma vez que se tratava de uma eleição indirecta, a imprensa portuguesa mostrava uma opinião diferente. Os jornais portugueses consideravam que este método de eleição não era o adequado pois “nada tem de democrático, funciona à base de quotas, razão pela qual não deixa de ser algo viciado e pouco encorajador para aqueles que acreditam em processos baseados em amplas escolhas...”.¹⁹⁵

Para a maioria dos articulistas da imprensa portuguesa seria certamente desejável que a consolidação do regime político permitisse as condições para que todos os titulares de cargos políticos de Macau fossem eleitos por sufrágio direto de todos os residentes. Uma articulista portuguesa em especial apontou que estas 200 personalidades locais não tinham qualquer poder de decisão na escolha do “chefe do executivo” porque metade dos membros da Comissão era escolhida pelo poder

¹⁹⁴ “200 members of the Selection Committee are widely representative” 《二百名推委具广泛代表性》, *OU MUN*, 11 de Abril, 1999.

¹⁹⁵ Jorge Silva, “Na recta final”, *Jornal Tribuna de Macau*, 12 de Abril, 1999.

central.¹⁹⁶ Por outro lado, a imprensa portuguesa também era da opinião de que “mais vale pouca democracia do que nenhuma democracia”. Um cronista português considerou mesmo que, no quadro da época, a legitimidade do futuro chefe do executivo não parecia questionável, pois na Grécia antiga “o direito de voto era apenas dado a alguns, e isso não os impediu de terem bons chefes”.¹⁹⁷ Outro cronista do jornal português JTM afirmou que “Esta é a realidade a que temos que nos ir habituando, mas talvez até deva ser vista como um relativo progresso”,¹⁹⁸ acrescentando que, pelo menos segundo a Declaração Conjunta, a seleção do chefe do executivo da RAEM seria realizada “com base nos resultados de eleições e consultas realizadas em Macau”.

2. A campanha eleitoral – uma nova cultura eleitoral

A cobertura da imprensa chinesa da campanha eleitoral para a eleição do chefe do executivo da RAEM esteve sempre ligada com um fio condutor, “uma nova cultura eleitoral”. Num editorial do jornal OU MUN publicado após a campanha eleitoral podia ler-se que todo o processo da campanha eleitoral, incluindo os contactos dos candidatos com todos os setores do território, as apresentações das grandes linhas dos programas, as respostas às questões feitas pelos membros da Comissão de Seleção, mostrou um “alto nível de transparência e a boa qualidade política dos candidatos”, criando uma “cultura eleitoral nova” na campanha para a eleição do chefe do executivo.¹⁹⁹ Esta nova cultura eleitoral, e o seu reflexo em todos os aspetos do processo, foi sempre um dos destaques da cobertura jornalística de língua chinesa de Macau.

Os jornais chineses tentaram tratar os dois candidatos da mesma forma no decorrer da campanha eleitoral, quer em termos de quantidade das peças jornalísticas,

¹⁹⁶ Luís Ortet. “Guerras e democracia”, *Jornal Tribuna de Macau*, 30 de Abril, 1999.

¹⁹⁷ João Fernandes. “Eleições e legitimidade”, *Jornal Tribuna de Macau*, 13 de Maio, 1999.

¹⁹⁸ Luís Ortet. “Guerras e democracia”. *Jornal Tribuna de Macau*, 30 de Abril, 1999.

¹⁹⁹ “The election reflects the spirit of fairness, democracy and integrity” 《选举体现三公一民一廉精神》, *OU MUN*, 15 de Maio, 1999.

quer no tom utilizado, com o fim de demonstrar que a sua cobertura possuía "imparcialidade e objetividade".

Na realidade, toda a sociedade macaense tinha já criado um consenso em torno de Edmund Ho, mesmo antes do início da campanha eleitoral, acreditando que ele seria o primeiro chefe do executivo da RAEM devido à influência da sua família na comunidade chinesa, ao seu bom relacionamento com a comunidade portuguesa e à sua postura pró-Pequim. Na cobertura da campanha eleitoral, os jornais portugueses apontaram diretamente este facto nas suas peças. Um jornal português escreveu: "ninguém tenha dúvidas de quem vai ganhar", porque Edmund Ho "foi desde sempre o candidato de Pequim" e foi "o maior denominador comum entre Portugal, a China e Macau". Os jornais portugueses apelidaram frequentemente o outro candidato, Stanley Au, de "voluntário" e descreveram a sua participação como um ato de "desportivismo". Em contraste, como já foi referido, os jornais chineses preferiram manter um equilíbrio entre os dois candidatos na cobertura da campanha eleitoral, a fim de destacar a justiça e a competição da eleição.

A imprensa chinesa fez uma avaliação muito positiva da apresentação dos programas eleitorais dos dois candidatos. O jornal *OU MUN* considerou que, embora não tivesse havido uma confrontação direta entre os dois candidatos, ambas as apresentações referiram os problemas económicos e criminais que Macau enfrentava e apresentaram as suas próprias soluções, sobretudo no que concerne às seitas e ao futuro do setor dos jogos. Em suma, os dois candidatos "disseram o que o povo de Macau queria dizer".²⁰⁰ O jornal *Va Kio* considerou que tais expressões políticas fizeram com que os habitantes locais criassem novos sentimentos, e as atitudes sinceras dos dois candidatos "alteraram a cultura eleitoral do passado em Macau".²⁰¹

Uma sondagem sobre a eleição do chefe do executivo da RAEM feita pela Universidade de Macau no decorrer da campanha eleitoral também atraiu a atenção dos media de Macau. Embora o resultado da sondagem mostrasse que Edmund Ho

²⁰⁰ "Edmund Ho's blueprint for governing is clear-cut, and Stanley AU is frank and sincere" 《何厚铨治澳蓝图轮廓分明、区宗杰坦荡至诚尽表决心》, *OU MUN*, 8 de Maio, 1999.

²⁰¹ "A wonderful election campaign", 《精彩的竞选活动》, *Va Kio*, 8 de Maio, 1999.

era verdadeiramente o único candidato sério, a imprensa portuguesa considerou que, numa determinada perspetiva, "o voluntário Stanley Au já ganhou", pois era uma pessoa pouco conhecida em Macau e mesmo assim obteve dez por cento do apoio dos cidadãos. No que respeita ao resultado desta sondagem, o interesse da imprensa chinesa centrou-se numa questão completamente diferente. O jornal *Va Kio* referiu que o mais relevante desta sondagem era o grande interesse demonstrado pelo público relativamente à campanha eleitoral. O editorialista do jornal *Va Kio* considerou que o resultado da sondagem mostrou que a cultura eleitoral de Macau "entrou num novo nível", porque entre os 629 entrevistados, 97% das pessoas sabia para que era a campanha eleitoral, e quase 80% tinha visto ou conhecia com alguma profundidade os programas dos candidatos, o que significava que o interesse na campanha eleitoral não se limitava à Comissão de Preparação, mas "estava massificado". O editorialista afirmou mesmo que "As pessoas estavam a passar da indiferença à preocupação com os assuntos políticos".²⁰²

A linha "uma nova cultura eleitoral" refletiu-se também nas peças sobre as visitas dos candidatos às associações locais e às suas relações com os cidadãos de Macau. O jornal *OU MUN*, por exemplo, relatou em detalhe as visitas de Edmund Ho a 40 associações tradicionais locais durante a campanha eleitoral, assim como os encontros com membros da comunidade portuguesa. O mesmo jornal referiu que o seu comportamento ponderado agradava aos cidadãos de Macau e a sua posição de defesa da permanência portuguesa em Macau recebeu elogios da comunidade portuguesa.²⁰³

Com o objetivo de criar "uma nova cultura eleitoral", os relatos da imprensa chinesa dos movimentos dos candidatos no âmbito da campanha eleitoral reduziram a distância entre os candidatos e os cidadãos. Como referiu um jornalista chinês, ambos os candidatos eram provenientes dos setores comercial e financeiro e não conheciam muito sobre a vida do cidadão comum, o que fazia com que estes tivessem

²⁰² "View the election campaign from the polls", 《从民意调查看竞选活动》, *Va Kio*, 12 de Maio, 1999.

²⁰³ "Edmund Ho visited various markets yesterday, emphasizing that the SAR pays more attention to people's livelihood" 《何厚铨昨巡视各街市, 强调特区更关注民生》, *OU MUN*, 24 de Abril, 1999.

algum receio relativamente ao futuro. Estes contactos próximos com os cidadãos poderiam “enriquecer a compreensão das bases” e ajudar a elaborar novas políticas económicas mais abrangentes para o futuro.²⁰⁴

Após a campanha para a eleição do primeiro chefe do executivo da RAEM, o jornal *OU MUN* publicou algumas peças de reflexão sobre o processo eleitoral em que mais uma vez enfatizou que a campanha dos dois os candidatos demonstraram uma nova cultura eleitoral. O editorialista deste jornal considerou que quer na apresentação dos respetivos programas administrativos, quer nas visitas aos diferentes setores sociais, ambos os candidatos mostraram grande sinceridade e paixão. A atenção e o interesse demonstrados pelos residentes de Macau e a forma como estes sentiram a campanha eleitoral, na opinião do jornalista, “mudaram a história de indiferença à política das pessoas de Macau”.²⁰⁵

²⁰⁴ “Election culture really enters Macau” 《选举文化真正进入澳门》，*OU MUN*, 9 de Maio, 1999.

²⁰⁵ “The election of the chief executive has a positive impact on society” 《特首选举对社会有正面影响》，*OU MUN*, 23 de Maio, 1999

Cap.4 A Preparação da RAEM – Responsabilidade pesada ao ombro

1. “Pequena, mas Bonita; Pequena, mas Maravilhosa”

Para todos os chineses, “Regiões de Hong Kong e Macau” é uma expressão fixa usada para referir as duas cidades que não reflete a diferença de estatuto entre Hong Kong e Macau. Porém, desde os tempos antigos que a luz de Macau foi sempre bloqueada por Hong Kong, resultando num ditado: “Grande Hong Kong, Pequena Macau”. Na cobertura da preparação da RAEM, a forma como a futura RAEM trataria o “pequena” de Macau tornou-se um tópico quente na imprensa chinesa.

O jornal OU MUN publicou um artigo que visava promover a reflexão sobre a expressão “Grande Hong Kong, Pequena Macau”²⁰⁶, no qual o comentador afirmou que a principal vantagem de Hong Kong era óbvia, pois tratava-se de uma vantagem competitiva que se reflectia não apenas na política preferencial do Governo Central da China em relação a Hong Kong ou na enorme lista de empresas sediadas em Hong Kong, mas o facto de Hong Kong possuir muitas elites profissionais, entre as quais se incluíam advogados, contabilistas, banqueiros, investigadores, etc. A ecologia financeira e a orientação comercial de Hong Kong formavam uma base sólida para a consolidação do seu estatuto como centro financeiro internacional. Em contraste, o mesmo comentador considerou que Macau tinha algumas desvantagens muito visíveis, nomeadamente o facto de dispor de muito pouco espaço, ou seja, as suas área e população eram “pequenas”, de o seu nível de desenvolvimento económico ser relativamente baixo e de a sua economia ser dominada pelo sector dos jogos.

Em junho de 1999, num artigo do jornal OU MUN²⁰⁷, o especialista Ye Guohua deu a sua opinião sobre o “Pequena” de Macau, causando uma onda de discussões entre os comentadores e cronistas chineses. No artigo, o especialista prognosticou um “Pequena, mas Bonita” para o futuro de Macau, pois, na sua opinião, o

²⁰⁶ “How can Macau embody small but beautiful” 《澳门如何能体现小而美》，OU MUN, 29 de Junho, 1999.

²⁰⁷ “Macau needs to improve cultural quality” 《澳门须提高文化素质》，OU MUN, 28 de Junho, 1999.

desenvolvimento de Macau não deveria ser limitado pelo conceito de “Pequena Macau” porque, na era da informação, o desenvolvimento económico transcende os limites geográficos e espaciais. Guohua afirmou que a chave para o futuro desenvolvimento de Macau residia na “melhoria da qualidade cultural”, que estaria ao alcance do “pequena, mas bonita; pequena, mas maravilhosa”, ou seja, faça-se de Macau uma cidade com alto nível cultural. No que diz respeito à ideia “Grande Hong Kong, Pequena Macau”, Guohua acreditava que, por um longo período, Macau tinha sido muito menor do que Hong Kong, em termos de população, terra e economia, criando-se um preconceito, mas que o “Pequena” não era um defeito. Macau poderia refinar a sua “área pequena”, melhorando a educação e estabelecendo a sua própria cultura. Por outras palavras, poderia transformar-se o “pequena” numa vantagem, ao desenvolver a economia do conhecimento e acreditar que a sua eficácia económica poderia trazer maior crescimento a Macau do que simples medidas que visassem aumentar o seu território ou a sua população.

Ye Guohua também declarou que Macau tinha mais de 400 anos de história e características específicas que deveriam ser mantidas. Caso contrário, afirmou o especialista, “as pessoas de Hong Kong que vivem na ‘floresta de arranha-céus’ não querem ir a Macau ver outros arranha-céus”. Neste caso, Guohua considerou que o futuro Governo da RAEM não deveria apagar os motivos que representam a portugalidade, mas sim construir uma Macau com a sua própria cultura.

Estas ideias inovadoras provocaram várias discussões entre as elites chinesas em Macau. Um editorial do jornal *OU MUN*²⁰⁸ expressou o reconhecimento dessas ideias, apontando que Macau deveria aproveitar a sua vantagem de convergência das culturas ocidental e oriental para cortar com a impressão inerente de “Pequena”. O jornal *OU MUN* entrevistou também várias pessoas dos setores político, económico, educacional, industrial e comercial de Macau para mostrar as suas opiniões relativamente à ideia de “Pequena, mas bonita” e discutir como alcançar esse objetivo.

²⁰⁸ “Macau should start from the word of “small” and make the article bigger” 《澳门应从「小」做大文章》，*OU MUN*, 29 de Junho, 1999.

Em geral, os entrevistados consideraram que a característica de “pequena” poderia, de facto, ser uma vantagem para Macau: a sua pequena população era favorável à melhoria da qualidade de vida e um território pequeno permitiria mais facilmente criar uma cultura específica e uma imagem turística própria.

Por outro lado, não negando completamente esta ideia, alguns artigos apresentaram algumas objecções, nomeadamente que o desenvolvimento cultural deveria ter um suporte económico sustentável. Um articulista do jornal *OU MUN* referiu que a economia tinha sido, desde sempre, a base do desenvolvimento do território. Na sua opinião, embora a cultura pudesse desempenhar um papel de auxiliar do desenvolvimento económico na época da Economia do Conhecimento, isso não significava que fosse possível colocar a cultura acima da economia, porque “a cultura é uma coisa abstrata, enquanto a economia é uma coisa não abstrata e é uma base substantiva”. O mesmo articulista utilizou a metáfora “Governo” para se explicar: “se o Governo de um país não tem receitas fiscais como fonte de receita, então, como pode esse Governo ter recursos para promover vários programas culturais?”.²⁰⁹

Um outro artigo também publicou uma visão semelhante, considerando que o futuro Governo da RAEM deveria dar prioridade ao desenvolvimento económico. O artigo referia que a promoção cultural deveria ser um plano a longo prazo para o desenvolvimento de uma região, que não poderia dar resultado a curto prazo uma vez que o seu ciclo de investimento é naturalmente mais longo do que um plano económico. O autor deste artigo considerou que o futuro Governo da RAEM deveria primeiro investir mais recursos na construção económica, embora sem deixar de promover a cultura, mas que esta deveria estar assente numa premissa de desenvolvimento económico.²¹⁰

Podemos concluir que, na cobertura da preparação da RAEM, os jornais chineses entraram em grandes discussões relativamente ao desenvolvimento futuro

²⁰⁹ “Culture is always as ideology, Economy is the foundation of social development” 《文化始终是意识形态，经济乃社会发展基础》, *OU MUN*, 29 de Junho, 1999.

²¹⁰ “To improve the overall cultural quality of Macau, the SAR should conduct research and exploration” 《提高澳门整体文化素质，特区应该进行研究探讨》, *OU MUN*, 29 de Junho, 1999.

da “Pequena Macau”. Alguns articulistas chineses concordaram com a visão da “Pequena, mas Bonita; Pequena, mas Maravilhosa” Macau, acreditando que o caminho para o desenvolvimento deveria passar pela indústria da Cultura, embora também considerassem que, após a criação da RAEM, o Governo deveria dar prioridade ao desenvolvimento económico, fazendo da melhoria da qualidade cultural uma meta de médio e longo prazo. Um comentador em particular referiu que, considerando que o nível da educação em Macau era inferior ao das áreas vizinhas, construir Macau como uma cidade “Pequena, mas Bonita” seria, sem dúvida, um processo longo.²¹¹

2. As relações entre Macau e Taiwan após a transição de 1999.

As relações entre Macau e Taiwan após a transição administrativa foram um tópico importante da imprensa chinesa na cobertura da preparação da RAEM. Em consonância com o discurso oficial do Governo chinês, “Devem-se tratar as relações entre Macau e Taiwan segundo o princípio de ‘uma única China’” tornou-se uma das linhas principais dos jornais chineses de Macau.

O princípio “uma única China” fez parte da política diplomática da China, uma vez que “existe apenas uma China no mundo e que esta é a República Popular da China (RPC)”. Este princípio foi uma das bases da política chinesa na questão de Taiwan, que teve origem na Guerra Civil Chinesa que ocorreu entre 1945 e 1949. Após quatro anos de conflitos entre o Partido Comunista e o Partido Nacional do Povo (Kuomintang), em 1949 o Partido Comunista saiu vitorioso e estabeleceu uma nova China (a República Popular da China), obrigando o Kuomintang a procurar refúgio em Taiwan. Devido à Guerra Civil, tanto Pequim (República Popular da China) como Taiwan afirmam possuir a soberania da China e ser o único Governo legítimo que representa a China. Existem atualmente 179 estados soberanos no mundo que mantêm relações

²¹¹ Promote Macau through science and education to solve the problem fundamentally 《科教兴澳以治本解决问题》, *OU MUN*, 29 de Junho, 1999.

diplomáticas com Pequim e reconhecem o princípio "uma única China", isto é, que "existe apenas uma China no mundo, que o Governo da RPC é o único Governo legítimo que representa a China, e que Taiwan é parte integrante do território chinês".

No processo de preparação da RAEM, quando se tratava dos assuntos de Taiwan, Pequim enfatizou sempre o princípio da soberania chinesa e afirmou que as futuras relações entre Macau, Hong Kong e Taiwan deveriam ser dominadas pelo Governo chinês. A 14 de Janeiro de 1999, o vice-primeiro ministro Qian Qichen anunciou os princípios básicos para Macau tratar os assuntos de Taiwan após 1999, designados por os "7 princípios políticos de Qian Qichen", nos quais se salienta que "nas questões relacionadas com Taiwan, tudo o que se refere à soberania nacional e aos assuntos bilaterais entre os dois lados do Estreito de Taiwan é tratado pelo Governo Central da China".

Além do quadro "uma única China", na cobertura das relações entre Macau e Taiwan, os jornais chineses enfatizaram a importância da confiança mútua entre Macau e Taiwan, sublinhando que os dois territórios "devem respeitar mutuamente as cultura e história um do outro" e "aproveitar todas as suas vantagens para promover a reunificação e prosperidade da China".

Nas peças jornalísticas sobre as relações entre Macau e Taiwan após 1999, o papel que Taiwan poderia desempenhar no futuro desenvolvimento económico de Macau foi um tópico importante.

O jornal *Va Kio* considerou que Taiwan foi muito importante para a economia de Macau porque esta era altamente dependente do exterior: "No que diz respeito à economia de Macau, todas as pessoas que moram em Macau compreendem uma realidade - a economia de Macau é muito dependente do exterior". O editorialista explicou que os quatro pilares da indústria de Macau (turismo e jogos, setor financeiro, exportação e indústria da construção) que se formaram desde meados da década de 1980 eram inseparáveis de "fatores externos". Por isso, o editorialista afirmou que o Governo da RAEM deveria prestar mais atenção às relações externas,

especialmente as relações com Taiwan, que tinham um grande impacto na economia de Macau.²¹²

O jornal *Ou Mun* também publicou um artigo em que discutiu a importância de Taiwan no desenvolvimento económico e político de Macau.²¹³ No artigo, o escritor utilizou a rota aérea Macau-Taiwan como argumento e afirmou que, desde a abertura desta rota em 1995, esta já se tornara numa “rota de ouro”. Por um lado, uma vez que na época ainda não existiam rotas aéreas diretas entre a China e Taiwan, Macau tinha-se transformado numa ponte importante entre os dois territórios. Especialmente porque entre os passageiros desta rota, 73% provinha de Taiwan, o que mostrava que a rota Macau-Taiwan já era um canal importante para “os compatriotas de Taiwan” viajarem para a China continental. O jornalista considerou que, após a transição administrativa, o papel de ponte de Macau se iria acentuar, uma vez que o Governo chinês iria aproveitar essa oportunidade para promover o intercâmbio entre a China continental, Macau e Taiwan, com o objetivo final de promover a reunificação da China. O mesmo artigo referiu que, do ponto de vista económico, em cada ano cerca de 20 mil pessoas de Macau viajavam para Taiwan em trabalho através desta rota, trazendo a Macau mais de dois bilhões de dólares de Hong Kong e reduzindo muito a pressão do mercado de trabalho de Macau. Para o mesmo artigo, Macau era o território que mais beneficiava com esta rota, pois “pode-se dizer que, se não houver a rota Macau-Taiwan, o aeroporto de Macau dificilmente sobreviverá, e se não se permitir que as pessoas de Macau trabalhem em Taiwan, pelo menos 2000 pessoas podem ficar desempregadas.”

Após a revolução de 1974, o novo regime democrático de Portugal começou a implementar a sua política de descolonização e, em 1976, o “Estatuto Orgânico de Macau” foi publicado. Macau tornou-se então “território chinês sob administração portuguesa”. Sob a administração do Governo português, Macau, do ponto de vista

²¹² “Taiwan and Macau relations should seek more consensos” 《台澳关系多寻共识》, *Va Kio*, 22 de Dezembro, 1999.

²¹³ “Return, a new opportunity for Macao's economic development” 《回归, 澳门经济发展的新机遇》, *OU MUN*, 13 de Dezembro, 1999.

político, tinha sempre mantido uma certa relação com a China continental e com Taiwan, embora desempenhasse sempre o papel de "terceiro" nas disputas políticas. No entanto, após a transferência de poderes de 1999, Macau passaria a estar diretamente subordinada ao Governo Popular da China e deixaria de ser o "terceiro", passando a desempenhar um novo papel nas relações políticas entre os dois lados do Estreito de Taiwan. Por outras palavras, após o regresso de Macau à China, as relações entre Macau e Taiwan fariam parte das relações entre a China continental e Taiwan, o que levantou uma série de questões no âmbito da transição relacionadas com os assuntos de Taiwan. Entre estas questões, a designação do escritório da representação de Taiwan em Macau atraiu a atenção dos jornais chineses.

Segundo os “7 princípios políticos de Qian Qichen”, se o escritório da representação de Taiwan em Macau, instalado na era da administração portuguesa, quisesse permanecer na RAEM, deveria alterar a sua designação e retirar os símbolos ‘oficiais’ de Taiwan.

No decurso deste pedido, o jornal *Va Kio* publicou um editorial sobre esta questão em que corroborou a posição de Pequim. Este editorial²¹⁴ reforçou o princípio "uma única China" e referiu que a designação da época do escritório da representação de Taiwan em Macau - Gabinete de Comércio e Turismo de Taipé – se parecia demasiado com uma dependência do Governo de Taiwan, que Pequim considerava uma "província renegada". Ou seja, na opinião de Pequim, Taiwan não era um país com soberania própria, mas sim uma província da China, e por isso o seu escritório de representação em Macau não era uma verdadeira agência diplomática, pelo que as palavras "Taipé" e "Taiwan" não deveriam aparecer na designação.

Na véspera da cerimónia de *handover*, o escritório de Taiwan em Macau alterou a sua designação para "Agência de Viagens Chung Hwa", à semelhança do seu escritório de representação na Região Administrativa de Hong Kong. A palavra “Chung Hwa”, que significa a nação chinesa, era a designação que Taiwan geralmente usava

²¹⁴ “The cancellation of the official status of Taiwan's offices in Macau is conducive to the development of the relationship between Macao and Taiwan” 《台驻澳机构取消官方色彩，有利于澳台民间关系发展》，*Va Kio*, 23 de Janeiro, 1999.

em relações exteriores, uma vez que a palavra representa uma identidade nacional e é reconhecida tanto pela China continental, como por Taiwan. O Jornal *Va Kio* considerou que a simbologia da nova designação era diminuída, o que seria favorável à promoção de intercâmbios não-governamentais entre Macau e Taiwan após 1999.²¹⁵

Adicionalmente, a questão da documentação de viagem também recebeu a atenção dos jornais chineses de Macau. Este era um problema relacionado com a "Licença de compatriota de Taiwan", um documento emitido pelo Governo chinês que permitia aos residentes de Taiwan entrarem no continente. Segundo o princípio "uma única China", o futuro Governo da RAEM deveria exigir que, após 1999, os residentes de Taiwan apenas entrassem em Macau se fossem portadores desta licença, em vez de usarem passaporte. Este regulamento conduziu à oposição das autoridades de Taiwan, que insistiam em usar o passaporte como permissão de viagem para o continente e para Macau.

O jornal *Va Kio* criticou as declarações das autoridades de Taiwan e afirmou que a situação da administração portuguesa era diferente, pois após 1999 as ligações entre a China continental, Macau e Taiwan seriam relações de "Região para Região", e não relações de "Estado para Estado", sendo, portanto, desadequada a utilização de passaporte. O mesmo jornal referiu ainda que a pretensão das autoridades de Taiwan se cingia "essencialmente a outra interpretação da 'Teoria dos dois Estados'", isto é, "transformar as relações Macau-Taiwan em relações de 'Estado para Estado'".²¹⁶

Em resumo, verificamos que, à medida que a criação da RAEM entrava em contagem regressiva, a questão das relações entre Taiwan e Macau após a transferência administrativa de Macau se transformou num foco de atenção dos jornais chineses. Em julho de 1999, o ano da transição administrativa de Macau, o "presidente" de Taiwan, Lee Teng-hui, propôs a "Teoria dos dois Estados", na qual

²¹⁵ "The rename of Taiwan institutions is conducive to the development of exchanges between Macau and Taiwan" «台机构更名有利于澳台交流发展», *Va Kio*, 28 de Dezembro, 1999.

²¹⁶ "Rename of Taiwan institutions and Mainland Travel Permit for Taiwan Residents" «台机构更名与台胞证», *Va Kio*, 25 de Dezembro, 1999.

expôs a ideia da independência de Taiwan, que foi considerada um ato de secessão do Estado. Na cobertura da preparação da Região Administrativa Especial de Macau, os jornais chineses prestaram grande atenção aos tópicos relacionados com Taiwan, especialmente a questão das relações entre Macau e Taiwan após 1999, mas sempre enfatizando o princípio "uma única China" nas suas peças.

Cap.5 A Cerimónia da Transferência de poderes de Macau na imprensa chinesa.

Neste capítulo iremos analisar a cobertura da cerimónia da Transferência de poderes de Macau na imprensa chinesa. Dividimos as discussões em duas partes: as vésperas da cerimónia, para identificarmos os temas mais importantes para a imprensa chinesa da época; e o dia da cerimónia da transferência administrativa e o dia seguinte (dias 20 e 21). Utilizaremos a análise do discurso e a análise semiótica para identificar as linhas principais da cobertura do regresso de Macau e verificar como os jornais chineses construíram a identidade nacional através das suas peças jornalísticas.

1. Nas vésperas da cerimónia

Nas vésperas da cerimónia de transição, a imprensa chinesa destacou três aspectos na sua cobertura: a questão da segurança da cerimónia de *handover*; as discussões sobre a entrada da guarnição militar da China em Macau; e a despedida do Governo português de Macau.

1.1 "Não prejudique a cerimónia da transição, não seja um inimigo do país".

Em 1999, à medida que a transferência de poderes se aproximava, a criminalidade atingiu o pico mais elevado dos três anos anteriores, fazendo com que, nas vésperas da cerimónia da transferência, a questão da segurança se tornasse um foco de atenção dos media chineses de Macau.

Na imprensa chinesa, a questão da segurança pública tinha desde cedo sido um tópico importante na cobertura da transição, nomeadamente a questão dos conflitos entre as organizações criminosas de Macau. Em geral acreditava-se que a guerra entre seitas fora uma consequência natural da crise financeira asiática de 1997,

pois, como mencionou um comentador, “havendo menos receitas, são menores os lucros para distribuir, o que leva a conflitos entre os grupos marginais”.²¹⁷

A guerra entre seitas ocorreu maioritariamente pelo controlo das salas de jogo e de atividades marginais ao funcionamento dos casinos, principalmente agiotagem e prostituição. Entre 1997 e 1999 dezenas de pessoas foram mortas em Macau, a maioria relacionada com as seitas ou com o seu combate.²¹⁸

No entanto, no início do último mês do ano da transição “a calma voltou novamente às ruas de Macau”. A partir do início de dezembro de 1999 foram publicadas várias notícias sobre a polícia de Macau ter encontrado armas abandonadas na rua. Na opinião do jornal português MH, o armamento abandonado foi consequência do “receio dos elementos do crime organizado do território de serem apanhados pela Política Judiciária”²¹⁹. Os media de língua chinesa consideraram, porém, que o abandono das armas na via pública estava relacionado com a aproximação do dia 20 de dezembro, data da entrada do Exército Popular de Libertação (EPL) em Macau. Na opinião do jornal *Va Kio*, a presença da guarnição do EPL “poderá ser um fator de dissuasão contra problemas de segurança pública gerados pela atividade do crime organizado”.²²⁰

“A destruição da cerimónia da transição significa ser inimigo do país e inimigo de toda a nação”, afirmou Chen Shaoji, o chefe do Departamento de Segurança de Cantão. Na última reunião entre as autoridades policiais de Macau e de Cantão sob administração portuguesa, o chefe Chen Shaoji, além de elogiar a cooperação luso-chinesa no combate à imigração ilegal e ao crime organizado ao longo dos anos, salientou a importância da questão da segurança da cerimónia da transição, que era considerada como a chave de uma transferência suave de poderes. Chan salientou que a transferência administrativa de Macau atraía as atenções de todo o mundo e

²¹⁷ “Gangland Disputes and Relations with Casinos” 《黑社会纷争与赌场关系》, *Va Kio*, 1 de Maio, 1999.

²¹⁸ *Ibidem*.

²¹⁹ “Política judiciária encontra armas abandonadas em mala”, *Macau Hoje*, 7 de Dezembro, 1999.

²²⁰ “The weapon abandonment incident reflects signs of improvement in law and order” 《弃械事件反映治安有好转征兆》, *Va Kio*, 3 de Dezembro, 1999.

que o povo chinês estava ansioso por esse dia, e que por isso, “ninguém terá coragem de ser ele próprio inimigo do país e inimigo de toda a nação”.

Em consonância com estas declarações oficiais, nas vésperas da cerimónia os jornais chineses publicaram vários editoriais com o objetivo de avisar as organizações criminosas. O jornal *OU MUN* afirmou que a transferência de poderes de Macau era um evento “de grande preocupação para todo o povo chinês”, e todos os chineses “esperam que esta cerimónia solene possa ser realizada numa atmosfera pacífica e grandiosa”. O seu editorialista concordou com o aviso de Chan Shaoji, ao afirmar que “se alguém quer prejudicar a cerimónia da transição, é inimigo do país”.²²¹ O jornal *Va Kio* expressou a mesma atitude no seu editorial e “levou” essa ideia à nação chinesa. No texto, o editorialista declarou que o dia da transferência de poderes de Macau significava “um fim da história de humilhação”, e que por isso, se algo acontecesse durante a cerimónia da transição, independentemente de ser dirigido ao Governo português de Macau ou ao Governo da RAEM, “será condenado por milhares de pessoas” e tornar-se-á “um pecador da história”.²²²

1.2 A guarnição militar só entra ao meio-dia de 20 de dezembro

No que respeita à guarnição militar, a China e Portugal tiveram sempre opiniões diferentes. Para a parte chinesa, tratava-se do estacionamento de tropas chinesas em Macau como um símbolo da soberania da China. Porém, Portugal considerava que a decisão chinesa era “injustificada” e “desnecessária”, porque Portugal não mantinha tropas em Macau desde 1975. Depois de mais de um ano de diálogo diplomático, a 29 de Novembro os representantes de ambas as partes alcançaram um consenso sobre a questão da guarnição militar e, no mesmo dia, o Grupo de Ligação Conjunta publicou os “princípios orientadores da preparação do

²²¹ “Don’t spoil the return, Don’t be the enemy of the country” «不要破坏回归，不要与国家为敌», *OU MUN*, 8 de Dezembro, 1999.

²²² “Doing bad things on the ceremony will be universally condemned by the people of Macau” «在澳门搞事必遭千夫所指», *Va Kio*, 8 de Dezembro, 1999.

estacionamento de tropas do Exército Popular de Libertação (EPL) em Macau depois da transferência de poderes”. Com situação assim, em dezembro, a hora e a forma da entrada do exército chinês em Macau tornou-se a última questão em discussão sob o tópico da guarnição militar a atrair a atenção generalizada da sociedade de Macau.

Finalmente, no dia 9 de dezembro as duas partes decidiram que as forças militares chinesas que ficariam estacionadas em Macau entrariam ao meio-dia do dia 20. Ambas as partes estavam muito satisfeitas com este resultado, e a imprensa portuguesa considerou que este resultado mostrava o respeito da parte chinesa pelas relações luso-chinesas, e que era "uma solução que agradou à parte portuguesa". Também a imprensa chinesa concordou que era uma solução que iria “destacar a soberania da China” e ao mesmo tempo, “respeitar a dignidade do lado português”.

O jornal *OU MUN* afirmou que o resultado "é muito diferente do que o que aconteceu em Hong Kong em 1997". O artigo²²³ referiu que em 1997 os militares tinham entrado em Hong Kong à meia-noite do dia 1 de julho, ou seja, apenas horas após a cerimónia de transferência da soberania. No entanto, na opinião da parte portuguesa, esta forma não era a adequada para Macau, porque as relações sino-portuguesas não eram iguais às relações sino-britânicas, e a Questão de Macau também não era igual à Questão de Hong Kong. Ao contrário do que acontecera em Hong Kong, na questão de Macau as negociações da transição decorriam num clima de “amigável cooperação”, pelo que, no que concerne à entrada da guarnição militar em Macau, a parte portuguesa queria que esta acontecesse de forma diferente. O jornal *OU MUN* considerou que a decisão de as tropas só entrarem ao meio-dia do dia 20 de dezembro, ou seja, após a saída oficial do presidente Jorge Sampaio e do governador Rocha Vieira, mostrava que a parte chinesa compreendia e respeitava a parte portuguesa, “sendo uma consideração com base nas amigáveis relações sino-portuguesas de longo prazo”.²²⁴ O mesmo jornal chinês também referiu que a forma como a guarnição militar entraria em Macau, pelas Portas do Cerco, mostrava o

²²³ “There are special about the time and route for troops enter the city” 《驻澳部队入城时间路线内有乾坤》, *OU MUN*, 18 de Dezembro, 1999.

²²⁴ *Ibidem*.

reconhecimento da soberania chinesa, porque, em 1848, fora nas Portas do Cerco, a porta fronteira entre a China continental e Macau, que os funcionários da corte Qing tinham sido expulsos de Macau. Este evento é, na perspetiva da história chinesa, visto como "o início da ocupação colonial", pelo que, para este jornal, a entrada da guarnição do EPL pelas Portas do Cerco atribuía, até certo ponto, um significado histórico à retoma da soberania de Macau pelo exército chinês.

1.3 O fim da administração portuguesa de Macau

Com a chegada do último dia útil antes da cerimónia da transferência administrativa, o funcionamento do Governo português de Macau também estava prestes a terminar. À semelhança da cobertura do fim da Assembleia Legislativa, na cobertura do final da administração portuguesa, a imprensa chinesa, ao avaliar o desempenho do governador Rocha Vieira e da Função Pública sob a administração portuguesa, voltou a afirmar que "a história fará uma avaliação justa".

O jornal OU MUN publicou na véspera de cerimónia um editorial²²⁵ sobre o desempenho do governador Rocha Vieira em que o editorialista atribuiu uma avaliação muito positiva ao seu "espírito de homem de ação". O editorialista afirmou que os oito anos da administração de Rocha Vieira tinham sido uma fase importante dos 12 anos do período da transição de Macau, e que durante estes oito anos "ele realizou uma série de projetos de infra-estruturas, e criou um bom ambiente para o desenvolvimento económico de Macau".

O mesmo editorial do OU MUN elogiou a atitude amigável para com a China que o governador Rocha Vieira tinha sempre defendido durante seu mandato, e considerou que essa atitude tinha reduzido o impacto dos atritos políticos e criado algumas oportunidades de desenvolvimento durante o período da transição em Macau. Relativamente à contribuição de Rocha Vieira para as relações luso-chinesas, o editorial fez também uma apreciação positiva. O editorialista referiu que o

²²⁵ "History will surely have a fair evaluation" 《历史必将有公允的评价》, *OU MUN*, 15 de Dezembro, 1999.

governador Rocha Vieira já tinha sido recebido quatro vezes em Pequim, e sempre ao mais alto nível. Na sua última visita, em novembro, o presidente da China, Jiang Zemin, tinha mesmo elogiado a sua "sensibilidade" e "visão estratégica", situação muito diferente da do último governador de Hong Kong, Chris Patten, que na única visita que fez à China, em 1992, não chegou a encontrar-se com o presidente ou o primeiro-ministro da China. Este editorial também mencionou que, no ano seguinte à visita de Patten, “um alto funcionário de Pequim qualificou-o como ‘criminoso por mil anos’” em direto na televisão.

Simultaneamente, o mesmo jornal não deixou de referir que, durante o seu mandato, por causa da crise financeira asiática de 1997 e do incremento das guerras das seitas e da criminalidade, a economia e a ordem social em Macau se tinham deteriorado no período pré-transição. Relativamente a esta situação, o jornal *OU MUN*, ao avaliar Rocha Vieira, citou uma frase famosa de Mao Tsé-Tung, “A história é escrita pelo povo”, acrescentando que, relativamente a Macau e às personalidades envolvidas, “A história fará uma avaliação justa”.

No que concerne ao fim do funcionamento do Governo de Macau, a imprensa chinesa seguiu a linha “olhar para a frente”. O jornal *OU MUN* escreveu que “A história não pode ser evitada, somente enfrentando a história com coragem é que se pode enfrentar bem o futuro”,²²⁶ considerando que “o passado já passou” e o regresso de Macau representava um recomeço da história. O mesmo jornal tratou os contactos e a cooperação entre a China e Portugal como um novo exame, e referiu que “embora a nota seja insuficiente no passado, pode ser recuperada no próximo exame”. Salientou também que os portugueses residentes em Macau e os macaenses deveriam continuar a contribuir para o desenvolvimento do território, juntamente com a comunidade chinesa, para “em busca de bons resultados no futuro”.

2. A Cerimónia da Transferência de Poderes

²²⁶ “Government ended its operations today” 《澳门政府今日结束运作》, *OU MUN*, 17 de Dezembro, 1999.

O vermelho, cor tradicional em qualquer festa chinesa, dominou os jornais chineses no dia 20 de dezembro de 1999, celebrando o “Retorno de Macau à Pátria”, “um glorioso capítulo da História da China”. O jornal OU MUN publicou duas edições extra no dia 20, uma edição especial dedicada à cerimónia da transferência de poderes, em que o título “*Macau voltou*” ocupava toda a largura da primeira página, e outra edição especial destinada à entrada da guarnição militar chinesa em Macau no dia após a transição.

Devido ao contexto histórico e político de Macau, as ideologias políticas do OU MUN e do Va Kio, os dois diários chineses de Macau, foram sempre influenciadas pelas políticas oficiais da China, tendo sempre mantido uma postura “pró-Pequim” nos assuntos relacionados com a Questão de Macau. Na cobertura da transferência de poderes de Macau, além de relatarem os factos noticiosos, os dois jornais em língua chinesa assumiram também uma certa função de propaganda, promovendo as políticas nacionais da China e fortalecendo a identidade nacional chinesa. Assim, através da análise do discurso iremos explorar como os jornais chineses de Macau contribuíram para o reforço da identidade nacional através da cobertura da cerimónia da transferência de poderes de Macau.

2.1 “O fim da humilhação da história” e “Um novo ponto de partida”.

“Hoje, o povo chinês está muito contente, porque conseguimos finalmente ultrapassar a humilhação do colonialismo ocidental”, escreveu o jornal OU MUN no seu editorial do dia da Cerimónia de *Handover*. De facto, a ideia “O regresso de Macau à Pátria põe um fim à humilhação do povo chinês” foi sempre um fio condutor da propaganda oficial da parte chinesa.

Nas vésperas da transição, a agência noticiosa oficial chinesa XINHUA publicou um artigo “pedagógico” sobre a história de Macau, no qual destacou as diferenças entre as histórias de Macau e de Hong Kong. Segundo o artigo, a longa presença portuguesa em Macau, iniciada no século XVI, não suscitava o ressentimento causado pela ocupação britânica de Hong Kong: “Ao contrário do assalto armado dos

britânicos a Hong Kong, os portugueses recorreram apenas à fraude e ao suborno para dominarem Macau”.²²⁷

O artigo referia que Hong Kong fora ocupado pela marinha britânica durante a Guerra do Ópio (1880-1882), considerada "o início da história semicolonial da China". Ao contrário de Hong Kong, em 1552 os mercadores portugueses foram "autorizados" a arrendar o território, e até 1849 fizeram uma campanha para "ocupar" o território. Assim, com base nesta descrição histórica, no final do artigo podia ler-se que a transferência de poderes de Macau marcava "o fim de 150 anos de domínio colonial".

Esta versão da História difere da tradicional descrição de Macau como “a primeira parcela do território chinês ocupada por estrangeiros” e contradiz a habitual retórica oficial. Este artigo, publicado nas vésperas da transição no jornal *OU MUN*, transmitia “sinais amigáveis” da parte chinesa para a futura relação luso-chinesa.

Mesmo assim, “o fim da humilhação nacional” ainda era uma das linhas principais da propaganda oficial da parte chinesa, e tinha por objetivo fortalecer a identidade nacional através de um discurso nacionalista. O jornal *Va Kio*, por exemplo, destacou que o dia da transferência de poderes foi “um dia de júbilo nacional, celebrado pelos compatriotas de Macau e pelo povo de todos os grupos étnicos do país” e que o estabelecimento da RAEM tornou os “compatriotas de Macau verdadeiros donos” do território.²²⁸

Embora o discurso nacionalista estivesse sempre em destaque na cobertura da transição, a imprensa chinesa salientava simultaneamente a linha “olhar para a frente” relativamente ao futuro das relações luso-chinesas. O jornal *Va Kio* publicou um artigo em que expressou a sua opinião sobre a questão das relações sino-portuguesas no discurso do presidente Jiang durante a cerimónia da transição, em que este afirmou que, a partir desse momento, a cooperação amigável entre a China e Portugal entraria num “novo ponto de partida”. Este jornal considerou que a ideia de

²²⁷ “Respect historical facts and strive for peaceful development” 《尊重历史事实，致力和平发展》，*OU MUN*, 15 de Dezembro, 1999.

²²⁸ “Happy to welcome the return and create a new Macau” 《欢欣迎回归，创建新澳门》，*Va Kio*, 20 de Dezembro, 1999.

um “novo ponto de partida” poderia ajudar a articular a relação entre a história e o futuro. O autor afirmou que a história não podia apagar os factos dos 400 anos da presença portuguesa em Macau, mas, na sua opinião, “fazer uma avaliação dessa história” seria trabalho para os investigadores, pois os dirigentes do país “não precisam só de tratar o passado sob uma perspectiva histórica, mas também têm de encarar o futuro com base do realismo”.

Portanto, a China promoveu as relações sino-portuguesas como um novo ponto de partida, anunciando que todos os residentes de Macau, incluindo os macaenses, “são proprietários do território, e gozam de direitos e liberdades iguais”, ou seja, nas palavras do jornal, “manifestou-se uma visão de longo alcance de um grande país”.²²⁹ Da mesma forma que a imprensa portuguesa, a imprensa chinesa também mencionou que Macau se tornaria uma ponte para a União Europeia e para os outros países lusófonos, facilitadora da comunicação com a China, e que, numa conjuntura de globalização, tanto a China, como Portugal beneficiariam.

2.2 Reunificação quase completa da China

A questão de Taiwan foi um tópico importante da cobertura da transferência de poderes de Macau da imprensa chinesa. A ilha onde se refugiou o Governo da antiga República da China depois de o Partido Comunista Chinês ter tomado o poder no continente, em 1949, era considerada pelas autoridades de Pequim como a “província” renegada da República Popular da China.

A China defendia a “reunificação pacífica” com Taiwan segundo o mesmo princípio adotado para as Regiões Administrativas Especiais de Hong Kong e Macau - “um país, dois sistemas”. Ameaçava, porém, “usar a força” se a ilha proclamasse a sua independência. As autoridades de Taiwan tinham sempre rejeitado a ideia de “um país, dois sistemas”, procurando assumir-se como uma “entidade política soberana” e não uma simples administração provincial.

²²⁹ “Standing on a new starting point” 《站在新的起点上》, *Va Kio*, 21 de Dezembro, 1999.

Em julho de 1999, o presidente de Taiwan, Lee Teng-hui, redefiniu as ligações com a China continental como relações de “Nação para Nação”, ou pelo menos de “Estado para Estado”, e defendeu que as negociações bilaterais deveriam realizar-se numa base de Estado para Estado. Estas palavras intensificaram as disputas entre os dois lados do estreito. Em resposta às declarações de Lee Teng-hui, o Governo da China declarou que "Taiwan é uma província da China e a soberania e a integridade territorial chinesas não permitem separações", considerado que as palavras de Lee eram uma tentativa de incitamento à "independência de Taiwan".

No ano de 1999, no âmbito da cobertura da transferência de poderes de Macau, a imprensa chinesa mencionou repetidamente o quadro da reunificação da China e aumentou a intensidade das críticas às intenções de separação das autoridades de Taiwan. Após as declarações de Lee, o jornal *OU MUN* declarou que, segundo o princípio "uma única China", a completa reunificação nacional seria "uma aspiração partilhada por todo o povo chinês", e advertiu que "o Governo e o povo chineses nunca tolerarão qualquer tentativa de divisão da China".²³⁰ Podemos dizer que, no discurso nacionalista da imprensa chinesa, para além do enquadramento “O fim da humilhação nacional”, “Concretizar a reunificação completa da China” foi o outro enquadramento principal da cobertura da transferência de poderes de Macau em 1999.

Jiang Zemin, nas suas declarações na cerimónia da transferência da soberania, afirmou que a política "um país, dois sistemas" permitiu que as questões de Hong Kong e Macau fossem resolvidas, o que era um enorme avanço para a concretização da reunificação nacional. Jiang acrescentou que a reunificação pacífica da China com primeiro Hong Kong, e depois Macau desempenhou um papel exemplar na questão de Taiwan. “O Governo e o povo chineses estão confiantes na reunificação completa da China”, disse o presidente Jiang logo a seguir ao hastear da bandeira da República Popular da China.

²³⁰ “「The Theory of Two States」 leads Taiwan to a dangerous situation” 《『两国论』把台湾引向危险境地》, *OU MUN*, 15 de Julho, 1999.

Seguindo a linha do discurso oficial, quase todas as peças jornalísticas relacionadas com a cerimónia da transferência administrativa aludiram ao enquadramento "reunificação completa da China", e todas expressaram as suas expectativas para a resolução da Questão de Taiwan. A maioria dos comentaristas acreditava que o regresso de Macau iria "acelerar a reunificação dos dois lados do estreito de Taiwan", e que esse seria "um passo importante para a reunificação da pátria".

No seu editorial após a cerimónia, o jornal *OU MUN* considerou que a continuação da civilização do milénio da China e a reunificação total do país foram sempre as principais metas da história chinesa, e afirmou que "a reunificação da China é uma tendência histórica irreversível".²³¹ Assim, podemos ver que, no contexto do discurso nacionalista, as questões de Hong Kong, Macau e mesmo de Taiwan não estavam apenas relacionadas com a integridade da soberania, mas que envolviam também as emoções patrióticas de todos os chineses. O editorialista do *OU MUN* declarou que, com a resolução bem-sucedida das questões de Hong Kong e Macau, "a reunificação completa tornou-se a aspiração comum de todos os 'Descendentes de Yan e Huang'". A expressão "Descendentes de Yan e Huang" (Yan Huang Zi Sun) é um termo muito típico do discurso nacionalista chinês. Os imperadores Yan e Huang, duas figuras da mitologia chinesa, são considerados os ancestrais da nação chinesa. No discurso nacionalista os descendentes de Yan e Huang são frequentemente usados para referir as pessoas da nação chinesa, ou seja, este termo representa uma identidade da cultura étnica baseada numa ancestralidade comum.

Embora, em termos de propaganda, a imprensa chinesa de Macau tivesse sempre demonstrado que "acredita que a questão de Taiwan não se arrastará por muito tempo, após as questões de Hong Kong e Macau estarem resolvidas", a maioria dos comentadores e cronistas chineses pensava que a questão de Taiwan não seria resolvida a tão curto prazo. "Taiwan faz parte da China e um dia voltará também a

²³¹ "Taiwan is the next goal of China's reunification" «台湾是中国统一大业下一目标», *OU MUN*, 22 de Dezembro, 1999.

unir-se à China, mas não será nos próximos dois ou três anos”, referiu um comentador do jornal *Va Kio*, que também considerou que, para o Governo de Pequim, o mais importante seria que as autoridades de Taiwan renunciassem à ideia de "duas China" e aceitassem iniciar conversações políticas para a reunificação da pátria.²³²

2.3 O Arquétipo da “Família” na cobertura do “Regresso de Macau”

Na teoria do Arquétipo, no âmbito da psicologia cognitiva e da linguística cognitiva, o Arquétipo é uma manifestação externa da inconsciência coletiva. O arquétipo pode ser uma imagem, um símbolo, um enredo, um pensamento ou um modelo narrativo, e as suas raízes são psicossociais, mas também históricas e culturais. O arquétipo é um tipo de inconsciência coletiva que existe amplamente em grupos específicos de pessoas. Após um longo período da história, o arquétipo esculpiu traços profundos, mas impercetíveis, no coração das pessoas. Embora por vezes o arquétipo não seja claramente identificado pelas pessoas, a sua difusão generaliza-se com uma forte inércia, ao integrar-se na raiz dos pensamentos das pessoas. Por este motivo os arquétipos são facilmente reproduzidos pelas notícias.

No campo do jornalismo, copiar os arquétipos é um método efetivo para melhorar o efeito da comunicação jornalística. As pessoas preferem escolher os conteúdos jornalísticos que estão próximos das suas próprias ideias e assim manter o seu equilíbrio interno e apoiar as suas crenças originais. Ou seja, no processo de decodificação, as pessoas vão interpretar preferencialmente os símbolos que são consistentes com os seus conceitos inerentes. Em comparação com os conceitos inerentes gerais, o arquétipo, sendo um conceito inconsciente, é mais profundo e está mais escondido no coração das pessoas. As notícias reproduzidas em consonância com os arquétipos são mais facilmente aceites, pois são compatíveis com as ideias inconscientes coletivas já existentes no coração do público, ou seja, há uma

²³² “Is optimistic about the prospects of Taiwan-Macau relations and hopes to promote more non-governmental exchanges” 《对台澳门前景表示乐观，希望多促进民间交往出发》，*Va Kio*, 29 de Dezembro, 1999.

coincidência entre estas notícias e os arquétipos do público. Neste caso, as notícias penetram mais facilmente nas ideologias, como se corroborassem ideias pré-concebidas coletivas.

A cerimónia da transferência da soberania foi um influente evento noticioso cheio de significados ricos e variados. Por isso, para realizarem uma cobertura eficaz da cerimónia de *handover*, os jornalistas da imprensa chinesa precisavam de um arquétipo enraizado na inconsciência nacional que, conforme a psicologia da aceitação do público num ambiente específico, introduzisse a propaganda sobre "o regresso de Macau" no coração do público, para alcançar o objectivo final de fazer crescer o orgulho nacional e fortalecer a identidade nacional chinesa.

Na cobertura da cerimónia da transferência de poderes, os jornais chineses preferiram usar a expressão "regresso de Macau", em vez de "transferência de poderes de Macau". Não sendo um termo político, a palavra "regresso" contém um certo significado metafórico, o que quer dizer que a imprensa chinesa não definiu o significante 'cerimónia da transição' com uma expressão neutra e descritiva como "a transferência administrativa".

A palavra "regresso", como símbolo metafórico, recorda que "Macau faz parte da história da China desde os tempos antigos". A história é um fator importante na formação da identidade nacional, e a ênfase na herança histórica funciona, de facto, como uma mais-valia na construção das consciências da identidade nacional. A semântica da palavra "regresso" traduz um sentimento de pertença a um país, e contém um significado de identidade nacional. "O regresso de Macau", no contexto discursivo da imprensa chinesa, trás à memória um viajante (Macau) a voltar à sua casa (China) após uma longa jornada, recriando o paralelismo do "regresso à terra natal" frequentemente retratado pelos poetas chineses antigos, pois, na cultura tradicional chinesa, o "regresso" corresponde geralmente a uma imagem de "família".

Eis alguns significados simbólicos de "família" na cultura tradicional chinesa: geralmente "família" representa um sentimento de calor, como um porto seguro e o apoio sólido dos familiares. Portanto, os poetas chineses, quando fazem uma longa viagem, gostam de expressar a saudade da terra natal na sua poesia. Na sociedade

chinesa, as famílias ligadas por laços de sangue são grupos extremamente próximos e sólidos, que compartilham os sofrimentos e as alegrias da vida. Por isso, a simbologia de “família” representa este relacionamento tão forte, carregado de belas emoções de confiança.

Simultaneamente, na cultura chinesa a “família” é também frequentemente associada ao “País”. Na era feudal chinesa, o Governo Central concedia autoridade aos Governos locais, criando relações hierárquicas rigorosas entre os Governos Central e local. Assim, os símbolos de “família” e “país” produziram significantes semelhantes no discurso tradicional da China: por um lado, “família” e “país” são comunidades intimamente ligadas e, por outro, ambas as comunidades têm uma hierarquia clara e compartilham riscos e alegrias. Portanto, os letrados antigos descreveram as relações entre "monarca e ministérios" como "pai e filhos", e os povos antigos apelidavam os funcionários locais de "oficiais parentais".

A simbologia de “família”, cheia de emoções de conforto e confiança, transformou-se num inconsciente coletivo no longo processo de acumulação histórica, tornando-se num "arquétipo" das ideologias nacionais chinesas. Assim, na cobertura do "regresso de Macau", a aplicação do arquétipo "família" contribuiu para a construção da identidade nacional chinesa no território.

Num editorial sobre o fim da administração portuguesa, o jornal *Va Kio* descreveu a transferência do território para a administração chinesa como “o regresso a casa de um filho há muito perdido”.²³³

E no dia da cerimónia de *handover*, o jornal *OU MUN* publicou uma notícia²³⁴ em que utilizava a metáfora da adoração ancestral de uma família. Esta família eram os descendentes do poeta patriótico, Wen yiduo (1899-1946). Nascido nos últimos anos da Dinastia Qing, Wen yiduo testemunhou o declínio do país e a história da sua invasão por potências estrangeiras, e escreveu o poema "Canção de Sete Filhos" para

²³³ “The eager expectation in the transition between the old and the new” 《新旧交替中的热切期望》, *Va Kio*, 18 de Dezembro, 1999.

²³⁴ “Don't forget to tell the news of victory when the ancestors worship” 《家祭无忘告乃翁》, *OU MUN*, 20 de Dezembro, 1999.

memorar os sete territórios perdidos no século XIX, nos quais se incluíam Hong Kong, Macau e Taiwan. Mais tarde este poema tornou-se num símbolo de todos os que ansiavam pelo regresso de Macau e pelo fim da história de humilhação da China. Por ocasião da transferência de poderes, os descendentes de Wen yiduo reuniram-se para o adorar e "contar-lhe" a boa notícia, celebrando assim o regresso de Macau. Podemos, assim, ver que a adoração ancestral dos descendentes do poeta Wen yiduo fez parte das notícias da "celebração", ou seja, os jornais chineses apresentaram as "celebrações nacionais" como uma "celebração familiar".

Nos dias das celebrações nacionais a notícia da adoração ancestral familiar teve uma verdadeira correspondência com a cultura tradicional chinesa. Esta tradição cultural teve origem num poema da dinastia Song (960-1279) intitulado "SHI ER" (que significa "Diga ao meu filho"). Este poema é, na verdade, um testamento escrito pelo poeta LU YOU (1125-1210) para o seu filho aquando da morte da dinastia Song. O poema manifesta a grande tristeza do poeta por não testemunhar a reunificação do país antes da sua morte. O poeta apela ao seu filho que, quando o exército da dinastia Song reconquistar o território, "não te esqueças de me contar a notícia da vitória quando se adorarem os ancestrais". Assim, podemos ver que, no contexto da transferência de poderes de Macau, a adoração ancestral da família se tornou num tipo de "celebração familiar", isto é, no dia da cerimónia de *handover*, os descendentes de Wen Yiduo "disseram-lhe" que o seu desejo de Macau regressar à já estava concretizado.

Esta notícia da adoração ancestral corresponde ao arquétipo "família" na cultura tradicional chinesa, e na cobertura das celebrações, o surgimento deste arquétipo teve eco nos leitores. Os jornais chineses de Macau reportaram "as celebrações nacionais" como se de uma "celebração familiar" se tratasse, diminuindo a distância entre os eventos políticos e os cidadãos comuns, o que propiciava o fortalecimento da identidade nacional.

Na mesma linha, o jornal OU MUN descreveu as visitas de populares à antiga residência de *Deng Xiaoping* na véspera da cerimónia da transição sob o título "*Relatar*

um acontecimento feliz a Deng Xiaoping".²³⁵ No texto, o jornalista assinalou que "o povo chinês tem muitas saudades de Deng Xiaoping". As pessoas deslocaram-se à sua cidade natal e prestaram homenagem a este antigo timoneiro da China, que "com grande coragem política e extraordinária sabedoria, indicou o caminho certo para solucionar as questões de Hong Kong, Macau e Taiwan". Assim, podemos ver que estas visitas em tudo se assemelhavam à tradição da "adoração ancestral familiar", uma vez que Deng Xiaoping, um antigo líder da China, era como um "ancestral" de "uma família grande" e que, na véspera do regresso de Macau, "os familiares" deslocaram-se à sua antiga residência para lhe "contarem" as boas novas. Estas pessoas pertenciam a famílias comuns, provavelmente com algum grau de proximidade aos eventos históricos, ou que teriam até participado em alguns dos eventos.

No discurso nacional, o destino do país afeta o destino da família, e o destino da família reflecte-se o destino do país. Por conseguinte, num momento histórico tão importante, as famílias mais representativas da sociedade e mais intimamente ligadas ao "regresso de Macau" apareceram na cobertura da transição de Macau para a China, com o objectivo de enfatizar as relações de unidade entre "família" e "país", e chamar mais famílias a reunirem-se na "grande família da nação chinesa".

Em resumo, a aplicação de arquétipos ajudou o evento noticioso a encontrar um caminho narrativo mais adequado, uma vez que esses arquétipos já existiam na inconsciência das pessoas. Assim, na cobertura da transferência de poderes, a utilização do arquétipo "família" nas notícias da imprensa chinesa de Macau facilitou a aceitação das perspectivas e ideologias subjacentes por parte do público, fazendo com que as informações relacionadas com a identidade nacional fossem transmitidas suavemente. As relações firmes e belas da "família" reforçaram o sentimento de pertença ao "país", e aprofundaram o espírito da identidade nacional escondido nas profundezas da consciência.

²³⁵ "Report a happy event to Deng Xiaoping" 《向您老人家报告大喜事》, *OU MUN*, 20 de Dezembro, 1999.

Parte VI – Os enquadramentos da cobertura da Transição de Macau e considerações finais

Cap.1 Os enquadramentos construídos na cobertura da Transição de Macau no ano de 1999

1. Enquadramentos da Imprensa Portuguesa

1.1 Sentimentos contraditórios

O enquadramento “sentimentos contraditórios” pretendia descrever os sentimentos experienciados pela comunidade portuguesa face à transferência de poderes, em que sentimentos aparentemente contraditórios como inquietação e esperança se encontravam interligados.

Este enquadramento surgiu sempre na cobertura da transição dos jornais portugueses em 1999 e abrangeu os vários temas analisados. Estes sentimentos complexos, uma mistura de "inquietação e esperança", atingiu o seu clímax no dia 19 de dezembro, altura em que o Governador Rocha Vieira se despediu do seu escritório e a bandeira foi lentamente arriada.

Estes sentimentos contraditórios eram provenientes das incertezas relativas à sobrevivência e ao desenvolvimento da comunidade portuguesa após 1999. Com base neste enquadramento, os jornais portugueses prestaram mais atenção às políticas do novo governo, especialmente no que dizia respeito às políticas que visavam a protecção de direitos e garantias no futuro. Na cobertura da campanha eleitoral para Chefe do Executivo da RAEM, por exemplo, os jornais portugueses centraram-se nas promessas dos candidatos dirigidas diretamente à comunidade portuguesa, tendo-se mostrado satisfeitos com os compromissos assumidos pelo candidato Edmund Ho, embora não deixassem de expressar as suas dúvidas relativamente à manutenção do segundo sistema no futuro.

Este enquadramento foi também frequentemente utilizado nas peças relacionadas com os assuntos que envolviam o grupo dos macaenses. Os macaenses experienciavam na época uma multiplicidade de sentimentos face à transferência de poderes de Macau, tendo muitos hesitado sobre partir ou ficar em Macau. Alguns macaenses não estavam dispostos a viver sem o sentimento de superioridade inerente à sua descendência ou sem a vantagem que lhes conferia o domínio da língua portuguesa, tendo de passar a viver em pé de igualdade com os chineses de Macau, e preferiram emigrar para outros lugares. Por outro lado, alguns macaenses consideraram que embora perdessem alguns privilégios, Macau continuaria a ser um bom lugar para viver.

Porém, nem todos os que decidiram ficar em Macau concordavam com as políticas da administração chinesa. Na comunidade dos macaenses permaneciam a incerteza e a ansiedade relativamente ao futuro. Entre outras questões inquietantes, o governo da China não admitia a dupla nacionalidade, deixando os macaenses apreensivos relativamente aos seus futuros direitos políticos em Macau. Havia, no entanto, macaenses que depositavam confiança e esperança no seu futuro em Macau, pois perceberam que, apesar de perderem vantagens políticas, a transferência de poderes poderia ser uma oportunidade que lhes proporcionaria novos e promissores desafios. Começaram a aprender mandarim para se adaptarem ao novo período histórico, acreditando que poderiam integrar-se na sociedade da RAEM após 1999.

1.2 A presença portuguesa na futura Região de Administração Especial de Macau

O enquadramento “manter a presença portuguesa na RAEM” foi o enquadramento mais importante da cobertura da imprensa portuguesa sobre a transição de Macau em 1999. Na sessão solene do III Encontro das Comunidades Macaenses, em março de 1999, um representante dos macaenses disse ao Presidente Jorge Sampaio que “Portugal tem um papel importante a desempenhar, não podendo manter-se numa posição expectante, mas sim proactiva”. Sobre este discurso, o jornal MH referiu que o primeiro objetivo de Portugal “terá de ser no aspeto cultural, e de

imediatamente no sector da educação".²³⁶ Neste contexto, "fortalecer a identidade cultural portuguesa" e "manter a presença portuguesa em Macau após 1999" tornaram-se os objetivos mais importantes da administração portuguesa no último ano da transição, tendo também sido os fios condutores da cobertura da transição na imprensa portuguesa de Macau.

Este enquadramento foi frequentemente usado na cobertura de tópicos relacionados com a cultura, a língua portuguesa e a educação, sendo transversal a temas como a "Portugalidade" e os "Assuntos da transição".

A Escola Portuguesa de Macau (EPM), como elemento "continuador" da presença portuguesa em Macau, tornou-se um protagonista importante nas peças relacionadas com este enquadramento. A imprensa portuguesa salientou que Portugal deveria aumentar os apoios económicos e políticos à EPM e ao ensino da língua portuguesa, acrescentando que "Portugal deverá fazê-lo não apenas por um dever moral mas com o sentido de que a manutenção de uma presença portuguesa no Oriente é útil à afirmação de Portugal no mundo".²³⁷ Assim, pode-se ver que, o enquadramento "manter a presença portuguesa em Macau" correspondeu ao objetivo principal das políticas culturais e educacionais do governo português de Macau, que se refletiu na cobertura da transição.

O mesmo enquadramento enfatizou que a cultura e a língua portuguesas tinham valores estratégicos importantes. Como se podia ler num editorial do JTM, "para Portugal, os desafios são ainda mais amplos, pelo trabalho do desenvolvimento económico e social, no competitivo espaço europeu, que não pode esgotar, mas potenciar, a via da internacionalização, por Africa, pela América do Sul e pela Asia".²³⁸ Portanto, os jornais portugueses enfatizaram sempre a importância da cultura na cobertura da transição, destacando a educação e a língua portuguesa como elementos decisivos da posição de Portugal na Europa e no mundo. Como foi referido no mesmo editorial, a implementação de objetivos estratégicos culturais e linguísticos eram

²³⁶ "Macaenses são uma das razões do segundo sistema", *Macau Hoje*, 23 de Março, 1999.

²³⁷ *Ibidem*.

²³⁸ "A importância macaense", *Jornal Tribuna de Macau*, 28 de Setembro, 1999.

“Batalhas difíceis, mas em que importa investir... para que o futuro se revista da mesma dignidade do passado”.²³⁹

Ainda sob o enquadramento "manter a presença portuguesa em Macau", os jornais portugueses também salientaram que o governo português de Macau deveria gerir bem o seu legado histórico e cultural, uma vez que esse legado era, por um lado a mais importante característica que permitia distinguir Macau de outras cidades e, por outro, uma forma para assegurar a implementação do princípio "um país, dois sistemas".

Por outras palavras, este enquadramento foi considerado a chave para a manutenção da identidade própria e a singularidade de Macau. O jornal português JTM defendeu que a identidade de Macau, "construída ao longo dos séculos e que se expressou de modo único nos planos cultural, religioso, antropológico, científico, social e mesmo político, é o seu melhor património para o futuro".²⁴⁰ Ao mesmo tempo, o jornal português declarou também que o governo português de Macau deveria facultar os meios e as linhas de orientação necessários para que Macau "possa prosseguir o seu caminho na história, sem perder a identidade e sem ver desaparecer a sua singularidade".²⁴¹

A utilização deste enquadramento explica o motivo de a imprensa portuguesa de Macau atribuir tanta importância à cobertura do Dia de Camões de 1999. O Dia de Camões, como um forte símbolo da presença portuguesa em Macau, foi para a imprensa portuguesa de Macau uma plataforma para fortalecer a identidade cultural portuguesa em Macau antes da transferência administrativa.

Adicionalmente, a imprensa portuguesa utilizou o enquadramento da manutenção da presença portuguesa em Macau para destacar a importância dos Macaenses, que eram vistos como o futuro núcleo da presença portuguesa em Macau, após a transferência de poderes. Como declarou o investigador Gary Ngai numa entrevista ao JTM, “Macau não poderá manter o estatuto de cidade internacional sem

²³⁹ Ibidem

²⁴⁰ “Valores democráticos no adeus à AL”, *Jornal Tribuna de Macau*, 15 de Dezembro, 1999.

²⁴¹ Ibidem

esse núcleo".²⁴² Para Ngai, os macaenses eram, desde há muitas gerações, os genuínos cidadãos de Macau. Tendo sempre feito parte do legado cultural do Território. Foram eles que estabeleceram a ponte entre portugueses e chineses, sendo os melhores embaixadores de Macau. Por isso, como importantes comunicadores da cultura portuguesa, os macaenses tornaram-se, sob o enquadramento da manutenção da presença portuguesa em Macau, os atores principais da cobertura da imprensa portuguesa, tendo os jornais portugueses enfatizado frequentemente a importância da permanência dos macaenses em Macau após 1999, afirmando que os macaenses "devem ficar e não se deixar diluir".

Em resumo, partindo de uma perspectiva cultural, o enquadramento "manter a presença portuguesa em Macau" sublinhou que se deveria dar continuidade aos legados culturais e históricos portugueses em Macau após a transferência administrativa. Estes legados culturais e históricos, em combinação com a herança política e jurídica - direitos, liberdades e garantias de que a população local gozava (o núcleo do enquadramento "Manter a autonomia e o segundo sistema"), seria a base para a futura Macau defender a sua identidade própria e assegurar o princípio "um país, dois sistemas".

1.3 Sair com honra e dignidade

"Sair com honra e dignidade", ou seja, o quadro "orgulho", foi também um enquadramento muito importante na cobertura da transição, atravessando os vários temas analisados, incluindo "Portugalidade", "Cerimónia de entrega", "Direito e Justiça", etc. Este enquadramento encontra-se principalmente nas peças relacionados com os aspetos históricos, culturais e judiciais.

Neste enquadramento foram enfatizados dois aspetos principais: a contribuição da parte portuguesa ao longo do período de transição, incluindo as responsabilidades assumidas na criação da futura RAEM; e os legados portugueses

²⁴² "A presença portuguesa na RAEM", *Jornal Tribuna de Macau*, 19 de Outubro, 1999.

deixados em Macau, não apenas em termos culturais, mas também a contribuição portuguesa para uma base sólida dos sistemas judicial e político de Macau.

O enquadramento "orgulho" visou sublinhar a contribuição do governo português de Macau durante o período da transição, acreditando que os portugueses "têm todas as razões para estar orgulhosos". NO que concerne as negociações bilaterais no âmbito dos assuntos da transição, o enquadramento "orgulho" salientou que a cooperação entre Portugal e a China permitiu resolver com sucesso os problemas da transição, possibilitando uma transferência de poderes suave que foi considerada como um bom exemplo para resolver problemas coloniais. Na véspera da cerimónia de *handover*, o jornal JTM considerou que "talvez o mais importante tenha sido o facto de até agora tudo se ter cumprido como previsto, concretizando-se a tão almejada 'transição suave', que alguns temiam que não fosse possível".²⁴³

O quadro "orgulho" foi também frequentemente mencionado para elogiar o "sentido de responsabilidade" que o governo português de Macau demonstrou no processo de criação da RAEM, que compreendia os projetos de infraestruturas concluídos durante o período de transição, bem como as adaptações das instituições, das leis e da administração, num quadro de articulação com a China. Como afirmou o Governador Rocha Vieira, "Portugal fez o que tinha de ser feito e todos os portugueses, que, direta ou indiretamente, participaram neste projeto ambicioso, encontram agora motivos concretos para expressar o seu orgulho".²⁴⁴

Além de ser aplicado para falar da contribuição da administração portuguesa durante o período da transição, o quadro "orgulho" surgiu também frequentemente nas peças jornalísticas sobre os legados portugueses em Macau. Este enquadramento pretendia salientar que a presença portuguesa em Macau contribuiu para estabelecer uma mistura de culturas e criar uma cidade livre. O jornal MH, por exemplo, escreveu "temos orgulho na nossa história e temos orgulho em Macau... Macau é uma cidade aberta, com uma administração moderna, uma economia desenvolvida e uma sociedade tolerante. É uma cidade onde é bom viver e onde se demonstram as

²⁴³ "Jorge Sampaio condecora 29 personalidades de Macau", *Jornal Tribuna de Macau*, 19 de Dezembro, 1999.

²⁴⁴ *Ibidem*.

virtudes das suas culturas (...) que fazem a singularidade de Macau”.²⁴⁵ Ainda sob o mesmo enquadramento, os jornais portugueses também enfatizaram que os portugueses deviam orgulhar-se dos legados políticos e judiciais que Portugal deixava em Macau, e que eram considerados a base para a concretização do "segundo sistema" da futura RAEM.

Em resumo, o enquadramento "orgulho" desempenhou um papel muito importante na cobertura da transição de Macau para a China. Este enquadramento enfatizou que, face à transição de administração, os portugueses poderiam sentir orgulho no que deixavam em Macau, e poderiam sair de Macau com honra e dignidade. Na véspera da cerimónia *handover*, o jornal JTM afirmou que “Nem sempre correu tudo bem, nem todos os governadores envidados de Lisboa souberam estar à altura das funções, mas na última década conseguimos recuperar o prestígio, fazer obra e sair de cabeça erguida.”²⁴⁶

1.4 Amizade e cooperação

À semelhança da imprensa chinesa, o quadro da cooperação e amizade luso-chinesa também foi o mais frequentemente utilizado na cobertura da transição da imprensa portuguesa, sendo “A transição ficará como exemplo da cooperação luso-chinesa” o seu núcleo.

Na cobertura da transição, o quadro foi usado principalmente para falar de três aspetos: relativamente ao passado, para descrever a cooperação amigável entre as duas partes durante o período da transição; no processo de resolução dos assuntos da transição, para convencer a outra parte a resolver ativamente os problemas; e para falar do futuro, na véspera da cerimónia, para enfatizar que as relações entre Portugal e a China iriam entrar numa nova fase após 1999. +

Neste enquadramento, os jornais portugueses avaliaram de forma positiva as relações entre Portugal e a China durante o período da transição, enfatizando que a

²⁴⁵ “Ligação a Portugal é parte integrante”, *Macau Hoje*, 18 de Março, 1999.

²⁴⁶ Luís Delgado. “Última semana”, *Jornal Tribuna de Macau*, 4 de Dezembro, 1999.

cooperação amigável era "um exemplo de respeito recíproco" para o mundo. De facto, quando comparamos os artigos de opinião, verificamos que este enquadramento foi geralmente aplicado nas notícias relacionadas com os discursos oficiais. Por exemplo, após os 12 anos do período de transição, na véspera da cerimónia, os representantes dos dois lados do Grupo de Ligação Conjunta (GLC) chegaram a um acordo final. O Primeiro-ministro António Guterres afirmou que o acordo alcançado com a RPC para a transferência da administração "foi um acordo baseado na boa fé e na cooperação exemplar entre Portugal e a China", e que este acordo era "um exemplo a dar à comunidade internacional".²⁴⁷ Assim, podemos ver que, com o quadro da amizade e cooperação, o discurso oficial e a imprensa portuguesa salientaram que "o modo como se realizou a transição de Macau até à construção da RAEM ficará como um exemplo permanente do valor do respeito pelo acordo atingido por Portugal e pela China".

Este quadro foi também constantemente usado nas peças sobre os assuntos da transição, sobretudo quando as duas partes do Grupo de Ligação Conjunta (GLC) entraram em divergência relativamente à questão do Tribunal de Última Instância ou à entrada da Guarnição militar em Macau. Nestas circunstâncias, a ênfase da imprensa portuguesa na amizade luso-chinesa pretendia atingir dois objetivos: levar a outra parte a promover ativamente a resolução de questões pendentes; e sugerir à outra parte que, ao enfrentar as divergências, respondesse com base na premissa da amizade.

À medida que a data da cerimónia de *handover* se aproximava, a presença do quadro da cooperação e amizade foi gradualmente aumentando nos jornais portugueses. Uma vez terminadas as negociações do GLC sobre os assuntos da transição, na véspera de cerimónia o quadro da amizade passou a ser usado para realçar que, no futuro, a China e Portugal deveriam continuar a trabalhar juntos para manter e promover as relações de amizade e cooperação, pois "a transferência de poderes de Macau irá abrir uma nova página nas relações luso-chinesas". Por outras

²⁴⁷ "António Guterres salienta exemplo de cooperação", *Jornal Tribuna de Macau*, 18 de Dezembro, 1999.

palavras, nas vésperas de transferência da soberania, a aplicação deste quadro passou a ignorar a questão de Macau em si, e centrou-se nas futuras relações diplomáticas.

1.5 Manter a autonomia e o segundo sistema

“Manter a autonomia e o segundo sistema” foi o outro enquadramento principal da cobertura da transição da imprensa portuguesa. No que concerne à manutenção da identidade própria de Macau e da sua singularidade, o enquadramento “manter a presença portuguesa em Macau” prestou mais atenção à continuidade da cultura e da língua portuguesa em Macau, enquanto o enquadramento “Manter a autonomia e o segundo sistema” coloca mais ênfase na importância dos legados políticos e judiciais, especialmente em termos de liberdades e direitos.

De todos os legados políticos e judiciais, o "conjunto amplo de direitos, liberdades e garantias de que a população local goza" foi considerado "o maior legado que Portugal deixa em Macau". O Presidente da Assembleia Legislativa de Macau afirmou uma vez que Macau foi o pioneiro na Ásia na “adaptação de um sistema político que consagra os princípios básicos de um estado de direito e que garante aos seus habitantes os direitos fundamentais”.²⁴⁸ Portanto, os legados políticos e judiciais portugueses foram considerados a base para manter a autonomia e o segundo sistema em Macau após a transferência administrativa, tendo sido sempre destacados na cobertura da transição.

Na cobertura da transição, o enquadramento “Manter a autonomia e o segundo sistema” fez salientar principalmente dois aspetos. Em primeiro lugar, a imprensa portuguesa de Macau acreditava que “o sistema judicial é condição essencial para a autonomia da RAEM”. Este foi argumento básico dos jornais portugueses para o tema da Justiça e do Direito. Sob esta linha, os mesmos jornais evidenciaram que sem um sistema judicial próprio, Macau não poderia distinguir-se

²⁴⁸ “Valores democráticos no adeus ao hemisfério”, *Jornal Tribuna de Macau*, 15 de Dezembro, 1999.

das outras regiões da China, nem se poderia afirmar naquilo que lhe oferecia características próprias e essenciais. O Governador Rocha Vieira afirmou que sem o seu sistema judiciário próprio “Macau seria prejudicado, a China não seria beneficiada e estaria a perder-se um elemento essencial para a estabilidade e a confiança nas relações de cooperação”.²⁴⁹

O segundo aspeto salientado pelo quadro “Manter a autonomia e o segundo sistema” defendia que o futuro de Macau “deve manter os valores do pluralismo democrático e da divisão de poderes”. Esta linha foi sempre referida nas peças jornalísticas em língua portuguesa relacionadas com a Assembleia Legislativa de Macau, que sublinhavam que a Assembleia Legislativa era um dos pilares fundamentais do sistema da divisão de poderes que, nas sociedades pluralistas, aprecia como uma condição essencial para a afirmação da responsabilidade política. Por outro lado, a mesma linha também defendia que os deputados da AL tinham a “responsabilidade” de defender o pluralismo democrático. Em resumo, sob o enquadramento “manter a autonomia e o segundo sistema”, a imprensa portuguesa destacou a importância dos valores democráticos e sublinhou que estes “são os alicerces fundamentais da singularidade, da especificidade e da autonomia do sistema político de Macau”.

Ainda sob este enquadramento, a imprensa portuguesa enfatizou também a importância da presença dos portugueses em Macau para manter a autonomia e o segundo sistema no território, uma vez que os portugueses de Macau, sobretudo o grupo dos macaenses, eram a base para atingir este objetivo. Este enquadramento permitiu ainda destacar a contribuição da administração portuguesa de Macau para a continuidade dos legados políticos e judiciais durante o período da transição. Por exemplo, “Durante os brevíssimos doze anos da transição, e para surpresa de alguns, Macau criou todas as condições – das estruturas físicas às educacionais – para que a manutenção do ‘segundo sistema’ definido por Deng Xiaoping seja uma realidade”.²⁵⁰

²⁴⁹ “O sistema judicial é condição para a autonomia da RAEM”, *Jornal Tribuna de Macau*, 20 de Abril, 1999.

²⁵⁰ *Ibidem*.

2. Enquadramentos da Imprensa chinesa

2.1 O fim da história da humilhação

"O regresso de Macau à Pátria põe um fim à humilhação do povo chinês" foi a linha principal da propaganda oficial chinesa, que se refletiu na cobertura da transição dos jornais chineses em Macau. O enquadramento "o fim da humilhação da história" fazia parte do discurso nacionalista chinês típico que já tinha também sido usado na cobertura do regresso de Hong Kong em 1997. Este enquadramento interligou a restauração das soberanias de Hong Kong e de Macau com a sua história semi-colonial do século XIX, e colocou o regresso de Hong Kong e de Macau no contexto das "Realizações Nacionais", visando fortalecer a identidade nacional chinesa através da cobertura jornalística.

Este enquadramento foi geralmente aplicado em peças relacionadas com atividades celebrativas, por exemplo, o dia da cerimónia da transferência, que foi tratado como "um dia de júbilo nacional", celebrado pelos "compatriotas de Macau e pelo povo de todos os grupos étnicos do país". O mesmo enquadramento também foi ser utilizado indirectamente, quando, por exemplo, os jornais chineses salientaram que o estabelecimento da RAEM era "o momento em que os compatriotas de Macau se tornaram os verdadeiros donos da terra".

Deve notar-se que, ao contrário do que sucedeu em 1997 na cobertura do regresso de Hong Kong, no regresso de Macau este enquadramento foi mais utilizado para fins de propaganda patriótica pura, visando claramente a construção e o fortalecimento da identidade nacional dos chineses de Macau.

"A história da humilhação" é a história semi-colonial e semi-feudal da China, iniciada em 1840, após a Guerra do Ópio. Durante este período, através de tratados desiguais, em 1842 Hong Kong foi cedida à Grã-Bretanha, e em 1887 Macau passou a ser uma colónia portuguesa *de jure*.

No entanto, o enquadramento "o fim da história da humilhação" da cobertura em língua chinesa da transição de Macau não relevou o papel colonial de

Portugal. Isto porque, em 1976 o novo Estatuto Orgânico de Macau já tinha redefinido Macau como "território chinês sob administração portuguesa", não havendo, portanto, um conflito real entre a China e Portugal sobre a questão da soberania de Macau, o que permitiu uma transição suavemente. Neste caso, com base no relacionamento amigável entre a China e Portugal, o enquadramento "o fim da história da humilhação" foi principalmente usado para enfatizar a vergonha da velha China e as realizações da nova China (República Popular da China), e teve por objectivo a disseminação de propaganda patriótica e o fortalecimento da identidade nacional.

Em contraste, na cobertura da transição de Hong Kong, em 1997, a Guerra Sino-Britânica do Ópio foi considerada o início da história da humilhação, tendo Hong Kong sido ocupada pela força. O quadro de "humilhação nacional" foi, por isso, aqui mais destacado, assim como a imagem do Reino Unido colonial. Uma vez que a parte britânica queria devolver apenas a soberania de Hong Kong e manter o seu poder de governação, os dois lados entraram em grandes divergências nas negociações, tendo os conflitos sido constantes durante todo o período da transição. Assim, na cobertura da transição de Hong Kong, o quadro de humilhação nacional" foi principalmente usado para orientar a opinião pública e os sentimentos nacionalistas, a fim de pressionar o governo britânico.

Deve notar-se também que, na cobertura chinesa da transição, o enquadramento "o fim da humilhação da história" foi frequentemente acompanhado pelo enquadramento "Olhar para a frente", ou seja, estes dois enquadramentos apareceram geralmente juntos. A simultaneidade destes dois enquadramentos surgiu devido ao discurso nacionalista dos jornais chineses de Macau, que sempre utilizaram "olhar para a frente" ou "um novo ponto de partida" como fio condutor com o fim de incentivar as emoções nacionalistas em coordenação com o quadro da amizade. Por outras palavras, a utilização do enquadramento "o fim da história da humilhação" na cobertura da transição de Macau pretendia, por um lado, fortalecer a identidade nacional chinesa e, por outro, salientar que o futuro das relações diplomáticas sino-portuguesas deveria passar por "olhar para a frente".

2.2 Olhar para a frente.

O enquadramento “Olhar para a frente” pretendia mostrar que, após a Transferência de poderes de Macau, as relações sino-portuguesas iriam “avançar para um novo ponto de partida”. Este enquadramento foi frequentemente usado em discursos sobre as relações entre o Passado e o Futuro, sublinhando que embora a história colonial de Macau não pudesse ser eliminada, os dois lados deveriam enfrentar o futuro com realismo, ou seja, tratar a transferência de poderes de Macau como um novo ponto de partida para as relações sino-portuguesas.

Com o intuito de orientar o público a “olhar para a frente”, a imprensa chinesa fez uma análise da história da presença portuguesa em Macau, salientando que se devia distinguir a história antes de 1849 e a era colonial, assim como as medidas tomadas antes de e após 1974, e que se devia também distinguir a história colonial de Hong Kong e a história colonial de Macau.

O enquadramento “olhar para a frente” foi usado principalmente para relatar os assuntos da transição, enfatizando que as questões ainda pendentes deviam ser resolvidas o mais rapidamente possível, considerando o futuro desenvolvimento das relações bilaterais. Sob este enquadramento, a imprensa chinesa salientou que “as relações de amizade entre a China e Portugal se devem refletir na resolução dos problemas”, e que os dois lados deveriam cooperar ativamente na questão da transição para promover uma transição suave e torná-la um “exemplo diplomático”.

Este enquadramento foi também usado na avaliação da administração portuguesa em Macau. Para o fim do funcionamento do governo de Macau, a imprensa chinesa aponta que a história não pode ser evitada e o passado já passou, “a história fará uma avaliação justa”, e por isso, devemos tratar o regresso de Macau como o novo ponto de partida e “olhar para frente”.

2.3 Uma festa da família

O enquadramento "uma festa da família", que assenta nas características do discurso nacionalista, surgiu principalmente nas peças jornalísticas relacionadas com atividades de celebração. O regresso de Macau - uma celebração nacional - foi tratado pelos jornais de língua chinesa como uma celebração familiar, pois estes enfatizaram que o dia da transição seria um motivo de celebração para todos os descendentes de Yan e Huang (os ancestrais da nação chinesa). Ao utilizarem este enquadramento na cobertura da transferência de poderes, os jornais chineses de Macau pretendiam fortalecer a identidade nacional dos chineses de Macau.

Na verdade, o discurso jornalístico chinês utilizou sempre a expressão "regresso de Macau à China" para representar o evento da transferência de poderes de Macau, aprofundando assim o reconhecimento de que Macau fazia parte da China desde os tempos antigos. No seguimento desta ideia, os jornais chineses também relacionaram o "regresso de Macau à China" com a conceção artística de "regresso a casa" da cultura tradicional chinesa, de forma a criar uma forte conexão emocional entre Macau e a Pátria e estabelecer a identidade nacional chinesa em Macau. Neste contexto, nas peças jornalísticas, as várias atividades de celebração do regresso de Macau à China tomaram naturalmente a forma de "uma festa de família".

Sob este enquadramento, Macau foi imaginado como o filho de uma família, que tinha saído de casa há muitos anos e iria voltar ao abraço da sua mãe. Com base nesta criação, e através do discurso nacionalista, a imprensa chinesa transformou uma "celebração nacional" numa "celebração familiar". Por outras palavras, nessa construção imaginária, a nação chinesa era como uma grande família, cujos membros, que incluíam os compatriotas da China continental, de Hong Kong e de Taiwan, assim como os chineses espalhados por todo o mundo, embora com possíveis convicções políticas diferentes, celebrariam juntos o regresso de Macau. Seria como se os irmãos mais velhos da família festejassem o regresso do filho mais novo. Esta criação emocional foi projetada para fortalecer a coesão nacional e estabelecer a identidade nacional chinesas.

Na cultura tradicional chinesa, as celebrações familiares também incluem atividades de adoração ancestral em que se contam aos antepassados as boas novas.

Na imprensa chinesa, este enquadramento foi também utilizado para, num dia tão especial como o do regresso de Macau à China, se adorarem os ancestrais e comemorem os seus ideais revolucionários, especialmente, os que, de alguma forma, contribuíram para a independência nacional e a libertação da China nos 100 anos anteriores a 1999. Os chineses realizaram a adoração dos ancestrais e visitaram as antigas residências destes para lhes "contar" a notícia do regresso de Macau à Pátria e confortar as suas almas.

2.4 A fórmula “Um país, dois sistemas” e a “Reunificação completa da China”

“Defender a fórmula ‘um país, dois sistemas’, e concretizar a reunificação da China” eram os princípios básicos da China para tratar as “questões deixadas pela história”, tendo-se tornado enquadramentos principais da cobertura da transição de Macau da imprensa chinesa.

Embora as raízes históricas e a natureza das questões de Macau, Hong Kong e Taiwan fossem diferentes, o resultado pretendido para a sua resolução era o mesmo, ou seja, "concretizar a reunificação da pátria". No caso de Macau, o quadro "reunificação da pátria" foi mencionado repetidamente na cobertura da transição feita pela imprensa chinesa. Os jornais de língua chinesa salientaram que a reunificação nacional era uma aspiração partilhada por todo o povo chinês e criticaram as intenções de separação da autoridade de Taiwan. Sob este quadro, os jornais chineses previam que a questão de Taiwan não se arrastaria por muito tempo, após as questões de Hong Kong e Macau serem resolvidas. As peças jornalísticas salientaram que o regresso de Macau iria "acelerar a reunificação dos dois lados do estreito de Taiwan", e que este seria "um passo importante para a reunificação da pátria".

No que respeita ao quadro "um país, dois sistemas", na cobertura da transição este refletiu-se principalmente em dois aspectos: a autonomia da RAEM deveria ser entendida no princípio "Um País", ou seja, "Um País" primeiro, "Dois Sistemas" depois; e se a fórmula “um país, dois sistemas” permitia resolver as

questões de Hong Kong e de Macau, deveria desempenhar também um papel de grande relevância para encontrar uma solução definitiva para a questão de Taiwan.

Edmund Ho, o chefe do Executivo da RAEM, referiu que "Ter um elevado grau de autonomia garantido pela Lei Básica não significa que podemos ignorar o interesse nacional da China". Por outras palavras, o quadro "um país, dois sistemas" foi utilizado para sublinhar que a autonomia deveria ser entendida sob a premissa do "interesse nacional", da mesma forma que a noção de "alto grau de autonomia" no quadro da Lei Básica não significava independência total.

Relativamente à questão de Taiwan, o sucesso da resolução das questões de Hong Kong e de Macau deveria ser visto como uma oportunidade para fazer sentir às autoridades de Taiwan que a resolução da questão de Taiwan deveria seguir o princípio adotado para as Regiões Administrativas Especiais de Hong Kong e Macau - "um país, dois sistemas". Com este objectivo subjacente, a cobertura da transição de Macau destacou repetidamente a eficácia e a viabilidade deste princípio, de forma a provar que também para a questão de Taiwan aquela seria a melhor solução.

2.5 Amanhã será melhor

"O futuro de Macau será melhor" foi um enquadramento muito importante na cobertura da transição dos jornais chineses de Macau. Ao contrário dos outros enquadramentos analisados, este enquadramento não foi dirigido a nenhum tema específico, aplicando-se a todos os temas, ou seja, funcionou como um enquadramento fixo no discurso da propaganda chinesa do regresso de Macau à China.

Este enquadramento mostrou, por um lado, que o território iria entrar numa nova era em que haveria uma "Macau administrada por gente de Macau", com um elevado grau de autonomia, e que, portanto, o futuro seria melhor. Por outro lado, o mesmo enquadramento também serviu para aumentar a confiança da população de Macau na política "um país, dois sistemas" e o otimismo relativamente ao desenvolvimento económico de Macau sob a liderança do Governo Central da China e do Governo da RAEM. Neste caso, pode dizer-se que este enquadramento foi, de

facto, utilizado para salientar que "um amanhã melhor" requereria a liderança do Governo Central da China, e que esta liderança, juntamente com o princípio "um país, dois sistemas", seriam as garantias fundamentais de uma estabilidade duradoura e do desenvolvimento futuro de Macau. Ou seja, o enquadramento "o futuro de Macau será melhor" por si só poderia também ser visto como uma forma de fortalecer a confiança no governo chinês ou de fomentar um sentimento de identidade para com a China.

Em termos culturais, Macau é uma cidade com uma cultura diversificada, onde a cultura ocidental e a cultura chinesa convivem harmoniosamente há muito tempo. Este contexto de cultura diversificada tornou a identidade cultural de Macau mais complexa e diversa. Com a aproximação da transferência de poderes de Macau e consequentes nos ambientes políticos e sociais, a questão da identidade cultural das duas comunidades de Macau tornou-se gradualmente mais relevante. No último ano da transição, os media de Macau transformaram-se em ferramentas importantes para a construção e a integração da identidade cultural. A transferência da soberania permitiu que os chineses de Macau escolhessem a identidade da República Popular da China, ou seja, que estabelecessem uma identidade nacional no quadro jurídico. Porém, no sentido cultural, ainda levaria muito tempo para que o processo de formação de uma verdadeira identidade nacional estivesse concluído. Portanto, a comunidade chinesa precisava de criar um sentimento de pertença política e cultural ao país com base na identidade cultural chinesa, que era a chave para manter a estabilidade social e implementar a política "um país, dois sistemas" no território e Macau. Por outro lado, como a posição da língua portuguesa em Macau era muito fraca e os macaenses enfrentavam um dilema de identidade, surgiu também uma crise de identidade cultural portuguesa em Macau em 1999. Os macaenses foram sempre considerados como a base para a manutenção da presença portuguesa em Macau após a sua transição para a China, pelo que, antes da transferência administrativa, o Governo português de Macau necessitava de estabelecer a identidade cultural e a identidade comunitária portuguesas dos macaenses, a fim de manter a identidade própria e a singularidade de Macau.

Cap.2 Fatores que influenciaram a formação dos enquadramentos

Com base na análise do discurso da cobertura da transferência de poderes de Macau resumimos os enquadramentos construídos pelos jornais portugueses e chineses de Macau e interpretámos a seu significado. Agora vamos discutir mais detalhadamente o seu processo de construção e explorar os fatores que conduziram às diferenças nos enquadramentos dos jornais de línguas portuguesa e chinesa.

As notícias não são produtos naturais, e não estão isoladas ou são produzidas em vácuo. São, sim, o resultado da construção da realidade social feito pelos meios de comunicação. Portanto, o processo de construção jornalística vai sempre ser afetado pelos vieses ideológicos e pelas estruturas cognitivas dos jornalistas (Tuchman, 1978).

Assim, Iremos explorar os fatores influenciadores da produção de notícias em dois níveis: os fatores internos, nos quais se incluem as diferenças nos sistemas mediáticos da China e de Portugal e as diferenças entre os contextos culturais ocidental e oriental; e os fatores estruturais que afetam a construção dos enquadramentos jornalísticos da imprensa portuguesa e chinesa de Macau, ou seja, o impacto dos fatores políticos, sociais e culturais de Macau na cobertura da transição de Macau para a China em 1999.

1. Fatores internos: diferenças na cultura dos media da China e de Portugal.

1.1 Diferenças nos sistemas mediáticos

O sistema mediático desempenha um papel decisivo na construção do discurso jornalístico. As relações entre o Estado e os media afetam diretamente o uso do poder da fala. Quem exerce o poder do Estado racionaliza “as verdades universais” em que acredita e usa “as verdades construídas” para enquadrar os outros atores sociais e as suas ações. Assim, as relações de poder refletidas nos sistemas mediáticos

determinam o processo e os resultados da construção do discurso, ou seja, as diferenças nos sistemas mediáticos levam a diferenças fundamentais na construção do discurso jornalístico.

As diferenças nos sistemas mediáticos da China e dos países ocidentais estão enraizadas em modelos teóricos. Por outras palavras, os media chineses e ocidentais baseiam-se em diferentes sistemas de teorias filosóficas. O sistema mediático da China é baseado na filosofia marxista tradicional, com tendência para o controlo do Estado e o “princípio partidário”. Sob este fundamento filosófico, os media da China desempenham um papel de instrumento de propaganda do partido, enfatizando as funções de mobilização, organização e educação das massas.

Em contraste, os sistemas dos media dos países ocidentais baseiam-se na filosofia do liberalismo. A filosofia tradicional do liberalismo enfatiza a importância da liberdade, nomeadamente as liberdades civis e a liberdade de expressão, exigindo a restrição do controlo do poder estatal. O modelo liberal representado pelos Estados Unidos, em particular, coloca o mercado na posição dominante dos sistemas mediáticos e, portanto, o seu sistema caracteriza-se por um elevado grau de comercialização. Em comparação com o sistema americano, os modelos de França e de Portugal, devido à sua cultura partidária, apresentam uma característica pluralista dos partidos políticos, sendo, portanto, enquadrados num modelo mediterrânico/pluralista polarizado com base da filosofia liberal.

Os sistemas dos media baseados em diferentes teorias filosóficas produzem diferentes culturas dos media. A cultura dos media é definida como uma subcultura da cultura política do estado, pois determina o papel profissional dos jornalistas, enquadra as relações entre políticos e jornalistas, e influencia a formação dos enquadramentos jornalísticos.

A cultura dos media da China é uma cultura institucional politicamente centrada que segue a teoria da imprensa comunista soviética, e que por isso enfatiza a função de propaganda dos media, transmite as posições do partido e do governo e divulga as políticas do estado. Após a reforma e a abertura de Deng Xiaoping em 1978, mas ainda sob a premissa do domínio do governo, a indústria da imprensa passou

gradualmente para um caminho de *marketização*, exercendo funções de entretenimento e aumentando o número de páginas de publicidade. Hoje em dia, no entanto, os media chineses continuam ainda a desempenhar o papel de porta-voz do partido. A sua função é fazer com que a propaganda atenda às necessidades políticas, devendo manter-se consistente com os interesses do partido e do estado e seguir uma política de enfoque na propaganda positiva. Na cobertura do regresso de Macau, por exemplo, a imprensa chinesa destacou a importância da política “um país, dois sistemas”, desempenhando o papel de difusor da política estabelecida. Adicionalmente, os jornalistas tendem a integrar os valores e crenças nacionais nos debates políticos públicos e na cobertura jornalística.

Comparativamente, a cultura dos media ocidentais que se encaixam no modelo liberal, é uma cultura institucional centrada nos próprios media, ou seja, os media apresentam uma maior tendência para realizar uma cobertura negativa e para a anti-pan-politização. Esta cobertura assente no modelo liberal segue um estilo explicativo que permite que os jornalistas desempenhem o papel de analista político e exerçam o seu “Quarto Poder”. Comparando com o modelo liberal, os meios de comunicação franceses e portugueses, que atuam sob o modelo mediterrânico, apresentam tendências partidárias e a sua cultura mediática tende a ser partidária. Portanto, a cobertura jornalística nestes países apresenta identidades políticas pluralistas, que tratam a imprensa como um fórum de debate razoável, promovendo assim uma ampla consulta política. Além disso, os media do modelo mediterrânico caracterizam-se também por um alto nível de paralelismo político, em que, segundo Hallin e Mancini (2004), a associação dos meios de comunicação é “não com partidos particulares, mas com tendências políticas gerais”. Desta forma, os jornais têm fortes tendências políticas e publicam mais artigos de opinião. Ao mesmo tempo, neste modelo os jornais também têm alguma intervenção do estado e são principalmente dirigidos para um público de elite.

Segundo os fatores estruturais que iremos resumir posteriormente, podemos verificar que durante a evolução da imprensa local de Macau os jornais das duas comunidades foram profundamente afectados pelas culturas jornalísticas dos dois

países. Portanto, podemos concluir que as diferenças nas culturas jornalísticas que formaram as bases do modelo pluralista polarizado e da teoria da imprensa comunista soviética residiam, de facto, nos fatores internos e fundamentais que, por sua vez, conduziram às diferenças dos enquadramentos jornalísticos dos jornais de línguas portuguesa e chinesa de Macau.

1.2 Diferenças nos contextos culturais da China e do Ocidente.

As diferenças nas culturas jornalísticas, e por conseguinte na selecção e no significado dos enquadramentos jornalísticos, não surgem apenas dos sistemas mediáticos, mas também dos contextos culturais. Assim, as culturas chinesa e ocidental conduziram a diferentes seleções de enquadramentos e a diferentes significados para cada enquadramento.

A cultura é um valor compartilhado por uma sociedade ou grupo e pode determinar os valores sociais e as regras de conduta das pessoas. Todas as atividades de comunicação decorrem num determinado ambiente cultural. Uma vez que os coletores e recetores de informação serão afetados pelos seus próprios ambientes culturais, quando exploramos as razões para as diferenças na produção jornalística da imprensa portuguesa e chinesa de Macau, devemos ter em consideração as diferenças nos contextos culturais da comunicação.

A cultura chinesa tem uma longa história, com três pilares que a sustentam: o Confucionismo, o Taoísmo e o Budismo. O pensamento confucionista atribui importância à “moralidade”, coloca o valor da personalidade e o valor moral acima do valor de vida, salientando o espírito moral de “cultivar-se a si mesmo, regular a família, governar bem o estado”. O Taoísmo defende “a unidade da natureza e da humanidade” e o Budismo enfatiza o cultivar da própria moralidade. A integração e o desenvolvimento desses três pensamentos filosóficos influenciaram profundamente a vida espiritual da nação chinesa e dominaram a sua vida cultural e social. Na cultura chinesa, a característica “a unidade da natureza e da humanidade” enfatiza a procura da harmonia do todo, ou seja, fundir e coordenar duas coisas opostas ou diferentes

para formar uma coisa unificada. A cultura social chinesa manifesta-se principalmente pelo amor e pela ânsia de um ambiente social harmonioso e unificado. Através deste espírito moral tradicional, as atividades de comunicação e o jornalismo da China preferem uma cobertura positiva, em consonância com o princípio da “unidade, estabilidade e harmonia” e enfatizam a cultural moral da “Grande Unificação”. No entanto, uma vez que a cultura jornalística chinesa se baseia principalmente na tradição moral, a independência e a neutralidade da informação são relativamente pouco relevantes.

Uma cultura moral de “Grande Unificação” afetou profundamente o sistema dos media da China e os seus conceitos jornalísticos. No ano 221 a.C., o primeiro imperador, Qin Shi Huang, unificou a China e estabeleceu a primeira dinastia feudal da sua história. Unificou também a moeda e o sistema de escrita para consolidar a unificação do Estado. Deste então, ao longo de milhares de anos da evolução histórica da China, embora tenha havido repetidas separações entre o norte e o sul, os governantes do país trabalharam sempre no sentido de fortalecer a unificação do país. Portanto, após um período de separação de cem ou duzentos anos, o estado reunificou-se sempre e formou novas dinastias unificadas. Deste modo, o pensamento de unificação nacional tornou-se uma parte determinante da cultura moral chinesa. A cultura da “Grande Unificação” teve também um impacto direto na formação do sistema mediático chinês. Após a política de “Reforma e Abertura” de 1978, o sistema dos media da China começou a caminhar gradualmente para o pluralismo. No entanto, em comparação com os países do modelo Pluralista Polarizado, que se baseiam num sistema pluripartidário, os media chineses dirigem-se para um pluralismo interno, em vez de um pluralismo externo. Ou seja, a sua abertura orienta-se para os diferentes grupos e interesses económicos da própria sociedade em que os media estão inseridos. Isto ocorre porque a continuação da cultura da “Grande Unificação” necessita do pluralismo interno, e se o pluralismo externo fosse implementado não seria sustentável. Portanto, no que respeita ao sistema político, a “Grande unificação” fez com que a China não tivesse uma cultura que pudesse sustentar uma política multipartidária. Embora a China tivesse experimentado o sistema multipartidário

durante a revolução burguesa do início do século XX, esta falhou rapidamente. Isto aconteceu porque, para tal, existia uma razão cultural profunda.

A cultura da “Grande Unificação” também se refletiu no conceito de jornalismo, isto é, a imprensa chinesa tem como funções principais manter a estabilidade social e a educação social. Já na revolução burguesa do início do século XX, alguns políticos reformistas enfatizavam que o jornalismo deveria ser benéfico para os interesses nacionais e servir de porta-voz do estado. Assim, podemos considerar que não foi por acaso que a China escolheu o modelo da imprensa comunista soviética nos tempos modernos. Este modelo enfatiza que o jornalismo deve servir o país e a sua política, o que é consistente com as necessidades da China desde os tempos antigos. Hoje em dia, mesmo depois da reforma da imprensa, a cultura jornalística chinesa continua a privilegiar a sua função de propaganda, de forma a fortalecer a coesão nacional e a consolidar o poder do Estado.

A cultura da “Grande Unificação” também teve impacto no discurso jornalístico dos media chineses, dando-lhe valores coletivistas. O discurso coletivo salienta o valor da harmonia e da unidade e centra-se em interesses coletivos, preferindo destacar as emoções coletivas na cobertura jornalística. Além disso, no contexto cultural do discurso colectivista, a “Família” é um conceito central e proeminente que enfatiza que o destino individual está intimamente ligado ao destino da família e do país. Este é o princípio moral mais importante da cultura chinesa. Não é, por conseguinte, difícil compreender porque é que a imprensa chinesa tratou o regresso de Macau como uma “celebração familiar”, salientando a importância da reunificação nacional na sua cobertura noticiosa.

Contrariamente à ideia de “unidade da natureza e da humanidade” da cultura chinesa, a cultura ocidental enfatiza a oposição entre o ser humano e a natureza, salientando a importância de conquistar e superar a natureza. Na cultura ocidental só através da conquista da natureza é que os indivíduos podem sobreviver e apresentar as suas forças e valores, em busca da aventura e da independência individual, enfatizando o conflito e o confronto. Na história ocidental, esta cultura assenta no caos de longo prazo: num ambiente onde falta a coesão de grupo, os indivíduos só

podem sobreviver através das suas próprias forças. Este tipo de conceito ideológico está profundamente enraizado no âmago dos indivíduos, tornando-os inquietos e fomentando a conquista da natureza, o que promoveu uma busca desenfreada pelo conhecimento científico e pela tecnologia e lançou as bases da civilização industrial ocidental. Além disso, estas raízes culturais são armazenadas na estrutura cognitiva dos indivíduos e afetam todas as suas atividades, incluindo a comunicação de massas. Ao longo do processo da evolução histórica, a sociedade ocidental formou características culturais específicas, como a posse de poderes pluralistas, a valorização de regras e contratos, e a defesa da racionalidade e da ciência, que se refletem nos discursos jornalísticos.

Em termos de relacionamento entre grupos e indivíduos, ao contrário da cultura chinesa, que enfatiza o conceito de coletivismo, a cultura ocidental encontra-se voltada para o indivíduo, destacando os direitos e liberdades individuais. Na Renascença, o respeito pela personalidade e pela dignidade individual, e a defesa da independência individual tornaram-se a tendência principal do humanismo. Este reconhecimento do valor pessoal permitiu que a cultura ocidental desenvolvesse gradualmente a necessidade de procurar a liberdade, a democracia e os direitos humanos. Seguindo estes princípios, o jornalismo ocidental, que herdou a ideia de individualismo, enfatiza o valor individual e o espírito de independência. O discurso jornalístico ocidental é mais pluralista, tem uma atitude mais negativa, exercendo um papel de supervisão da opinião pública.

2. Fatores estruturais que afetaram os quadros noticiosos da imprensa portuguesa e chinesa de Macau.

Após analisar os fatores internos que influenciaram os enquadramentos da imprensa de línguas portuguesa e chinesa de Macau, iremos explorar o impacto dos fatores estruturais na imprensa de Macau durante a cobertura do regresso de Macau à China. Segundo a análise crítica do discurso, a produção e a interpretação dos textos discursivos estão intimamente relacionadas com os contextos políticos, sociais e

culturais. Para explicar as diferenças nos enquadramentos jornalísticos, em especial nos temas políticos e económicos da comunicação internacional, devem ter-se em conta os fatores estruturais por detrás dos meios de comunicação de cada país. Por razões históricas, os media de línguas portuguesa e chinesa de Macau formaram um campo de competição do discurso internacional e a “transferência de poderes de Macau” tornou-se também uma questão política internacional. Assim, quando exploramos os fatores que influenciaram a seleção dos enquadramentos, é necessário considerar o impacto dos fatores estruturais que os jornais portugueses e chineses de Macau sofreram.

No que concerne ao fator histórico, como a narrativa histórica da Questão de Macau fez sempre parte dos discursos colonial e anticolonial da China e de Portugal, durante muito tempo Macau não teve o seu próprio discurso histórico. A narrativa de Macau foi sempre construída pelos discursos políticos e culturais da China e de Portugal e foi mudando à medida que as relações entre dois países se alteravam. A sua posição narrativa foi sempre consistente com as ideologias políticas, os interesses nacionais e as estratégias diplomáticas dos dois países. No contexto pós-colonial, com a aproximação da transferência de poderes de Macau, surgiram novos discursos históricos sobre a Questão de Macau. A narrativa histórica da parte portuguesa esforçou-se para enfatizar a ligação cultural e histórica entre Macau e Portugal, de forma a dar continuidade à presença da cultura portuguesa em Macau após a transferência administrativa. No lado chinês, a narrativa sobre a Questão de Macau caracterizou-se por um forte discurso nacionalista, cujo objetivo era reconstruir os laços de sangue entre Macau e a nação chinesa, procurando assim estabelecer e fortalecer a identidade nacional chinesa em Macau. Assim, podemos concluir que as narrativas históricas feitas pela imprensa de línguas portuguesa e chinesa sobre a Questão de Macau foram construídas pelos discursos políticos da China e de Portugal, uma vez que os interesses nacionais e as estratégias diplomáticas dos dois países determinaram as suas posições narrativas e os enquadramentos jornalísticos.

Do ponto de vista do fator político, o modelo da administração separada e a governação incompleta das autoridades portuguesas na era colonial levaram a

comunidade chinesa de Macau permanecer numa espécie de estado de autonomia. Esta tradição governativa fez com que, nos últimos quatro séculos, Macau tivesse sempre tido falta de uma consciência social unificada e dominante. O modelo da administração separada também não permitiu que os chineses locais adquirissem uma tradição de participação política, o que resultou na indiferença da comunidade chinesa relativamente aos assuntos políticos. Desta forma, o discurso político da comunidade chinesa de Macau sobre a Questão de Macau esteve sempre totalmente dependente do discurso político de Pequim. Por outras palavras, durante todo o processo de desenvolvimento de Macau, nem a comunidade portuguesa, nem a comunidade chinesa conseguiram ter qualquer poder de decisão para um desenvolvimento independente do seu território. A falta de subjetividade de Macau fez com que o seu discurso político e a sua consciência social tivessem sido dominados pela consciência dos sujeitos China e Portugal. Esta situação também se refletiu nos assuntos da transferência de poderes de Macau, especialmente nos assuntos da transição e nos trabalhos de preparação da construção da Região Administrativa Especial de Macau, em que os Governos chinês e português desempenham um papel dominante e decisivo. E isso prova mais uma vez que a construção dos enquadramentos jornalísticos dos media de Macau foi orientada pelos discursos políticos da China e de Portugal.

Além disso, a construção dos enquadramentos também foi afetada por fatores sociais. Devido à governação incompleta da administração portuguesa, na comunidade chinesa as associações tradicionais foram-se gradualmente substituindo ao papel das autoridades portuguesas no domínio da governação social, formando assim a estrutura binária da sociedade de Macau. Ou seja, a nível político a comunidade chinesa foi governada pelo Governo de Macau, enquanto a sua governação social pertencia às associações chinesas locais, o que conduziu ao elevado grau de autonomia da comunidade chinesa e à falta de uma comunicação eficaz entre as autoridades portuguesas e a comunidade chinesa. Nesta situação, as associações tradicionais tornaram-se a única ponte de ligação entre a comunidade chinesa e o Governo e os chefes das associações transformaram-se em líderes de opinião na

comunidade chinesa. Por outro lado, devido ao incidente 1-2-3 de 1966, as forças de Partido Nacionalista Chinês (a autoridade de Taiwan) retiraram-se completamente de Macau, fazendo com que todas as associações chinesas se tornassem pró-Pequim. Esta é uma explicação básica para a posição pró-Pequim dos jornais chineses de Macau antes da transferência de poderes em 1999, situação que não sucedeu em Hong Kong em 1997. Como Hong Kong não possuía uma estrutura social binária, não se formou uma força unificada dominante na comunidade chinesa, como foi o caso das associações tradicionais de Macau. Por isso, antes da transferência de poderes de Hong Kong, as fações pró-democracia e pró-estabelecimento (pró-Pequim) lutaram entre si, o que levou os jornais de língua chinesa de Hong Kong a defenderem posições diferentes.

Em termos culturais, Macau é uma cidade com uma cultura diversificada, onde a cultura ocidental e a cultura chinesa convivem harmoniosamente há muito tempo. Este contexto de cultura diversificada tornou a identidade cultural de Macau mais complexa e diversa. Com a aproximação da transferência de poderes de Macau e conseqüentes nos ambientes políticos e sociais, a questão da identidade cultural das duas comunidades de Macau tornou-se gradualmente mais relevante. No último ano da transição, os media de Macau transformaram-se em ferramentas importantes para a construção e a integração da identidade cultural. A transferência da soberania permitiu que os chineses de Macau escolhessem a identidade da República Popular da China, ou seja, que estabelecessem uma identidade nacional no quadro jurídico. Porém, no sentido cultural, ainda levaria muito tempo para que o processo de formação de uma verdadeira identidade nacional estivesse concluído. Portanto, a comunidade chinesa precisava de criar um sentimento de pertença política e cultural ao país com base na identidade cultural chinesa, que era a chave para manter a estabilidade social e implementar a política "um país, dois sistemas" no território de Macau. Por outro lado, como a posição da língua portuguesa em Macau era muito fraca e os macaenses enfrentavam um dilema de identidade, surgiu também uma crise de identidade cultural portuguesa em Macau em 1999. Os macaenses foram sempre considerados como a base para a manutenção da presença portuguesa em Macau

após a sua transição para a China, pelo que, antes da transferência administrativa, o Governo português de Macau necessitava de estabelecer a identidade cultural e a identidade comunitária portuguesas dos macaenses, a fim de manter a identidade própria e a singularidade de Macau.

Por último, o ambiente mediático de Macau foi também um fator importante que afectou a construção dos enquadramentos jornalísticos. O surgimento de jornais locais em línguas portuguesa e chinesa em Macau foi o resultado da revolução burguesa em Portugal e na China, e o seu desenvolvimento também foi profundamente influenciado pelas reformas políticas e mudanças sociais dos dois países. Com esta situação, Macau teve desde cedo um ambiente mediático especial, em que os media locais foram sempre afetados pelos discursos políticos e culturas mediáticas dos dois países. Por um lado, na perspetiva da cultura dos media, os jornais de línguas portuguesa e chinesa de Macau herdaram as características das culturas mediáticas e os conceitos jornalísticos de Portugal e da China, respectivamente. Por outro lado, o ambiente mediático de Macau, que esteve sempre intimamente ligado às políticas de Portugal e da China, fez com que, termos do discurso político, os jornais locais fossem consistentes com os media de massas dos dois países. Na cobertura do regresso de Macau, os jornais portugueses locais ainda apresentavam uma característica dos jornais partidários, isto é, havia posições diferentes quando se tratava de assuntos internos da comunidade, mas quanto os assuntos estavam relacionados com a Questão de Macau, nomeadamente as negociações do GLC ou os assuntos da transição, todos os jornais assumiam uma posição consistente com a de Portugal. De mesma forma, os jornais chineses de Macau herdaram a função de disseminação da propaganda dos meios de comunicação oficiais da China, em que o seu discurso político do regresso de Macau foi consistente com o do Governo Central da China.

Em resumo, se, por um lado, os fatores internos fizeram com que os jornais de línguas portuguesa e chinesa de Macau tivessem culturas jornalísticas diferentes, por outro, os fatores estruturais influenciaram as posições assumidas pelos jornais de Macau na cobertura da transferência de poderes de Macau. A análise dos fatores

estruturais apontam para uma conclusão comum, isto é, na cobertura da transferência administrativa de Macau em 1999, os interesses nacionais e as estratégias diplomáticas da China e de Portugal determinaram os enquadramentos jornalísticos dos jornais de línguas portuguesa e chinesa de Macau.

Cap.3 As características comuns de *Framing* na cobertura jornalística em línguas portuguesa e chinesa

Com base na análise das *frames*, resumimos na parte anterior os enquadramentos construídos pelos jornais portugueses e chineses de Macau para a transferência de poderes de Macau de 1999 e explorámos os fatores que influenciaram as diferenças nos enquadramentos construídos. Nesta parte, iremos continuar a explorar o processo de construção dos enquadramentos para identificar as características comuns no processo de *framing* dos jornais portugueses e chineses de Macau.

1. As *frames* da cobertura da transição de Macau refletiam as vontades políticas de Portugal e da China.

A partir da análise do discurso da cobertura da transição de Macau em 1999 e da sua análise das *frames* podemos ver que a construção dos enquadramentos jornalísticos dos jornais de línguas portuguesa e chinesa de Macau se baseou nos interesses nacionais e nas estratégias diplomáticas dos dois países. As relações diplomáticas entre Portugal e a China determinaram a seleção dos valores-notícias e as posições ideológicas assumidas na cobertura. Neste processo de construção, a cobertura da transição de Macau foi como uma arena de comunicação internacional, onde os jornais portugueses e chineses competiam através das *frames*.

As duas comunidades étnicas de Macau, a comunidade chinesa e a comunidade portuguesa, eram constituídas por diferentes grupos étnicos que gradualmente foram construindo “comunidades imaginárias” diferentes com base no sentimento de pertença e na identidade cultural, formando duas comunidades com discursos diferentes. Os medias forneceram um palco para os diferentes discursos das duas comunidades expressarem as suas experiências e ideologias.

Como já foi referido, as diferenças nas culturas mediáticas e a influência dos fatores estruturais levaram às diferentes culturas jornalísticas, ideologias e posições

políticas dos media de línguas portuguesa e chinesa de Macau. Assim, para o mesmo evento noticioso os discursos jornalísticos das duas comunidades podiam colidir uns com outros.

Por outro lado, devido ao impacto dos fatores estruturais, como o modelo da administração separada e a estrutura social binária, Macau careceu sempre de “subjetividade” nos discursos históricos e políticos. As posições políticas das comunidades portuguesa e chinesa de Macau foram sempre orientadas pelos discursos oficiais de Portugal e da China, e estiveram sempre relacionadas como os interesses nacionais e as estratégias diplomáticas dos dois países. Por outras palavras, como os discursos histórico e político da Questão de Macau foram construídos por Portugal e pela China, os enquadramentos da cobertura da transferência de poderes de Macau foram construídos de acordo com as vontades políticas dos dois países.

Embora a “transferência de poderes de Macau” fosse um “acontecimento local”, acabou por se transformar num “evento noticioso internacional”, e por isso temos que analisar a sua cobertura no campo da comunicação internacional. A cobertura feita pelos jornais de línguas portuguesa e chinesa de Macau não foi apenas o prolongamento da luta discursiva entre as duas comunidades locais, mas foi a extensão da luta discursiva sobre este acontecimento internacional entre Portugal e a China.

Na área dos estudos de jornalismo, o discurso jornalístico é considerado um discurso público, pois a sua produção e interpretação dependem dos diferentes ambientes e os diferentes discursos podem levar a uma luta entre diferentes significados, uma vez que a atividade comunicativa é um processo de produção, circulação e negociação dos significados. Se os objetivos de seleção noticiosa forem diferentes, haverá uma competição entre esses diferentes discursos jornalísticos pelo significado. A luta do discurso é, de facto, uma luta pelo poder de interpretação da realidade, tornando-se, assim, também uma luta pelos interesses da realidade. Neste caso, a atividade comunicativa funcionou como uma arena de competição, e o alvo da luta discursiva foi a legitimidade. A luta discursiva manifestou-se aqui como uma luta pelo significado discursivo e pelo quadro interpretativo dos objetos relatados. Deste

modo, existiu na cobertura da transição de Macau para a China uma luta discursiva entre os jornais portugueses e chineses em Macau.

Neste caso, a cobertura da transição deve ser tratada como uma luta discursiva entre Portugal e a China e deve ser colocada no contexto das relações luso-chinesas e da política internacional. Quando a imprensa chinesa escrevia uma história sobre a celebração da unificação da China, a imprensa portuguesa procurava também estabelecer os seus próprios quadros narrativos, quer com base no interesse nacional de Portugal, quer nas necessidades dos portugueses de Macau.

No campo da luta discursiva, os jornalistas não fizeram a seleção dos enquadramentos de acordo com a sua vontade ou como achavam melhor, mas com base no contexto político e cultural em que estavam envolvidos. Embora os jornalistas sejam considerados os *Gatekeepers* dos eventos noticiosos internacionais, o estado-nação é o primeiro definidor da interpretação e da apresentação das notícias internacionais, enquanto os media são meros segundos definidores. Nos assuntos da Questão de Macau, a falta de “subjetividade” no discurso histórico de Macau permitiu que os funcionários governamentais da China e de Portugal desempenhassem uma maior função de interpretação do que o discurso local da cobertura jornalística.

Nesse caso, podemos dizer que, no processo de produção das notícias relacionadas com a transferência de poderes de Macau em 1999, os jornais de línguas portuguesa e chinesa de Macau trataram os interesses nacionais e ideologias dominantes dos dois países como a base da construção dos enquadramentos jornalísticos. Por um lado, os jornais de língua chinesa, sob um fundo de partido único e a forte influência política das associações tradicionais, o discurso político seguiram completamente a linha discursiva do Governo Central da China e revelaram um alto grau de consistência na cobertura do regresso de Macau. Da mesma forma, embora os jornais de língua portuguesa de Macau mantivessem a tradição de debate dos jornais político-partidários, também mostraram consistência de opinião na questão de transferência de poderes de Macau. Por outras palavras, para os jornais de língua portuguesa de Macau, a diferença ideológica entre as comunidades portuguesa e chinesa foi muito maior do que as diferenças internas no seio da comunidade

portuguesa. Por exemplo, para os temas inerentes à comunidade portuguesa, como as eleições para a Assembleia da República de Portugal em 1999, provavelmente houve opiniões diferentes entre o JTM e o MH. No entanto, para temas exteriores à comunidade, como a transferência de poderes de Macau, as contradições entre os diferentes jornais foram frequentemente transformadas em apoio às políticas nacionais de Portugal e aos interesses comuns da comunidade.

Esta característica manifestou-se sobretudo na cobertura dos problemas pendentes, nomeadamente as questões relacionadas com a nacionalidade, o estabelecimento da guarnição militar chinesa em Macau, e o Tribunal de Última Instância. Assim, na cobertura da transição de Macau, as ideologias defendidas pelos jornais de cada comunidade eram mais limitadas e uniformes. Podemos, por este motivo, quando fazemos uma análise do discurso, agrupar os jornais de uma mesma comunidade para explorar os quadros jornalísticos construídos pelos jornais dessas mesmas comunidades.

Em suma, os enquadramentos da cobertura da transferência de poderes de Macau foram construídos de acordo com os interesses nacionais e as estratégias diplomáticas da China e de Portugal, e refletiram as vontades políticas dos dois países.

2. As *frames* da cobertura da transição de Macau para a China serviram para estabelecer e fortalecer as identidades culturais portuguesa e chinesa.

A identidade cultural desempenha um papel importante no estabelecimento das diferenças entre o “eu” e o “ele”, uma vez que a identidade é um produto da autoconsciência de indivíduos e coletivos. Como já referimos para o factor cultural, à medida que a transferência de poderes de Macau se aproximava, surgiram as crises de identidade cultural nas comunidades portuguesa e chinesa, tornando a criação e o fortalecimento da identidade cultural num dos conteúdos mais importantes da cobertura dos jornais de cada comunidade.

Para a comunidade chinesa de Macau, o objetivo de fortalecer a identidade cultural deveu-se à necessidade de fomentar a identidade nacional chinesa, trazendo

o desenvolvimento de Macau de volta ao processo de desenvolvimento da civilização chinesa. Devido à falta de “subjetividade” dos discursos histórico e político, os chineses locais não conseguiram definir de forma clara a sua identidade própria. Além disso, embora o fundo patriótico das associações tradicionais levasse a comunidade chinesa de Macau a identificar-se com uma tradição patriótica, as suas memórias históricas nem sempre podiam ser compartilhadas com os habitantes da China continental. Esta diferença fez com que os chineses locais sentissem que, na realidade, se encontravam fora da China, o que criou alguma confusão relativamente à sua identidade. Assim, face ao regresso de Macau, era necessário fortalecer a identidade nacional da comunidade chinesa.

A identidade nacional era também uma condição fundamental para a realização da política “um país, dois sistemas”. A autonomia de Macau deveria ser exercida no quadro “um país”, ou seja, “um país” primeiro, o “segundo sistema” depois. Neste caso, a identidade nacional seria também uma base importante para a estabilidade social e política após a criação da RAEM. Partindo destas duas necessidades, a cobertura da transição transformou-se na oportunidade perfeita para a imprensa chinesa construir a identidade nacional chinesa na comunidade chinesa de Macau.

Por este motivo, o discurso jornalístico dos jornais de língua chinesa revelou características nacionalistas, colocando, por um lado, o regresso de Macau no contexto histórico da China e tratando-o como “o fim da humilhação na história de Macau” e, por outro, aplicando os discursos nacionalistas na cobertura de assuntos relevantes. Um exemplo foi a questão de Taiwan, em que os jornais chineses salientaram que “o regresso de Macau é um passo importante para a realização da reunificação completa da China, dando um exemplo para a solução da questão de Taiwan”. Aqui, a linha central do discurso foi “a reunificação da pátria é o desejo comum de todos os chineses do mundo”. Adicionalmente, os jornais de língua chinesa também construíram uma imagem de “família” na cobertura jornalística, para tratarem o regresso de Macau como o regresso à pátria de um filho residente em terras estranhas, e assim relacionar as celebrações estatais com uma festa familiar.

Na comunidade portuguesa, manter a presença portuguesa em Macau após a transferência de poderes torna-se uma questão nuclear para a sua identidade cultural. No período pré-transição, a continuidade da presença portuguesa em Macau foi tratada como o objetivo mais importante do Governo português de Macau. Por um lado, Macau necessitava de manter a presença dos seus legados culturais, políticos e judiciais para preservar a sua própria identidade no território. A continuidade da singularidade e da identidade própria de Macau eram consideradas as características-chave para a concretização da fórmula “um país, dois sistemas” após a transferência administrativa, especialmente, pois a defesa das liberdades e dos direitos dos habitantes de Macau eram as garantias implementação do “segundo sistema” na futura Região Administrativa Especial de Macau. Por outro lado, como a língua portuguesa tinha uma base muito fraca em Macau e os macaenses, que desempenhavam um papel importante na divulgação da cultura portuguesa, enfrentavam também o seu próprio dilema de identidade, a continuidade da presença portuguesa em Macau após 1999 tornava-se complexa. Era, por isso, necessário fortalecer a identidade cultural portuguesa através dos enquadramentos jornalísticos antes da transferência administrativa de Macau, o que também fortaleceria a imagem de Portugal e a dignidade portuguesa.

Em resumo, na cobertura da transição de Macau, outra característica comum entre os jornais de línguas portuguesa e chinesa de Macau foi a construção da identidade cultural através das *frames*. Podemos, assim, concluir que o objetivo do *framing* esteve, na imprensa chinesa e portuguesa de Macau, sempre dependente das estratégias políticas e culturais da China e de Portugal.

CONCLUSÃO

O presente trabalho teve por objetivo explorar como os jornais de línguas portuguesa e chinesa de Macau fizeram a cobertura da transferência de poderes de Macau no ano de 1999. O estudo do processo de construção das peças jornalísticas teve por base a identificação dos enquadramentos selecionados para a cobertura jornalística e os factores que influenciaram essa seleção.

A teoria das *frames* mostra que os media não podem refletir verdadeiramente as realidades, mas podem reproduzir e reconstruir os eventos noticiosos através de mecanismos de seleção. Assim, para o estudo da cobertura da transição de Macau em 1999, foi particularmente importante explorar os enquadramentos apresentados nos textos, uma vez que o produto dos media é uma interpretação da realidade.

Depois de entendermos as bases teóricas, explorámos o processo de construção das notícias, que nos ajudou posteriormente a compreender de forma sistemática as seleções de enquadramentos utilizadas pela imprensa portuguesa e chinesa na cobertura da transferência de poderes de Macau em 1999, assim como as razões para a formação dos diferentes enquadramentos.

Após a discussão sobre o processo de construção dos enquadramentos jornalísticos, obtivemos as seguintes respostas:

1. Como se caracterizam e evoluem os padrões da cobertura da transição de Macau no ano de 1999?

A partir do estudo da relevância, podemos concluir que os meses de março, maio e dezembro foram os mais relevantes ao longo do ano de 1999, devido à importância dos eventos que decorreram nesses meses de 1999: a visita do presidente Jorge Sampaio a Macau (março), a eleição do primeiro chefe do executivo da Região Administrativa Especial de Macau (maio), e a cerimónia de *handover* (dezembro). Para

os indicadores volume de peças, grande extensão e utilização de fotografias, estes três meses apresentaram um maior valor percentual do que os outros meses, o que mostra que, excepto em dezembro, a evolução da relevância não apresentou alterações regulares óbvias, alterando-se de acordo com a pertinência dos eventos.

Com base no estudo das variáveis *Assinatura* e *Géneros*, podemos ver que o Jornal Tribuna de Macau (JTM) e o OU MUN foram os jornais mais envolvidos nas respetivas comunidades, e o Macau Hoje (MH) foi o jornal com um grau menor de envolvimento de todos os jornais estudados.

Segundo o estudo das variáveis *Tema* e *Ator*, os dados estatísticos obtidos relacionam-se com os conteúdos tratados. Na análise da distribuição da variável *Tema*, podemos verificar que os 4 temas mais referidos foram os mesmos na imprensa portuguesa e chinesa: Direito e Justiça, Assuntos da transição, Preparação da RAEM e Eleição do chefe do executivo da RAEM. Estes quatro temas, juntamente com o tema Cerimónia, que teve um valor especial, tornaram-se os objetos da nossa análise do discurso. Ao nível da variável *Actor*, podemos ver que o governador Rocha Vieira e o futuro chefe do executivo da RAEM, Edmund Ho, foram as personalidades mais referidas na cobertura da transição, seguindo-se os presidentes dos dois países, o presidente de Portugal, Jorge Sampaio, e o presidente da China, Jiang Zemin, mas a frequência das ocorrências foi relativamente mais concentrada: março e dezembro para o presidente Jorge Sampaio, e outubro e dezembro para o presidente Jiang Zemin.

A variável Fontes de informação refletiu a tendência ideológica e a posição dos media na cobertura jornalística. Estando presentes nos mesmos eventos noticiosos, as diferentes opções de fontes informativas levaram a coberturas diferentes. Segundo os dados obtidos para a distribuição da variável Fontes de informação, podemos concluir que, na cobertura da transição de Macau, tanto os jornais portugueses, como os chineses apresentaram um valor proeminente no grupo das fontes oficiais. Por outro lado, no grupo das fontes oficiais, as instituições da transição e o Governo Central da China foram as fontes mais citadas na imprensa chinesa, enquanto o governador Rocha Vieira e o Governo de Portugal foram as fontes mais referidas na imprensa portuguesa, o que mostra que as fontes de informação

dominantes das comunidades portuguesa e chinesa de Macau não foram os habitantes locais, mas os Governos da China e de Portugal, ou seja, os discursos da transição de Macau foram dominados e construídos pelos dois países, e não pelas vozes locais

2. Quais foram os enquadramentos construídos nas coberturas da transição de Macau no ano de 1999?

Após a análise do discurso dos temas principais na cobertura da transição de Macau em 1999, podemos identificar os seguintes enquadramentos:

Na imprensa de expressão portuguesa (JTM e MH):

- 1) Sentimentos contraditórios
- 2) A presença portuguesa na futura Região Administrativa Especial de Macau
- 3) Sair com honra e dignidade
- 4) Amizade e Cooperação
- 5) Manter a autonomia e o segundo sistema

Na imprensa de expressão chinesa (OU MUN e Va Kio):

- 1) O fim da humilhação da história
- 2) Olhar para a frente
- 3) Uma festa de família
- 4) “Um país, dois sistemas” e a “Reunificação completa da China”
- 5) Amanhã será melhor

Da discussão sobre os diferentes significados dos enquadramentos podemos retirar duas características comuns na cobertura da transição de Macau:

Os enquadramentos dos jornais de línguas portuguesa e chinesa de Macau refletiram as vontades políticas de Portugal e da China, ou seja, os interesses nacionais e as estratégias diplomáticas dos dois países determinaram os enquadramentos jornalísticos usados pelos jornais das respetivas comunidades.

E os enquadramentos da cobertura da transição de Macau para a China foram utilizados para estabelecer e fortalecer as identidades culturais portuguesa e chinesa das respetivas comunidades. Os enquadramentos construídos pelos jornais de língua chinesa contribuíram para estabelecer a identidade nacional dos chineses locais e para reintegrar a história de Macau no processo de desenvolvimento da civilização chinesa. Os jornais de língua portuguesa selecionaram enquadramentos que permitiram fortalecer a identidade cultural portuguesa dos macaenses, uma vez que estes eram considerados como a base para manter a presença portuguesa em Macau após a transferência administrativa de 1999.

3. Que fatores influenciaram o processo de *framing*?

A partir do Estudo Comparativo do Jornalismo e dos contextos de produção de notícias, obtivemos os factores que influenciaram o processo de construção dos enquadramentos: os fatores internos, principalmente as diferentes culturas mediáticas da China e de Portugal, que, por sua vez se refletiram em dois aspetos: as diferenças nos sistemas mediáticos e as diferentes culturas jornalísticas; e os factores estruturais, ou seja, os contextos histórico, político, social, cultural e do ambiente mediático.

Relativamente aos sistemas mediáticos, a diferença das culturas jornalísticas de Portugal e da China, formadas com base no modelo pluralista polarizado e na teoria da imprensa comunista soviética, foram a razão interna para a diferença da seleção de enquadramento. Adicionalmente, as diferenças nas culturas jornalísticas dos jornais portugueses e chineses de Macau também tiveram por base as diferenças das culturas chinesa e ocidental, que atribuíram significados espirituais distintos aos enquadramentos construídos.

O processo de *framing* também sofreu a influência dos fatores estruturais de Macau, nos quais se incluem os contextos histórico, político, social, cultural e do ambiente mediático. As narrativas históricas da “Questão de Macau” foram, desde início, construídas pelos discursos históricos da China e de Portugal. Devido ao modelo da administração separada e à governação incompleta da autoridade portuguesa, Macau não adquiriu a sua “subjetividade” própria, pelo que os seus discursos políticos e consciências sociais acabaram por ser influenciados pelas ideologias dominantes da China e de Portugal. Esta questão reflectiu-se na cobertura da transição de Macau, especialmente de alguns assuntos da transição, em que as posições dos media locais foram consistentes com as posições da China e de Portugal.

Adicionalmente, a estrutura binária da sociedade de Macau traduziu-se na forte influência política que as associações tradicionais chinesas tinham na comunidade chinesa. A influência das associações chinesas tradicionais na comunidade chinesa em combinação com a retirada de Macau do Partido Nacionalista Chinês (autoridade de Taiwan) após o Motim 1-2-3, fez com que os media locais de língua chinesa assumissem uma posição pró-Pequim nos assuntos políticos.

À medida que o regresso de Macau se aproximava, crescia uma crise de identidade cultural tanto na comunidade portuguesa como na comunidade chinesa, pois as mudanças no sistema político e social tornavam as diversas identidades culturais de Macau mais complexas. Para a comunidade chinesa, era necessário estabelecer uma identidade nacional com base na identidade cultural chinesa, cultivando o sentido de pertença política e cultural, que seria a base para a manutenção da estabilidade social de Macau e para a implementação da política “um país, dois sistemas”. De forma semelhante, na comunidade portuguesa, os macaenses, herdeiros da cultura portuguesa, também enfrentavam um dilema de identidade. Por seu lado, o governo português de Macau também tinha necessidade de estabelecer e fortalecer a identidade cultural portuguesa dos macaenses, de forma a manter a presença portuguesa em Macau após a transferência administrativa.

Por último, a fundação e o desenvolvimento dos jornais de Macau foram profundamente afetados pelas reformas políticas e pelas mudanças sociais dos dois

países, criando um ambiente mediático especial em Macau. Os jornais de línguas portuguesa e chinesa de Macau herdaram as culturas jornalísticas de Portugal e da China, respetivamente, da mesma forma que os seus discursos políticos e as suas posições políticas foram consistentes com os discursos e as posições dos media dos seus países.

Em conclusão, na cobertura da transição de Macau para a China no ano de 1999, os fatores internos fizeram com que os jornais de línguas portuguesa e chinesa de Macau tivessem cultura jornalística diferentes, enquanto os fatores estruturais de Macau influenciaram as posições seguidas dos jornais das duas comunidades. Com base da análise dos fatores estruturas, podemos concluir que os interesses nacionais da China e de Portugal e as suas estratégias diplomáticas determinaram os enquadramentos construídos pelos jornais de língua portuguesa e chinesa de Macau. na cobertura da transferência de poderes de Macau no ano de 1999.

BIBLIOGRAFIA

Adoni, H. & Mane, S. (1984). "Media and the social construction of reality: Toward an integration of theory and research", *Communication Research*, 11: 323-340.

Anabela, Gradim (2016). "Framing: O enquadramento das notícias", *Público, Estúdio de Artes Gráficas*, setembro, 74.

Bateson, G. (1956). "The message 'This is play'". In B. Schaffner (ed.), *Group processes: Transactions of the second conference*. New York: The Josiah Macy Jr. Foundation, 145-242

Berger, P. & Luckman, T. (1966). *The social construction of reality*. Garden City, NY: Doubleday.

Chan, J. M. (1993). *Commercialization without independence: Trends and tensions of media development in China*. Hong Kong: Chinese University of Hong Kong Press.

Chang, Chin-hwa (1994). "The truth and Reappearance of News: take the report of Li Ruihuan incidente as an example", *Journalism Dialogue*, 1:24. Taipei: National Chengchi University.

Charaudeau, Patrick (1997). *Le discours d'information médiatique*. Paris: Nathan.

Cunha, Isabel Ferin (2012). *Análise dos Media*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Curran, James & Park, Myung-jin (2000). *De-Westernizing Media Studies*. Routledge.

Ding, xiaozheng. & Hu, zhengrong (2006). "The Concentration Process, Characteristics and Enlightenment of Portuguese Media Industry", *Modern Communication*, 3: 108.

Entman, R. M. (1993). "Framing: Toward clarification of a fractured paradigm", *Journal of communication*, 43: 51-58.

Entman, R.M (1991). "Framing U.S. coverage of international news: contrasts in narratives of the KAL and Iran Air incidents", *Journal of Communication*, 43: 1.

Esser, F. & Hanitzsch, T. (2012). "On the why and how of comparative inquiry in communication studies", *The Handbook of Comparative Communication Research*, NY: Routledge, 3-22.

Fair, J.E. (1996). "The body politic, the bodies of women, and the politics of famine in U.S. TV coverage of famine in the Horn of Africa", *Journalism and Mass Communication Monographs*, 158.

Fan, F. (1994). *A Comparative Study of Chinese and Western News*. Wuhan: Wuhan Publishing House.

Figueira, João (Coordenador); Matias, José Carlos; Mar, Diana do; Nunes Sónia; Carvalho, Marco; Rato, Frederico (2016). *15 anos depois: A imprensa Portuguesa de Macau (1999-2014)*. Macau: Fundação Rui Cunha; Livros do Oriente.

Fisk, J. & Hartley, J. (1978). *Reading television*. London: Methuen.

Gamson, W. A., & Modigliani, A. (1989). "Media discourse and public opinion on nuclear power: A construction approach", *American Journal of Sociology*, 95: 1-37.

Gans, H. J. (1979). *Deciding what's news*. New York: Vintage Books.

Gerhards, J. & Rucht, D. (1992). "Mesomobilization: Organizing and framing in two protest campaigns in West Germany", *American Journal of Sociology*, 98: 555-595.

Gitlin, T. (1980). *The whole world is watching*. Berkeley, CA: The University of California Press.

Goffman, E. (1974). *Frame analysis: An essay on the organization of experience*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

Hall, S. (Ed.). (1997). *Representation: Cultural representations and signifying practices*. London: Sage.

Hallin, Daniel & Mancini, Paolo (2004). *Comparing media systems: three models of media and politics*. Cambridge: Cambridge University Press.

Hallin, Daniel & Mancini, Paolo (2012). *Comparing media systems beyond the western world*. Cambridge: Cambridge University Press.

Herbert, S. (1989). *News Reporters and News Sources*. Iowa State University Press, Ames.

Huang, Hongzhao (1999). *A Brief History of Macau*. Hong Kong: Sanlian Bookstore Limited, 331

Huang, Xiaofeng (1999). "Editor's Preface", *Cultural Magazine*, vol.38.

Huntington, Samuel (1991). *The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century*. University of Oklahoma Press.

Lai, Hsiang-Wai (2001), "A discussion on the theory and practice of journalism in mainland China", Taipei: *Research on Communist Party issues*, 27 (3): 67-75.

Lam, lok-fong (1999). "Development Characteristics of Portuguese Newspapers in Macao", *Macau Studies*, vol. 10. Macau: Macau Foundation.

Lasswell, H. (1948). "The structure and function of communication in society". In L. Bryson (Ed.), *The communication of ideas*. New York: Institute for Religious and Social Studies.

Li, chengjun (2002). "Pioneering and Innovating – On how to run a patriotic newspaper in a capitalist society", *Proceedings of the Globalization and International Reporting Seminar*, China International News Forum 2002.

Li, xiyuan (2005). "Indescribable identity, cultural identity of Macao people", *Twenty-First Century*, vol. 12. Hong Kong: Institute of Chinese Studies (ICS), CUHK.

Lippmann, W. (1992). *Public opinion*. New York: The Harcourt Brace.

Liu, fangji (1999), *Compilation of Chinese Archives of the Qing Dynasty in Macau*. Macau: Macau Foundation

Liu, Shumei (1996). *A study on news exchanges across the Taiwan Strait*, Taipei: Institute of Mainland China, Chinese Cultural University. 15-16

Lou, shenghua (2004). *Research on Macau societies in the Transitional Period – An Analysis of the Incorporated System in a Multiple Society*. Guang zhou: Guangdong People's Publishing House.

Ma, Lan (2007). "On the tendency of reporting", *Young Journalist*, 16: 63.

Manning, P. K. & Hawkins, K. (1990). "Legal decisions: A frame analytic perspective". In S. H. Riggins (Ed.), *Beyond Goffman: Studies in communication, institution, and social interaction*, New York: Mouton de Gruyter, 203-233.

McQuail, Denis (1992). *Media Performance: Mass Communication and the Public Interest*, London: Sage, 65.

McQuail, Denis (2010). *McQuail's Mass Communication Theory*. London: Sage, 176

Mendes, Carmen Amado (2013). *Portugal, China and the Macau negotiations, 1986-1999*. Pequim: Social Sciences Academic Press.

Miller, David. & Bogdanor, Vernon (1992). *The Blackwell Encyclopaedia of Political Thought*. Pequim: University of Political Science and Law press.

Neves, João Alves das (1999). *A imprensa de Macau e as imprensas de língua portuguesa no Oriente*, Macau: Instituto Cultural de Macau, 66.

Pan, Z. & Kosiciki, G M. (1993). "Framing Abalysis: An approach to news discourse", *Political Communication*, 10: 55-75.

Pan, Z. (2006). "Framing Analysis: Towards and Integrative Perspective", *Chinese Journal of Communication and Society*, Vol.1, 17-46.

Pang, Jiaying (2013). *One Country, Two Systems and Democratization of Governance in Macau*. Pequim: Social Sciences Academic press.

Qin, Han (2016). "Media System: A Research Field Needs to be Reviewed - An Interview with Professor Daniel C. Hallin", *Chinese Journal of Journalism & Communication*, Feb: 78-79.

Ryan, C. (1991). *Prime Time Activism: Media strategies for grassroots organizing*. Boston: South End Press.

Said, E.W. (1997). *Covering Islam: How the media and the experts determine how we see the rest of World*. New York: Vintage.

Sartori, Giovanni (1976). *Parties and Party Systems: A Framework for Analysis*. New York: Cambridge University Press.

Schutz, A. (1962). *Collected papers I: The problem of social reality*. The Hague: Martinus Nijhoff.

Schutz, A. (1967). *The phenomenology of the social world*. Evanston: Northwestern University Press.

Shoemaker, P. J. & Reese, S. D. (1991). *Mediating the message: Theories of influence on mass media content*. NY: Longman.

Siebert, F.S. & Peterson, T. & Schramm, W. (1956). *Four Theories of The Press*. Urbana, IL: University of Illinois Press.

Silva, Henrique Rola (1991). *A Imprensa chinesa de Macau – Envolvimento histórico*. Macau: Gabinete de comunicação social do governo de Macau.

Song, yushu (2012), *The image of the Macao SAR in the Chinese national media*, Macau: Instituto Politécnico de Macau, 48.

Sousa, Helena (1994). "Portuguese Media: New forms of concentration", <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-helena-coreia.pdf>

Staab, J. F. (1990). "The role of news factors in news selection: A theoretical reconsideration", *European journal of communication*, 5:423-443.

Tam, chih-chuang (1993), *Sino-Portuguese Disputes on Macau's Status*. Dissertação de Doutoramento. National Cheng Chi University, 382.

Tang, wenjia (2008). "Analysis of the Differentiation of Nationality Media Reported on 3.14 Tibet", *Chinese Journal of Journalism & Communication (CJJC)*, vol 5.

Tankard, J. W., Jr., et al. (1991). *Media frames: Approaches to conceptualization and measurement*. Paper presented to the AEJMC convention, Boston, August.

Tao, han (1994). *Comparative Journalism*. Pequim: WenJin Publishing House.

Teixeira, Pe. Manuel (1965). *Imprensa Periódica Portuguesa no Extremo Oriente*. Macau: Instituto Cultural de Macau, 1999.

Tuchman, G. (1976). "Telling Stories", *Journal of Communication*, 26.

Tuchman, G. (1978). *Making News: A study in the construction of reality*. New York: the Free Press.

Van Dijk, T. A. (1988). *News as discourse*. Hillsdale: Lawrence Erlbaum Associates.

Van Dijk, Teun A. (1980). *Macrostructures: na interdisciplinary study of global structures in discourse, interaction, and cognition*. Hillsdale: Lawrence Erlbaum.

Wang, Yu-Li (1998). "The Influence of Mainland China's Reform and Open-up Policy on the Management of Television Business", *Mass Communication Research (TSSCI)*, 56: 27-49.

Wang, Yu-Li (1999). "Research on CCP Communication Reform", *Taipei: East Asia Quarterly*, 30 (1): 19-38.

Weng, S C (1997). *News and the Construction of Social – the Triangular Relationship between Mass media, Official Sources and Social Movements*. Taipei: San Min Books.

WU, Zhilang (2008), "A história e a Realidade dos Periódicos de Ciência Sociais de Macau", *Administração*, n. 82, vol. XXI, 1039.

WU, Zhiliang (1998). *The Way of Survival – On Macau's political system and Political Development*, Macau: Macau Adult Education Society.

Yang, yunzhong (1999). *Macaenses – an important factor for the social stability, development, and prosperity of Macau*, Macau: Published by Macau Economic Society,⁷

Yows. S. R. (1992). *Toward Developing a coherent theory of framing: Understanding the relationship between news and audience framing*. Wisconsin: Madison.

Yu, xu, 1994. "Professionalization without guarantees: Changes of the Chinese press in post-1989 years", *International Communication Gazette*, 53(1-2): 23-41.

Yu, zhen (1999). "The political role of the Macao associations in the SAR system", *Macau Policy Research*, vol.4: 33. Macau Policy Research Institute.

Yu, zhen (2000), *The Status and Prospects of Macau Societies*, Published: Macau Development Strategy Research Center. November.

Yu, zhen. & Liu, bolong. & Wu, derong (1993). *Macau Chinese Political Culture*, Macau: Fundação de Macau, 81.

Zeng, Yiguo (2015), "Media Construction of 'Decolonization' and 'Local Consciousness'", *Literature and Art Research*, vol.5.

Zeng, Zhenlong (2001). "A discussion on the theory and practice of journalism in mainland China". Taipei: *Research on Communist Party issues*, 27 (2): 61-68.

Zhang, longdong. & Fu, mingxian (1994). *A Brief History of Foreign Journalism*, Pequim: Renmin University Press, 45.

Zhang, qixian (2009). *Historical Discussion on the Argument between "China" and "huayi"*. Taipei: Taiwan University.

ANEXO I

Protocolo de categorias da base de dados

As categorias de análise compreendem as seguintes variáveis:

1. Meio
 - 1) Jornal Tribuna de Macau (JTM)
 - 2) Macau Hoje (MH)
 - 3) OU MUN
 - 4) Va Kio

2. Mês
 - 1) Janeiro
 - 2) Fevereiro
 - 3) Março
 - 4) Abril
 - 5) Maio
 - 6) Junho
 - 7) Julho
 - 8) Agosto
 - 9) Setembro
 - 10) Outubro
 - 11) Novembro
 - 12) Dezembro

3. Localização
 - 1) Manchete
 - 2) Chamada de 1ª página
 - 3) 1ª página
 - 4) Página par
 - 5) Página ímpar

4. Extensão
 - 1) 2-3 parágrafos
 - 2) 3-5 parágrafos
 - 3) 5-7 parágrafos
 - 4) Mais de 7 parágrafos

5. Valorização Gráfica
 - 1) Fotografia
 - 2) Infografia e Ilustração
 - 3) Destaque

- 4) Não tem
6. Assinatura
 - 1) Assinada
 - 2) Não tem
7. Géneros
 - 1) Notícia
 - 2) Entrevista
 - 3) Reportagem
 - 4) Crónica
 - 5) Editorial
 - 6) Artigos de opinião
 - 7) Discurso
 - 8) Outros
8. Tema
 - 1) Cerimónia
 - 2) Justiça e Direito
 - 3) Administração Portuguesa
 - 4) Assuntos da transição
 - 5) Preparação da RAEM
 - 6) Guarnição militar
 - 7) Eleição do Chefe do Executivo da RAEM
 - 8) Economia
 - 9) Portugalidade
 - 10) Celebração
 - 11) Contactos com a China continental
 - 12) Sentimentos
 - 13) Intercâmbios luso-chineses
 - 14) Questão de Taiwan
 - 15) Outros
9. Actor
 - 1) Rocha Vieira
 - 2) Edmund Ho
 - 3) Jorge Sampaio
 - 4) Jiang zemin
 - 5) Tang jiaxuan
 - 6) Jaima Gama
 - 7) Qian qichen
 - 8) Jorge Rangel
 - 9) Ma Man-kei
 - 10) Stanley Ho

- 11) Wang Qiren
- 12) Leonel Alves
- 13) Anabela Ritch
- 14) Stanley Au
- 15) Grupo de Ligação Conjunta
- 16) Comissão de Preparação
- 17) Comissão de Seleção
- 18) Comissão de Celebração
- 19) Assembleia Legislativa de Macau
- 20) Assembleia Legislativa da RAEM
- 21) Agência de Xinhua
- 22) Grupo de Terras
- 23) Macaense e ATFPM
- 24) Governo Português
- 25) Governo Chinês
- 26) Governo de Macau
- 27) Governo da RAEM
- 28) Outros

10. Tom

- 1) Positivo
- 2) Neutro
- 3) Negativo

11. Fontes

- 1) Rocha Vieira
- 2) Edmund Ho
- 3) Voz oficial da China
- 4) Voz oficial de Portugal
- 5) Voz oficial do Governo português de Macau
- 6) Voz oficial da RAEM
- 7) Instituições dos assuntos da transição
- 8) Organizações internacionais
- 9) Instituições oficiais da China continental
- 10) Instituições locais não políticas
- 11) ONGs
- 12) Especialistas
- 13) Elites chineses locais
- 14) Elites portuguesas locais
- 15) Comunidade chinesa de Macau
- 16) Comunidade portuguesa de Macau
- 17) Pessoas comuns da China Continental
- 18) Media da China
- 19) Media de Portugal

- 20) Media internacionais
- 21) Media locais em língua chinesa
- 22) Media locais em língua portuguesa
- 23) Outros (restantes)
- 24) Não identificado

Anexo II

Distribuição da variável Fontes

	JTM	MH	OU MUN	Va Kio
Voz oficial				
Rocha Vieira	42	52	34	38
Edmund Ho	29	27	44	47
China	38	39	129	84
Portugal	71	45	38	34
Governo de Macau	37	30	42	32
RAEM	22	12	27	29
Instituições de Transição	36	24	85	81
Organizações Internacionais	15	11	5	5
Instituições da China	8	2	56	18
Voz não oficial				
Instituições locais não política	17	23	26	29
ONGs	4	2	0	1
Especialistas	13	8	38	17
Elites chineses	20	1	39	52
Elites portuguesas	29	23	8	14
A comunidade chinesa	2	3	40	37
A comunidade portuguesa	12	7	6	5
O povo da China continental	4	3	12	8
Media				
Media da China	6	12	4	2
Media de Portugal	8	14	2	1
Media internacional	8	7	3	0
Media chinesa local	13	21	2	1
Media portuguesa local	4	4	6	2
Outros				
Outros (restos)	17	11	17	19
Não identificado	171	77	119	109
Total	626	458	782	665